

MENSAGEM

À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

2021

AUTORIDADES

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR

Governador do Estado

DARCI PIANA

Vice-Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA

Secretário Chefe da Casa Civil

LETÍCIA FERREIRA DA SILVA

Procuradora-Geral do Estado

SÉRGIO VIEIRA BENÍCIO

Secretário Chefe da Casa Militar

DARLAN SCALCO

Chefe de Gabinete do Governador

RAUL CLEI COCCARO SIQUEIRA

Controlador-Geral do Estado

VALDEMAR BERNARDO JORGE

Secretário de Estado do Planejamento e Projetos Estruturantes

CARLOS ALBERTO GEBRIM PRETO

Secretário de Estado da Saúde

JOÃO EVARISTO DEBIASI

Secretário de Estado da Comunicação Social e da Cultura

AUGUSTINHO ZUCCHI

Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas

MÁRCIO FERNANDO NUNES

Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo

NEY LEPREVOST NETO

Secretário de Estado da Justiça, Família e Trabalho

NORBERTO ANACLETO ORTIGARA

Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento

MARCEL HENRIQUE MICHELETTO

Secretário de Estado da Administração e da Previdência

RENATO FEDER

Secretário de Estado da Educação e do Esporte

RENÊ DE OLIVEIRA GARCIA JUNIOR

Secretário de Estado da Fazenda

ROMULO MARINHO SOARES

Secretário de Estado da Segurança Pública

SANDRO ALEX CRUZ DE OLIVEIRA

Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística

LUCIANA CASAGRANDE PEREIRA FERREIRA

Superintendente Geral da Cultura

EUGENIA ANGELA CRISTINA RICORDI

Superintendente Geral de Ação Solidária

ALDO NELSON BONA

Superintendente Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

FRANCISCO CAETANO MARTIN

Superintendente Geral de Desenvolvimento das Bacias Hidrográficas

MARCELO RANGEL CRUZ DE OLIVEIRA

Superintendente Geral de Inovação

ÁGIDE EDUARDO PERIN MENEGUETTE

Superintendente Geral de Parcerias

MAURO ROCKENBACH

Superintendente Geral de Diálogo e Interação Social

HELIO RENATO WIRBISKI

Superintendente Geral do Esporte

RICARDO APARECIDO MAIA KOTSIFAS

Superintendente Geral de Apoio aos Municípios

FERNANDO RAIMUNDO SCHUNIG

Coordenador Estadual da Defesa Civil

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Com o desejo de que o ano legislativo que se inicia seja próspero e benéfico para nosso Estado e todos os paranaenses e no uso das atribuições constitucionais que me são conferidas no artigo 87 da Magna Carta Estadual, tenho a honra de encaminhar a essa Assembleia Legislativa Mensagem Governamental e caderno expositivo das atividades deste Poder Executivo no Exercício de 2021.

Curitiba, fevereiro de 2022.

Carlos Massa Ratinho Junior

Governador do Estado

SUMÁRIO

SUMÁRIO

O DESEMPENHO DA ECONOMIA PARANAENSE EM 2021	13
1 CASA CIVIL (CC)	19
1.1 SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE ARTICULAÇÃO REGIONAL (SAR)	22
1.2 SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE INOVAÇÃO (SGI)	23
1.3 SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE DIÁLOGO E INTERAÇÃO SOCIAL (SUDIS)	24
1.4 ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO DO GOVERNO DO PARANÁ EM BRASÍLIA (ERGDF)	25
1.4.1 Principais Realizações	25
1.5 AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO PARANÁ (AGEPAR)	25
1.5.1 Principais Realizações	26
1.5.2 Consultas e Audiências Públicas	27
1.6 BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL (BRDE)	27
1.6.1 Principais Realizações	27
1.6.1.1 Desempenho Operacional.....	27
1.6.1.2 Principais Contas.....	28
1.6.1.3 Principais Atividades	29
1.7 AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A. (FOMENTO PARANÁ)	30
1.7.1 Principais Realizações	30
1.8 COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PARANÁ (CELEPAR)	31
1.8.1 Principais Realizações	32
1.8.1.1 Governo Digital.....	32
1.8.1.2 Soluções Desenvolvidas na Pandemia da COVID-19	32
1.8.1.3 Soluções para Segurança Pública	32
1.8.1.4 Soluções para Agricultura e Agropecuária	33
1.8.1.5 Soluções para Meio Ambiente.....	33
1.8.1.6 Soluções para Educação.....	33
1.8.1.7 Soluções para o Trânsito	34
1.8.1.8 Soluções para a Saúde	34
1.8.1.9 Soluções Estratégicas em apoio ao Governo.....	35
1.8.1.10 Soluções Diversas.....	35
1.8.1.11 Incentivo à Inovação e à Transformação Digital	36
1.8.1.12 Investimentos e Melhorias Internas da Companhia	36
1.9 DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ (DETRAN/PR)	36
1.9.1 Principais Realizações	37
1.9.1.1 Tecnologia	37
1.9.1.2 Parceiros	37
1.9.1.3 Educação.....	38
1.9.1.4 Infraestrutura	38

1.9.1.5	Habilitação.....	38
1.9.1.6	Infrações.....	39
1.9.1.7	Veículos.....	39
2	COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA (COPEL).....	43
2.1	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES	43
2.1.1	Geração de Energia Elétrica	43
2.1.1.1	Operação e Manutenção de Usina	43
2.1.1.2	Expansão da Geração de Energia	44
2.1.1.3	Participação em Leilões de Energia Nova	44
2.1.1.4	Outras Fontes de Energia Renovável	45
2.1.2	Transmissão de Energia Elétrica.....	46
2.1.2.1	Novos Empreendimentos.....	46
2.1.3	Regularização Fundiária	48
2.1.4	Distribuição de Energia Elétrica	48
2.1.4.1	Ações Relevantes da Distribuidora.....	48
2.1.4.2	Ações Relevantes de Relacionamento com o Cliente	50
2.1.5	Comercialização de Energia Elétrica	51
2.2	DESTAQUES	51
2.2.1	Governança Corporativa e Sustentabilidade Empresarial	51
2.2.1.1	Principais Melhorias em Governança Corporativa	52
2.2.1.2	Sustentabilidade Empresarial e Gestão Socioambiental	52
2.2.2	Gestão Empresarial.....	57
2.2.2.1	Projeto Maximização de Valor da COPEL	57
2.2.2.2	Tecnologia da Informação	57
2.2.2.3	Gestão de Gente	59
2.2.2.4	Centro de Serviços Compartilhados (CSC).....	60
2.2.3	Resultados Econômico-Financeiros	60
2.2.4	Reconhecimentos	61
3	COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ (SANEPAR).....	65
3.1	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES	67
3.1.1	Inventário de Gases de Efeito Estufa	67
3.1.2	Plano de Contingência à Pandemia da COVID-19	68
3.1.3	Política de Proteção de Dados Pessoais.....	68
3.1.4	Governança Corporativa e Gerenciamento de Riscos	68
3.1.5	Mercado e Investimentos.....	69
3.1.6	Contratos e Concessões.....	70
3.1.7	Resultados Financeiros.....	70
3.1.8	Resultados Operacionais	71
3.1.9	Tarifa Social.....	71
4	COORDENADORIA ESTADUAL DA DEFESA CIVIL (CEDEC)	75

4.1	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES	75
5	CASA MILITAR (CM)	81
5.1	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES	81
6	CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO (CGE)	85
6.1	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES	85
6.1.1	Prevenção e Combate à Corrupção	85
6.1.2	Transparência, Controle Social e Atendimento ao Cidadão	90
7	PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO (PGE)	95
7.1	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES	95
7.1.1	Ações Judiciais de Grande Relevância	95
7.1.2	Dívida Ativa do Estado	96
7.1.2.1	Cobrança da Dívida Ativa Tributária e Não Tributária do Estado do Paraná	96
7.1.2.2	Arrecadação da Dívida Ativa Ajuizada e Enviada a Protesto	96
7.1.2.3	Comissão Técnica de Penhora de Faturamento	96
7.1.2.4	Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (CIRA/PR)	97
7.1.2.5	Grupo Estratégico de Recuperação de Ativos Relevantes (GERA)	97
7.1.3	Estoque de Precatórios	97
7.1.3.1	Acordo Direto em Juízo Auxiliar de Conciliação de Precatórios	98
7.1.3.2	Requisições de Pequeno Valor (RPVs)	98
7.1.3.3	Câmaras de Conciliação de Precatórios	98
7.1.4	Atuação Consultiva	98
7.1.4.1	Consultoria Jurídica Referente a Obras e Serviços de Engenharia	98
7.1.4.2	Consultoria Jurídica em Licitações, Contratos, Convênios e Instrumentos Congêneres.....	99
7.1.5	Honorários da Advocacia Dativa	101
7.1.6	Comunicação com o Estado e a Sociedade	102
7.1.7	Uniformização da Orientação Jurídica da Administração Pública	102
7.1.8	Sistema Único de Procuradorias Públicas (SUPP)	103
7.1.9	Projeto TESES	103
7.1.10	Gestão Administrativa	103
8	SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E PROJETOS ESTRUTURANTES (SEPL)	107
8.1	PLANEJAMENTO MACRO GOVERNAMENTAL	107
8.1.1	Ações de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação	107
8.1.1.1	Plano Plurianual (PPA)	107
8.1.1.2	Mensagem à Assembleia Legislativa	108
8.1.1.3	Plano de Governo	108
8.1.2	Ações de Modernização Institucional	108
8.1.2.1	Na Administração Direta	108
8.1.2.2	Na Administração Indireta	109
8.1.3	Ações de Planejamento Setorial	109
8.2	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E PROJETOS ESTRUTURANTES	110

8.2.1	Ações de Integração Econômica	110
8.2.1.1	Programa Paraná Produtivo	110
8.2.1.2	Programa Feito no Paraná	112
8.2.1.3	Empreende Paraná	112
8.2.2	Ações de Desenvolvimento Governamental e Projetos Estruturantes	112
8.2.2.1	Comissão de Coordenação e Controle das Operações de Crédito e Concessão de Garantias..... (COPEC)	112
8.2.2.2	Projeto Avança Paraná.....	113
8.2.2.3	Projeto Paraná Eficiente.....	113
8.2.2.4	Inteligência, Informações e Sistemas de Gerenciamento	114
8.2.2.5	Rede +Brasil	114
8.3	ESTUDOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS E AVALIAÇÕES SOCIOECONÔMICAS	115
8.4	PROMOÇÃO, ELABORAÇÃO E GERENCIAMENTO DE PROJETOS	116
8.4.1	Apoio ao Programa Paraná Produtivo	116
8.4.2	Acordo de Cooperação Técnica com o Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná- IAPAR- EMATER	118
9	SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA (SEAP)	121
9.1	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES	122
9.1.1	Gestão Administrativa	122
9.1.2	Gestão de Logística para Contratações Públicas.....	123
9.1.3	Gestão de Recursos Humanos.....	124
9.1.3.1	Capacitação de Recursos Humanos	125
9.1.4	Gestão Previdenciária Estadual	126
9.1.5	Saúde do Servidor.....	127
9.1.6	Gestão do Patrimônio	127
9.1.7	Gestão do Transporte Oficial	129
9.1.8	Registro Mercantil Público	130
9.1.9	Metrologia Legal e Avaliação de Conformidade	130
9.1.10	Gestão do Arquivo Público	131
10	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA (SEFA)	135
10.1	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES	135
10.1.1	Gestão Orçamentária.....	135
10.1.2	Dívida e Operações de Crédito.....	136
10.1.3	Contabilidade Pública	137
10.1.4	Repasses de Recursos a Municípios	138
10.1.5	Programa de Auxílio Emergencial às Empresas	138
10.1.6	Previdência Complementar	138
10.1.7	Loteria do Estado do Paraná (LOTEPAR)	139
10.1.8	Paraná Competitivo e Benefícios Fiscais	139
10.1.9	PROFISCO e Modernização Fazendária	139

10.1.10	Nota Paraná e Paraná Pay	140
10.1.11	Administração Financeira	140
10.1.12	Tecnologia da Informação e Comunicação	141
10.1.13	Comunicação Institucional	142
10.1.14	Capacitação e Eventos Abertos ao Público	142
10.1.15	Concursos Públicos e Valorização Profissional	142
10.1.16	Assuntos Diversos	143
10.2	RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ (REPR)	143
10.2.1	Principais Realizações	143
10.2.1.1	Gestão Tributária	143
10.2.1.1.1	Ampliação de Receitas-Fiscalização	144
10.2.1.2	Arrecadação e Tributação	145
10.2.1.3	Cobrança	147
10.2.1.4	Tecnologia e Inteligência Fiscal.....	148
10.2.1.5	Relacionamento com o Contribuinte	148
11	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA (SESP)	151
11.1	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES	151
11.1.1	Gestão Penitenciária.....	151
11.1.2	Polícia Civil (PCPR)	153
11.1.3	Polícia Militar e Corpo de Bombeiros.....	155
11.1.4	Polícia Científica	162
11.1.5	Fortalecimento dos Conselhos Comunitários de Segurança.....	163
11.1.6	Centro Integrado de Denúncias 181	164
11.1.7	Centro Integrado de Comando e Controle (CICCR)	165
11.1.8	Assessoria de Conflitos da Terra	166
11.1.9	Cidade da Polícia	167
11.1.10	Políticas Públicas Sobre Drogas	167
11.1.11	Departamento de Inteligência.....	168
11.1.12	Planejamento Estratégico	169
11.1.13	Centro de Análise, Planejamento e Estatística (CAPE)	170
12	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE (SEED)	173
12.1	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)	174
12.2	MELHORIA DA APRENDIZAGEM	174
12.3	EFICIÊNCIA NA GESTÃO	180
12.4	INOVAÇÃO PEDAGÓGICA	182
12.5	INFRAESTRUTURA ESCOLAR.....	183
12.6	GESTÃO DO ESPORTE	184
12.7	DESTAQUES	186
13	SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR (SETI)	191
13.1	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES	192

13.1.1	Regulação de Cursos e Instituições	192
13.1.2	Ensino a Distância	192
13.1.3	Programa de Residência Técnica (RESTEC)	193
13.1.4	Comissão de Especialistas	193
13.1.5	Espaços Culturais Universitários	193
13.1.6	Conselho Estadual de Distribuição de Cadáveres (CEDC)	193
13.1.7	Telessaúde no Enfrentamento à COVID-19	194
13.1.8	Ampliação da Capacidade de Testagem de SARS-CoV-2	194
13.1.9	Desenvolvimento de Nova Vacina Contra a COVID-19 Baseada em Nanopartículas	194
13.1.10	Vale do Genoma	195
13.1.11	Programa de Estímulo às Ações de Integração Universidade, Empresa, Governo e Sociedade (AGEUNI)	195
13.1.12	Gestão da Rede Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação	195
13.1.13	Rede de Infraestrutura Multiusuária de Pesquisa do Paraná (RIMPP)	196
13.1.14	Programa de Apoio à Propriedade Intelectual com Foco no Mercado (PRIME)	196
13.1.15	Prêmio Paranaense de Ciência e Tecnologia	196
13.1.16	Modernização da Legislação	196
13.1.17	Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia do Paraná (CCT/PR)	197
13.1.18	Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Produção e Soluções Tecnológicas	197
13.1.19	Fomento, Formação e Disseminação	199
13.1.20	Hospitais Universitários	201
14	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SESA)	209
15	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO (SEJUF)	223
15.1	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES	224
15.1.1	Garantia de Direitos	224
15.1.1.1	Criança e Adolescente	225
15.1.1.2	Pessoa Idosa	228
15.1.1.3	Mulher	229
15.1.1.4	Pessoas com Deficiência	230
15.1.1.5	Jovens	231
15.1.1.6	Migrantes e Refugiados	232
15.1.1.7	Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas	233
15.1.1.8	Promoção da Igualdade Étnico-Racial	234
15.1.1.9	Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais	234
15.1.1.10	LGBTI+	234
15.1.1.11	Defesa dos Direitos Humanos	235
15.1.1.12	População em Situação de Rua	235
15.1.1.13	Consumidor	235
15.1.2	Socioeducativo	237
15.1.3	Trabalho, Emprego e Estímulo à Geração de Renda	239

15.1.4	Assistência Social	242
15.1.4.1	Programa Nossa Gente Paraná	248
15.1.5	Ação Solidária	250
16	SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL E DA CULTURA (SECC)	255
16.1	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES	255
16.1.1	Apoio, Incentivo e Ação Cultural	255
16.1.2	Museus	257
16.1.3	Patrimônio Cultural	258
16.1.4	Centro Cultural Teatro Guaíra (CCTG)	259
16.1.5	Biblioteca Pública do Paraná (BPP)	260
16.1.6	Comunicação	260
16.1.7	Agência de Notícias do Paraná	261
16.1.8	Rádio e Televisão Educativa do Paraná (RTVE)	261
17	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO (SEAB)	267
17.1	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES	268
17.1.1	Competitividade e Renda	268
17.1.2	Inclusão Socioprodutiva da Agricultura Familiar	270
17.1.3	Produção Sustentável	273
17.1.4	Segurança Alimentar e Nutricional e Melhoria da Qualidade de Vida no Meio Rural	275
18	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DE OBRAS PÚBLICAS (SEDU)	281
18.1	SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE	281
18.1.1	Estudos e Parcerias	281
18.1.2	Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios (SFM)	282
18.1.3	Plano de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios (PAM)	282
18.1.4	Acompanhamento de Obras	283
18.1.5	Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI)	283
18.2	COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA (COMEC)	284
18.2.1	Planejamento Urbano e Organização Territorial	284
18.2.2	Transporte Coletivo	284
18.2.2.1	Infraestrutura	285
18.2.2.2	Linhas	285
18.2.2.3	Tarifa	285
18.2.3	Obras Estruturantes	286
18.3	COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ (COHAPAR)	287
18.3.1	Construção de Moradias	287
18.3.1.1	Financiamentos Próprios	287
18.3.1.2	Viver Mais	287
18.3.1.3	Nossa Gente	288
18.3.1.4	Vida Nova	288
18.3.1.5	Parcerias	288

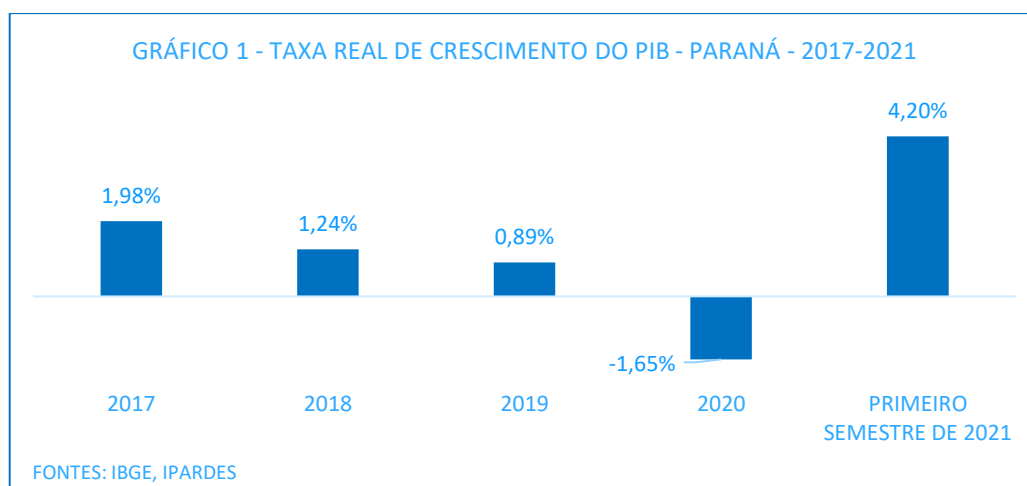
18.3.2	Regularização Fundiária	289
18.3.2.1	Morar Legal Paraná	289
18.3.2.2	Escritura na Mão	289
18.3.2.3	Escrituração Direta	289
18.3.2.4	Regularizações Fundiárias Próprias	290
18.3.3	Infraestrutura	290
18.3.3.1	PAC	290
18.3.3.2	Emendas Parlamentares	290
18.3.4	Concessão de Subsídios	290
18.4	PARANÁ EDIFICAÇÕES (PRED)	291
18.4.1	Projetos	291
18.4.2	Convênios	291
18.4.3	Obras	291
18.4.4	Órgãos Atendidos	292
19	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DO TURISMO (SEDEST)	295
19.1	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES	295
19.2	SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE PARCERIAS (SGPAR)	296
19.3	SUPERINTENDÊNCIA GERAL DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS E PESCA (SDBH)	297
19.4	INSTITUTO ÁGUA E TERRA	297
19.4.1	Transformação Digital	297
19.4.2	Licenciamento Ambiental	298
19.4.3	Fiscalização	299
19.4.4	Proteção à Fauna	299
19.4.4.1	CastraPet Paraná	300
19.4.5	Recursos Hídricos	300
19.4.6	Conservação Ambiental	301
19.4.7	Resíduos Sólidos	302
19.4.8	Recursos Humanos	303
19.4.9	Gestão Territorial e Regularização Fundiária	303
19.4.10	Geologia	303
19.5	PARANÁ TURISMO	304
19.6	SISTEMA METEOROLÓGICO DO PARANÁ (SIMEPAR)	305
19.7	INVEST PARANÁ	305
20	SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA (SEIL)	309
20.1	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES	309
20.1.1	Gestão e Planejamento de Infraestrutura e Logística	309
20.1.2	Fomento Municipal para Ações de Infraestrutura e Logística	311
20.1.3	Gestão da Inovação para Planos, Projetos e Obras	312
20.1.4	Departamento de Estradas de Rodagem (DER)	313
20.1.5	Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A. (FERROESTE)	315

2.1.5.1	Planejamento Estratégico	315
20.2	ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	316
20.2.1	Projetos Estruturantes	318

ECONOMIA PARANAENSE

O DESEMPENHO DA ECONOMIA PARANAENSE EM 2021

Sem dúvida, o ano de 2021 será marcado pela melhoria dos indicadores socioeconômicos do Paraná, após os impactos intensos da pandemia sobre as atividades produtivas em 2020, que afetaram principalmente os resultados do primeiro semestre do citado exercício. No ano passado, como reflexo das limitações a diversas atividades e das medidas de distanciamento social, até hoje parcialmente em vigor a despeito do avanço da vacinação, o PIB estadual recuou -1,65% (gráfico 1), encerrando uma sequência de três taxas reais anuais positivas e contrapondo-se à relevante expansão de 4,2% do primeiro semestre de 2021, de acordo com dados do IPARDES.



É importante colocar que a retomada paranaense vem ocorrendo apesar dos resultados do setor agrícola, cujo peso na economia estadual é relevante e que vem exibindo retração em 2021, devido às adversidades climáticas. Segundo levantamento do IBGE, a produção de cereais, leguminosas e oleaginosas do Paraná somou 33,2 milhões de toneladas em 2021, representando decréscimo de -17,9% em relação a 2020 (gráfico 1). Entre as principais culturas, a queda mais significativa foi registrada pelo milho, fortemente prejudicado pelas geadas na 2ª safra, que atualmente concentra a produção do cereal. No cômputo anual, a produção de milho atingirá 8,9 milhões de toneladas, com variação de -41,5% em comparação a 2020.

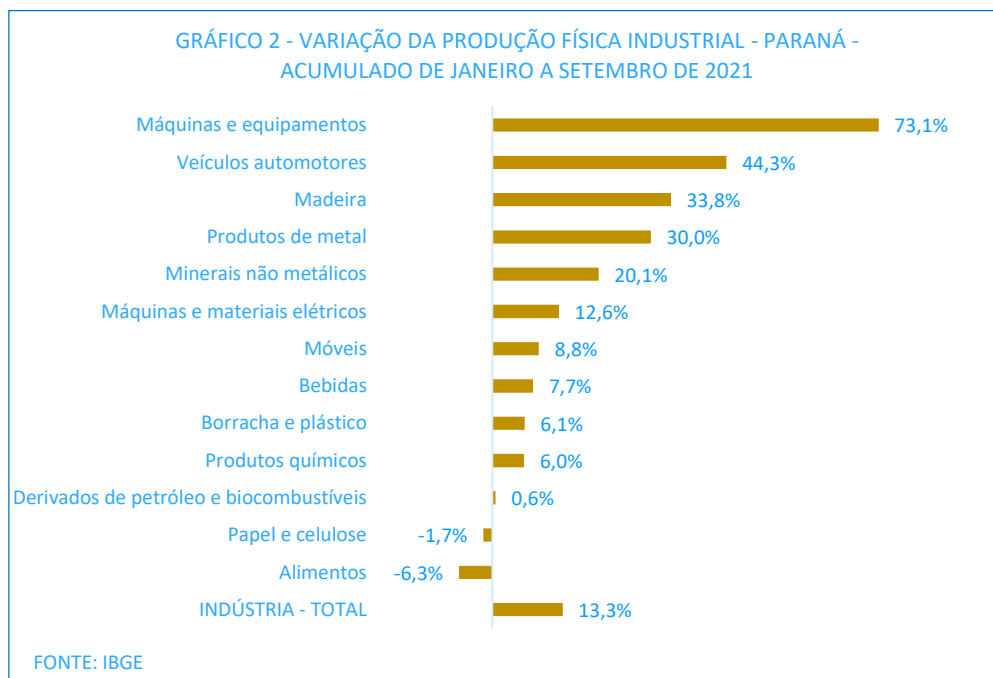
Já a soja, principal produto da pauta agrícola paranaense, anotou declínio de -4,9% do volume colhido, com a oferta de 19,9 milhões de toneladas, em oposição ao crescimento do trigo, cuja produção saltou de 3,1 milhões de toneladas em 2020 para 3,2 milhões em 2021, correspondendo a uma elevação de 3,8%.

TABELA 1 - PRODUÇÃO DE CEREAIS, LEGUMINOSAS E OLEAGINOSAS - PARANÁ - SAFRAS 2020 E 2021

PRODUTO	PRODUÇÃO (t)		VAR. (%)
	2020	2021	
Cereais, leguminosas e oleaginosas	40.443.300	33.217.900	-17,9
Soja	20.871.900	19.853.900	-4,9
Milho	15.226.700	8.911.400	-41,5
Trigo	3.120.200	3.239.400	3,8
Feijão	587.100	544.100	-7,3
Outros	637.400	669.100	5,0

FONTE: IBGE

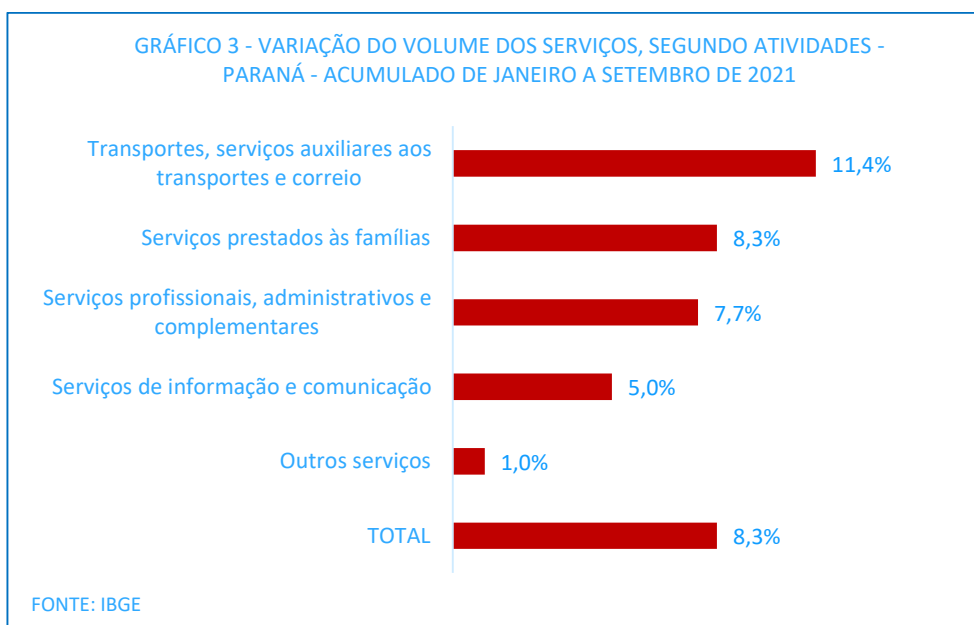
Por outro lado, alicerçando a presente expansão do PIB do Estado, o setor industrial avançou 13,3% no acumulado dos nove primeiros meses de 2021 (gráfico 2), taxa muito superior à observada no âmbito nacional (ampliação de 7,6%). Os segmentos manufatureiros com os melhores resultados foram os de máquinas e equipamentos, veículos automotores, madeira, produtos de metal, minerais não metálicos e máquinas e materiais elétricos, todos com crescimento acima de 10% no confronto com o período de janeiro a setembro do ano passado, o que não deixa dúvida quanto à difusão da recuperação das atividades do secundário.



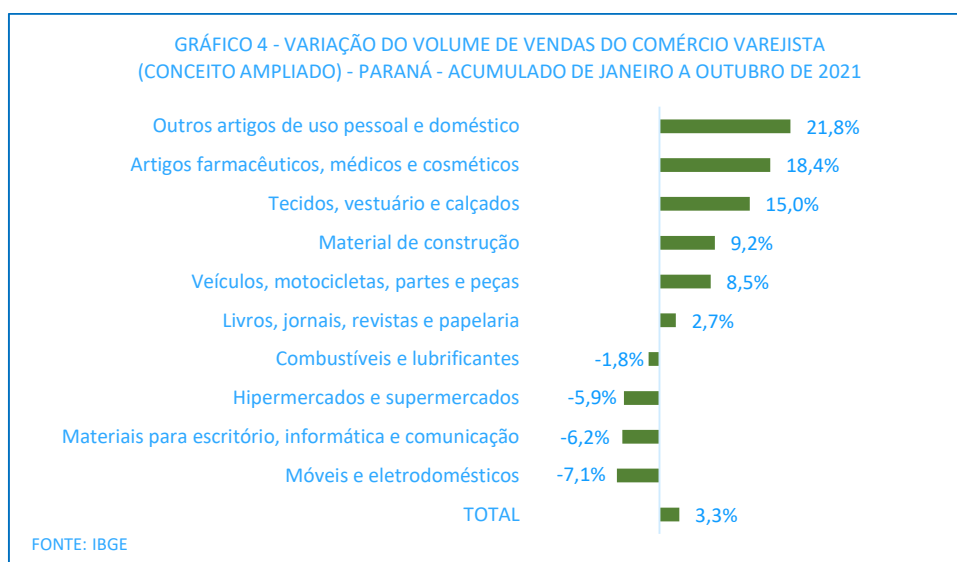
Na indústria, as únicas exceções ficaram por conta dos ramos de papel e celulose e alimentos, que contabilizaram variações de -1,7% e -6,3%, respectivamente, havendo influência, no caso da taxa negativa do último segmento, dos menores volumes da produção primária, conforme citado anteriormente.

Passando ao terciário, igualmente no acumulado de janeiro a setembro deste ano, verifica-se crescimento de 8,3% dos serviços do Paraná (gráfico 3). Demonstrando novamente a abrangência da retomada, todas as atividades dos serviços exibiram ampliação, com destaque para os transportes, cuja elevação atingiu 11,4%. Esses números indicam que a demanda doméstica vem reagindo posteriormente à retração imposta pela

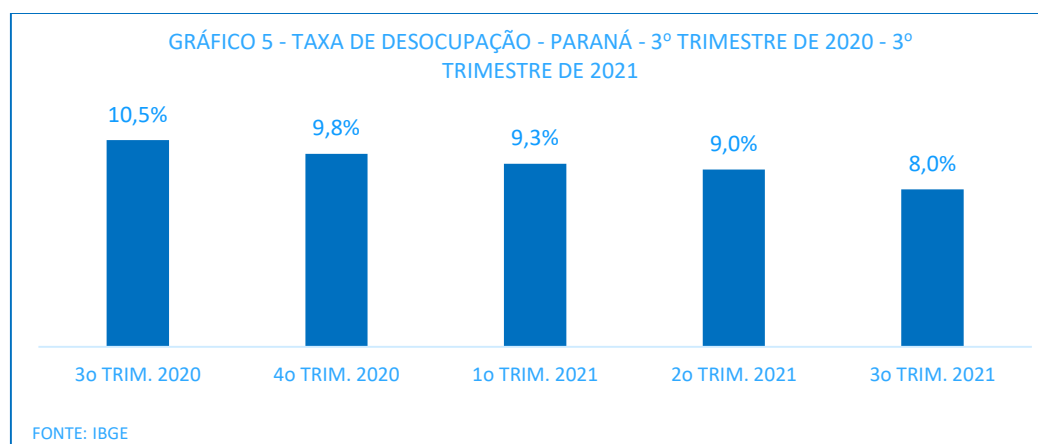
pandemia em 2020, uma vez que o terciário, diferentemente da agropecuária e da indústria, está voltado quase que exclusivamente ao mercado interno.



Da mesma maneira, o desempenho positivo do comércio varejista pode ser interpretado como recuperação do poder de compra dos paranaenses, dado o atendimento preponderante do consumo local pelo setor. No seu conceito ampliado, que incorpora algumas poucas atividades com características atacadistas, o comércio varejista do Estado registrou taxa de 3,3% nos dez primeiros meses de 2021 (gráfico 4), com as maiores altas cabendo aos segmentos de artigos de uso pessoal e doméstico (aumento de 21,8% em relação a janeiro-outubro de 2020), artigos farmacêuticos e médicos (18,4%) e tecidos, vestuário e calçados (15%). Contrariamente, foram contabilizadas variações negativas pelos ramos de combustíveis e lubrificantes, hipermercados e supermercados, materiais de escritório e informática e móveis e eletrodomésticos.



Todas essas performances setoriais, em sua maioria positivas, produziram impactos sobre o mercado de trabalho. Segundo o IBGE, no terceiro trimestre de 2021, a taxa estadual de desocupação alcançou 8%, ficando significativamente abaixo da média nacional (12,6%). Em igual período de 2020, o desemprego paranaense atingia uma taxa que suplantava a atual em 2,5 pontos percentuais, registrando 617 mil desocupados, muito acima do presente contingente de pessoas que buscam mas não conseguem trabalho (484 mil), o que confirma a gradual superação da crise e a melhoria da condição de bem-estar da população.



No que se refere ao número de pessoas ocupadas, houve salto de 5,234 milhões para 5,589 milhões (tabela 2), representando incremento de 6,8%. Os maiores acréscimos relativos foram anotados pelas atividades da construção, alojamento e alimentação e agropecuária, cujas variações atingiram 28,8%, 24,4% e 18,4%, respectivamente. Opondo-se a esses resultados, a administração pública exibiu declínio de -12,4% do número de ocupados, como reflexo, entre outros fatores, da menor necessidade de profissionais da saúde para o enfrentamento da pandemia.

TABELA 2 - NÚMERO DE OCUPADOS, SEGUNDO ATIVIDADES - PARANÁ - 3º TRIMESTRE 2020-2021

GRUPAMENTO DE ATIVIDADE	OCUPADOS (mil pessoas)		VAR. (%)
	3º trimestre de 2020	3º trimestre de 2021	
Agropecuária	522	618	18,4
Indústria	882	976	10,7
Construção	344	443	28,8
Comércio e reparação de veículos	1.066	1.116	4,7
Transporte, armazenagem e correio	292	293	0,3
Alojamento e alimentação	172	214	24,4
Informação, comunicação e atividades financeiras e imobiliárias	566	627	10,8
Administração pública	909	796	-12,4
Serviço doméstico	253	283	11,9
Outros serviços	229	213	-7,0
Atividades mal definidas	-	8	-
TOTAL	5.234	5.589	6,8

Fonte: IBGE

Enfim, os indicadores socioeconômicos do Paraná em 2021 são majoritariamente positivos, delineando uma trajetória de recuperação bastante clara. Para 2022, espera-se o equacionamento das restrições ligadas à Covid-19 que ainda restam, estabelecendo condições para o crescimento prolongado do Estado, em um contexto de melhoria macroeconômica.

CASA CIVIL

1 CASA CIVIL (CC)

A Casa Civil (CC) é um órgão de primeiro nível hierárquico da administração estadual, de assessoramento e apoio direto ao Governador. Dentre suas atribuições, destacam-se a assistência direta e imediata ao Governador do Estado na sua representação civil e política; o relacionamento público com autoridades civis, políticas, no âmbito de sua atuação, com o Poder Executivo Federal, Poderes Legislativos Estadual, Municipal e Federal e com outras esferas de Governo; a promoção, a coordenação e o acompanhamento das ações do Governo Estadual nos municípios, em articulação com as demais Secretarias e entidades públicas; a análise e elaboração de mensagens, anteprojeto de lei, decretos e demais atos administrativos; a coordenação das medidas relativas ao cumprimento dos prazos de pronunciamento, pareceres e informações do Poder Executivo às solicitações da Assembleia Legislativa, bem como o relacionamento com as lideranças políticas do Governo para formalização de vetos e encaminhamento de projetos de leis ao Legislativo e outras atividades correlatas.

O campo de atuação da Casa Civil envolveu atribuições, tarefas de apoio e responsabilidades diretas típicas de um órgão de assessoramento político e administrativo. No nível de gerência estão localizados o Diretor-Geral e o Diretor-Legislativo.

À Diretoria Legislativa (DL) da Casa Civil compete a atividade legislativa realizada em diálogo entre o Poder Executivo e a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP) e Deputados Estaduais, o desenvolvimento de Projetos de Lei no âmbito da Casa Civil e a elaboração de sanções e vetos aos Projetos de Lei enviados pela Assembleia, submetendo à análise do Governador do Estado, bem como a análise de Decretos Normativos e organização da Comissão de Revisão Normativa. Em 2021, foram analisados 305 Projetos de Lei para sanção e elaboração das respectivas Leis, elaboradas 202 mensagens governamentais com respectivos anteprojeto de lei encaminhados à ALEP, 1.063 requerimentos de deputados foram respondidos pela Diretoria Legislativa e foram emitidas 328 informações a órgãos estaduais sobre Projetos de Lei em tramitação, visando orientar a Liderança do Governo naquela Casa de Leis.

A Diretoria-Geral da Casa Civil tem funções relativas à inteligência e à liderança técnica e estratégica do processo de integração interna, bem como à ordenação de atividades relativas aos meios administrativos necessários ao funcionamento da Pasta. Coordenou a preparação dos despachos e o recebimento, estudo e triagem do expediente encaminhado ao Governador do Estado e ao Chefe da Casa Civil; estabeleceu e coordenou o sistema de relacionamento com as Secretarias de Estado e com os órgãos regionais da Casa Civil, submetidos ao Chefe da Casa Civil, além de desempenhar variadas atividades correlatas, zelando pela boa governança institucional. Foram

tramitados, entre janeiro e outubro de 2021, 3.444 processos no setor. Na execução de suas atribuições, destaca-se o apoio das seguintes unidades:

- ▶ Coordenadoria de Assuntos Políticos e Institucionais da Casa Civil (COAP) - realizou atualização cadastral de prefeitos, vice-prefeitos, presidentes de Câmaras de vereadores e demais autoridades do Estado, visando o envio de convites para participação nos eventos realizados pelo Governo, que tiveram como principal objetivo a entrega de recursos aos municípios, combate à pandemia da COVID-19 e a retomada econômica do Estado, informando as Associações de Municípios e Prefeituras das principais ações, investimentos e obras realizadas e a serem concluídas em 2021.
- ▶ Centro de Apoio Operacional (CAO) - é responsável pela análise prévia da documentação remetida à Casa Civil, providenciando o encaminhamento às unidades afins. Realizou a tramitação de 32.000 processos, 366 despachos conclusivos proferidos pelo Governador e 417 despachos do Chefe da Casa Civil. Atuou no controle da divulgação de atos oficiais, providenciando a sua publicação no Diário Oficial do Paraná, bem como a conferência da exatidão da referida publicação e seu registro; operacionalizou e supervisionou as solicitações de disposição funcional, sendo 192 disposições autorizadas, incluindo o seu controle e acompanhamento.
- ▶ Centro de Redação de Atos (CRA) - unidade do nível de execução programática da Casa Civil, que tem por atribuição nos termos do art. 33 do Decreto n.º 2.595, de 02 de setembro de 2019 (Regulamento da Casa Civil), a lavra de todos os decretos e a guarda e controle das vias originais dos Decretos expedidos pelo Poder Executivo Estadual; a elaboração de Decretos, Resoluções da Casa Civil, bem como as atividades correlatas, dentre elas a publicação de referidos atos e inserção no sistema de legislação. Foram lavrados, de 1º de janeiro a 4 de novembro, 2.714 Decretos e 400 Resoluções, sendo estimada até 31 de dezembro a confecção de mais 500 decretos e 200 resoluções.
- ▶ Centro de Edição de Expediente Oficial (CEE) - responsável pelo preparo de expedientes que necessitem de formalização documental por parte do Governador, do Chefe da Casa Civil, da Diretoria-Geral e de demais autoridades. Em decorrência da pandemia do Coronavírus, foi realizado trabalho remoto por seis meses e de modo presencial por igual período. Foram elaborados, digitados/processados e expedidos pelo setor um total de 6.172 expedientes.
- ▶ Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná (DIOE) - em virtude da Lei n.º 20.385 de 30 de novembro de 2020, a antiga autarquia DIOE foi extinta e suas atribuições passaram ser exercidas pela Casa Civil. Manteve-se o nome já difundido entre empresas e cidadãos e as atribuições deste departamento são a recepção, a triagem e a publicação, nos meios eletrônicos, dos Diários do Executivo, de Indústria e Comércio, Oficial da Assembleia Legislativa e de Suplemento de Concursos. Em 2021, o trabalho concentrou-se em revisar e publicar um Novo Regulamento para o DIOE, bem como em reformular seu *website*. Pequenas alterações gráficas foram feitas, como adição de cor e novos espaços para campanhas do Estado nas páginas dos

jornais. As cobranças dos serviços passaram a ser feitas pela Casa Civil, para isso fez-se necessária a alteração dos sistemas para a emissão dos boletos. O atual DIOE, em parceria com a Procuradoria-Geral do Estado (PGE), formulou contrato de prestação de serviço padrão para uniformizar a relação jurídica entre a Casa Civil, municípios, e demais pessoas físicas e jurídicas que fazem uso dos jornais. Deu-se início, no segundo semestre, a melhorias de funcionalidades do sistema para otimizar o trabalho dos servidores e continuar entregando os Diários de forma regular e como previsto em Lei.

- ▶ Procuradoria Consultiva junto à Governadoria (PCG) - unidade da PGE responsável pela assessoria e consultoria jurídica da Casa Civil, da Casa Militar, da Controladoria-Geral do Estado, das Superintendências Gerais, da Coordenadoria Estadual da Defesa Civil, das Assessorias Especiais e do Gabinete do Governador, nos termos previstos no art. 42, do Regulamento Geral da PGE (Decreto n.º 2.709/2019). Foram emitidas ao longo de 2021 (incluindo as previsões até dezembro) 2.297 manifestações, sendo 590 despachos e 1707 informações. Esta contabilização não inclui os despachos de aprovação de que trata o art. 49, V, do Regulamento da Procuradoria-Geral do Estado assinados pelo Procurador-Chefe da PCG.

O Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social do Paraná (CEDES) é órgão colegiado de assessoramento e apoio estratégico ao Governador do Estado, integrante da unidade da Casa Civil, que tem dentre suas atribuições a elaboração de um Plano de Ação para a implementação e para a interiorização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 aprovada na Cúpula das Nações Unidas. Sob a Vice-Presidência do Conselho, atua o Comitê Técnico de Desenvolvimento Sustentável (CTD) que, em 2021, realizou as seguintes atividades:

- ▶ Projeto de constituição de Câmaras Temáticas Temporárias (CTTs), com a finalidade de adequação das metas globais ao contexto paranaense (Agenda Paraná 2030).
- ▶ *Benchmarking* das abordagens da Agenda 2030 nos Planos Plurianuais dos Estados do Brasil e Distrito Federal; alinhamento dos Programas do PPA 2020-2023 às metas ODS; correspondência entre os indicadores do PPA e os indicadores ODS; e elaboração de relatório por Secretaria/Superintendência.
- ▶ Levantamento das ações de enfrentamento à COVID-19 e seus efeitos nos municípios do Paraná.
- ▶ Construção de indicadores ODS aplicáveis ao Paraná.
- ▶ Aprimoramento da ferramenta BI Paraná de Olho nos ODS, entre outros.
- ▶ Lançamento do Relatório de avaliação da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre a estratégia de implementação dos ODS no estado do Paraná e construção de Plano de Ação para implementação das recomendações nele contidas. O Paraná é o único estado brasileiro integrante do Programa da OCDE Uma Abordagem Territorial dos ODS e se destacou internacionalmente no desenvolvimento sustentável, em práticas de energia renovável, proteção ambiental e redução de desigualdades.

- ▶ Entrega do Relatório Estado da Arte da Estratégia Paraná de Olho nos ODS e do Relatório *Environmental Social Governance* (ESG) à autoridade das Nações Unidas, na Semana do Paraná durante a Expo Dubai 2021.
- ▶ Assinatura de Memorando de Entendimento para Cooperação com o Instituto das Nações Unidas para Formação e Pesquisa (UNITAR), para capacitação dos gestores públicos municipais e estaduais.
- ▶ Termo de Cooperação com a Associação dos Municípios do Paraná - AMP/Frente dos Prefeitos - FNP/Estratégia ODS/Programa Cidades Sustentáveis e primeiros encontros regionais para sensibilizar e orientar os municípios na implementação dos ODS.
- ▶ Envio de Relatórios com indicadores ODS produzidos para o Paraná aos 399 prefeitos (Relatório Missão ODS).

Às Superintendências-Gerais competem o planejamento, a coordenação e a execução das atividades integrantes da área de atuação definida como de interesse prioritário, compatibilizando-as com as diretrizes gerais do Governo do Estado e o apoio estratégico ao Governador, ao órgão ou entidade no desempenho de suas competências institucionais visando ao aprimoramento da gestão governamental da área estabelecida como de interesse prioritário.

As atividades desenvolvidas pela Superintendência Geral de Governança Social (SGG) e Superintendência de Desempenho Governamental (SDG) foram absorvidas pela Assessoria Especial de Projetos, ligada à Assessoria Técnica da Casa Civil, conforme Resolução n.º 694 de 14 de junho de 2021. À Assessoria Especial de Projetos compete o assessoramento direto ao Chefe da Casa Civil na coordenação, controle e acompanhamento das ações e dos projetos prioritários de Governo, conforme previsto no art. 3º, inciso XIII, do Anexo do Decreto n.º 2.595/2019; a articulação com representantes das entidades da sociedade civil organizada em ações prioritárias de governo e o acompanhamento das ações da Casa Civil previstas no Plano de Governo.

1.1 SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE ARTICULAÇÃO REGIONAL (SAR)

À Superintendência Geral de Articulação Regional compete, entre outras ações, a representação do Poder Executivo no interior do Estado de forma transversal e em rede; a promoção do engajamento, integração e participação da sociedade civil organizada no âmbito regional; o acompanhamento da execução de programas, projetos e ações, com vistas ao desenvolvimento sustentável regional e municipal, por meio do fornecimento de informações locais e setoriais às Secretarias executoras; a articulação e a integração dos órgãos e das entidades do Poder Executivo Estadual que atuam nas regiões, observadas as políticas públicas estaduais estabelecidas e as diretrizes governamentais.

A Superintendência realizou diversas reuniões técnicas com os chefes das 22 regionais que representam a Casa Civil no interior do Estado, a fim de tratar de assuntos, tais como: ações do governo

nos municípios, fiscalização de obras, engajamento com a sociedade civil organizada buscando sanar as demandas trazidas por meio de políticas públicas, levando informações sobre programas, projetos e ações do governo do Estado que favorecem a população de modo geral. O objetivo é recolher informações sobre as demandas de cada regional e aplicar ações que promovam principalmente a retomada econômica, como diálogos sobre geração de empregos e apoio a empresas para contratação de pessoal e investimentos na agricultura, tendo em vista o trabalho realizado para combater a COVID-19, que gerou perdas em todas as áreas que afetam diretamente a população.

1.2 SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE INOVAÇÃO (SGI)

É responsável pela articulação de políticas de inovação no estado do Paraná, pela integração das Secretarias e demais entes do Estado para que atuem de forma coesa e alinhada com os objetivos estratégicos do Governo. Incentiva e oportuniza a atração de empreendedores, investimentos e novas empresas para o Paraná, bem como a união entre poder público e setor privado para estimular o empreendedorismo e a inovação. Entre as ações realizadas em 2021, destacam-se:

- ▶ 1ª Edição do Elas - o Programa Mulher Inovadora teve 1.657 inscrições. Foram realizados oito *workshops online* semanais que promoveram o empreendedorismo e a geração de novas ideias às empreendedoras. No total, foram mais de 17 horas de exibição, aproximadamente 7 mil visualizações e 30 mil comentários durante toda a programação. Cada workshop foi conduzido por uma especialista nos temas que abordaram conceitos e princípios de inovação oferecendo orientações sobre a prática inovadora nas empresas, planejamento e desenvolvimento de negócios, capacitação, instrumentos para apresentar as ideias e captação de recursos.
- ▶ 3ª Semana de Inovação do Paraná - realizada no período de 4 a 8 de outubro de 2021 e coordenada pela SGI, com o objetivo de promover o ecossistema de inovação do Estado por meio de *networking* e entretenimento *online*, totalmente gratuito para que o cidadão pudesse conhecer as ações e iniciativas dos órgãos e entidades do governo com viés de inovação e que fazem do Paraná o Estado mais inovador.
- ▶ Programa Empresa Inovadora - iniciativa lançada para certificar e dar publicidade às melhores ações de inovação nas empresas paranaenses em diferentes ecossistemas. Todas as empresas participantes receberão gratuitamente um diagnóstico de inovação, elaborado e assinado por especialistas da área, com um indicativo de caminhos para seguir inovando. A empresa que se destacar em cada segmento será premiada ao final do programa.
- ▶ Pacto pela Inovação - conjunto de ações estratégicas definidas de forma alinhada entre as entidades do ecossistema, cada uma focando seu público-alvo, contribuindo para o fortalecimento e para a solução das principais defasagens do ecossistema de empreendedorismo e inovação. Representa uma estratégia em que Estado deixa de ser o financiador para ser o orquestrador da

visão de futuro almejada para o desenvolvimento regional. Este movimento iniciou em oito cidades visitadas pela SGI, que firmará a assinatura do documento formal no início de 2022.

- ▶ Estratégia BIM PR - o Programa Paraná Rumo à Inovação Digital nas Obras Públicas, instituído pelo Decreto n.o 3.080/2021, tem como objetivo principal a promoção da inovação tecnológica para melhoria na qualidade de projetos e obras públicas por meio do *Building Information Modeling (BIM)*. Nesse projeto a SGI entra na governança entre as entidades envolvidas, construindo um modelo de escritório “virtual” para a aceleração dos processos de orçamentação dos requisitos necessários, assim como a oficialização dos trâmites legais.

1.3 SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE DIÁLOGO E INTERAÇÃO SOCIAL (SUDIS)

A Superintendência Geral de Diálogo e Interação Social (SUDIS) tem como missão promover a interação entre o Governo e sociedade, assegurando aos movimentos sociais, Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e outros coletivos do terceiro setor, o diálogo com os órgãos da Administração Pública Estadual, Direta e Indireta, servindo como instância facilitadora e organizativa.

Encontra-se em andamento a articulação de ações para fomentar, por meio de parcerias entre a sociedade civil e o poder público estadual, empreendimentos econômicos solidários, isto é: baseados em cooperação e solidariedade. A iniciativa tem como base a Lei n.o 19.784/18 da Política Estadual de Economia Solidária, cuja finalidade é organizar a produção de bens, serviços e consumo que tenham por base os princípios da cooperação, da inclusão social, da gestão democrática, da solidariedade, da distribuição equitativa das riquezas produzidas coletivamente, do desenvolvimento local integrado e sustentável, do respeito ao equilíbrio dos ecossistemas, da valorização do ser humano e do trabalho e o estabelecimento de relações igualitárias entre homens e mulheres.

O Programa de Produção Social da Moradia Nosso Lar Paraná, modalidade por autogestão, está sendo desenvolvido em conjunto com a coordenação do Programa Nossa Gente Paraná, que reúne as Secretarias da Justiça, Família e Trabalho; do Planejamento e Projetos Estruturantes; do Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas e a COHAPAR. Trata-se da construção de novas moradias destinadas à população de baixa renda, por meio de soluções como a autogestão. Isso vai possibilitar o acesso a políticas públicas de educação social, geração de renda, autonomia das famílias, povos indígenas e comunidades tradicionais.

O Paraná Social, primeiro Encontro de Lideranças Comunitárias, Populares e Sociais do Paraná, previsto para ocorrer em março/2022, tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento social do Estado, por meio dos movimentos sociais, da autogestão e da economia solidária, gerando espaço para o debate entre agentes transformadores da sociedade e do Estado.

Além disso realizou três reuniões ordinárias *online* da Comissão de Conflitos Fundiários do Estado do Paraná que analisa simultaneamente cerca de 130 processos de reintegração de posse

urbana e rural; e conduziu o Grupo de Trabalho para a realização de estudos, estratégias e propostas afetas à Economia Solidária instituído pelo Decreto n.o 5.879/2020, com a conclusão dos trabalhos prevista para janeiro de 2022.

1.4 ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO DO GOVERNO DO PARANÁ EM BRASÍLIA (ERGDF)

Ao Escritório de Representação do Governo em Brasília (ERGDF) compete a representação e defesa dos interesses do estado do Paraná nas diversas instâncias do Governo Federal, organismos internacionais, Congresso Nacional, representações de outros países, observadas as diretrizes estabelecidas pela Casa Civil; a disponibilização da infraestrutura necessária para que representantes do governo e entidades ligadas ao desenvolvimento do Estado possam realizar reuniões, encontros e debates em Brasília; a integração com as unidades da Casa Civil no desempenho de suas atribuições e o desempenho de outras atividades correlatas, conforme Decreto 2.595/2019 alterado pelo Decreto 7.211 de 30 de março de 2021.

1.4.1 Principais Realizações

- ▶ Apoio aos atendimentos de logística prestados ao Governador e à Governadoria, suas comitivas e a outras autoridades do Estado, em cumprimento de agendas oficiais em Brasília e participação em audiências presenciais e virtuais com autoridades das Embaixadas, com o objetivo de firmar acordos, promover a cooperação governamental, além de divulgar o estado do Paraná internacionalmente.
- ▶ Comunicação e divulgação aos municípios, Secretarias Estaduais e organizações da Sociedade Civil das Propostas Voluntárias e Proponentes Específicos disponibilizadas em 2021 junto ao sistema federal da Plataforma +Brasil pelos Ministérios, perfazendo neste período um total de 51 programas federais, que resultaram em 3.666 propostas com plano de trabalho, auferindo um valor global das propostas apresentadas superior a R\$ 2,0 bilhões.
- ▶ Articulação junto à Bancada Federal do Paraná na apresentação por parte da Governadoria e Secretarias Estaduais de sugestões de Emendas Parlamentares Individuais e Emendas de Bancada ao Orçamento Geral da União.
- ▶ Em outubro, foi realizado o Expo Dubai - Missão Paraná *Business Experience*, com o objetivo de promover a cooperação governamental, além de divulgar o estado do Paraná internacionalmente.

1.5 AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO PARANÁ (AGEPAR)

O Governador do Estado sancionou, em maio de 2020, a Lei Complementar Estadual n.o 222, que dispõe sobre a AGEPAR. A lei atualizou a Agência em função da nova Lei Federal das Agências Reguladoras e da Lei Estadual de Parcerias Público-Privadas (PPP) permitindo que mantenha a

segurança jurídica e o equilíbrio social na prestação dos serviços públicos regulados. Ampliou o campo de atuação da Agência e, ao retirar a palavra infraestrutura do nome, possibilitou novas atribuições como a regulação de parques estaduais, centros prisionais, aeroportos e outros serviços públicos que vierem a ser delegados.

Em novembro de 2020, o Decreto n.o 6.265 veio regulamentar a Lei Complementar n.o 222/2020 estruturando as Coordenadorias da AGEPAR: Coordenadoria Orçamentária e Financeira (COF); Coordenadoria Administrativa (CA); Coordenadoria de Recursos Humanos (CRH); Coordenadoria de Energia e Saneamento (CES); Coordenadoria de Infraestrutura do Transporte (CIT); Coordenadoria dos Serviços de Transporte (CST); Coordenadoria Residual e de Novos Mercados (CRNM); Coordenadoria de Fiscalização (CF); Coordenadoria de Qualidade dos Serviços (CQS); Coordenadoria de Fluxo de Informações (CFI); Coordenadoria Jurídica (CJ) e Coordenadoria de Normatização Regulatória (CNR).

1.5.1 Principais Realizações

- ▶ A AGEPAR realizou em outubro a mudança para a nova sede situada na Rua Marechal Deodoro n.o 1.600, Curitiba-PR, em edifício de cinco pavimentos, possibilitando condições de trabalho para abrigar o quadro de servidores, bem como os concursados que ainda serão chamados.
- ▶ Foi agência anfitriã no XII Congresso Brasileiro de Regulação e 6ª Expo ABAR realizado nos dias 10, 11 e 12 de novembro de 2021, promovido pela Associação Brasileira das Agências Reguladoras. É o maior evento do País sobre a temática regulatória, trazendo especialistas de renome internacional e expoentes das principais agências reguladoras brasileiras onde foi debatido O Papel da Regulação e o Desenvolvimento Sustentável do Brasil.
- ▶ Encontra-se em elaboração o Edital para Concorrência Pública para contratação de serviço de consultoria técnica especializada, para elaboração e aplicação de metodologia de Revisão Tarifária Periódica, da concessionária do serviço de distribuição de gás canalizado no estado do Paraná.
- ▶ A AGEPAR passou a promover em 2021, o Ciclo de Capacitação semanal para treinamentos e capacitações a todos os servidores.
- ▶ Fiscalização permanente remota das Concessões Rodoviárias do Anel de Integração do Paraná que permitiram traduzir a característica das rodovias fiscalizadas e a verificação da adequação da prestação dos serviços. Analisou-se a frequência dos defeitos constatados pela autarquia nos seis lotes de concessão, quanto aos padrões técnicos e de conservação exigidos, baseando-se nos dados retornados do DER dos Autos de Infração emitidos em 2020 e no primeiro quadrimestre de 2021.
- ▶ Realizou-se o monitoramento do contrato de concessão, tanto no que diz respeito ao atendimento do Decreto n.o 6.052, de 24 de janeiro de 2006, quanto a questões de ordem técnica, tais como controle das características físico-químicas do gás natural, atendimento aos planos de emergência e continuidade de serviços, bem como a verificação dos indicadores de qualidade, comerciais e de segurança COMPAGÁS.

- ▶ Concluída a etapa de diagnóstico relativo aos Serviços de Transporte Coletivo Metropolitano de Passageiros. As tratativas derivadas do relatório passaram à fase de contribuição interna na Agência.

1.5.2 Consultas e Audiências Públicas

Foi realizada uma audiência pública sobre a Análise das contribuições para o resultado preliminar dos trabalhos referentes à 1ª Fase da 2ª Revisão Tarifária Periódica (RTP) da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR) e seis consultas públicas que trataram de: a) - contribuições, críticas e sugestões para o resultado preliminar da 1ª fase da 2ª Revisão Tarifária Periódica da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR); b) Processo Administrativo Sancionador; c) Parcelamento das Taxas de Regulação; d) Minuta de Resolução sobre o tratamento tarifário dos gastos com energia elétrica relacionados ao ambiente de contratação livre por parte da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR); e) Minuta da Resolução sobre Gratuidade da Primeira Ligação de Esgoto Residencial e f) Metodologia de reajuste tarifário anual dos serviços de saneamento de água e esgoto no 2º ciclo tarifário (2021 a 2024).

1.6 BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL (BRDE)

É uma Instituição financeira pública de fomento, controlada pelos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e que conta com autonomia financeira e administrativa. O BRDE está sujeito ao acompanhamento e controle do Tribunal de Contas, bem como à fiscalização do Banco Central do Brasil. Sua estrutura administrativo-organizacional é determinada por Regimento Interno estabelecido pelo Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (CODESUL) e fundamentada por Atos Constitutivos aprovados pelas Assembleias Legislativas dos Estados-Membros.

Tem sido um parceiro que apoia e acompanha o desenvolvimento de projetos para aumentar a competitividade de empreendimentos de todos os portes na região, referência em financiamentos de longo prazo para investimentos.

1.6.1 Principais Realizações

1.6.1.1 Desempenho Operacional

- ▶ Contratações por Segmento - de janeiro a setembro, o BRDE no PR realizou novos contratos no montante aproximado de R\$ 697,2 milhões. O segmento econômico de maior destaque foi o terciário em termos de valor contratado e o primário em número de contratos, conforme apresentado na Tabela 1.

TABELA 1 - CONTRATAÇÕES NO PARANÁ PELO BRDE (Jan-Set/2021).

SETOR	VALOR CONTRATADO	Nº DE CONTRATOS
PRIMARIO	R\$ 116.702	495
SECUNDARIO	R\$ 101.644	54
TERCIARIO	R\$ 478.836	156
Total em R\$ mil	R\$ 697.183	705

Fonte: BRDE/AGPR/Cubos

- ▶ Contratações por Porte das Entidades - na segmentação por porte das entidades observa-se uma concentração em produtores rurais quanto à quantidade de contratos. No âmbito empresarial, destacam-se os valores contratados com pequenas e grandes empresas, conforme Tabela 2.

TABELA 2 - CONTRATAÇÕES NO PARANÁ POR PORTE DAS ENTIDADES (Jan-Set/2021).

Porte Entidade	Valor Contratado	Número de Contratos
PRODUTOR RURAL	112.853	503
MICRO-EMPRESA	4.436	13
PEQUENA EMPRESA	167.071	104
MEDIA EMPRESA	99.026	36
MEDIA-GRANDE EMPRESA	70.048	13
GRANDE EMPRESA	233.633	32
PREFEITURA	10.117	4
Total em R\$ mil	697.183	705

Fonte: BRDE/AGPR/Cubos

- ▶ Operações Contratadas por Região - entre as regiões com o maior volume de operações contratadas estão a Oeste Paranaense, a região Metropolitana de Curitiba e a Norte Central Paranaense, que somaram aproximadamente de R\$ 209,0 milhões, R\$ 147,0 milhões e R\$ 87,0 milhões, respectivamente. A Tabela 3 detalha a situação em cada uma das mesorregiões do Estado.

TABELA 3 - CONTRATAÇÕES NO PARANÁ PELO BRDE (Jan-Set/2021)

Mesorregião Processo	Valor contratado	Número de contratos
Centro Ocidental Paranaense	43.656	29
Centro Oriental Paranaense	36.908	31
Centro-Sul Paranaense	60.379	60
Metropolitana de Curitiba	147.056	94
Noroeste Paranaense	27.836	33
Norte Central Paranaense	86.964	61
Norte Pioneiro Paranaense	21.214	10
Oeste Paranaense	209.484	183
Sudeste Paranaense	1.724	7
Sudoeste Paranaense	61.962	197
Total em R\$ mil	697.183	705

Fonte: BRDE/AGPR/Cubos

1.6.1.2 Principais Contas

A seguir os principais números do BRDE no período compreendido entre janeiro e setembro dos anos de 2020 e de 2021. Com destaque para o patrimônio líquido e o lucro líquido que, em setembro de 2021, eram 10,0% e 46,0%, respectivamente superiores ao realizado no mesmo período de 2020:

	JAN-SET 2020	JAN-SET 2021
Ativo Total	R\$ 16,1 bilhões	R\$ 16,4 bilhões
Operações de Crédito	R\$ 13,0 bilhões	R\$ 12,8 bilhões
Patrimônio Líquido	R\$ 3,0 bilhões	R\$ 3,3 bilhões
Lucro líquido	R\$ 129 milhões	R\$ 186 milhões

Fonte: BRDE/BI/SIG

1.6.1.3 Principais Atividades

Em 2021, o BRDE comemora 60 anos de atuação, renovando o compromisso com sua missão de liderar ações de fomento ao desenvolvimento econômico e social da Região Sul.

De janeiro a setembro foram contratados para o Paraná R\$ 697,0 milhões, distribuídos em 705 contratos, mas as contratações de 2021 devem superar o valor contratado em 2020 de R\$ 1,0 bilhão. O BRDE manteve o apoio financeiro e técnico ao agronegócio, à inovação e aos projetos de energia renovável.

Para sua sustentabilidade econômica e para melhor atender a seus clientes, o BRDE vem diversificando o seu portfólio de linhas de crédito. A captação de *fundings* externos como os da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), do Banco Europeu de Investimentos (BEI) e do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) representam aproximadamente 25,0% do volume contratado em 2021. Merece destaque também o fato destes recursos estarem voltados ao desenvolvimento sustentável do setor produtivo e dos municípios, em clara consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Outra novidade do ano foram os Programas Empreendedoras do Sul e Jovem Empreendedor. O primeiro tem foco no estímulo ao empreendedorismo feminino, disponibilizando crédito em condições atrativas para empresas de qualquer porte lideradas por mulheres. O segundo foi lançado para fomentar negócios criados por jovens profissionais. Promovido em parceria entre a Secretaria da Justiça, Família e Trabalho, o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e a Fomento Paraná, a iniciativa oferece linhas de crédito a juros mais baixos para incentivar a geração de emprego e o desenvolvimento de negócios para pessoas de 18 a 29 anos.

O BRDE inova também na prestação de serviços. Em uma ação estruturante para o estado do Paraná, o Banco é o consultor técnico-financeiro no projeto que visa estabelecer uma parceria público-privada para concessão dos pátios veiculares, hoje administrados pelo DETRAN. O projeto foi desenvolvido pelas equipes do DETRAN, do BRDE, e da Superintendência Geral de Parcerias (SGPAR), vinculada à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo (SEDEST). O BRDE criou, assim, uma nova expertise, que é a de apoiar a estruturação de concessões e PPPs, ou seja, processos de desestatização. O projeto dos pátios veiculares vai gerar um benefício econômico de aproximadamente R\$ 162,0 milhões em 20 anos ao Estado. Estão incluídos na concessão os serviços de remoção e guarda de veículos, gestão dos pátios e preparação para leilões veiculares da autarquia.

O Banco é o patrocinador de outra iniciativa para o fomento da inovação: o Programa BRDE LABS. Este Programa, que teve sua primeira edição em 2020 e foi voltado ao agronegócio, tem a versão de 2021 direcionada ao setor industrial, feita em parceria da *Hotmilk* - aceleradora da PUCPR - e da AMCHAM Brasil e traz o benefício da realização do processo de captação, conexão, aceleração e desenvolvimento de soluções inovadoras através de *startups* para as indústrias paranaenses.

1.7 AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A. (FOMENTO PARANÁ)

A Fomento Paraná é uma instituição financeira de desenvolvimento do Governo do Paraná que apoia empreendedores informais e de micro e pequeno porte ofertando linhas de financiamento para projetos de modernização e ampliação de atividades comerciais, industriais e de serviços, visando ampliar o acesso ao crédito e promover a geração de emprego e renda. Em conjunto com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas e o Paranacidade, a instituição integra o Sistema de Financiamento aos Municípios, que financia os municípios paranaenses para execução de obras de infraestrutura, compra de máquinas e equipamentos, projetos de engenharia e de eficiência energética, entre outros.

1.7.1 Principais Realizações

- ▶ Contratação de 11.550 operações de crédito no período de janeiro a outubro de 2021, totalizando R\$ 136,4 milhões em recursos para empreendimentos privados entre informais e de micro e pequeno porte. Neste volume destacam-se 5.900 operações créditos que somam R\$ 24,8 milhões liberados pela linha Paraná Recupera, que foi reativada em março, recebendo novo aporte do Tesouro Estadual (SEFA) e recursos remanejados de outras rubricas do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE.
- ▶ O Banco da Mulher Paranaense, que disponibiliza crédito com taxas de juros mais baixas para empreendimentos que têm mulheres como proprietárias ou sócias, atendeu 2.739 empreendedoras com a liberação de R\$ 31,0 milhões no período até setembro, mas já soma mais de R\$ 61,0 milhões desde que foi lançado, em setembro de 2019, com quase 5 mil beneficiadas.
- ▶ Contratou até outubro R\$ 190,0 milhões em operações do Setor Público para financiar projetos de municípios paranaenses para obras de infraestrutura e mobilidade urbana, aquisição de máquinas e equipamentos, construção de escolas, postos de saúde, projetos de engenharia e de eficiência energética, entre outros.
- ▶ Realizou uma campanha para sensibilizar e estimular a clientela a procurar a instituição e solicitar a renegociação de contratos. Foram atendidos até 30 de setembro quase 2.460 empreendedores de todos os portes. Os valores dos contratos renegociados, que incluem ativos do Estado e do FDE, somam R\$ 87,5 milhões.
- ▶ A Fomento Paraná e a Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho firmaram uma parceria para retomar a contratação de microcrédito na Agência do Trabalhador de Curitiba, a fim de estimular o empreendedorismo apoiando a implantação, manutenção ou ampliação de pequenos negócios. Em cinco meses a parceria rendeu mais de R\$ 1,0 milhão em crédito liberado.
- ▶ A Agência participa do programa Banco do Agricultor Paranaense, que visa reduzir as taxas de juros de financiamentos de crédito rural contratados junto ao BRDE e ao Banco do Brasil. A subvenção é feita por meio do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), que tem a Fomento Paraná como

gestora. O Conselho de Investimentos do FDE destacou R\$ 41,0 milhões para equalizações do programa, que beneficia principalmente agricultores familiares, mas atende a outros portes de empreendimentos com linhas de crédito para projetos que envolvem energias renováveis e irrigação. Até setembro foram contratados pelas instituições credenciadas R\$ 11,0 milhões em operações.

- ▶ O BNDES renovou o limite para operações de crédito da Fomento Paraná com repasse de recursos da instituição federal para o período de julho de 2021 a junho de 2022, na ordem de R\$ 123,9 milhões.
- ▶ Está presente em 280 municípios com agentes de crédito ou correspondentes, com um total de 427 postos de atendimento.
- ▶ Colocou em operação o Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (FAMPE), em parceria com o SEBRAE. O Fundo é uma opção de garantia ao aval de terceiros em operações de microcrédito, uma antiga demanda da clientela da instituição e dos parceiros. O FAMPE pode garantir até R\$ 48,0 milhões em operações de microcrédito.
- ▶ Ultrapassou a marca de 50 mil clientes ativos. Já são mais de 53 mil empreendedores informais, MEIS, microempresas e de pequeno e médio porte, que contrataram empréstimos ou financiamentos com recursos próprios da instituição, do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), repasses do BNDES, BRDE ou da FINEP, e clientes de Ativos do Estado.
- ▶ Com recursos do FDE, a Fomento Paraná destinou até outubro R\$ 8,4 milhões para pagamento da subvenção do prêmio do Seguro Rural para apoiar o Programa de Seguro Rural para a Agricultura Familiar, gerenciado pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB. A subvenção reduz em até 50,0% o custo que o produtor paga a título de prêmio pela apólice de seguro beneficiando 29 culturas agrícolas.
- ▶ Foi aprovada a Lei n.º 20.743/2021 (Lei do BADEP), que instituiu o Programa de Recuperação dos Ativos e Créditos oriundos das operações de titularidade do estado do Paraná, resultantes da liquidação do Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná (BADEP). O objetivo da lei é tornar viável a regularização dos débitos, das obrigações e dos demais acréscimos legais desses créditos.

1.8 COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PARANÁ (CELEPAR)

Fundada em 1964, a CELEPAR foi a primeira empresa pública de tecnologia da informação do País. Tem o objetivo de identificar, desenvolver, implantar e operar soluções digitais para a sociedade, que transformam o Estado em um prestador de serviços mais simples, digital e intuitivo, otimizando processos, eliminando burocracias e simplificando a relação entre governo e cidadão.

Busca o aprimoramento do desempenho e inovação da administração pública, melhorando os resultados do Governo em termos de operação e gestão, com a consequente melhoria dos serviços prestados.

1.8.1 Principais Realizações

1.8.1.1 Governo Digital

O Paraná Inteligência Artificial (PIÁ) é uma solução de inteligência artificial que vem ofertando serviços públicos à população de forma simples e intuitiva. São mais de 500 mil usuários cadastrados usufruindo de 689 serviços publicados, sendo: 654 do Governo do estado do Paraná; 23 serviços municipais e 12 serviços federais. O aumento em 2021, no número de serviços foi de 12,0%. Vários processos são facilitados pelo PIÁ, como: consulta, geração de código para pagamento e emissão da segunda via da conta de água e luz; consulta ao crédito no Nota Paraná; verificação do boletim escolar dos filhos; matrícula na rede estadual e agendamento de horário para procurar vaga de emprego na Agência do Trabalhador; emissão de Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo em meio eletrônico (CRLV-e) para pessoa jurídica; acionar Botão do Pânico virtual - vítimas de violência doméstica; e serviços de abertura, alteração e fechamento de empresas da Junta Comercial (21 serviços).

1.8.1.2 Soluções Desenvolvidas na Pandemia da COVID-19

- ▶ Vacinômetro e *Business Intelligence (BI)* da Vacinação da COVID-19 - informações com atualização regular sobre a vacinação contra a COVID-19 no Estado. O Vacinômetro, no site da Secretaria de Estado da Saúde (SESA), mostra a quantidade de paranaenses vacinados e por dose: primeira e segunda doses. O *BI* mostra a distribuição de vacinas, as doses aplicadas (primeira e segunda) por regionais e municípios do Paraná, permitindo transparência em relação a esses dados no estado do Paraná.
- ▶ Gestão Leito Privado COVID-19 e Atendimento das Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) - estruturação e implantação do Sistema de Gestão Hospitalar e Ambulatorial do SUS (GSUS) para ser utilizado nos hospitais privados e filantrópicos para controle de internações em leitos reservados exclusivamente para COVID-19, bem como controlar os pronto-atendimentos de pacientes em hospitais e UPAs, visando a gestão de leitos e o controle de uso de equipamentos de ventilação mecânica em pacientes.

1.8.1.3 Soluções para Segurança Pública

- ▶ Delegacia Eletrônica (DE) - Violência Doméstica e Estelionato - nova versão da DE com os novos fluxos (Estelionato e Violência Doméstica), além de melhorias no registro da ocorrência, tais como: validação do noticiante no Instituto de Identificação do Paraná (IIPR).
- ▶ SESP Laudos Coleta - serviço com o objetivo de facilitar a identificação por impressões digitais no Estado. Permite a automação e descentralização das pesquisas papiloscópicas, gerando um resultado mais rápido.

- ▶ **Investigação Inteligência** - disponibilização de novo sistema de Investigação utilizando o IDAA (IBM DB2 *Analytics Accelerator*) para busca e cruzamento de dados das diversas bases da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP), voltado principalmente para as áreas de investigação e inteligência das polícias. O uso de novas tecnologias propiciou uma maior integração entre as consultas e melhoria significativa na usabilidade.
- ▶ **Sistema de Carteiras Funcionais** - sistema que prevê o gerenciamento dos dados para a emissão de carteiras funcionais para a Polícia Civil do Estado do Paraná (mas também poderá ser utilizado pela Polícia Científica, Polícia Militar e Departamento Penitenciário). No escopo deste projeto também foi incluído o gerenciamento de chancelas, porta documentos e insígnias. O sistema irá prover relatórios de acompanhamento de todo o conjunto documental assim como todo o suporte para a gestão e acompanhamento da impressão das carteiras funcionais com terceiros.
- ▶ **Canal de Denúncia contra o Tráfico de Pessoas** - canal de comunicação entre a sociedade e o Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do estado do Paraná, para denunciar crimes dessa natureza.

1.8.1.4 Soluções para Agricultura e Agropecuária

- ▶ **Sistema de Plataforma de Gestão Agropecuária (E-PGA)** - envio de informações de trânsito animal para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).
- ▶ **Cadastro de Prestador de Serviço (Sistema Reida)** - novo módulo para os prestadores de serviço cadastrados na ADAPAR, com funcionalidades: cadastro; manutenção; regularização; vínculo de comerciante de agrotóxico com prestador de serviços; emissão de certificado para prestador de serviço e também para comerciante de agrotóxico; emissão de taxas do módulo prestador de serviços; adequações no comerciante de agrotóxico; migração dos comerciantes de agrotóxicos cadastrados como prestadores de serviços.

1.8.1.5 Soluções para Meio Ambiente

- ▶ **Integração SGA/DEA** - integração do Sistema de Gestão Ambiental (Emissão de licença ambiental) com o sistema de Declarações Atmosféricas (lançamentos de declarações atmosféricas realizados pelas empresas).
- ▶ **Sistema Contabilizando Resíduos** - com dois módulos: a) Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) - que tem como objetivo realizar o cadastro das informações sobre a gestão dos resíduos sólidos urbanos, dedicado aos municípios paranaenses (o cadastro das informações deve ser realizado pelos gestores públicos municipais); e b) Módulo Logística Reversa (LR) - destinado a fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes ou seus representantes, de produtos e embalagens pós-consumo sujeitos à logística reversa.

1.8.1.6 Soluções para Educação

- ▶ **Consolidação das matrículas *online*** no Sistema Estadual de Registro Escolar (SERE) - a consolidação das matrículas, registradas anteriormente pelo sistema da área do aluno na funcionalidade da

matrícula *online*, para o sistema SERE pelas Escolas da Rede Estadual de Ensino. Compreende a criação das turmas e a distribuição dos alunos por salas.

- ▶ Nova versão do *app* Escola Paraná - desenvolvimento e implantação da nova versão do *app* Escola Paraná na versão 2.0, disponibilizado na plataforma *Android* e *Apple*. Neste *app* foram disponibilizadas informações como frequência (faltas), aulas realizadas, conteúdos previstos, grade, notas, notícias e avisos. O aluno ou o responsável faz o *login* e recebe todas as suas informações disponíveis por data, turma e outros filtros que desejar.
- ▶ Novo módulo de planejamento de aulas sistema Registro de Classe *Online* (RCO) - implantação do módulo de planejamento de aulas no sistema RCO 2.0 aos professores da Rede Estadual de Ensino. Com esta nova funcionalidade os professores podem fazer o planejamento prévio dos conteúdos que serão aplicados em sala de aula; o sistema está disponível para tanto no *app* quanto na versão *web*.

1.8.1.7 Soluções para o Trânsito

- ▶ Sistema Integrado de Gestão de Atendimento (SIGA) - plataforma de atendimento *online* que visa orquestrar o atendimento ao público que busca os serviços do DETRAN-PR. A partir do SIGA é oferecido ao cidadão a possibilidade de consumir um serviço completamente *online* ou marcar um horário e local para atendimento físico.
- ▶ Novo Portal de Serviços DETRAN - estão sendo lançados os seguintes serviços personalizados: nova área personalizada de atendimento (*dashboard*); renovação da Carteira Nacional de Habilitação-CNH simplificada; 2ª via da CNH com alteração de endereço do condutor; PID com alteração de endereço do condutor; alteração de endereço *online* (veículos e habilitação simultaneamente); emissão de CRLV-e e CRLV-e PJ simplificado (Placa + Renavam + CNPJ); piloto do Pagamento *online* com cartão de débito e serviços de infrações (Recursos e Identificação de condutor).
- ▶ Mapa Interativo do Sistema Rodoviário Estadual, o GEODER - ferramenta que traz detalhes sobre todas as rodovias estaduais, federais e concessionadas que compõem a malha viária do Paraná, com base nas informações geográficas do DER/PR.

1.8.1.8 Soluções para a Saúde

- ▶ Substituição do Sistema de Informação do Laboratório de Instrumentação do Ensino (SILIE) pelo sistema GSUS para controle de imunobiológicos especiais (vacinas especiais) de controle obrigatório do Estado. A migração para o GSUS possibilitou o controle de vacinação de pacientes, a administração do estoque de insumos, como também a organização dos agendamentos das salas de vacinação para administração das vacinas.
- ▶ Novo módulo de integração das Unidade de Pronto Atendimento (UPAs) com SAMU - para os casos em que a UPA solicita o serviço de transporte do SAMU, o médico tem acesso a uma interface, em que descreve as informações do paciente e gera uma ocorrência para o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU). Através de um cálculo sobre quantidades e complexidade de cada

ocorrência em atendimento, o Sistema SAMU recebe a ocorrência da UPA e encaminha a um médico regulador para atendimento.

1.8.1.9 Soluções Estratégicas em apoio ao Governo

- ▶ Sistema Fundo Especial da Procuradoria-Geral do Estado (PGE) - sistema novo em substituição do Sistema Guias de Fundo atual com o objetivo da gestão dos honorários advocatícios de representação do Estado. A primeira entrega possibilita a requisição, cálculo, emissão de boletos e parcelamento de honorários de Ação Judicial, Receitas Diversas e Comunicação de Transferência.
- ▶ Apoio às atividades da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA) para a publicação do Balanço Geral do Estado referente ao exercício de 2020; e para a abertura exercício 2021 no sistema Novo SIAF.
- ▶ Guia de Recolhimento com pagamentos via PIX - parceria entre SEFA e CELEPAR para disponibilizar um novo modelo de emissão da guia de pagamento de taxas e tributos estaduais (GRPR) com opção para pagamento pelo PIX - a guia será emitida com um *QR Code* para este fim. Com isso, o Paraná passa a ser um dos primeiros Estados do Brasil a admitir o pagamento nessa modalidade.

1.8.1.10 Soluções Diversas

- ▶ Aplicativo PARANAPREVIDÊNCIA - lançamento de um aplicativo que possibilita aos usuários acessar diversos serviços, como consulta a contracheques e comprovantes de rendimentos para fins de imposto de renda, além da atualização cadastral.
- ▶ Paraná Pay - nova opção de utilização dos créditos do Programa Nota Paraná, criado com o objetivo de fomentar o setor de turismo do Estado. O consumidor pode converter os créditos recebidos para a conta do Paraná Pay ou ser um dos 8.000 ganhadores dos sorteios mensais de R\$ 100,00. A utilização dos créditos é através das carteiras digitais credenciadas no Programa.
- ▶ Nova versão do aplicativo Nota Paraná - lançamento da nova versão do aplicativo Nota Paraná, em uma plataforma mais moderna e de melhor usabilidade. Por meio dele o consumidor pode visualizar suas notas fiscais, acompanhar o placar com seus créditos; efetuar resgates para conta bancária e poupança; transferir crédito para pagar o IPVA; acompanhar os sorteios e consultar bilhetes; e efetuar reclamações e denúncias, além de ainda ter a opção doar as notas fiscais para as entidades sem fins lucrativos cadastradas. Além disso, nova aba do Paraná Pay.
- ▶ Nova Versão Cartão Futuro - objetiva a manutenção de 15 mil vagas de emprego de jovens aprendizes até 21 anos. Com o cadastro no *site* e comprovação do pagamento do aprendiz, a empresa pode receber via subvenção econômica R\$ 300,00 ou 450,00 por aprendiz, por 24 meses.
- ▶ AME-SE - O Portal da Mulher Paranaense - criado especialmente para as mulheres paranaenses, com intuito de apoiar mulheres a conquistarem a realização pessoal e profissional, promovendo a inserção no mercado de trabalho e de colocá-las no centro das prioridades políticas.

1.8.1.11 Incentivo à Inovação e à Transformação Digital

- ▶ *Pitch* CELEPAR - programa criado em 2020, de ação permanente e com realizações anuais tem a função de aproximar o estado do Paraná e a comunidade de inovação cujo objetivo é conectar empresas com soluções criativas e inovadoras, para que possam ajudar a resolver os desafios do Estado e elevar a qualidade de vida do cidadão paranaense nas atividades de agronegócio, saúde, segurança, educação, administração pública ou qualquer outra área governamental. Em 2021, foi realizado um evento de três dias com a participação de 23 empresas apresentando suas soluções.
- ▶ *Startup Match* - solução que permite às *startups* acesso aos melhores especialistas do Paraná de maneira rápida e efetiva. Em 2021, foram cadastradas 25 empresas e 16 *matches* foram realizados.
- ▶ Programa de Aceleração dos Serviços Públicos - oficina de Aceleração de Serviços Públicos é o de explorar o capital intelectual dos colaboradores da administração pública, abrindo o caminho para a inovação e a melhoria de processos e serviços e, quando for o caso, de produtos também, mudando a ideia de que a criatividade e a inovação devem estar restritas apenas a um grupo de pessoas ou a um determinado setor.
- ▶ *Internet* das Coisas (IoT) - a gerência de inovação da CELEPAR estruturou em junho de 2021 uma área de *Internet* das Coisas (IoT), composta por especialistas focados na busca de soluções para o governo neste universo, em especial com a vinda do 5G para o Brasil.

1.8.1.12 Investimentos e Melhorias Internas da Companhia

- ▶ Universidade Corporativa CELEPAR - espaço digital para desenvolvimento de habilidades e aperfeiçoamento pessoal e profissional aos colaboradores da empresa, com diferentes Escolas de aprendizagem divididas em áreas temáticas relevantes e diversos cursos voltados à inovação e tecnologia, além de temas voltados ao desenvolvimento humano e gestão empresarial.
- ▶ Atualização da Central de Segurança - a solução corporativa de segurança de acesso aos serviços do Governo do estado do Paraná recebeu melhorias e conta com uma nova identidade visual. Disponível para proteger e viabilizar a autenticação em *sites* e aplicativos de serviços ao governo e aos cidadãos paranaenses, com foco no entendimento da autenticação do cidadão em diversos serviços do Governo, numa identificação unificada. Para as secretarias e órgãos, isso também contribui com o suporte digital e com o autoatendimento, assegurando também que os usuários não caiam em *sites* não oficiais ou hackeados. SAMU, e-Protocolo, *app* 190, Sistema de Gestão de Materiais e Serviços (GMS), Sistema de Gestão Hospitalar e Ambulatorial do SUS (GSUS) e Paraná Serviços são algumas das quase 200 aplicações que contarão com essa atualização.

1.9 DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ (DETRAN/PR)

O Departamento de Trânsito do Paraná (DETRAN/PR) destaca-se por ser responsável pelo planejamento, coordenação, supervisão e execução das atividades de trânsito no estado do Paraná,

com fulcro nas determinações da Lei Federal n.o 9.503, de 23 de setembro de 1997 e demais legislações pertinentes. O DETRAN é um órgão executivo do Sistema Nacional de Trânsito no Paraná, vinculado à Casa Civil, com arrecadação própria e autonomia na gestão de seus recursos calcado nos procedimentos que orientam a realização de despesas, com fulcro no previsto na Lei Federal n.o 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei Estadual n.o 15.608, de 16 de agosto de 2007 e suas alterações.

Tem a missão de executar as políticas de trânsito no estado do Paraná com agilidade e eficiência para oferecer um serviço de qualidade ao cidadão, de modo a sensibilizar a população paranaense para um trânsito mais seguro e tornar o processo de veículos e de habilitação menos burocrático, simplificando os serviços prestados por meio de ações de planejamento capazes de promover a modernização e o cumprimento da sua missão. Respeito, ética, comprometimento, transparência e trabalho em equipe são os valores da autarquia.

1.9.1 Principais Realizações

1.9.1.1 Tecnologia

- ▶ CRLV-e para Veículo registrado à Pessoa Jurídica - disponibilizado acesso com e-CNPJ para empresas emitirem o CRLV-e um a um ou em lote, garantindo agilidade e praticidade no atendimento a empresas com frota de veículos.
- ▶ Simplificação da emissão do CRLV-e - ajustada às regras de emissão para permitir a emissão de CRLV-e de pessoa física e jurídica pelo Sistema Integrado de Gestão de Atendimento (SIGA).
- ▶ Pagamento *online* com cartão de débito - realizada integração com Banco do Brasil para permitir o pagamento *online* de guias com cartão de débito multibancos.
- ▶ Entrega *online* de documentos - desenvolvida função que permite que o cidadão emita os documentos gerados em processos de veículos sem ter que retornar à unidade de atendimento.
- ▶ Pauta eletrônica (APP) - desenvolvimento de aplicação *mobile* para aplicação de exames práticos com lançamento de resultados *online*.

1.9.1.2 Parceiros

A seguir as atividades que foram desenvolvidas e implantadas, e facilitarão os processos de credenciamento e controle de agentes externos que prestam serviços à população paranaense, em complemento às atividades do órgão:

- ▶ Estampadoras de Placas Veiculares - cadastramento de todas as Estampadoras de Placas Veiculares, credenciadas pela Secretaria Nacional de Trânsito (SENATRAN) - Resolução n.o 780/2019 - CONTRAN.
- ▶ Desmontagem de Veículos - continuidade de regularização das empresas de Desmontagem de Veículos, nos termos da Lei Federal n.o 12.977/2014.

- ▶ Homologação de empresas de parcelamento de débitos - mediante empresas credenciadas junto ao SENATRAN e habilitadas pelo DETRAN/PR, a qual permitirá ao cidadão paranaense parcelar os débitos de seu veículo.

1.9.1.3 Educação

Em 2021, foram intensificados o desenvolvimento e a execução de projetos voltados ao cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual 2020-2023. Dentre as ações realizadas, estão:

- ▶ Operação Verão - ações educativas de trânsito focadas aos veranistas que estão em período de férias no litoral do estado do Paraná.
- ▶ Movimento Maio Amarelo - ação coordenada entre o poder público e a sociedade civil com o objetivo de colocar em pauta o tema segurança viária e mobilizar diversos segmentos da sociedade como: órgãos de governos, empresas, entidades de classe, associações, federações e sociedade civil organizada. Atividades realizadas durante a campanha: *blitze* educativas; *drive-thru* com motoristas e motociclistas; *bike stop*; abordagem educativa em empresas privadas; exposição temática; carreata educativa; visitas educativas e ação trampo seguro.
- ▶ Dia Nacional do Ciclista - *blitz* educativa; passeio ciclístico e bate-papo com alunos de escolas de ensino fundamental e médio.
- ▶ Semana Nacional de Trânsito (SNT) - conforme disposto no art. 326 do Código de Trânsito Brasileiro-CTB, é comemorada anualmente entre os dias 18 e 25 de setembro. Atividades realizadas durante a SNT: teatro educativo; abordagem educativa; Feira de trânsito; Operação Vida na Via; Paraná Cidadão; Ação volta as aulas; Contação de histórias; Operação *Happy Hour* e Operação *Bike Stop*.

1.9.1.4 Infraestrutura

Foram investidos cerca de R\$ 4,5 milhões em serviços de reformas, reparos, manutenções e melhorias em 20 municípios. As novas estruturas do órgão ofertaram mais comodidade ao cidadão e melhores condições de trabalho aos colaboradores do Departamento, além da elaboração de projeto, execução e acompanhamento da construção do Detranzinho em Curitiba, uma minicidade que vai possibilitar noções reais de vivência de situações no trânsito para as crianças, fazendo com que aprendam direitos e deveres nas vias. Os projetos de Sinalização Viária Urbana irão contemplar aproximadamente 100 municípios paranaenses.

1.9.1.5 Habilitação

Foram emitidas 918.913 habilitações e 3.614 Permissões Internacionais para Dirigir (PID), com projeção de até o final de 2021 serem emitidas 1.263.913 CNHs e 4.914 PIDs. A seguir as principais realizações da área de habilitação:

- ▶ Aulas Híbridas - possibilidade de realizar as aulas de forma híbrida, ou seja, tanto na modalidade presencial quanto na modalidade remota para o curso teórico para a formação do condutor.

- ▶ Notificação de Exame Toxicológico - envio de notificação aos condutores avisando sobre o vencimento do exame toxicológico periódico.
- ▶ Tempo de Prova Eletrônica - dobro do Tempo de realização da Prova Eletrônica quando candidato apresentar Dislexia.
- ▶ Cursos Especializados EAD - os candidatos aos cursos de Transporte coletivo de Passageiros, Transporte de Escolares, Transporte de Produtos Perigosos, Condutor de Emergência, Motofrete e Mototáxi poderão realizar seus cursos na modalidade ensino a distância.

1.9.1.6 Infrações

Seguem as principais realizações da área de infrações do DETRAN/PR:

- ▶ Sistema de Notificação Eletrônica (SNE) - integração do DETRAN/PR ao Sistema de Notificação Eletrônica da Secretaria Nacional de Trânsito (SNT), solução que permite enviar notificações, comunicados e documentos em formato digital a empresas e cidadãos por meio da *web* e/ou Aplicativo.
- ▶ Talonário Eletrônico - acompanhamento do projeto-piloto juntamente com o Batalhão de Polícia de Trânsito-BPTRAN, para implantação do talonário eletrônico.
- ▶ Ampliação do canal de atendimento - ampliação dos serviços disponibilizados no canal de atendimento no Portal do DETRAN/PR, no qual os cidadãos podem realizar de forma *online*, serviços como: protocolar defesa, recurso ou solicitar advertência por escrito para autos de infração DETRAN/PR; indicação de condutor; apresentar defesa e recurso para suspensão do direito de dirigir e cassação do documento de habilitação; apresentar adendo para defesas e recursos no DETRAN/PR e consultar recurso de pontuação ou suspensão da carteira de motorista.

1.9.1.7 Veículos

As principais melhorias na área de veículos foram:

- ▶ Emissão do CRLV-e pelo *site* do DETRAN/PR - esse documento de porte obrigatório era gerado em formato físico e encaminhado pelos correios, agora são disponibilizados *online* através do *site*.
- ▶ Serviços de despachantes mais ágeis - a fim de evitar o deslocamento desnecessário do cidadão, o DETRAN/PR possibilitou a finalização de vários processos de veículos pelos despachantes.
- ▶ ATPV-e - desenvolvida função que permite ao cidadão emitir Autorização para Transferência de Propriedade do Veículo *online*, equivalente ao preenchimento do recibo de compra e venda *online*.

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA

2 COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA (COPEL)

A Companhia Paranaense de Energia (COPEL), criada em outubro de 1954, é a maior empresa do Paraná e atua com tecnologia de ponta nas áreas de geração, transmissão, distribuição, comercialização de energia elétrica, além de telecomunicações.

Opera um abrangente e eficaz sistema elétrico com parque gerador próprio de usinas, linhas de transmissão, subestações, linhas e redes elétricas do sistema de distribuição e um moderno e poderoso sistema óptico de telecomunicações que integra as principais cidades do Estado.

A COPEL, por ser uma empresa de capital aberto, alinha suas práticas às exigências estabelecidas para as empresas listadas no Nível 1 de Governança da B3 atendendo aos dispositivos das Leis Federais n.o 6.404/1976 e n.o 13.303/2016, regras da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e demais legislações aplicáveis no Brasil. No exterior, a Companhia cumpre as normas da *Securities and Exchange Commission* (SEC) e da *NYSE*, nos Estados Unidos; do *LATIBEX* da *Bolsa y Mercados Españoles*, na Espanha.

Tem como missão prover energia e soluções para o desenvolvimento com sustentabilidade.

2.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

2.1.1 Geração de Energia Elétrica

2.1.1.1 Operação e Manutenção de Usina

No âmbito da operação e manutenção do parque gerador, encontram-se em andamento obras e projetos para assegurar maior confiabilidade ao sistema elétrico. Destacam-se:

- ▶ Usina Hidrelétrica (UHE) Governador Bento Munhoz da Rocha Netto (GBM) - conclusão do processo de modernização. O projeto de modernização iniciado em 2010 teve a última unidade geradora finalizada em agosto de 2021, de um total de quatro unidades geradoras modernizadas. A finalização do contrato ocorrerá em setembro de 2022 após a emissão do Certificado de Aceitação Final (CAF) da última unidade geradora.
- ▶ Usina Termelétrica (UTE) Figueira - a modernização visa aumentar sua eficiência e atender a legislação vigente, reduzir a emissão de gases e partículas resultantes da queima do carvão e atender a legislação ambiental. Em 2020, foi necessária a rescisão contratual com a empreiteira e realizado o processo licitatório para celebrar novo contrato com o objetivo de finalizar a obra. Em 2021, as obras foram retomadas, com previsão de entrada em operação até o final do ano.

- ▶ Modernização UHE Chopim - visa reestabelecer a confiabilidade e segurança da usina que está em operação desde 1963. A modernização será concluída em maio de 2022.
- ▶ Em 2021, realizou-se a manutenção da certificação do sistema de gestão integrado, nas normas de Qualidade (ISO 9001) e Ambiental (ISO 14001) e feita a migração da norma de Saúde e Segurança no Trabalho - SST da OHSAS 18001 para a ISO 45001.

2.1.1.2 Expansão da Geração de Energia

- ▶ Pequena Central Hidrelétrica Bela Vista - empreendimento da Bela Vista Geração de Energia S.A., subsidiária da COPEL Geração e Transmissão S.A., teve as obras iniciadas em junho de 2019 e investimento total de aproximadamente R\$ 217,0 milhões. A PCH Bela Vista encontra-se em fase final de execução, entre os municípios de Verê e São João, no Rio Chopim, e terá potência instalada de 29,81 MW. O reservatório deste aproveitamento hidrelétrico foi formado na primeira quinzena de abril de 2021. As três unidades geradoras da Casa de Força principal entraram em operação comercial, respectivamente em 12 de junho, 10 de julho, e 15 de agosto de 2021. Em novembro, deve ser finalizada a desmobilização do canteiro de obras. Desde abril de 2021 foi entregue para comunidade local uma ponte com 200 m de extensão sobre o reservatório da PCH, permitindo a conexão rodoviária entre os municípios de São João e Verê.
- ▶ Complexo Eólico Jandaíra - empreendimento da SPE Jandaíra S.A., subsidiária da COPEL Geração e Transmissão S.A., teve as obras iniciadas em janeiro de 2020 e seu investimento total será de aproximadamente R\$ 411,0 milhões. O Complexo Eólico Jandaíra é composto por quatro Parques Eólicos, totalizando 90,1 MW, divididos da seguinte maneira: a) Jandaíra I - três Aeroogeradores de 3,465MW; b) Jandaíra II - sete Aeroogeradores de 3,465MW; c) Jandaíra III - oito Aeroogeradores de 3,465MW; e d) Jandaíra IV - oito Aeroogeradores de 3,465MW.

A linha de transmissão de 230 kV tem uma extensão de 15,6 Km e a SE 230 kV é de 200 MVA. O complexo está localizado no estado do Rio Grande do Norte, nos municípios de Jandaíra e Pedra Preta. Em setembro de 2021 teve início a montagem das torres de concreto e a conclusão da obra está prevista para 01/07/2022 (entrada em operação comercial da última máquina). A futura produção foi vendida pela Copel pelo preço de R\$ 98,00 o MWh no leilão de energia nova A-6, promovido no dia 18/10/2019, pela ANEEL.

2.1.1.3 Participação em Leilões de Energia Nova

Ao longo de 2021 a ANEEL planejou a realização de três Leilões de Energia Nova. Foram realizados os Leilões A-3 e A-4 (33º LEN e 34º LEN), nos quais foram negociados 419,2 MW médios, com investimentos estimados da ordem de R\$ 3,7 bilhões, e o Leilão A-5 (35º LEN), no qual foram negociados 375 MW médios, com investimentos da ordem de R\$ 2,78 bilhões, totalizando 794 MW médios. O total de 794 MW médios negociados em 2021 foi bem abaixo da média observada nos últimos anos, sendo o segundo menor valor contratado por ano desde 2013. A baixa demanda por

energia em 2021 é consequência especialmente dos impactos econômicos decorrentes da pandemia da COVID-19 que continuou influenciando diretamente o consumo de energia e as expectativas de retomada do crescimento econômico no País. Esse cenário de excesso de projetos e escassez de demandas dos leilões provocado pelo baixo crescimento econômico, em conjunção com a migração de consumidores para o mercado livre e a expansão da Geração Distribuída, acabaram aumentando a competitividade e reduzindo a margem das empresas nos leilões, retirando a previsibilidade sobre o crescimento do mercado regulado e interesse pelos leilões de geração de energia. Esse impacto pode ser constatado pelo resultado do Leilão A-5 onde apenas cinco distribuidoras (CELPA, CEMAR, CPFL Jaguari, CPFL Paulista e Light) declararam interesse em contratar energia no leilão. Por esta razão, até a data de elaboração deste relato, não há registro de participação da COPEL em leilão regulado de energia nova.

2.1.1.4 Outras Fontes de Energia Renovável

A COPEL, em consonância com o planejamento estratégico corporativo, tem o propósito de conquistar protagonismo na matriz energética brasileira com a geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas renováveis. Para isso estão em operação parques com capacidade instalada total de 593,0 MW, sendo 183,6 MW referentes ao Complexo Brisa Potiguar; 94,0 MW referentes ao Complexo São Bento; 2,5 MW da Usina Eólica de Palmas; 180,6 MW do Complexo Cutia e 132,3 MW do Complexo Bento Miguel. Adicionalmente, a Companhia possui 52,92 MW referentes a participações societárias de 49,0% no Complexo de Parques Eólicos de São Miguel do Gostoso I, no estado do Rio Grande do Norte.

A COPEL GeT, em consórcio com a subsidiária Cutia Empreendimentos Eólicos, participou do leilão A-6 realizado em outubro de 2019, tendo vendido 14,4 MW médios do Complexo Eólico Jandaíra ao preço de R\$ 98,00/MWh, com prazo de suprimentos de 20 anos. O montante de energia vendida representa 30,0% da garantia física, sendo que o restante da energia foi comercializado por meio de contratos no ambiente livre.

Com um investimento estimado em R\$ 411,0 milhões, o Complexo Eólico, que terá 90,09 MW de potência instalada e garantia física de 47,6 MW, será construído nos municípios de Jandaíra e Pedra Preta, no estado do Rio Grande do Norte. As obras encontram-se em estágio avançado, com sua operação comercial prevista para julho de 2022.

Em 2021 a COPEL GeT assinou contrato com a Voltalia Energia do Brasil S/A para a aquisição de 100% do Complexo Eólico Vilas (Empreendimento), com 186,7 MW de capacidade instalada. O valor total da transação (*Enterprise Value*) é de R\$ 1.059 milhões. O fechamento da transação ocorrerá em 30 de novembro de 2021, após cumprimento de condições precedentes.

O empreendimento estará totalmente em operação até a data de fechamento da Aquisição (*Brownfield*) e é formado por um conjunto de cinco Parques Eólicos, localizados no município de Serra do Mel -RN, o que permite um elevado fator de capacidade de 56,9% e energia certificada (P50) de

106,3 MW médios. Há estimativa de que até o início do suprimento de energia no ambiente regulado em 2023 e 2024, a energia já estará comercializada no ambiente livre (ACL).

Com a aquisição, a capacidade instalada de geração eólica será incrementada em 29,0%, com a mesma estrutura de gestão operacional, permitindo assim uma sinergia operacional com demais empresas do grupo que compartilham a mesma estrutura no Rio Grande do Norte: com 100% de participação: Complexo Brisa Potiguar, Complexo São Bento, Complexo Cutia, Complexo Bento Miguel, e o Complexo Jandaíra (em implantação), e com 49,0%, o Complexo São Miguel do Gostoso I.

Com a adição de capacidade, a fonte eólica passará a representar 13,8% do portfólio de geração de energia da COPEL, o que traz benefícios ao portfólio com o incremento de energia incentivada e a redução da exposição ao risco hidrológico.

2.1.2 Transmissão de Energia Elétrica

2.1.2.1 Novos Empreendimentos

A Linha de Transmissão 525 kV Curitiba Leste-Blumenau, empreendimento de transmissão previsto no Contrato de Concessão 06/2016-ANEEL, circuito simples com aproximadamente 142 km, com origem na Subestação Curitiba Leste, no município de São José dos Pinhais e término na Subestação Blumenau no estado de Santa Catarina, entrou em operação comercial no dia 01/04/2021. Em conjunto com os demais empreendimentos vinculados a esse contrato de concessão, que entraram em operação comercial no ano de 2019, totalizam mais de R\$ 560,0 milhões em investimentos e uma receita para COPEL, na ordem de R\$ 115,0 milhões, de acordo com a Resolução Homologatória ANEEL n.o 2725/2020 para o ciclo 2020/2021.

Resoluções Autorizativas - a COPEL GeT tem as obras provenientes das resoluções autorizativas, com o objetivo de ampliar e melhorar as instalações existentes. São elas:

- ▶ Resolução Autorizativa n.o 7384, de 09/10/2018, com investimento de cerca de R\$ 111,0 milhões e receita anual permitida de aproximadamente R\$ 15,0 milhões. Todos os empreendimentos entraram em operação em 2021, os quais: a) SE Realeza Sul 230 Kv - instalação de 2º Transformador 230/138 kV- 150 MVA e demais obras permitindo a operação; b) SE São Mateus do Sul 230 kV - substituição dos Transformadores Trifásico 230/34,5/13,8 kV 31,5 MVA por outros dois de Transformadores 230/34,5/13,8 kV - 50 MVA; c) SE Pato Branco 230 kV - substituição dos Autotransformadores Trifásico TRA 230/138 kV- 50 e 75 MVA por outros dois Autotransformadores Trifásico 230/138 kV - 225 MVA; d) SE Ponta Grossa Sul 230 kV - instalação do Banco de Capacitores 138 kV - BC2 de 15 Mvar na barra de 138 kV; e) LT 230 kV Londrina (CGT Eletrosul) - Ibiporã C1 e C2 - Recapacitação da LTs (C1 e C2) para corrente de longa duração de 570 A para 879 A e de corrente de curta duração de 718 A para 950 A; e f) SE Ibiporã 230 kV - implantação de reforços em instalações de transmissão - adequação dos módulos de conexão de

entradas de linha associados à recapacitação da LT 230 kV Londrina (CGT Eletrosul) - Ibioporã C1 e C2, no pátio de 230 kV da subestação.

- ▶ Resolução Autorizativa n.o 7.515, de 11/12/2018, com investimento de cerca de R\$ 70,0 milhões e receita anual permitida de aproximadamente R\$ 9,5 milhões, a partir da entrada em operação comercial. Os seguintes empreendimentos entraram em operação no ano de 2021: a) SE Ponta Grossa Norte 230 kV - substituição de um Transformador Trifásico TF2 230/34,5/13,8 kV - 50 MVA; b) SE Umbará 230 kV - substituição do Transformador Trifásico TF A 230/69-13,8 kV - 150 MVA; c) SE Maringá 230 kV - substituição do Autotransformador Trifásico TR B 230/138 kV- 150 MVA por outro Autotransformador e as devidas adequações dos circuitos de manobras (DJs, TC e SECCs); e d) SE Uberaba 230 kV - substituição do Transformador Trifásico TF A 230/69-13,8 kV - 150 MVA. Desta resolução, tem previsão para entrada em operação no primeiro semestre de 2022 os seguintes empreendimentos: a) SE Cascavel 230 kV - implantação de reforços em instalações de transmissão - adequação de módulo de conexão de transformador e instalação de novos equipamentos no pátio de 230 kV da subestação; e b) SE Ponta Grossa Norte 230 kV - substituição de um Transformador Trifásico TF1 230/34,5/13,8 kV - 50 MVA.
- ▶ Resolução Autorizativa n.o 8.543, de 30/01/2020, com investimento de cerca de R\$ 33,0 milhões e receita anual permitida de aproximadamente R\$ 4,3 milhões, a partir da entrada em operação comercial, cujo prazo previsto pela ANEEL é o 1º semestre de 2023, das seguintes recapacitações de linhas de transmissão: a) Recapacitação de 29 km da LT 230kV Bateias-Pilarzinho de 610/870 A para 861/990 A, para condição de operação normal e em emergência, respectivamente, envolvendo a troca de cabos condutores e de 16 torres; e b) Recapacitação de 28 km da LT 230 kV Pilarzinho-Santa Mônica de 693A para 861/990 A, para condição de operação normal e em emergência, respectivamente, envolvendo a troca de cabos condutores e de 61 torres.
- ▶ Resolução Autorizativa n.o 9.219, de 24/09/2020, com investimento de cerca de R\$ 39,0 milhões e receita anual permitida de aproximadamente R\$ 6,0 milhões, a partir da entrada em operação comercial, cujo prazo previsto pela ANEEL é o 1º semestre de 2024, das seguintes implantações: a) SE Guaíra 230kV - substituição do transformador ATF-A trifásico 230/138 kV, de 150 MVA por uma unidade de 225 MVA (novo) e Instalação do 3º ATF 230/138 kV 225 MVA (novo).
- ▶ Resolução Autorizativa n.o 9.564, de 21/12/2020, com investimento de cerca de R\$ 21,0 milhões e receita anual permitida de aproximadamente R\$ 3,4 milhões, a partir da entrada em operação comercial, cujo prazo previsto pela ANEEL é o 1º semestre de 2023, das seguintes implantações: a) SE Sarandi - substituição do transformador ATF-A trifásico 230/138 kV, de 150 MVA por uma unidade de 225 MVA (novo) e Instalação do 3º ATF 230/138 kV 225.
- ▶ Resolução Autorizativa n.o 9.741, de 26/02/2021, com investimento de cerca de R\$ 5,034 milhões e receita anual permitida de aproximadamente R\$ 691 mil, a partir da entrada em operação comercial, cujo prazo previsto pela ANEEL é o 2º semestre de 2023, das seguintes implantações:

a) Recapitação da LT Campo Comprido-Santa Quitéria com troca dos cabos CAA 636 MCM Grosbeak e 6 cabos CAA 397 ,5 MCM Íbis existentes na LT por cabo T-ACSR 636 MCM T-Rook visando aumento da capacidade de corrente para 969 A em longa duração e 1085 A em curta duração. Adequações no *bay* 230 kV na SE Campo Comprido.

2.1.3 Regularização Fundiária

- ▶ Reassentamentos Usina Hidrelétrica Governador José Richa - em 2021 foram transferidas 33 matrículas nas Fazenda Flamapec, Fazenda Nova Prata e Fazenda Refopas, totalizando até outubro de 2021, 733 matrículas transferidas, ou 64,75% das áreas destinadas aos reassentados e Associações, também tiveram sequência os processos de regularização das Fazendas Varguinhas, Três Barras, Liasi e Agroibema, sendo que as duas primeiras estão em fase final de regularização.
- ▶ Também houve atuação no Programa de Reassentamento da Usina Governador Ney Braga, com a realização das atividades necessárias para a transferência das áreas comunitárias do reassentamento Segredo I. Também foram realizados os registros das transferências das áreas do reassentamento Segredo II, para a COPEL.
- ▶ (PCH) Bela Vista, localizada entre os municípios de São João e Verê, sudoeste do estado do Paraná, foram realizadas as atividades que permitiram a desapropriação de 58 propriedades rurais, para a formação do reservatório e 77 casos de negociação para instituição de servidão de passagem da Linha de Transmissão 138 kV Bela Vista x Dois Vizinhos, além de pagamento dos danos e registros imobiliários das propriedades atingidas.
- ▶ Parques Eólicos Jandaíra I, II, III e IV - atuação na gestão de contratos de arrendamento, pagamento de compensação social e liberação fundiária e instituição de servidão de passagem, que irão propiciar a implantação dos quatro Parques Eólicos, no município de Jandaíra e Pedra Preta, bem como da Linha de Transmissão 138 kV Jandaíra x João Câmara III, no Rio Grande do Norte.
- ▶ Linha de Transmissão 525 kV BLU-CTL - realização dos trabalhos de liberação de faixa, instituição de servidão de passagem e pagamento de dano para execução das obras de implantação da Linha de Transmissão 525 kV Blumenau-Curitiba Leste em 507 propriedades, distribuídas entre o Paraná e Santa Catarina.

2.1.4 Distribuição de Energia Elétrica

O incremento de ligações observado no ano de 2021 (acumulado até setembro) é de 67.509 consumidores, com influência principal da classe residencial. Caso esta tendência se mantenha, estima-se que ao término do ano serão faturados 4,9 milhões de consumidores, número 2,0% superior ao verificado em 2020.

2.1.4.1 Ações Relevantes da Distribuidora

O Estado do Paraná e a COPEL têm um histórico virtuoso no agronegócio e no pioneirismo tecnológico, comprovado em vários casos de sucesso, desde a eletrificação rural na década de 80 até

a universalização do atendimento atingida em 2012. Neste caminho, foi lançado em 2019, o Programa Paraná Trifásico, que visa construir 25.000 km de redes trifásicas nos entroncamentos das áreas rurais da rede da COPEL até 2025, abrangendo toda a área de concessão da Companhia com um orçamento de R\$ 2,1 bilhões. Em 2020, foram entregues mais de 2.700 km de redes trifásicas nos entroncamentos das áreas rurais com cabos protegidos e redundância. Em 2021, o objetivo é alcançar a marca de 6.300 km de redes construídas.

Em 2019, a COPEL DIS lançou o projeto ADMS, acrônimo do inglês para Sistema Avançado de Gerenciamento de Distribuição. Trata-se de um projeto de tecnologia de ponta em gestão de redes de energia, que proporcionará um passo fundamental para a entrada definitiva da Companhia na era digital, contribuindo na estratégia de transformação digital da empresa. Em 2021, houve a implantação parcial do Sistema, conforme planejamento inicial, especificamente para o módulo SCADA (Sistema de Supervisão e Aquisição de Dados), habilitando a companhia a utilizar tal ferramenta para a gestão dos seus ativos. Uma vez implantada toda a solução, o Projeto ADMS irá proporcionar à companhia a adequação dos seus sistemas de operação para o futuro das redes inteligentes e geração distribuída, tem previsão de conclusão em 2022, com investimentos na ordem de R\$ 45,0 milhões.

Com o projeto Rede Elétrica Inteligente, a COPEL iniciou a implantação da rede de distribuição mais moderna do Brasil. É uma tecnologia composta por medidores inteligentes, sistemas de comunicação de última geração e sistema de gerenciamento, que possibilita a implementação de facilidades à Companhia e seus consumidores. Na primeira fase, já contratada, serão investidos R\$ 252,0 milhões nas regiões Centro-Sul e Sudoeste, atendendo 462 mil consumidores em 73 municípios. Até o final de 2021, serão 180 mil medidores inteligentes instalados e a previsão para que seja concluída, é 2022. A segunda fase está com edital publicado e com contratação prevista para início de 2022. O escopo prevê o atendimento a 28 municípios da região centro-sul e leste do estado, com investimentos na ordem de R\$ 310,0 milhões e previsão para ser concluída em 2024. A terceira fase está com edital publicado e com contratação prevista para o primeiro trimestre de 2022. O escopo prevê o atendimento a 50 municípios da região oeste do estado, com investimento na ordem de R\$ 356,0 milhões e prevista para ser concluída em 2024.

O projeto Confiabilidade Total foi criado com o intuito de modernizar o sistema de distribuição de energia da COPEL, tornando o sistema elétrico mais robusto e seguro, melhorando a qualidade do fornecimento da energia elétrica e as informações presentes no Centro de Operação da Distribuição para tomadas de decisão. O Projeto, com previsão inicial de conclusão no final de 2022 e orçamento de R\$ 300,0 milhões, prevê o reforço dos sistemas de distribuição de energia e de comunicação com as equipes de campo da empresa. Foram construídas novas subestações e 43 municípios contam com a sua primeira subestação ou estação de chaves teleoperada. Além disso, foram implementadas redundâncias nos circuitos de alimentação de 39 Subestações, automatizados mais de 2.400

equipamentos distribuídos na rede de distribuição e implementadas melhorias nos circuitos com grande concentração de consumidores.

A Lei n.º 9.991/2000 e a Resolução Normativa Aneel n.º 920/2021 determinam a aplicação de recursos financeiros no Programa de Eficiência Energética, visando a promoção do uso eficiente da energia elétrica em todos os setores da economia. Anualmente, a COPEL DIS realiza chamadas públicas para que os consumidores apresentem propostas de projetos que demonstrem a importância e a viabilidade econômica de melhoria da eficiência energética de equipamentos, processos e usos finais de energia. Podem participar consumidores industriais, residenciais (condomínios), rurais, comerciais e de serviços, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos.

O Programa de P&D da COPEL DIS, regulamentado pela Resolução Normativa Aneel n.º 754/2016, tem como objetivo a capacitação tecnológica da Empresa e a promoção da inovação, visando à geração de novos processos ou produtos, ou o aprimoramento de suas características. A missão é produzir benefícios técnicos e operacionais, econômicos, sociais e ambientais, gerando e agregando valor para a Copel DIS e toda a sociedade.

Por meio do programa a Empresa proporciona aos pesquisadores/empregados a participação em cursos de mestrado e doutorado em linhas de pesquisas específicas alinhadas ao seu negócio, além de promover maior interação e proximidade com universidades e institutos de pesquisa.

A geração distribuída se divide entre microgeradores com potência até 75kW e minigeradores com potência entre 75kW e 5MW. No estado do Paraná são mais de 26.000 unidades ligadas em residências, comércio e indústrias, além das pequenas centrais hidrelétricas e fazendas solares. De forma geral, estas instalações visam aproveitar o potencial energético disponível no local e possibilitam sua interação com a distribuidora por meio de duas modalidades. Na modalidade de compensação de energia, a energia gerada é consumida pela própria unidade consumidora, possibilitando que o excedente de geração, quando houver, seja injetado na rede e gerado, desta maneira, um crédito de energia, que não pode ser revertido em dinheiro, mas pode ser utilizado para abater o consumo da unidade consumidora nos meses subsequentes ou em outras unidades consumidoras de mesma titularidade (desde que todas as unidades estejam na mesma área de concessão), com validade de 60 meses. Na modalidade de autoprodutor ou produtor independente, o objetivo passa a ser a comercialização da energia gerada. Ambas as modalidades operam de forma que, quando o sistema da concessionária for interrompido, estas são desligadas.

2.1.4.2 Ações Relevantes de Relacionamento com o Cliente

O Caminho do Cliente foi pensado e planejado para promover rapidez e eficácia no atendimento. Neste conceito, o cliente é encaminhado prioritariamente a ambientes onde o processo é automatizado, por meio do autoatendimento em totens, que executam diversos serviços sem necessidade de um atendente presencial. O autoatendimento tem proporcionado uma redução de 46,5% dos atendimentos realizados presencialmente.

As lojas de atendimento presencial foram reabertas gradativamente a partir de agosto de 2020, porém cerca de 20,0% do total de colaboradores, pertencentes ao grupo de risco, ainda permanecem trabalhando em *home office*. As lojas do atendimento presencial foram reabertas, cumprindo as medidas de segurança e prevenção contra a COVID-19, sendo que algumas ainda podem apresentar eventuais restrições nos dias de funcionamento.

Foram mantidos os investimentos no atendimento telefônico na Unidade Resposta Automática (URA), que identifica e supõem quais são as necessidades de atendimento, retendo aproximadamente 65,0% das ligações. Da mesma forma, houve acréscimo de suporte pelos canais virtuais (*Whatsapp*, Formulários Digitais, etc). Em 2021, ocorreu aumento de atendimentos via *Whatsapp* em relação a dezembro de 2020, passando de 20 mil para aproximadamente 200 mil atendimentos. Destaca-se a ampliação da equipe de atendimento telefônico com a contratação de novos atendentes através de licitação, o que possibilita adequar o contingente de atendimento humano conforme a demanda com mais agilidade e, como consequência, contribuindo no mercado de trabalho para o povo paranaense.

Em conformidade com os decretos governamentais que orientavam a restrição de trabalhos presenciais, foi mantida a capacidade técnica da COPEL em migrar o atendimento telefônico para as residências dos empregados, propiciando manter a liderança na qualidade do atendimento, entre as concessionárias com valores elevados e estáveis do Índice de Nível de Serviço (INS), indicador técnico medido pela ANEEL. Por outro lado, os canais digitais foram disseminados a fim de facilitar ainda mais o contato entre os paranaenses e a COPEL, dando mais segurança sanitária nesse momento de pandemia.

2.1.5 Comercialização de Energia Elétrica

Em 2021 o volume de energia comercializada pela COPEL Comercialização no mercado livre de energia aumentou significativamente. Até agosto foram comercializados 2.583 MW médios, o que levou a empresa ao topo no *ranking* de volume de energia comercializada no mercado livre por empresas do mesmo segmento, passando do 4º lugar para o 1º lugar no *ranking* das comercializadoras de acordo com os dados da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A COPEL Comercialização fornece energia para mais de 1.700 clientes, em 22 estados. Deste total de clientes, 66,0% estão localizados fora do estado do Paraná.

2.2 DESTAQUES

2.2.1 Governança Corporativa e Sustentabilidade Empresarial

O modelo de Governança Corporativa da COPEL baseia-se nos princípios de transparência, equidade, prestação de contas (*accountability*) e responsabilidade corporativa, seguindo as melhores práticas do mercado e tem como referência o Código de Melhores Práticas de Governança do Instituto

Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), buscando os melhores resultados para as partes interessadas. Com base nesses princípios, a Política de Governança da Copel estabelece o padrão e as melhores práticas a serem adotadas pela Companhia. E, para que seja permanentemente conduzida por princípios éticos, é regida pelo Código de Conduta, desenvolvido em consonância com os valores da Companhia, os Princípios do Pacto Global e os Princípios de Governança Corporativa.

2.2.1.1 Principais Melhorias em Governança Corporativa

Destaca-se a modernização do Estatuto Social da Companhia, que contemplou avanços como:

- ▶ A instituição de três comitês estatutários de assessoramento ao Conselho de Administração e a aprovação de seus Regimentos Internos: a) Comitê de Investimentos e Inovação; b) Comitê de Desenvolvimento Sustentável; e c) Comitê de Minoritários.
- ▶ A adesão ao Nível 2 de Governança Corporativa da B3 que estabelece, entre outros: a) *Tag along* de 100% para as ações ordinárias e preferenciais, conferindo tratamento equitativo aos acionistas da Companhia; e b) direito de voto aos acionistas preferencialistas em assuntos que tratem de transformação, incorporação, cisão ou fusão da Companhia.
- ▶ O aumento de 50,0% no número de membros eleitos pelos acionistas não controladores no Conselho de Administração.
- ▶ A inclusão de um membro externo independente no Comitê de Auditoria Estatutário.
- ▶ Adaptação dos Regimentos Internos do Comitê de Indicação e Avaliação, do Comitê de Auditoria Estatutário e do Conselho Fiscal.
- ▶ Proposta de reforma dos estatutos sociais das Subsidiárias Integrais.
- ▶ Criação de modelo de estatuto social para empresas do Grupo COPEL com retorno operacional bruto abaixo de 90 milhões, com base no Modelo de Estatuto do Conselho de Controle das Empresas Estatais - CCEE.
- ▶ Aprovação da Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa - Ciclo 2020/2021.
- ▶ Aprovação do Informe de Governança 2021.
- ▶ Revisão das Políticas Corporativas: a) Política de Dividendos; b) Política de Investimentos; c) Política de Terceirização; d) Política de Aplicações Financeiras; e) Política de Contratação de Serviços de Auditoria Independente; f) Política de Governança Corporativa; g) Política de Gestão Integrada de Riscos Corporativos; e h) Política de Indicação.

2.2.1.2 Sustentabilidade Empresarial e Gestão Socioambiental

Reforçando o compromisso com o Pacto Global, em 2016, a COPEL aderiu à Agenda 2030, proposta pela ONU, comprometendo-se a contribuir com a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Para tanto, foram realizadas análises de impacto e oportunidade para os setores nos quais a Companhia possui negócios, bem como o mapeamento dos desafios a serem enfrentados pela sociedade brasileira.

Nesse sentido, a Companhia priorizou ações para a geração de energia renovável e universalização / eficiência energética (ODS 7 - Energia Limpa e Acessível); investimento em inovação tecnológica (ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura); dedicação especial aos direitos humanos e à saúde e segurança do trabalho e ao desenvolvimento pessoal e profissional (ODS 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico); engajamento das comunidades locais e programas específicos para cada região onde possui instalações (ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis); além da aprovação de diversas medidas de mitigação dos efeitos da mudança do clima, bem como estudos de adaptação (ODS 13 - Ação contra a Mudança Global do Clima).

Assim, no âmbito da sustentabilidade, a COPEL adota as melhores práticas de mercado para:

- ▶ Direcionar e avaliar o desempenho, e comparar as práticas com as referências mundiais e nacionais: Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 - ISE, *Corporate Sustainability Assessment (CSA) S&P Global / Dow Jones Sustainability Index (DJSI)*, Indicadores Ethos para Modelos de Negócios Sustentáveis e Responsáveis, e demais avaliações e classificações relacionadas às dimensões ESG (Ambiental, Social e Governança).
- ▶ Reportar o desempenho empresarial e engajar os públicos - cumprindo a Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016, realizando a Comunicação de Progresso do Pacto Global e seguindo as melhores práticas do mercado para a publicação do relatório anual sobre o desempenho relacionado a aspectos econômicos, sociais, ambientais e de governança (Relato Integrado Copel). O documento segue as diretrizes internacionais da *Global Reporting Initiative (GRI) modelo Standards*, e do *International Integrated Reporting Initiative (IIRC)*, e é submetido à asseguuração independente, para garantir a confiabilidade das informações divulgadas. O processo de asseguuração foi realizado pela auditoria independente Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, que também realizou a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Outra divulgação de desempenho foi realizada por meio do *Carbon Disclosure Project (CDP)*, do *Global Greenhouse Gas Protocol (GHG)*.

Entre os resultados alcançados no período, destacam-se:

- ▶ Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) - ferramenta para análise comparativa da *performance* das empresas listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) sob o aspecto da sustentabilidade corporativa.
- ▶ *Dow Jones Sustainability Index (DJSI)* - índice de sustentabilidade vinculado à Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE), sendo a mais antiga ferramenta relacionada à avaliação de desempenho e a que possui melhor metodologia, de acordo com os especialistas.
- ▶ Permanência na carteira do *FTSE 4GOOD Index Series* - ferramenta para investidores criada com o intuito de reconhecer as empresas que possuam boas práticas relacionadas a aspectos ambientais, sociais e de governança (ASG).

- ▶ **A ambição pelos ODS** - a Copel fez parte do grupo global de 650 empresas pioneiras da primeira turma da iniciativa *Ambição pelos ODS (SDG Ambition)*. O programa do Pacto Global visa à inserção dos compromissos com os ODS em nível estratégico, incentivando iniciativas de impacto em prol dos ODS. No escopo do Programa, a Copel apresentou o Plano de Neutralidade de Carbono.
- ▶ **EducaODS** - programa da Copel que visa sensibilizar e engajar as partes interessadas nas ações da Copel pelos ODS, além de alinhar tais iniciativas com as diretrizes estratégicas da Companhia. Em 2021, foram realizadas sessões de informação e sensibilização para diferentes partes interessadas: corpo gerencial, alta administração e fornecedores, além de compor módulo específico para a trilha de Educação Ambiental da Copel Geração e Transmissão. No escopo do programa, foi lançada uma série de vídeos e *podcasts* sobre os ODS, chamada *Energia da Sustentabilidade*, disponível também ao público externo, trazendo informações aprofundadas e consistentes com a participação de especialistas nos temas.
- ▶ **Portal de Sustentabilidade** - as páginas do site da Companhia destinam-se a apresentar as práticas adotadas pela Copel para o desenvolvimento sustentável, dando mais transparência às ações ESG.
- ▶ **Plano de Neutralidade de Carbono** - aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, o plano, desdobrado dentro do planejamento estratégico da empresa, visa reduzir as emissões próprias de gases de efeito estufa da Companhia até o ano de 2030.
- ▶ **Empresários pelo Clima** - em defesa do desenvolvimento sustentável, assinou carta aberta, em que líderes de 105 empresas nacionais e estrangeiras, e entidades setoriais, apoiaram metas ambientais ousadas e defenderam o engajamento do Brasil em uma agenda para uma economia de baixo carbono, reconhecendo a responsabilidade do setor empresarial nessa transformação.
- ▶ **Programa Cultivar Energia** - Programa Corporativo que viabiliza a implantação de hortas comunitárias sob linhas de energia da Copel em parceria com prefeituras municipais, promovendo a substituição de áreas ociosas e subutilizadas por áreas verdes e produtivas. O programa está alinhado às políticas públicas de agricultura urbana. O programa mantém três Hortas Comunitárias em funcionamento no município de Maringá (Horta Comunitária Parque Itaipu, Horta Comunitária Vila Esperança e Horta Comunitária Cidade Canção), uma Horta Comunitária em Cascavel (Parque Verde), uma em Ponta Grossa (Costa Rica), e duas Hortas Comunitárias em Curitiba, sendo que uma beneficia um dos bairros mais socialmente fragilizados de Curitiba, o CIC, atendendo demanda antiga da comunidade local. Umuarama passou a fazer parte do programa, com a inauguração de uma horta local. Francisco Beltrão é o próximo município a ser inserido no programa da Copel, com terreno e cercamento preparados, aguarda a inauguração de uma nova horta comunitária que beneficiará o público da região.
- ▶ **EletriCidadania** - programa corporativo de voluntariado, teve em 2021, 93 participações de empregados nas ações de voluntariado, totalizando 487 horas. Entre as iniciativas, destacam-se o Ciclo de Profissões e a Semana do Voluntariado Paranaense. O Ciclo de Profissões, desenvolvido

em parceria com o Tecpar, visa auxiliar estudantes do Ensino Médio no planejamento de sua carreira. Este projeto mobilizou 133 voluntários que fizeram 261 horas de voluntariado e foi dividido em duas fases Mostra de Profissões e Mentoria. A Semana do Voluntariado Paranaense é uma iniciativa do Governo do Paraná, e foi realizada entre 24 a 30 de setembro, para incentivar e multiplicar ações voluntárias por todo o Estado, prestigiando e colaborando também com os projetos e ações já realizados. Principais ações: a) Campanha Compartilhe Energia - *drive thru* solidário nos polos da Copel (KM3, Atuba, Santa Quitéria, Ponta Grossa, Cascavel, Londrina e Maringá) em que foram arrecadadas 243 cestas básicas, 523 litros de leite, 469 kg de alimentos não perecíveis, 488 pacotes de absorvente, 17 kg de doces e 41 itens de higiene; foram distribuídas 500 mudas de plantas nativas aos doadores e os itens arrecadados foram doados a 10 instituições sociais do Paraná, que atendem 2.628 pessoas em situação de vulnerabilidade; b) palestra Proteção e integração de migrantes e refugiados no estado do Paraná (Cáritas Paraná e participação de um migrante venezuelano): - evento de lançamento da cartilha Projeto Migração e Refúgio, disponível em cinco idiomas (português, inglês, espanhol, francês e creole haitiano), para facilitar o acesso aos serviços de energia elétrica da Copel; c) plantio de mudas em Maringá - 31 voluntários plantaram 450 mudas de plantas para paisagismo e 2 mudas de ipê amarelo na Praça Professora Nadir Aparecida Cancian e em frente ao prédio da Copel, em Maringá; d) lançamento de cinco novos vídeos educativos do Programa Iluminando Gerações, com divulgação dos vídeos aos alunos da rede municipal de ensino do Paraná e entrega nas escolas de *kits* contendo cartilha com orientações e atividades sobre o uso consciente e seguro da energia elétrica, caderno, lápis, borracha, régua e apontador; teve 1.479 alunos participantes em 30/09/2021 (entre vídeos e materiais recebidos) e mais de 1.400 visualizações dos vídeos no Canal da Copel no *YouTube*; e) treinamento Mostre seu Talento - como elaborar currículo e vídeo currículo e como se portar em uma entrevista de emprego para os estudantes participantes da mentoria do Projeto Ciclo de Profissões e vagas para a comunidade.; f) mutirão de retirada de lixo da bacia do Rio Cascavel - em parceria com a Sanepar, contou com a participação de 40 voluntários no plantio de 150 mudas e limpeza do rio Cascavel, no entorno do Lago Municipal, onde foram recolhidas aproximadamente 12 toneladas de lixo.

- ▶ Programa Luz Fraterna - mantido em parceria com o Governo do Paraná, o Programa concede isenção total da fatura das unidades consumidoras classificadas como residenciais de baixa renda e com consumo mensal de até 120 kWh. Até setembro de 2021, o total de recursos do Estado com o pagamento do programa foi de R\$ 40,6 milhões, com uma média mensal de 182 mil famílias atendidas.
- ▶ Programa Iluminando Gerações - tem por objetivo levar aos alunos e professores das redes municipais de ensino da área de concessão da Copel, orientações de caráter informativo e preventivo sobre sustentabilidade, uso consciente e seguro da energia elétrica, utilização dos

recursos naturais e a destinação correta dos resíduos. Devido à pandemia da COVID-19, as palestras nas escolas foram suspensas e substituídas pela produção de uma série de vídeos educativos publicada no canal da Copel no *YouTube* e compartilhada com escolas públicas municipais do Paraná. As ações foram ampliadas em relação ao ano anterior, com a realização de *workshop* para funcionários, promoção de um *webinar* para educadores de todo o Paraná, publicação de novos vídeos educativos e entrega do *Kit Escola* em várias secretarias estaduais e escolas do estado. Até outubro, cerca de 55.000 alunos haviam participado do Programa por meio dos vídeos ou pelo recebimento do *Kit Escola*.

- ▶ Cobrança de Valores de Terceiros (CVT) - arrecadação de contribuições via fatura de energia para entidades filantrópicas contratantes junto à COPEL Distribuição, realizadas por meio do CVT. Até setembro, estão cadastradas 190 instituições filantrópicas, com 247.799 doações e R\$ 3,5 milhões de arrecadação média mensal.
- ▶ Comunidades indígenas - para garantir acesso à energia por comunidades indígenas, a Copel desenvolveu projetos que abrangem novas ligações, promoção do uso eficiente da eletricidade e instalação de painéis fotovoltaicos. Até setembro, 1.173 unidades consumidoras estavam inscritas na Tarifa Social de Energia Elétrica - Baixa Renda, o que representou um aumento de 86 unidades em relação ao exercício anterior.
- ▶ Programa de Gestão Corporativa de Mudanças Climáticas - tem por objetivo definir o posicionamento da Copel frente ao tema. Foram realizados: a) inventário de gases de efeito estufa, verificação por terceira parte e divulgação das informações nos registros públicos (Programa Brasileiro *GHG Protocol* e Registro Público do Estado do Paraná); b) pesquisas e estudos de modelos de negócios que contribuirão para a redução de emissões no setor elétrico; c) participação no fórum Paranaense de Mudança do Clima e no fórum Municipal de Mudança do Clima (Curitiba); d) adesão ao Programa *Business Ambition 1.5*, da ONU.

No último ano, a nota da Copel no *Carbon Disclosure Project* (CDP) subiu do conceito C para B, o que é positivo, pois o questionário é voltado para as ações de mudança do clima e indica que conceitos como análise de risco e investimento em medidas de mitigação estão avançando na Companhia.

A Copel conquistou o Selo Ouro do Programa Brasileiro *GHG Protocol* na certificação de inventário de emissões de gases de efeito estufa.

Em decorrência da pandemia da COVID-19, a Copel adotou o trabalho remoto, na modalidade *Home Office*, e os ganhos em termo de ecoeficiência foram significativos no período anterior (redução do consumo de água em 28,0%, consumo de energia em 17,0%, consumo de combustíveis em 28,0% e consumo de folhas de papel em 37,0%), com indicativo de maior redução até a data de envio das informações.

- ▶ Direitos Humanos - Publicação do Manual para Identificação e Priorização de Riscos aos Direitos Humanos na Copel (*Holding*) e Subsidiárias.
- ▶ Diversidade - a Comissão Permanente de Diversidade realizou eventos para a promoção da equidade e respeito às diferenças, por meio do Programa de Diversidade da Copel, entre os quais destacam-se: a) treinamentos - O setor elétrico e as Populações indígenas e tradicionais; Comunicação para o respeito e a promoção da diversidade; b) *webinar* - Diversidade e Inclusão: ambiente de trabalho e pessoas LGBTI+; d) lançamento do projeto ExataMente - que visa estimular o ingresso de mulheres nas carreiras de ciências exatas; e) *webinar* interno - Raio X dos homens, direcionada ao público masculino; f) programação do mês da Luta da Pessoa com Deficiência.
- ▶ A Copel recebeu pela terceira vez o selo do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, coordenado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), vinculada ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MDH), do Governo Federal.
- ▶ Revisão das Políticas Corporativas de Sustentabilidade; de Mudança do Clima; e de Direitos Humanos.
- ▶ Criação da Política Ambiental - o documento estabelece as diretrizes para a gestão dos aspectos, riscos e indicadores ambientais visando à melhoria contínua do desempenho ambiental, a mitigação dos impactos negativos e a potencialização dos impactos positivos nas atividades e negócios da Companhia, buscando o desenvolvimento com sustentabilidade.

2.2.2 Gestão Empresarial

2.2.2.1 Projeto Maximização de Valor da COPEL

O projeto Maximização de Valor tem por objetivo promover o crescimento da companhia com sustentabilidade financeira e eficiência operacional, sendo especialmente relevante no cenário em que a COPEL está inserida: um mercado competitivo, com atuação majoritária de empresas privadas.

A primeira fase dos trabalhos, realizada em 2020, consistiu no levantamento de dados, identificação de melhorias nos processos, comparação com *benchmarks* e recomendações de atuação para as seguintes frentes de atuação: a) Eficiência GeT e *Holding*; b) alocação de capital; e c) serviços não regulados.

A segunda etapa do projeto está em andamento e colocou em prática mais de 200 iniciativas recomendadas na primeira fase dos trabalhos, com ganhos estimados na ordem de R\$ 387 milhões até 2025. Até outubro de 2021, foram concluídas 720 ações relacionadas a estas iniciativas.

2.2.2.2 Tecnologia da Informação

No âmbito da tecnologia da informação as principais realizações foram:

- ▶ Migração dos Bancos de Dados *Oracle* da infraestrutura de servidores RISC para a plataforma da própria *Oracle* chamada *ExaCC*.
- ▶ Substituição dos servidores do *Firewall CheckPoint*.

- ▶ Terceirização da operação dos serviços de *Firewall*.
- ▶ Aquisição e implementação da solução *HyperMetro* para *storage* (armazenamento de dados).
- ▶ Implantação de solução de integração com o Banco do Brasil para envio de cobranças de forma eletrônica utilizando PIX como forma de pagamento.
- ▶ Ampliação das soluções SAP PM GDman (Gestão de manutenção da Distribuição), SAP PS DIS (Gestão de projetos na COPEL Distribuição) e SAP PM *Gift* (Gestão da força de trabalho na COPEL Distribuição).
- ▶ Implantação do sistema CPO (Chamadas Públicas e Leilão de Energia) para Diretoria de Desenvolvimento de Negócios e para a COPEL Comercialização.
- ▶ Implantação do sistema *LYNX* para automatização de testes da área de auditoria interna.
- ▶ Implantação do sistema *La Luminosa card game* que possibilita uma gestão inovadora por meio de jogo interativo e cooperação entre equipes.
- ▶ Desenvolvimento do sistema PSS - Portal Segurança e Saúde da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes).
- ▶ Implantação do sistema OBT (*online booking tool*) para tratativa e acompanhamento das viagens realizadas a trabalho.
- ▶ Reativação do processo de Gerenciamento de religadores automáticos para a COPEL Distribuição.
- ▶ Implantação do e-social do sistema NEXO-CS - Gestão de saúde ocupacional, segurança do trabalho e previdência social.
- ▶ Implantação de uma solução para gestão da privacidade em atendimento à LGPD.
- ▶ Desenvolvimento da solução de *Chatbot* Humanizado.
- ▶ Desenvolvimento da solução PFN - Portal de Fornecedores para cadastro e comunicação com fornecedores.
- ▶ Implantação do sistema CML - Portal de acesso restrito para empresas Comercializadoras de energia.
- ▶ Implantação do sistema de CRM (Gerenciamento de relacionamento com o cliente) para a COPEL Comercialização.
- ▶ Iniciada a implantação da solução *Success Factors* para gestão de empregados.
- ▶ Iniciada a implantação da solução SAP TRM Bônus de Outorga, UBP e RBSE.
- ▶ Desenvolvimento e implantação de novo sistema de gestão do faturamento de iluminação pública.
- ▶ Implantação da tecnologia OCR - *Optical Character Recognition*, no sistema de atendimento virtual para os processos de pedido de ligação e troca de titularidade, a implantação possibilitou a redução do tempo médio de atendimento em um minuto para esse tipo de solicitação. O volume mensal deste tipo de processo é de 36 mil pedidos por mês.

- ▶ Desenvolvimento e implantação da solução móvel SOS Equipamentos, que permite as equipes de campo consultarem informações e instruções sobre a operação e manutenção de equipamentos da rede elétrica diretamente em campo.
- ▶ Desenvolvimento e implantação dos módulos Ambiente de contratação livre e Microgeração distribuída no *software* Projetos Elétricos *Web*, criados para atendimentos a resolução ANEEL 863/2019 e de forma a viabilizar uma melhor gestão e otimização na análise deste tipo de projeto submetido à COPEL.
- ▶ Implantação do sistema *Holmes*, que permite aos clientes consultarem, de maneira *online* e sem interação humana, o andamento de um registro de falta de luz ou outro serviço comercial, como: ligação, religação, desligamento a pedido, vistorias, entre outros.
- ▶ Conclusão do projeto Fatura Digital sem *login*, que permite que o cliente possa cadastrar sua fatura, para recebimento por e-mail, sem a necessidade de realizar autenticação na agência virtual da Companhia.
- ▶ Desenvolvimento e implantação do sistema Medição Vistoria *Web*, que permite a realização de análise prévia por fotos e documentos enviados pelos clientes das instalações de medição de energia elétrica das unidades consumidoras, reduzindo assim o número de deslocamentos às instalações dos clientes, otimizando o tempo e reduzindo custos.
- ▶ Implantação da integração da rede de medidores inteligentes na região oeste (fase 1) para recepção de leituras e execução remota dos serviços de corte e religação, reduzindo assim o número de deslocamentos dos leituristas às unidades consumidoras dos clientes, otimizando o tempo e reduzindo custos.
- ▶ Desenvolvimento dos aplicativos *mobile* para apoio a gestão de manutenção da Geração e Transmissão - *SDS Mobile*.
- ▶ Implantada da ferramenta *Crowdstrike*, que provê segurança cibernética, bloqueando tentativas de acesso baseadas no *framework* Mitre Att&ck (base de conhecimento mundial).
- ▶ Implementação da ferramenta de *Threat Intelligence* - monitoramento *deep web*.

2.2.2.3 Gestão de Gente

A COPEL conta com 6.414 empregados próprios no seu quadro de pessoal, sendo 1.242 da Carreira de Nível Superior, 3.553 da Carreira Profissional de Nível Médio e 1.619 da Carreira Profissional de Nível Técnico. Ao longo do ano, ocorreram 255 desligamentos, uma admissão e duas reintegrações. Além do quadro próprio, no Programa de Estágios tem-se 225 estagiários contratados, sendo 68 de nível técnico e 157 de nível superior, e 92 aprendizes contratados por meio do Programa Aprendiz Legal (quadro de 30/09/21).

As principais realizações ocorridas até outubro foram: a) gestão do desempenho; b) adequação da forma de trabalho e cuidados frente à pandemia da COVID-19; c) Dia da Família; e) Pesquisa de Clima *Great Place To Work Institute* (GPTW); f) educação Corporativa; e g) trilhas de Aprendizagem.

2.2.2.4 Centro de Serviços Compartilhados (CSC)

O CSC tem por objetivo prover soluções para os processos de apoio aos negócios mediante prestação de serviços eficiente, ágil, com tecnologias inovadoras, seguindo os princípios de *compliance* e visando a redução dos custos operacionais.

O CSC COPEL contempla os processos de: Frota, Viagens, Recursos Humanos, *Service Desk*, Gestão Documental, Infraestrutura Predial, Obras e Gestão de Condomínios Corporativos, Escrituração Fiscal, Fiscalização Documental, Cadastro de Fornecedores, Gestão da Dívida, Compras até R\$ 12.500,00 (sem necessidade de formalização por contrato), Consultoria fiscal, Apuração de Tributos e *Facilities* (Gestão de Infraestrutura Predial dos demais prédios) e Segurança Empresarial de prédios corporativos.

Até outubro, suas principais realizações foram: a) digitalização parcial do acervo documental físico - com redução de 17,51% do volume documental físico da Companhia desde o início do ano; b) redução de 286 veículos da frota com estudos para otimização da utilização e locação de veículos; c) locação de veículos - visando a redução da frota própria da COPEL, sendo que, até outubro, tem-se 56,0% da frota de veículos locados, possibilitando ganhos de disponibilidade e custo evitado; d) mudança da Sede da COPEL para o polo Km3, impactando mais de 450 empregados e diretorias; e) desenvolvimento das obras e reformas no polo Km3 (mais de 25.000 m²), visando adequar o ambiente de forma sustentável, para comportar 2.100 empregados e diretoria da COPEL em um único local; f) construção do Centro de Operações Reserva da Geração e Transmissão; g) atualização da plataforma de gerenciamento de segurança *OnGuard - Software* de Controle de Acesso (Lenel); h) implantação de solução de telefonia voz sobre IP para telefonia fixa da COPEL; i) Implantação de ferramenta de gerenciamento de viagens corporativas (*Online Booking Tools - OBT*); j) implantação de escrituração automática de notas fiscais (*inbound* de serviços); k) implantação de solução para gestão de sobreaviso-SAV; l) atualização tecnológica do parque de equipamentos de informática; m) ferramenta de tomada de decisão (BI); n) automatização de fluxos de processos/Unificação do canal de entrada de demandas; o) Implantação de processos automatizados (Robotização).

2.2.3 Resultados Econômico-Financeiros

De janeiro a junho de 2021 a receita operacional bruta da COPEL foi de R\$ 15.133,4 milhões, montante 27,6% superior aos valores representados de R\$ 11.859,8 milhões relativos ao mesmo período do ano anterior. A participação do ICMS nessa receita foi de R\$ 2.241,0 milhões, com variação positiva de 4,37%, representando um acréscimo de R\$ 93,8 milhões. Entre janeiro e junho, o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização atingiu R\$ 2.965,7 milhões, montante 0,65% superior ao do mesmo período do ano anterior (R\$ 2.946,6 milhões).

O lucro líquido da COPEL totalizou R\$ 1.735,8 milhões, nos primeiros seis meses de 2021, montante 18,13% inferior aos R\$ 2.120,4 milhões apurados no 1º semestre de 2020. O programa de

investimentos realizado de janeiro a junho de 2021, considerando suas subsidiárias integrais e as SPEs, foi de R\$ 963,3 milhões, dos quais R\$ 174,4 milhões aplicados em projetos de geração e transmissão de energia, R\$ 739,6 milhões em obras de distribuição e R\$ 47,2 milhões em telecomunicações.

Quanto às ações da COPEL, cabe lembrar que o novo Estatuto da Companhia, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária em 11 de março de 2021, instituiu o desdobramento de ações na proporção de 1 para 10, com vistas ao seu Programa de UNITS, ou Certificados de Depósito de Ações compostos de uma ação ordinária ON (CPLE3) e quatro ações preferenciais classe B (CPLE6), divulgado pela Companhia em 17 de março de 2021. Exitoso, o Programa de UNITS foi homologado pelo Conselho de Administração da Copel em 23 de abril de 2021, com a formação de 248.134.108 UNITS (CPLE11).

Quanto ao desempenho das ações na [B]3, de janeiro a junho de 2021, as ações ordinárias nominativas ON (CPLE3) estiveram presentes em 100% dos pregões, fechando o período cotadas a R\$ 5,55, com variação negativa de 20,71%; as ações preferenciais nominativa classe B PNB (CPLE6) estiveram presentes em 100% dos pregões, fechando o período cotadas a R\$ 5,93, com variação negativa de 20,87%. As UNITS (CPLE11), que iniciaram suas negociações em 26 de abril de 2021 e, desde então, estiveram presentes em 100% dos pregões, fecharam o período cotadas a R\$ 29,15, com variação negativa de 8,01%.

Na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE), até 27/04/2021, as ações ON, que eram negociadas no Nível 1 na forma de ADR's, sob o código ELPVY, estiveram presentes em 41% dos pregões, fechando o período cotadas a US\$ 1,30, com variação negativa de 6,47% e as ações PNB, que eram negociadas no Nível 3 na forma de ADS's, sob o código ELP, estiveram presentes em 100% dos pregões, fechando o período cotadas a US\$ 1,13 com variação negativa de 20,98%. As UNITS (ELP), que iniciaram suas negociações em 28 de abril de 2021 e, desde então, estiveram presentes em 100% dos pregões, fecharam o semestre cotadas a US\$ 5,77, com variação positiva de 1,14%.

No LATIBEX (Mercado de Valores Latino-Americano em Euros), vinculado à Bolsa de Valores de Madri, as ações PNB, negociadas sob o código XCOP, estiveram presentes em 35,0% dos pregões, fechando o período cotadas a € 1,02, com variação positiva de 7,37%. A partir de 26 de abril de 2021, foram lançadas naquele mercado as ações ON, sob o código XCOPO, todavia sem negociação. Nesta mesma data, foram lançadas as UNITS, sob o código XCOPU e, desde então, estiveram presentes em 4,0% dos pregões, fechando o período cotadas a € 4,46, com variação negativa de 2,19%.

2.2.4 Reconhecimentos

Em 2021, a COPEL recebeu os seguintes reconhecimentos:

- ▶ Certificação no Programa Destaque em Governança de Estatais da B3 desde 2018, e se mantém como a única empresa a obter a pontuação máxima (60 pontos), atendendo todas as medidas estabelecidas. A Companhia foi a única a inserir no Código de Ética da Alta Administração Pública Estadual as exigências do Programa.

- ▶ Prêmio ANEEL de Ouvidoria, na categoria Grandes Concessionárias, sendo eleita a melhor do Brasil, e recebendo o Selo Ouro.
- ▶ Prêmio IASC SUL, sendo a vencedora na categoria de Melhor Concessionária de Distribuição Região Sul acima de 400 mil UC's.
- ▶ Comissão de Integração Energética Regional (CIER): a) Reconhecimento CIER de *Calidade en la Gestión de los RRHH* (Qualidade na Gestão de RH); b) Prêmio CIER de *Calidad - Satisfacción de Clientes*, classificada em 3º lugar; c) Prêmio CIER de *Innovación*, classificada em 3º lugar.
- ▶ Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE): a) 1º Lugar no Prêmio Abradee Nacional, conferindo à COPEL o título de Melhor Distribuidora de Energia Elétrica do Brasil; b) 1º Lugar no Prêmio Abradee, na categoria de Melhor Concessionária de Distribuição da Região Sul, com mais de 500 mil unidades consumidoras; c) 1º Lugar no Prêmio Abradee, nas categorias de Melhor Avaliação pelo Cliente e Gestão Econômico-Financeira; d) 1º Lugar no Prêmio Abradee, na categoria Gestão Econômico-Financeira; e) 2º Lugar no Prêmio Abradee, na categoria Qualidade da Gestão; e f) 4º Lugar no Prêmio Abradee, na categoria Gestão Operacional.
- ▶ Reconhecimento como a maior comercializadora do País no *ranking* das comercializadoras de acordo com os dados da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).
- ▶ Prêmio norte americano *100 Best Fleets* organizado pela NAFA - *Fleet Management Association* (Estados Unidos) e Instituto Parar (Brasil), tendo sido eleita a segunda melhor em Gestão de Frota na etapa Brasil.
- ▶ Certificação *Great Place To Work Institute* (GPTW), reconhecendo a COPEL pelo segundo ano consecutivo como uma das empresas melhores avaliadas pelos seus empregados.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ

3 COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ (SANEPAR)

A SANEPAR é uma empresa brasileira de economia mista e capital aberto, controlada pelo estado do Paraná, cabendo a este, determinar as políticas e estratégias operacionais e eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração. O Estado é titular direto de 20,03% do total das ações da Companhia e de 60,08% das ações ordinárias.

A empresa é responsável pela prestação de serviços de saneamento básico a 345 cidades paranaenses e a Porto União, em Santa Catarina, além de 297 localidades de menor porte. Em termos de coleta e tratamento de esgoto, a Companhia vem apresentando taxa de crescimento de aproximadamente 1,5% ao ano, nos últimos 10 anos. Na área de resíduos sólidos, a empresa opera aterros sanitários em Apucarana, Cornélio Procopio e Cianorte, atendendo no total, sete municípios.

Tem como missão assegurar serviços de saneamento ambiental de forma sustentável e inovadora, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social.

No novo *Ranking* do Saneamento Básico das 100 maiores cidades do Brasil, divulgado pelo Instituto Trata Brasil em 2021, a SANEPAR mantém suas principais cidades entre as 20 primeiras em saneamento: Maringá (2º lugar); Cascavel (7º); Ponta Grossa (14º); Londrina (17º); Curitiba (16º); sendo a Capital a segunda melhor capital do País e São José dos Pinhais, que em 2020, ocupava a 31ª posição, salta para 15ª lugar em 2021.

Um dos principais desafios enfrentados pela empresa tem sido o enfrentamento à grave e prolongada crise hídrica. Em maio de 2020 foi publicado o Decreto Estadual n.o 426, reconhecendo a situação de emergência hídrica no estado do Paraná, pelo prazo de 180 dias e na sequência, o Decreto Estadual n.o 6.068/2021, prorrogou o prazo por mais 180 dias. Em 04 de maio foi publicado o Decreto Estadual n.o 7.554, reconhecendo a situação de emergência hídrica nas regiões Metropolitana de Curitiba e Sudoeste do Estado do Paraná, pelo período de 90 dias. Em 05 de agosto, foi publicado o Decreto Estadual n.o 8.299, reconhecendo a situação de emergência hídrica no Estado do Paraná, pelo prazo de 90 dias.

Devido ao baixo volume de reservação e escassez de chuvas, a Companhia está praticando como ação mitigadora, rodízio no abastecimento de água. Desde 15 de março de 2021, graças a elevação do nível das quatro barragens que compõem o Sistema de Abastecimento Integrado de Curitiba e Região Metropolitana (SAIC), fruto da economia da população, dentro do Programa META20 e às ações da Companhia, foi possível implementar um novo modelo de rodízio em Curitiba e Região Metropolitana de 60 horas de fornecimento e 36 horas de suspensão. No entanto, com a queda do

nível de reservação abaixo de 50,0%, foi retomado, a partir de 11 agosto de 2021, o modelo de rodízio anterior, de 36 horas de abastecimento, com suspensão de até 36 horas.

O volume médio disponível do Sistema de Abastecimento Integrado de Curitiba (SAIC) é composto pelas Barragens Piraquara I, Piraquara II, Iraí e Passaúna.

A Barragem do Miringuava, que integrará o Sistema SAIC de Curitiba é um importante empreendimento, que ganhou ainda mais relevância com a severa crise hídrica. Os trabalhos de construção foram acelerados em 2020 e a primeira etapa deve ser concluída no segundo semestre de 2022. A segunda fase, que contempla a construção de estradas vicinais e os serviços de desmatamento e demolições na área do futuro reservatório, tem previsão de início em maio de 2022 e de término em abril de 2023, o que permitirá então, o enchimento do reservatório. A obra desta barragem trará segurança hídrica relativa a abastecimento de água à 650.000 famílias. Estudos para a construção da 6ª barragem da Região Metropolitana de Curitiba, em Fazenda Rio Grande, prevista para ser implantada e operada pela Companhia, já iniciaram.

As barragens da SANEPAR, no fechamento do segundo trimestre de 2021 contavam com volume médio de reservação de 54,9%. (Em 30/06/2020 este número era de 36,6%).

Em julho de 2020 o Governo Federal sancionou a Lei n.º 14.026, Novo Marco do Saneamento, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e suas metas de universalização, determinando que até 2033, 99% da população de áreas urbanas brasileiras deverá ter acesso a água potável e pelo menos 90,0%, deverá ter acesso aos serviços de coleta e tratamento de esgoto.

Seguindo o viés da reestruturação do saneamento básico nacional e vislumbrando novas oportunidades de crescimento econômico e desenvolvimento social, foi sancionada, em julho de 2020, a Lei Ordinária n.º 20.266, que atualiza a Lei Estadual n.º 4.684/1963, ampliando os limites de atuação da SANEPAR, autorizando-a a atuar inclusive no exterior, na exploração de serviços públicos e sistemas privados de abastecimento de água, coleta, remoção e destinação de efluentes, resíduos sólidos domésticos e industriais, drenagem urbana, além de proteção do meio ambiente e seus recursos hídricos. Permite ainda que a Companhia comercialize a energia gerada em suas unidades operacionais e os serviços e direitos decorrentes de seus ativos patrimoniais, inclusive possibilitando a utilização de suas redes operadas, para a instalação de fibras óticas. O novo Estatuto Social, aprovado pela 120ª Assembleia Geral Extraordinária, de 22 de abril de 2021, incorporou estas atualizações, permitindo participação majoritária ou minoritariamente de consórcios, fundos de investimento ou sociedades com empresas públicas e privadas na consecução destes novos objetivos.

Em junho de 2021 entrou em vigor o Decreto Federal n.º 10.710, que regulamenta o art. 10-B da Lei n.º 11.445/2007, estabelecendo a metodologia para comprovação da capacidade econômico-financeira dos prestadores de serviços públicos de abastecimento de água potável e/ou de esgotamento sanitário, considerados os contratos regulares em vigor, com vistas a viabilizar o cumprimento das metas de universalização estabelecidas.

Ainda em julho de 2021, de acordo com as diretrizes do Novo Marco do Saneamento, foi sancionada a Lei Complementar Estadual n.o 237, que instituiu as microrregiões dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário e suas respectivas estruturas de governança.

Com base no que está regulamentado, tanto por parte do Governo Federal, quanto Estadual, a Companhia está negociando o aditamento de seus contratos vigentes, para adequá-los às novas determinações legais, como metas quantitativas e indicadores de atendimento, cumprindo as exigências legais, no prazo estabelecido.

3.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

3.1.1 Inventário de Gases de Efeito Estufa

Em consonância com as práticas de gestão sustentável previstas no Mapa Estratégico da Companhia, anualmente as emissões de gases de efeito estufa (GEE) provenientes das atividades da SANEPAR são quantificadas para a elaboração do inventário de Gases de Efeito Estufa (IGEE).

O IGEE permite identificar os principais processos de geração de GEE e gerenciá-los, buscando redução ou neutralização. O primeiro inventário da Empresa foi elaborado em 2008 com dados referentes ao ano de 2007 e, desde então a Companhia reporta seu IGEE anualmente ao Registro Público do Programa Brasileiro *Green House Gas Protocol* (GHG).

No processo de elaboração do IGEE 2020 foram adicionadas ao Escopo 3 as emissões provenientes às viagens a negócios e a combustão do maquinário utilizado na operação dos aterros. Além disso, passou-se a calcular as emissões fugitivas pelo método de triagem de fontes, bem como foram ajustados fatores do cálculo de emissões provenientes do tratamento de resíduos sólidos. Nas emissões indiretas de N₂O provenientes do tratamento de efluentes, modificou-se o uso de padrões e fatores da literatura por dados de monitoramento de nitrogênio do efluente.

Devido à representação de cada fonte de emissão, foi realizado o recálculo das emissões diretas para comparação dos anos anteriores. Em comparação com o IGEE 2019, as emissões diretas apresentaram queda de 2,0%. O consumo de energia elétrica e as emissões do Escopo 2 apresentaram reduções respectivas de 2,47% e 20,4% em relação ao ano anterior, em decorrência da queda de 17,7% no fator de emissões do Sistema Interligado Nacional (SIN).

A SANEPAR é a única empresa brasileira do setor de água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação a relatar suas emissões. O histórico da Companhia está disponível em seu *site*.

Em 2020, o IGEE de ano-base 2019 foi qualificado com o Selo Prata do Programa Brasileiro GHG *Protocol* e recebeu Selo Clima Paraná na categoria Original, reconhecimento promovido pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo (SEDEST).

Em 2021, o IGEE de ano-base 2020 passou pelo processo de verificação e recebeu a Declaração de Conformidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas, atestando que o inventário foi

calculado de acordo com as especificações do Programa Brasileiro GHG *Protocol*, com representação justa dos dados e informações de GEE e se encontra disponível para consulta no *site* da Companhia.

3.1.2 Plano de Contingência à Pandemia da COVID-19

O Plano é uma iniciativa da Gerência de Gestão de Pessoas (GGPS), criado por meio da Comissão Especial COVID-19, que reúne informações para gerenciamento de riscos e estabelece um Protocolo de conduta de medidas internas a serem adotadas. Uma das atribuições da Comissão, foi o acompanhamento das medidas legais definidas pelos governos em todas as instâncias (Federal, Estadual e Municipais), e a correspondente adaptação das diretrizes corporativas difundidas na empresa por meio de informes internos, após definidas pela Diretoria.

Deu continuidade a algumas ações implantadas em 2020 a fim de reduzir o contágio na empresa, tais como: realização de *home office*; escalas de revezamento para o trabalho presencial; realização de testes RT-PCR, custeados pela Companhia para empregados com sintomas ou que tivessem contato direto com infectado. Nas Centrais de Relacionamento com clientes foram instaladas proteção de acrílico nas mesas de atendimento, disponibilizado álcool gel e *face shields*.

Além disso, a Companhia criou o ComVida - um programa de bem-estar e qualidade de vida que traz uma agenda permanente de atividades *online*, debates e reflexões para estimular o equilíbrio físico e emocional dos empregados em meio à pandemia.

3.1.3 Política de Proteção de Dados Pessoais

Em razão da vigência da Lei Federal n.º 13.709/2018, a Companhia vem trabalhando nas adequações necessárias ao seu atendimento e mostrando-se atenta às regulamentações emitidas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados, que servem de orientação às demais ações e à adoção de melhores práticas relacionadas ao tema.

A política de Proteção de Dados Pessoais, aprovada em 2019 pelo Conselho de Administração, estabelece diretrizes para uniformizar o comportamento da Companhia no que concerne ao tratamento de dados pessoais em seus processos, a privacidade e a proteção destes dados, além de disseminar a cultura de segurança destas informações em consonância com os princípios de legalidade, lealdade, transparência, integridade e confidencialidade. Dessa forma, em um ambiente regulatório cada vez mais rígido, que envolve questões como as impostas pelas Leis de Transparência, Lei n.º 13.303/2016, Leis Ambientais e de Responsabilidade Civil dos Administradores, o gerenciamento de riscos se torna cada vez mais significativo na pauta da linha decisória da Companhia.

3.1.4 Governança Corporativa e Gerenciamento de Riscos

Cada vez mais presente no âmbito da administração pública e em empresas de economia mista, as práticas de governança e *compliance* na SANEPAR passam toda a estrutura administrativa

e instâncias da empresa, fazendo valer determinações legais, regimentos próprios e compromissos de atuação materializados nos Estatutos, Códigos e Políticas da Companhia.

Comprometida com a cultura de transparência e integridade, a SANEPAR em seu Programa de Integridade reúne esforços de prevenção, detecção, monitoramento e resposta em relação a atos lesivos previstos na legislação, em especial à Lei Anticorrupção, para coibir condutas inapropriadas na Companhia. Seus elementos essenciais estão ancorados nos valores da SANEPAR e se aplica aos agentes de governança, empregados, estagiários, aprendizes, prestadores de serviços alocados fisicamente nas dependências da empresa ou atuando em nome dela, servindo de referência para fornecedores, empreiteiros, prestadores de serviço em geral e demais parceiros de negócios.

Atendendo ao pilar Comunicação e Treinamento, foi idealizada a Trilha Pensar e Agir com Integridade. A trilha é composta por três cursos com temas específicos que abordam o Programa de Integridade com vídeos e *quizzes*. A Trilha reforça o Programa de Integridade e demonstra seus impactos no dia a dia da empresa.

Em novembro de 2020 foi inserido aos pilares Instrumentos de Integridade e Gestão da Consequência, o Regulamento Disciplinar que ao estabelecer critérios e padrões para aplicação de sanções, em que qualquer tipo de desvio de conduta, com tratamento proporcional ao agravo, impessoal e imparcial, minimiza a chance de injustiças, seja na forma de omissão ou de excessos.

No primeiro semestre de 2021 foram revisados o Estatuto Social e as Políticas de Negociação de Valores Imobiliários, e de Transações com Partes Relacionadas, bem como implantadas as Políticas de Gestão de Pessoas e de Sustentabilidade. Com a intensificação dos trabalhos de atualização e implantação de novos instrumentos, a Diretoria Adjunta de Governança, Riscos e *Compliance* (DAGRC) fortalece o compromisso na atuação de um ambiente íntegro, possibilitando a melhoria de processos alinhada às boas práticas de governança corporativa, bem como o atendimento à legislação.

A SANEPAR adota o modelo de gestão de riscos em âmbito corporativo com base no *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - Enterprise Risk Management* (COSO-ERM), sendo que a Companhia identifica os riscos corporativos partindo dos objetivos estratégicos, revistos anualmente, a fim de retratar o cenário vivido pela empresa.

Ainda no primeiro semestre de 2021 foram iniciados os trabalhos de revisão do Portfólio de Riscos, alinhados à missão da Companhia de Assegurar serviços de saneamento ambiental de forma sustentável e inovadora, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social.

3.1.5 Mercado e Investimentos

O índice de atendimento com água tratada é de 100% e a cobertura com coleta de esgoto é de 77,1% da população urbana na área de concessão, com um índice de tratamento de 100%, conforme Sistema de Informações da Companhia.

O faturamento é oriundo principalmente das ligações de água do tipo residencial, que representam 90,9% do total de ligações de água existentes, em 30 de junho de 2021. O número de ligações de água, em junho de 2021 é 2,7% superior ao número de ligações existentes em junho de 2020, representando um incremento de 86.995 ligações de água. O número de ligações de esgoto em junho de 2021 é 3,8% superior ao número de ligações existentes em junho de 2020, representando um acréscimo de 85.668 novas ligações de esgoto.

Os investimentos realizados até o segundo trimestre de 2021 (2T21) foram de R\$ 293,4 milhões (R\$ 235,2 milhões no 2T20), conforme apresentados na tabela a seguir.

Comparativo de Investimentos em R\$ Milhões - 2020 e 2021

INVESTIMENTOS - R\$ MILHÕES	2T21 (1)	2T20 (2)	Var. % (1/2)	6M21 (3)	6M20 (4)	Var. % (3/4)
Água	161,2	99,5	62,0	275,6	201,2	37,0
Esgoto	136,6	120,7	13,2	246,1	211,0	16,6
Outros Investimentos	-4,4	15,0	-129,3	30,6	34,4	-11,0
Totais	293,4	235,2	24,7	552,3	446,6	23,6

Fonte: Release de Resultados 2T21 - 12/08/21. Em <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/5c749c91-d3a7-4903-b609-7ead65f1d1e8/13ea40f7-6121-682f-e635-ee46f2d4dc50?origin=1>

3.1.6 Contratos e Concessões

Por meio de contratos de concessão e de programa, a SANEPAR oferece aos municípios serviços de distribuição de água, coleta, tratamento de esgoto e coleta e destinação de resíduos sólidos. De um total de 346 sedes municipais operadas pela Companhia, aproximadamente 19,1% encontram-se em processo de renovação contratual, por estarem com contratos vencidos, vencendo ou estarem se adequando ao Marco Regulatório do Saneamento da Lei Federal n.o 11.445/2007.

Com a aprovação da Lei Federal n.o 14.026/2020, Novo Marco Regulatório do Saneamento, que possibilita a renovação dos contratos até 31 de março de 2022, estes processos encontram-se tramitando internamente na Companhia.

Até a aprovação do Novo Marco, em 15 de julho de 2020, a Companhia formalizou a assinatura de Contratos de Programa por 30 anos com os municípios de Bela Vista do Paraíso, Candói, Douradina e Umuarama, totalizando 179 contratos após a Lei Federal n.o 11.445/2007, contando com mais 157 contratos anteriores a esta Lei, sendo 336 contratos vigentes das 346 concessões municipais.

A SANEPAR mantém contratos para a prestação de serviços de Resíduos Sólidos Urbanos nos municípios de Cianorte, Apucarana, São Tomé, Terra Boa, Cornélio Procópio, Guaporema e Indianópolis.

3.1.7 Resultados Financeiros

No primeiro semestre de 2021, a SANEPAR obteve um lucro líquido de R\$ 578,3 milhões, superior ao resultado líquido de R\$ 540,4 milhões registrado no mesmo período de 2020.

INDICADORES ECONÔMICOS - R\$ MILHÕES	2T21 (1)	2T20 (2)	Var. % (1/2)	6M21 (3)	6M20 (4)	Var. % (3/4)
Receita Operacional Líquida	1.273,4	1.150,1	10,7%	2.499,9	2.396,2	4,3%
Lucro Operacional	484,3	382,7	26,5%	912,6	816,7	11,7%
Lucro Líquido	331,8	284,4	16,7%	578,3	540,4	7,0%
% Margem Operacional	31,0%	28,4%	2,6 p.p.	29,6%	28,4%	1,5 p.p.
% Margem Líquida	26,1%	24,7%	1,4 p.p.	23,1%	22,6%	0,5 p.p.
% Rentabilidade do PL médio	4,6%	4,4%	0,2 p.p.	8,1%	8,5%	-0,4 p.p.
Dívida Líquida/EBITDA (Acumulado 12 meses)	-	-	-	1,5	1,3	0,2 p.p.

3.1.8 Resultados Operacionais

ÁGUA*	2T21 (1)	2T20 (2)	Var. % (1/2)	2T19 (3)	Var. % (2/3)
Economias atendidas com rede de distribuição	4.127.852	4.037.310	2,24%	3.956.974	2,0%
Nº de estações de tratamento	168	165	1,81%	165	0,0%
Nº de poços	1.164	1.142	1,92%	1.131	1,0%
Nº de captações de superfície	236	232	1,72%	238	-2,5%
Km de rede assentada	58.406	56.056	4,19%	54.736	2,4%
Volume Produzido (m³)	375.259.156	390.017.332	-3,78%	387.774.728	0,6%
Índice de Perdas			-		-
No sistema distribuidor - %	33,86	34,68	-0,82 p.p.	34,38	0,30 p.p.
No faturamento - %	31,10	31,90	-0,80 p.p.	31,71	0,19 p.p.
Evasão de receitas - % (inadimplência)	3,65	3,69	-0,04 p.p.	1,72	1,97 p.p.

ESGOTO*	2T21 (1)	2T20 (2)	Var. % (1/2)	2T19 (3)	Var. % (2/3)
Economias atendidas com rede de coleta	3.165.405	3.058.663	3,49%	2.940.247	4,0%
Nº de estações de tratamento	258	251	2,79%	247	1,6%
Km de rede assentada	39.220	37.609	4,28%	36.402	3,3%
Volume Coletado (m³)	187.103.523	191.396.902	-2,24%	188.974.856	1,3%

3.1.9 Tarifa Social

A SANEPAR mantém o benefício da Tarifa Social para famílias de baixa renda, usuárias dos serviços de água, com consumo de até 10m³/mês, considerados os valores de R\$ 11,53 para faturamento até 5m³ e de R\$ 0,35/m³ para faturamento de 6 a 10m³. Para o esgotamento sanitário a tarifa é de 50,0% sobre o valor da água.

Alinhada às diretrizes do Governo do Estado no combate à pandemia da COVID-19, a Companhia vem realizando o adiamento do vencimento das contas cadastradas na Tarifa Social por 90 dias; bem como não está efetuando o corte no abastecimento, conforme a Lei Estadual n.o 20.187/2020.

Em setembro, cerca de 212 mil famílias estavam cadastradas no programa, resultando em subsídio acumulado de R\$ 151,7 milhões. (Considerada a tabela de tarifas vigente conforme Resolução Homologatória n.o 015/2021 - AGEPAR).

COORDENADORIA ESTADUAL DA DEFESA CIVIL

4 COORDENADORIA ESTADUAL DA DEFESA CIVIL (CEDEC)

A Coordenadoria Estadual da Defesa Civil, órgão pertencente à Governadoria do Estado do Paraná, é responsável pela prevenção de eventos desastrosos, o socorro e a assistência aos atingidos por tais eventos e a recuperação dos danos causados com ações decorrentes do atendimento a desastres no Estado.

As principais atribuições da Defesa Civil são: a) geração e envio de alertas para o sistema de defesa civil e para a população; b) minimizar e reduzir os efeitos do desastre na comunidade; c) coordenar a execução de ações e operações de proteção e defesa civil, decorrentes de desastres naturais, mistos ou provocados pelo homem nas fases de prevenção, preparação, mitigação, resposta e recuperação; d) coordenar ações de pesquisa e de controle estatístico em relação à proteção e defesa civil; e) ceder apoio logístico para atendimentos emergenciais ou de natureza preventiva, nas ações e operações de proteção e defesa civil; f) promover a qualificação de recursos humanos na estrutura do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil; e g) coordenar ações das brigadas escolares nos estabelecimentos de ensino.

4.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

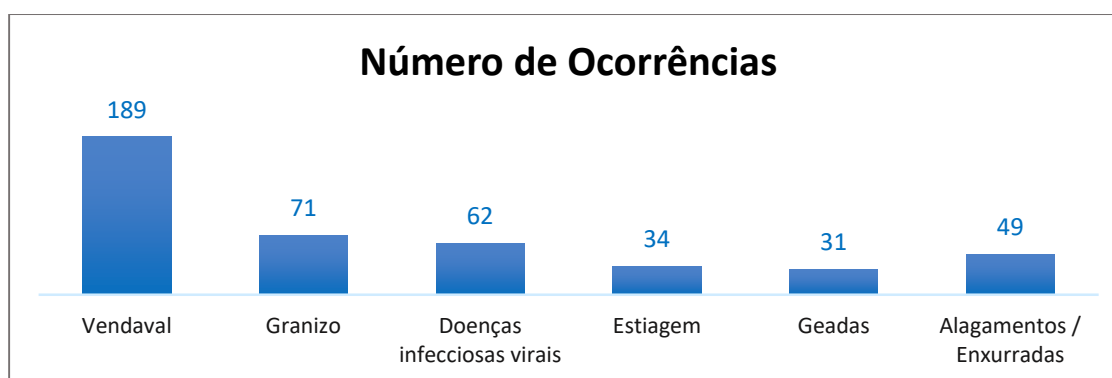
- ▶ Prevenção a desastres - por meio do Centro Estadual de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CEGERD) foram enviados cerca de 656 alertas via SMS, que geraram o envio de mais de 233 milhões de SMS e ainda 35 alertas para TV por assinatura acessados por aproximadamente 4 milhões de domicílios no estado.
- ▶ Programa Brigadas Escolares - Defesa Civil na Escola - visa disseminar a conscientização e a capacitação da comunidade escolar do Estado para o enfrentamento de situações emergenciais no interior das escolas, bem como promover a construção de uma cultura de prevenção a partir do ambiente escolar, e a adoção de ações para permitir a adequação das edificações escolares estaduais às normas de prevenção contra incêndio e pânico do CB/PMPR. O Programa está presente nas 2.116 instituições de ensino estaduais e em 400 instituições de ensino parceiras da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (SEED). Foram formados 3.732 servidores que atuam como brigadistas escolares e emitidos 1.832 Certificados de Conformidade em 2021, que atestam que a escola mantém as medidas de proteção previstas no Programa (simulados de abandono, capacitação para formação de brigadistas escolares, e equipamentos de proteção integrados - extintor, luminária, e placas de sinalização).

- ▶ Resposta a desastres - foram atendidos 20 municípios em estado de Calamidade Pública e 80 em Situação de Emergência, com distribuição de materiais de ajuda humanitária, a saber: a) 1884 bobinas de lona; b) 133.875 telhas de fibrocimento; c) 914 colchões; d) 950 *kits* dormitórios; e) 26.107 Cestas Básicas; f) 815 *kits* higiene; g) 683 *kits* limpeza.

Foram captados aproximadamente R\$ 3,0 milhões, do Governo Federal, para apoio nas ações de resposta, socorro e assistência e restabelecimento, sendo a Coordenadoria Estadual responsável pelo suporte aos municípios visando a garantia do recebimento do recurso por parte dos municípios afetados por desastres.

- ▶ A CEDEC, de janeiro a novembro, deu atendimento a todas as ocorrências notificadas pelos municípios paranaenses, destacando-se as mais frequentes no Gráfico 1.

GRÁFICO 1 - ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIAS FREQUENTE SPELO CEDEC DE ACORDO COM O TIPO - PARANÁ - 2021



Fonte: SISDC/Defesa Civil.

- ▶ A totalidade de municípios atingidos, ocorrências e danos causados pelos desastres no período de janeiro a novembro de 2020, podem ser consultados no Quadro 1.

QUADRO 1 - TOTALIDADES DE AFETAÇÕES NAS OCORRÊNCIAS DE DESASTRES ATENDIDAS PELA CEDEC - PARANÁ - 2021

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Total de municípios atingidos	265
Total de ocorrências	505
Total de pessoas afetadas	605.506
Total de pessoas desalojadas	2.689
Total de pessoas desabrigadas	260
Total de pessoas feridas	93
Total de casas danificadas	20.353
Total de casas destruídas	52

Fonte: SISDC/Defesa Civil.

Merecem destaque algumas ações realizadas e previstas pela Defesa Civil do Estado do Paraná:

- ▶ Desencadeou ações de qualificação dos Coordenadores Municipais de Defesa Civil, no módulo presencial, nas 18 regionais de defesa civil, abrangendo todo o território do Paraná;

- ▶ Devido às necessidades ocasionadas pela pandemia do Novo Coronavírus, na mesma linha das ações de caráter preventivo, a CEDEC realizou ações de ajuda humanitária e entrega de donativos, atuando na distribuição de cestas básicas, que continuam a ser entregues para os municípios que atendem pessoas em condições de vulnerabilidade social, bem como atuando em diversas campanhas de donativos em conjunto com a Superintendência de Ação Social (SGAS
- ▶ Realizou ações de prevenção e de estruturação de resposta em caso de incêndios, voltado a proteção das Unidades de Conservação Estaduais, em conjunto com outros órgãos, no âmbito do Programa de Prevenção de Incêndios na Natureza (PREVINA), instituído por meio do Decreto Estadual n.o 10.859, de 24 de agosto de 2018. Foram atualizados dez Planos de Contingência de Unidades de Conservação e elaborados mais 11. Foi elaborado material para campanha preventiva e realizada a aquisição de materiais de combate às chamas pelo órgão ambiental. Realizada capacitação prática de voluntários para atuação de apoio em caso de incêndios pelo Corpo de Bombeiros.
- ▶ A Defesa Civil planeja desenvolver ações de descentralização dos centros logísticos no Estado, o que proporcionará uma maior capilaridade e redução no tempo de atendimento às ocorrências que porventura venham a atingir o Estado. Estão previstas a construção de três novas unidades de Centros Logísticos (Guarapuava, Londrina e Quedas do Iguaçu), e ainda a aquisição de caminhões, veículos 4x4, novos radares e pluviômetros, dentre outros materiais e equipamentos, que proporcionarão uma melhora na qualidade e no tempo resposta para a população do Estado do Paraná.

CASA MILITAR

5 CASA MILITAR (CM)

A Casa Militar, órgão pertencente à Governadoria do Estado do Paraná, desenvolve atividades de assistência direta e imediata ao Chefe do Poder Executivo nos assuntos militares, bem como proporciona a segurança pessoal do Governador, Vice-Governador e suas respectivas famílias, hóspedes oficiais e demais pessoas designadas. Nesses termos, executa ainda a segurança das instalações físicas da Sede do Governo (Palácio Iguazu), Consulados no município de Curitiba, pontos sensíveis e demais instalações de interesse institucional. Além dessas atribuições, desenvolve a atividade de transporte aéreo e transporte terrestre desses dignitários, a produção e proteção de assuntos sigilosos de interesse governamental, bem como apoia a Secretaria de Estado da Saúde no transporte de órgãos e tecidos humanos (Central Estadual de Transplantes). O órgão também é responsável pelo Cerimonial da Governadoria, organizando eventos oficiais dos gabinetes do Governador, Vice-governador, do Chefe da Casa Civil e do Chefe da Casa Militar por meio da Divisão de Cerimonial e Relações Internacionais (DCRI).

5.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

O ano de 2021 apresentou novos desafios para toda a administração pública, pois, o cenário de pandemia mundial de saúde, afetou a economia mundial, alterando todos os planejamentos dos órgãos governamentais e impôs a necessidade de rever as ações programadas. Mesmo diante deste novo cenário a Casa Militar prosseguiu, no exercício de suas missões de garantir a segurança do Exmo. Sr. Governador, Vice-Governador, respectivos familiares e hóspedes oficiais, cujas ações resultaram na execução de missões de segurança, e atendimentos a visitantes oficiais ao Estado do Paraná entre Presidentes, Embaixadores, Ministros e outros dignitários de interesse institucional.

No cumprimento das suas atividades finalísticas a Casa Militar realizou o atendimento de mais de 600 eventos com a presença do Governador, Vice-governador ou Chefe da Casa Civil, totalizando a presença de mais de 20.000 pessoas dentre autoridades e lideranças representativas. Também foram atendidos, Ministros de Estado, Embaixadores e Cônsules-Gerais de diversos países, sendo ao todo recepcionadas 26 autoridades estrangeiras.

O serviço de transporte aéreo, até 15 de novembro, executou 1.900 horas de voo, correspondentes a 553 missões, das quais 253 missões foram destinadas a transportes de autoridades e 63 atividades se referem a transporte aeromédicos (transporte de órgãos e tecidos para a Central de Transplante, resgates e transporte para Central de Leitões) 128 missões em apoio ao combate à pandemia da COVID-19 no transporte de vacinas, 109 voos em atividade de apoio a Defesa Civil/Secretaria de Segurança pública/Manutenção e proficiência (cheque e recheque).

Merecem destaque algumas ações desenvolvidas pela Divisão de Transporte Aéreo:

- ▶ Em apoio à Secretaria de Estado da Saúde, o emprego das aeronaves do estado foi fundamental no transporte de vacinas e exames para detecção do Coronavírus realizados em vários municípios no interior do Estado, tornando a logística de distribuição ágil e eficiente nas ações de combate à pandemia da COVID-19, conforme determinação governamental por meio de Decreto Estadual.
- ▶ A manutenção dos serviços de transporte aéreo em atendimento à Central de Transplantes de Órgão e Tecidos, foi decisivo para que o Estado do Paraná se mantivesse como referência em transplante de órgãos e tecidos no País.
- ▶ Outro ponto de destaque foi o sucesso na agilidade da distribuição de vacinas, colocando o estado como referência na logística de vacinação.
- ▶ A Casa Militar também realizou a doação de duas aeronaves do tipo Seneca III, prefixos PP-EUS e PP-EIK, para o Estado do Mato Grosso do Sul, na perspectiva de fortalecer os laços estratégicos com o Estado vizinho, bem como parcerias para o desenvolvimento de uma política conjunta de segurança nas áreas de fronteira com os países vizinhos.
- ▶ A Divisão de Transporte Aéreo realizou as operações aéreas utilizando uma aeronave Sessna Grand Caravan, um avião King Air I350 (este mediante convênio com a COPEL), um avião King Air C90 e um helicóptero EC130B4, os quais além de dar suporte aos transportes oficiais do Estado operaram, com prioridade, para atender o combate a pandemia da COVID-19 no transporte de vacinas e exames, e o serviço de transplante de órgãos e tecidos.
- ▶ Além das missões aéreas, foi realizada a aquisição de uma aeronave King Air C90, prefixo PR-OZL, bem como de um GPU/Fonte externa para partida dos aviões, um rebocador de aeronaves de tração mecânica, e a capacitação de pilotos para operação das aeronaves de asas fixas e asas rotativas.

Dentre as ações previstas estão:

- ▶ A readequação das instalações do hangar aeronáutico, proporcionando maior segurança e preservação das aeronaves e equipamentos de aviação.
- ▶ A atualização tecnológica do Painel *Retrofit* da aeronave King Air C90, para proporcionar melhor segurança de voo nas missões de transporte das autoridades.
- ▶ Renovação parcial da frota rodoviária que atende as missões de segurança institucional.
- ▶ Implementação do sistema de segurança monitorada com reconhecimento facial no Palácio Iguaçu.

CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

6 CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO (CGE)

A Controladoria-Geral do Estado (CGE), regulamentada pelo Decreto Estadual n.o 2.741/2019, alterado pelo Decreto n.o 6.929/2021, é composta pelos Sistemas de Controle Interno, de Transparência e Controle Social, de Corregedoria, de Ouvidoria e de Integridade e *Compliance*. Como órgão central do Sistema Estadual de Controle Interno do Poder Executivo, compete à Controladoria auxiliar o Governador do Estado na coordenação da ação governamental e no controle dos assuntos prioritários, atuando no desempenho das funções de planejamento, coordenação, controle, avaliação, promoção, formulação e implementação de mecanismos no combate à corrupção, bem como de regulamentação e normatização dos sistemas de controle do Poder Executivo Estadual. Essa coordenação, por sua vez, se dá de forma descentralizada em cada órgão/entidade da Administração Pública, por meio dos Agentes, integrantes dos Núcleos de Integridade e *Compliance* Setoriais, que atuam na avaliação *in loco*.

6.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

6.1.1 Prevenção e Combate à Corrupção

- ▶ Atuação em processos de apuração de responsabilidade de pessoas jurídicas pela prática de atos lesivos previstos nas Leis Federais n.o 12.846/2013 e 8.666/1993, com destaque para as concessionárias de pedágio do Anel de Integração.
- ▶ Atividades previstas em convênios com: a) Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA); b) Conselho Nacional de Controle Interno (CONACI); c) Fundo Estadual de Combate à Corrupção (FUNCOR); d) Programa de Fortalecimento de Corregedorias (PROCOR); e) Sistema de Correição do Poder Executivo Federal (SISCOR); e f) Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), ampliando e aprofundando as ações de integração com órgãos de controle congêneres, nas esferas municipal, estadual e federal.
- ▶ Atuação no acompanhamento de processos administrativos de interesse correcional, por meio de análise de relatórios e de inspeções físicas e remotas em órgãos e entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo Estadual, com emissão orientações e de recomendações vinculantes, de modo a direcionar a adoção de providências ao aprimoramento das atividades de correição no órgão ou para correção de falhas.
- ▶ Instauração de Procedimentos Investigativos Preliminares (PIPs), destinados à apuração de indícios de autoria e materialidade de atos lesivos à administração pública e colheita de provas necessárias para a instauração dos Processos Administrativos de Responsabilização de Pessoas Jurídicas (PARs).

- ▶ Projeto Lapidar - apresentação das novidades legislativas aos agentes públicos, por meio físico e eletrônico, com linguagem acessível e objetiva, promovendo transição segura e gradual para novas legislações, através de capacitações continuadas aos agentes públicos do Poder Executivo por ocasião das alterações legislativas relevantes para o Sistema de Correição do Poder Executivo Estadual e da edição de Enunciados e Instruções Normativas pela CGE.
- ▶ Lançamento da Cartilha Lapidar: O Novo Processo Administrativo Correcional contendo orientações sobre as inovações da Lei Estadual n.o 20.656/2021, com tiragem de 1.500 exemplares e disponível também em formato eletrônico.
- ▶ Edição de Instruções Normativas pertinentes à regulamentação dos ritos de sindicância, do processo administrativo disciplinar, e das inovações Termo de Ajuste de Conduta e Tomada de Contas Especial, além de tornar aplicáveis os parâmetros expressos para dosimetria das sanções e disciplinar a prática de atos e comunicações processuais por meios eletrônicos.
- ▶ Apresentação minuta de decreto para revogação integral do Decreto Estadual n.o 11.953/2018, de modo a aperfeiçoar e atualizar a regulamentação da Lei Federal n.o 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), no âmbito do Poder Executivo do Estado do Paraná.
- ▶ Programa de Integridade e *Compliance* - implementação em 35 órgãos ou entidades do Poder Executivo Estadual, entrega de 16 Planos de Integridade, mais de 6.500 servidores e funcionários públicos entrevistados para identificação de riscos, graduados de acordo com o impacto e a frequência. Em 2021, o Programa de Integridade e *Compliance* foi iniciado em 18 órgãos e entidades, foram realizadas mais de 3.000 entrevistas, cinco Planos de Integridade foram entregues e mais de 300 formulários foram recebidos através das urnas do *compliance*.
- ▶ Núcleo de Integridade e *Compliance* Setoriais (NICS) - publicação de duas Resoluções para instituir diretrizes e orientações aos chefes de NICS e normas para relação entre os agentes de Ouvidoria e Transparência, de Controle Interno e de *Compliance*, nos Núcleos de Integridade e *Compliance* instalados em órgãos e entidades do Governo do Paraná.
- ▶ Promoção de treinamentos aos novos agentes de *Compliance* sobre as etapas para a implementação do Programa de Integridade e *Compliance* e como conduzir as entrevistas com os servidores no processo de mapeamento de riscos, bem como, capacitação aos agentes, habilitando-os nas áreas de Auditoria, Controle Interno, *Compliance* nas Contratações, Nova Lei de Licitações e Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).
- ▶ Prevenção ao assédio sexual e moral - lançamento da campanha com ações em órgãos do poder executivo estadual, divulgação dos canais de denúncia, promoção de *webinars* e lançamento de materiais orientativos sobre o assunto.
- ▶ Embaixadores do *Compliance* - servidores indicados para atuar como multiplicadores de informações, práticas e conceitos do *Compliance* dentro do órgão ou entidade em que atuam.

- ▶ Implementação do Modelo de Capacidade de Auditoria Interna - IA-CM, desenvolvido pelo Instituto de Auditores Internos (IIA) para setores públicos, visando uma maior economicidade, eficiência e efetividade da administração pública.
- ▶ Promoção de aproximadamente 1.200 horas de treinamentos e capacitações, de acordo com os padrões internacionais de auditoria, visando que o Estado atinja o nível de maturidade Integrado do Modelo de Capacidade de Auditoria Interna - IA-CM.
- ▶ Aprovação do Estatuto de Auditoria Interna do Estado do Paraná, elaborado de forma aderente aos elementos mandatórios da Estrutura Internacional de Práticas Profissionais (IPPF) do Instituto de Auditores Internos (IIA), através da publicação da Resolução CGE n.o 40/2021.
- ▶ Encaminhamento de aproximadamente 140 Informações Técnicas com objetivo de apurar e orientar a respeito de eventuais falhas, erros e/ou inconformidades em processos licitatórios e contratos, com total aproximado de R\$ 558,0 milhões em processos verificados.
- ▶ Averiguação referente a adulteração de saneantes (álcool gel 70%) adquiridos pelo Estado, auxílio no seu recolhimento, realização de testagem pelo Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR) e instrução ao órgão licitante sobre a instauração de processo administrativo.
- ▶ Realização de inspeção quanto ao atendimento às medidas sanitárias nos Concursos Públicos da Polícia Militar do Paraná (PMPR) e da Polícia Civil do Paraná (PCPR), resultando na emissão de recomendações ao Núcleo de Concursos da Universidade Federal do Paraná (NC/UFPR), para garantir a realização dos concursos de acordo com os protocolos de biossegurança.
- ▶ Auditoria em processos da Coordenadoria Estadual da Defesa Civil (CEDEC) buscando mitigar as falhas dos processos de compras, resultando na reestruturação de processo de compra de cestas básicas e demais procedimentos licitatórios, obtendo reconhecimento mediante ofício de agradecimento formal da CEDEC.
- ▶ Auditoria nos cargos em comissão e funções gratificadas de 37 órgãos e entidades da administração direta e indireta, solicitação de ajustes internos nos fluxos de trabalho e no próprio Sistema de Recursos Humanos META-4, resultando na melhoria da gestão de funcionários da administração pública estadual e maior transparência.
- ▶ Fortalecimento das atividades preventivas através de sistematização, formação continuada, elaboração de manuais e fluxos de auditoria interna e elaboração de matriz de risco para desenvolvimento do planejamento anual de auditoria com base na gestão de risco.
- ▶ Realização de mais de 65 análises e cruzamentos de dados envolvendo diversos objetos, com destaque para: a) aquisições por dispensa de licitação referentes a COVID-19; b) irregularidades em aquisições por dispensa de licitação; c) terceirização em serviços da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (SEED) e da Secretaria de Estado da Saúde (SESA); d) análises de vínculos entre fornecedores e vínculos entre fornecedores e servidores públicos; e) favorecimento de

licenças ambientais; e f) análise de credenciados para prestação de serviços junto a órgãos públicos estaduais.

- ▶ Realização de estudos e análises independentes, através de cruzamento de dados, posteriormente encaminhados para verificação e confirmação dos achados.
- ▶ *Due Diligence* na contratação de pessoal para ocupação de cargo de provimento em comissão e função de gestão pública, estabelecido pelo Decreto n.o 8.038/2021. Para operacionalizar esta verificação foram identificadas 23 listas restritivas, definidos os graus de risco e automatizada a consulta, possibilitando a verificação de forma ágil. Em 2021, foram realizadas mais de 500 verificações.
- ▶ Construção de um sistema completo que comporta e gerencia dados, com estratégias de otimizações desenhadas para suportar processamento analítico permitindo um processamento mais rápido e eficaz das informações essenciais ao cumprimento das demandas recebidas e acompanhamento das atividades do Estado, através da utilização de novas ferramentas de *hardware* e *software*.
- ▶ Participação no Grupo de Trabalho, instituído através da Resolução Casa Civil n.o 774/2021, que redigiu a Minuta de Decreto que regulamentará a Lei de Liberdade Econômica do Estado, instrumento legal que visa a desburocratização para abertura de empresas no Estado e consequente aumento em investimentos e geração de emprego e renda.
- ▶ Realizou pesquisa, análise, aprofundamento e correlações em compras públicas, provenientes de denúncias recebidas via Ouvidoria do Estado e/ou que são objetos de investigações. Alguns trabalhos serviram de insumos para investigações de outros órgãos, outros permanecem em análise constante para coleta de informações que serão encaminhadas posteriormente aos órgãos e setores competentes para análise e apreciação.
- ▶ Sistema e-CGE - manutenção dos novos fluxos na ferramenta institucional da Controladoria Geral do Estado, utilizada para avaliar os controles institucionais dos órgãos e entidades vinculadas ao Poder Executivo Estadual, permitindo a emissão automática de relatórios, com recomendações a serem observadas pelos dirigentes da administração pública estadual, referentes às avaliações dos controles administrativos existentes nos órgãos e entidades.
- ▶ Proposição, aos dirigentes dos órgãos e entidades, de ações mitigatórias, dentre as quais: a) a avaliação das transferências voluntárias e pessoal; b) o monitoramento e avaliação do plano plurianual; c) informações sobre as obras paralisadas no Estado; permitindo uma atuação mais incisiva na fiscalização dos recursos públicos.
- ▶ Monitoramento dos apontamentos dos 3 últimos exercícios referentes às contas anuais dos órgãos e entidades estaduais, exaradas pelo Tribunal de Contas do Estado, através da atuação dos agentes de controle interno, com vistas a sanar as inconsistências e melhorar os controles administrativos.

- ▶ Acompanhamento, através do diário eletrônico do Tribunal de Contas do Estado, das decisões sobre as contas anuais dos órgãos e entidades, apresentando resultados parciais positivos, que demonstram a atuação e a integração do controle interno e o comprometimento da alta administração na resolução das inconsistências. As contas julgadas regulares, passaram de 53 em 2018, para 71 em 2020. No mesmo período, o número de recomendações, ressalvas e determinações sofreram queda de mais de 73,0%, 86,0% e 85,0%, respectivamente.
- ▶ No âmbito do Controle Interno, capacitou os agentes de controle em todos órgãos e entidades para execução das avaliações dos controles administrativos, realizadas através de três formulários, que englobam aproximadamente 300 quesitos avaliados.
- ▶ Fortalecimento do quadro de servidores efetivos da Controladoria Geral do Estado, visando conferir efetividade e celeridade às atividades finalísticas do órgão e promover a ética e integridade na gestão pública paranaense.
- ▶ Convênio com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), resultando no aporte de mais de 50 milhões para modernização da CGE, melhoria da gestão e combate à corrupção.
- ▶ CGE-EAD - lançamento de programa de educação a distância, em parceria com a Superintendência de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (SETI), para capacitar seus servidores a planejar, coordenar, controlar, avaliar, promover, formular e a implementar mecanismos e diretrizes de prevenção à corrupção no Poder Executivo Estadual.
- ▶ Operação *Ferryboat* - atuação ativa na avaliação dos serviços prestados pela nova empresa detentora da concessão. Os relatórios emitidos embasaram intervenções e forneceram elementos para que fossem cumpridos os prazos estabelecidos em contrato.
- ▶ Rede Controla Paraná - acordos de cooperação com municípios do Estado, visando dar mais segurança aos responsáveis pelo controle interno dos municípios, por meio da troca de experiência e capacitação em um fórum permanente de discussão.
- ▶ Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) - oferta de mais de 56 horas de treinamentos aos servidores estaduais sobre o tema, edição de materiais de apoio, como o Manual de Implementação da LGPD, a Cartilha Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais e a Cartilha da LGPD. Publicação da Resolução CGE 13/2021, que dispõe sobre a indicação do Encarregado pelo Tratamento dos Dados Pessoais.
- ▶ SEI-CED - estabeleceu critérios e procedimentos a serem adotados pelos órgãos da Administração Direta, Autarquias, Fundações, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista, Serviços Sociais Autônomos e Órgãos de Regime Especial para reabertura do Sistema Estadual de Informações - Captação Eletrônica de Dados (SEI-CED), do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, através da Resolução CGE n.o 34/2021.

- ▶ Seleção de capacitações direcionadas aos agentes atuantes nas áreas finalísticas da CGE, direcionando aos servidores mais de 2.000 horas de cursos, na modalidade a distância.
- ▶ Sediou o XVIII Encontro Nacional de Controle Interno, recepcionando os membros do Conselho Nacional de Controle Interno (CONACI). O evento também foi transmitido pela *internet*, com mais de 5.400 visualizações, promovendo eficiência e integridade na administração pública.
- ▶ CGE nos Passos da Dinamarca - Inspirada na Dinamarca, que possui o menor índice de percepção de corrupção, segundo a Transparência Internacional, a CGE lançou a campanha, estimulando ações de solidariedade e comportamento ético e íntegro entre os servidores e funcionários. A ação contou com: a) campanhas de doação de sangue; b) estímulo a atividades físicas, os servidores da CGE percorreram simbolicamente os 10.734 quilômetros que separam Curitiba de Copenhague; c) arrecadação de donativos para o Instituto Princesa Benedikte, que atende crianças em vulnerabilidade social em Curitiba; e d) realização de capacitações sobre o tema, como o *webinar* A Cultura de Integridade da Dinamarca, com a participação do professor Georg Wink, da Universidade de Copenhague.
- ▶ *Hotwords* - implementação de solução tecnológica e inteligente, utilizada no sistema institucional e-protocolo, que permite a aplicação de filtros por palavras chaves, auxiliando o trabalho de auditoria preventiva.
- ▶ Premiação - 1º Lugar no II Concurso de Boas Práticas da Rede de Corregedorias, na categoria Responsabilização de Entes Privados, promovido pela Controladoria Geral da União (CGU). A prática premiada, Medida Cautelar Administrativa de Suspensão, além de destaque no concurso assegurou à administração pública estadual a possibilidade de firmar parcerias confiáveis na execução de suas contratações.

6.1.2 Transparência, Controle Social e Atendimento ao Cidadão

- ▶ *Business Intelligence* - organização e divulgação de informações sobre contratações e vacinação contra a COVID-19 no Portal institucional da COVID-19, em formato amigável e de fácil compreensão pelo público, por meio do sistema de *Business Intelligence*.
- ▶ Segunda melhor nota, entre todas as administrações estaduais, em duas avaliações quanto à transparência no enfrentamento a COVID-19, realizadas por instituições de renome, a *Open Knowledge* Brasil e Transparência Internacional Brasil.
- ▶ CGE Itinerante - O trabalho de verificação do atendimento à população, divulgação dos canais de comunicação e do Portal da Transparência, que visa aproximar a CGE e o Governo do Estado da sociedade paranaense visitou 200 cidades, com mais de 4.300 entrevistas realizadas, em 316 locais de atendimento ao cidadão. O programa realizou ações em diversas frentes, com destaque para a aplicação de vacinas contra a COVID-19, retorno às aulas presenciais nos estabelecimentos de ensino da rede pública, operação *ferryboat* e reagendamento do concurso para a Polícia Militar.

- ▶ Resolução CGE 06/2021 - estabelece recomendações e determinações quanto aos procedimentos a serem adotados referentes às questões de transparência e acesso à informação de dados relativos à vacinação contra a COVID-19 no Estado do Paraná.
- ▶ Ouvidoria - até meados de novembro registrou aproximadamente 145.000 manifestações, um aumento de 18,0% com relação ao mesmo período do ano anterior.
- ▶ Diminuição do tempo de resposta ao cidadão - as manifestações registradas na Ouvidoria Geral do Estado são respondidas em um tempo médio de cinco dias, muito abaixo do previsto em lei, que é de 30 dias prorrogáveis por mais 30.
- ▶ Fura-fila - parceria com o Ministério Público do Estado do Paraná e Tribunal de Contas do Estado do Paraná, para recepcionar denúncias de fura-fila da vacina contra COVID-19 e encaminhar para apuração, tendo sido registradas 1.016 denúncias.
- ▶ Capacitação dos ouvidores setoriais - realização de 14 capacitações com ouvidores setoriais, além de orientações e diretrizes.
- ▶ Automatização da pesquisa de satisfação - ao final dos atendimentos de ouvidoria realizados pelo Sistema Integrado de Gestão de Ouvidorias (SIGO), o cidadão pode responder a uma pesquisa de avaliação sobre o atendimento recebido.
- ▶ Decreto n.o 7791/2021 - aprovação de legislação específica para proteger quem denuncia, fornecendo mais segurança e proteção ao denunciante e auxiliando no combate à corrupção.
- ▶ Dezembro Transparente - instituído no Calendário Oficial de eventos do Estado do Paraná através da Lei Estadual n.o 20.663/2021, fortalece a promoção da cultura de transparência, prevenção e combate à corrupção.
- ▶ COVID-19 - Resolução CGE n.o 25, de 14 de abril de 2021, estabelece regras para a publicação no Portal da Transparência do Governo do Estado do Paraná e no Portal Coronavírus, quanto ao recebimento de doações para o enfrentamento a pandemia.
- ▶ Divulgação interna do *Newsletter* LGPD na CGE, informativo digital enviado aos servidores atuantes diretos e de forma descentralizada da CGE, com informações sobre a aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados.
- ▶ Escala Brasil Transparente (EBT) - segunda melhor nota entre os estados na avaliação realizada pela Controladoria Geral da União (CGU), onde são mensuradas as transparências ativa e passiva.
- ▶ Escola Cidadã - realização de projeto piloto no Colégio Estadual Gabriela Mistral, em que foram abordados, com os alunos do sétimo ano, temas relacionados as áreas de atuação da CGE, como: a) prevenção e combate à corrupção; b) ética; c) *compliance*; d) controle interno; e) transparência e controle social; e f) ouvidoria.

Reconhecimento da Ouvidoria Geral do Estado - a Controladoria Geral do Estado do Paraná passou a integrar a nova diretoria da Associação Brasileira de Ouvidores, através da participação do Ouvidor-Geral no Conselho Deliberativo da entidade

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

7 PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO (PGE)

A Procuradoria-Geral do Estado (PGE), com 75 anos de existência, é órgão do Poder Executivo, vinculado à Governadoria, com as competências fixadas no artigo 132 da Constituição Federal e artigo 124 da Constituição Estadual, destacando-se dentre outras: a representação judicial e extrajudicial do Estado e suas autarquias; a consultoria jurídica da administração pública direta e indireta do Poder Executivo e a cobrança judicial da dívida ativa do Estado e suas autarquias.

7.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

7.1.1 Ações Judiciais de Grande Relevância

- ▶ Acordo que garante ao Fundo Estadual do Meio Ambiente (FEMA) do Paraná o recebimento de cerca de R\$ 930,0 milhões - atuação da PGE nos processos judiciais que tramitaram no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) e nas negociações viabilizou homologação de acordo que garantiu ao Fundo Estadual do Meio Ambiente (FEMA) do Paraná o recebimento de cerca de R\$ 930,0 milhões. Com recursos provenientes de um acordo judicial firmado entre o Governo do Estado, o Ministério Público do Paraná, o Ministério Público Federal e a Petrobras. Estes valores se prestam à compensação dos danos morais coletivos e difusos sofridos em razão de grave acidente na refinaria da estatal em Araucária, em 2000.
- ▶ Defesa da atuação do Governo do Estado no enfrentamento da pandemia da COVID-19 - o Poder Judiciário acolheu os argumentos da PGE em relação à atuação do Governo do Estado no enfrentamento da pandemia da COVID-19 e julgou improcedente uma Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público em setembro de 2020.

“Ao invés da falta de critérios claros e científicos acerca das medidas de enfrentamento à pandemia do Coronavírus (SarsCoV-2), o Estado do Paraná tem atuado de forma proativa, com elaboração de plano estratégico e edição contínua de atos normativos em razão da dinâmica da crise de saúde pública que tem sido enfrentada”, diz trecho da decisão.

A defesa foi necessária diante do pedido de intervenção judicial para aplicação de ações não obrigatórias na gestão da saúde pública. No processo, a PGE apresentou as ações que têm sido realizadas pelo Estado no trato da pandemia, sendo a maioria disponibilizada publicamente pelo site www.saude.pr.gov.br/Pagina/Coronavirus-COVID-19, pelo portal do Coronavírus Paraná e pela comunicação diária com a sociedade.

- ▶ Cobrança de reembolso da União de cerca de R\$ 9,5 milhões destinados a medicamentos - a PGE entrou com 50 processos judiciais contra a União Federal para buscar ressarcimento de valores gastos com remédios de alto custo. A medida foi necessária pelo fato de a União não estar

ressarcindo o Estado do Paraná desde 2018, quando o Ministério da Saúde deixou de responder aos pedidos administrativos de pagamento.

- ▶ Defesa do Estado do Paraná nas ações de reparação de danos em razão do adiamento do concurso público da Polícia Civil - dos mais de 1,8 mil processos abertos, 96,0% das sentenças proferidas até outubro de 2021 afastaram o dever de o Estado do Paraná pagar indenizações. Os juízes acataram a tese defendida pela PGE de que o Estado do Paraná foi também vítima da situação, e não causador dela. O concurso público da Polícia Civil estava agendado para 21 de fevereiro de 2021. Contudo, algumas horas antes da aplicação das provas, a entidade contratada para realizar o certame anunciou seu cancelamento. Candidatos de todo o Brasil entraram na Justiça para cobrança de danos morais e materiais.
- ▶ Ajuizamento de ação de repetição de indébito em face da União para cobrança de contribuições previdenciárias indevidamente retidas no Fundo de Participação do Estado (autos n.o 5053329-04.2021.4.04.7000), com valor de aproximadamente R\$ 160,0 milhões.

7.1.2 Dívida Ativa do Estado

7.1.2.1 Cobrança da Dívida Ativa Tributária e Não Tributária do Estado do Paraná

Uma das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus, foi a suspensão por 60 dias da apresentação para protesto e do ajuizamento da dívida ativa, na forma do artigo primeiro do decreto n.o 6.999, de 02 de março de 2021. Não obstante, foram ajuizadas pela PGE, até 03 de novembro de 2021, 15.593 certidões de dívida ativa em 2.155 processos de execução fiscal, com valor total superior a R\$ 2,8 bilhões. No mesmo período foram enviadas a protesto 371.279 certidões de dívida ativa, no valor total de mais de R\$ 127,7 milhões.

7.1.2.2 Arrecadação da Dívida Ativa Ajuizada e Enviada a Protesto

Até 03 de novembro, a arrecadação da dívida ativa ajuizada e enviada a protesto somou mais de R\$ 211,8 milhões. Nesse período, a arrecadação da dívida ativa ajuizada somou valor superior a R\$ 208,0 milhões, sendo R\$ 36,0 milhões em pagamentos à vista e R\$ 172,0 milhões por meio de parcelamentos. A arrecadação da dívida ativa enviada a protesto somou R\$ 3,6 milhões. Além disso, outros R\$ 14,9 milhões em dívidas enviadas a protesto foram objeto de parcelamentos pelos devedores.

7.1.2.3 Comissão Técnica de Penhora de Faturamento

A Lei Estadual n.o 18.919, de 13 de dezembro de 2016, autoriza a PGE a celebrar composições em execuções fiscais com base na penhora do faturamento dos devedores, para fins de garantia e de pagamento da dívida ativa ajuizada e dos acessórios legais devidos ao Estado do Paraná e às suas autarquias. A análise e formalização dessas composições é feita pela Comissão Técnica de Penhora de Faturamento, composta por procuradores do Estado do Paraná. Foram deferidas quatro novas composições com base na Lei Estadual n.o 18.919, de 13 de dezembro de 2016, garantindo-se o pagamento de créditos tributários no valor aproximado de R\$ 106,0 milhões.

7.1.2.4 Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (CIRA/PR)

Grupo de Trabalho criado por meio de termo de cooperação técnica firmado entre a Procuradoria-Geral do Estado, o Ministério Público do Paraná e a Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA), o CIRA tem como objetivo identificar fraudes fiscais estruturadas e de grande potencial lesivo, bem como recuperar direitos e valores obtidos ilegalmente, por meio de propositura de ações judiciais e administrativas, com a consequente responsabilização administrativa, fiscal, civil e criminal dos envolvidos. Nesse contexto, entre outras ações, a PGE encaminhou ao Ministério Público nove representações para fins penais contra grandes devedores do Estado do Paraná, envolvendo créditos de ICMS no valor total aproximado de R\$ 41,6 milhões.

7.1.2.5 Grupo Estratégico de Recuperação de Ativos Relevantes (GERA)

O Grupo Estratégico de Recuperação de Ativos Relevantes (GERA) promove medidas judiciais contra grandes devedores e/ou grupos econômicos, conforme as atribuições estabelecidas no Decreto n.o 7.435, de 19 de julho de 2017. Até outubro de 2021, destacaram-se as seguintes ações:

- ▶ As 10 principais execuções fiscais nas quais houve reconhecimento da sucessão empresarial irregular e foi determinado o arresto de bens das empresas sucessoras para a garantia de dívidas somaram juntas o valor de aproximadamente 84,6 milhões.
- ▶ As 10 intervenções de Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica, de maior representatividade, asseguraram aproximadamente 26,1 milhões para garantia de dívidas.
- ▶ Ação Declaratória de Desconsideração de Personalidade Jurídica n.o 0007765-28.2019.8.16.0004: permitiu a recuperação de créditos tributários no valor de aproximadamente R\$ 31,0 milhões, através da quitação de parcelamento por meio do acordo direto firmado.
- ▶ Ação Cautelar Fiscal n.o 0002459-94.2021.8.16.0170: determinado o bloqueio de nove imóveis e uma aeronave ainda não avaliados, além de 15 imóveis avaliados pela Receita Estadual do Paraná em R\$ 180,3 milhões tendo por objetivo resguardar o recebimento de créditos tributários em valor superior a R\$ 159,1 milhões.
- ▶ Carta Precatória n.o 0005988-52.2020.8.16.0075: arrematados bens no valor total aproximado de R\$ 1,6 milhão, sendo que a dívida total executada é de aproximadamente R\$ 2,5 milhões.

7.1.3 Estoque de Precatórios

A PGE patrocina todos os precatórios expedidos contra a Administração Pública Estadual (direta e indireta), cujo estoque apontado pelo Tribunal de Justiça é de aproximadamente R\$ 8,0 bilhões, atualizado até julho de 2021, em que analisa a legitimidade da inscrição, dos pagamentos, retenções legais, dentre outros dados.

De janeiro a setembro de 2021, a PGE comprovou e requereu o abatimento do valor atualizado de R\$ 18,0 milhões do estoque de precatórios, relativo a compensações de créditos tributários com os

débitos dos precatórios, efetuadas na forma do §2º do artigo 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), convalidadas expressamente pelo artigo 6 da Emenda Constitucional 62, de 09 de dezembro de 2009.

Foi concluído, ainda, o auxílio prestado à Fomento Paraná para identificação e realização de cálculos das compensações realizadas com base na Lei Estadual n.o 13.956/2002, cujo valor nominal é de R\$ 73.707.216,16.

7.1.3.1 Acordo Direto em Juízo Auxiliar de Conciliação de Precatórios

O Decreto Estadual n.o 2.566, de 30 de agosto de 2019 e o Decreto Judiciário do TJPR n.o 527, de 05 de setembro de 2019, disciplinaram o pagamento de precatórios, na modalidade de acordo direto, com deságio escalonado conforme o ano orçamentário. Até setembro, os acordos homologados ensejaram o abatimento de aproximadamente R\$ 4,9 milhões do estoque de precatórios.

7.1.3.2 Requisições de Pequeno Valor (RPVs)

Conforme informações passadas pela SEFA, o valor total de RPVs pagas entre janeiro e outubro de 2021 foi de R\$ 85,4 milhões, cuja autorização foi realizada pelos diversos setores da PGE. Por outro lado, foram efetivadas retenções legais sobre o pagamento de precatórios e RPVs.

7.1.3.3 Câmaras de Conciliação de Precatórios

Foram realizados acordos diretos de precatórios pela 1ª e pela 5ª Câmaras de Conciliação de Precatórios, abrangendo credores de precatórios que são, ao mesmo tempo, devedores tributários do Estado do Paraná. Assim, ao serem firmados tais acordos, realiza-se o pagamento de créditos de precatórios ao respectivo credor, ao mesmo tempo em que se arrecada receitas para o Estado, referentes a imposto estadual, além de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária. O valor quitado em precatórios, com igual valor de arrecadado pela 1ª Câmara de Conciliação de Precatórios, em acordos diretos, de janeiro a outubro de 2021, corresponde a R\$ 9,9 milhões; e pela 5ª Câmara de Conciliação de Precatórios, corresponde a R\$ 143,8 milhões.

Também foram realizadas compensações de precatórios com créditos tributários, no total de R\$ 10,0 milhões, além de retenção de Contribuição Previdenciária no valor aproximado de R\$ 128,0 mil e Imposto de Renda no valor de mais de R\$ 475,0 mil.

7.1.4 Atuação Consultiva

7.1.4.1 Consultoria Jurídica Referente a Obras e Serviços de Engenharia

Entre janeiro e novembro de 2021, somando os protocolados analisados pela Procuradoria Consultiva de Obras (PCO/PGE), referente a Obras e Serviços de Engenharia, chega-se ao montante aproximado de R\$ 955,4 milhões, destacando-se as seguintes ações:

- ▶ Análise de edital de Regime de Contratação Integrada da Obra de Construção do Ambulatório Médico de Especialidades (AME), em Jacarezinho, no montante de R\$ 18,1 milhões.

- ▶ Análise de edital de eventual contratação de empresa especializada para a execução de Arenas denominadas “Eco Lutas”, em diversos municípios do estado, no valor de R\$ 29,8 milhões.
- ▶ Análise de termo aditivo para alteração de projeto referente ao Convênio entre a Itaipu e o Estado do Paraná cujo objeto visa a construção da segunda ponte internacional sobre o Rio Paraná, entre Foz do Iguaçu e o Paraguai, no valor de R\$ 232,2 milhões.
- ▶ Colaboração com a Administração Pública Estadual quanto ao deságio dos valores registrados em ata de registro de preços frente aos impactos gerados pela pandemia da COVID-19.
- ▶ Análise de edital para registro de preços para realização de serviços comuns de engenharia nos estabelecimentos da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP) e da Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF).
- ▶ Análise de edital de Regime de Contratação Integrada, no valor de R\$ 15,3 milhões.

7.1.4.2 Consultoria Jurídica em Licitações, Contratos, Convênios e Instrumentos Congêneres

Até novembro, dos protocolados analisados pela Procuradoria Consultiva de Aquisições e Serviços (PRC/PGE), chega-se ao montante aproximado de R\$ 6,8 bilhões. Destacaram-se as ações:

- ▶ Análise dos Editais para incentivo à cultura, visando à concessão dos benefícios fixados na Lei Aldir Blanc, Lei Federal n.o 14.019, de 02 de julho de 2020.
- ▶ Análise de Edital de Licitação para aquisição de Solução de Rede Sem Fio com conectividade e segurança para a ampliação da infraestrutura existente nas escolas estaduais, no valor total máximo estimado de R\$ 78,6 milhões.
- ▶ Análise de Edital de Chamamento Público voltado à seleção de Organizações da Sociedade Civil (OSC) para celebração de Termos de Fomento, visando incentivar a realização de ações voltadas à prevenção, promoção, defesa ou garantia de direitos de crianças e adolescentes no Estado do Paraná, no contexto da pandemia da COVID-19.
- ▶ Análise de Edital de Licitação para aquisição de licenças, no modelo *Software as a Service (SaaS)*, para acesso à Plataforma Educacional de Língua Inglesa, para atendimento dos alunos da rede estadual de educação, no valor total máximo estimado de R\$ 22,8 milhões.
- ▶ Análise de Edital de Licitação para aquisição de uniformes para os Colégios Cívico Militares, no valor total máximo estimado de R\$ 75,1 milhões.
- ▶ Análise de contratação direta emergencial de empresa especializada na terceirização de atividades auxiliares, instrumentais ou acessórias aos cargos públicos ou às funções exclusivas de Estado, em conformidade com a Lei Estadual n.o 20.199, de 05 de maio de 2020, para atendimento dos colégios estaduais e agrícolas, no valor total máximo estimado de R\$ 188,0 milhões.

- ▶ Análise de Edital de Licitação para contratação de serviços contínuos de comunicação de dados para a composição do Sistema de Telecomunicações do Paraná (STP), no valor total máximo estimado de R\$ 228,0 milhões e análise de Edital de Licitação para contratação de operadora de telecomunicações para a prestação de serviços de satélite para a composição do Sistema de Telecomunicações do Paraná (STP), pelo prazo de 48 meses, no valor total estimado de R\$ 63,3 milhões.
- ▶ Análise de Edital de Credenciamento para contratação de Clínicas de Trânsito, para a realização dos Exames de Aptidão Física e Mental, de Avaliação Psicológica e de Exame Médico Especial aos candidatos à primeira habilitação, renovação de Carteira Nacional de Habilitação (CNH), mudança de categoria, reabilitação de condutores e permissionários, ou Avaliação Psicológica para fins pedagógicos para Diretor-Geral e Diretor de Ensino de Centro de Formação de Condutores, examinadores de trânsito, instrutores de trânsito teórico e técnico, registro de estrangeiro e outros motivos correlatos, no valor total estimado de R\$ 120,0 milhões, pelo período de 12 meses.
- ▶ Análise de Convênio a ser firmado pela SESA com o Consórcio Intergestores Paraná Saúde, cujo objeto é, em síntese, a conjugação de esforços para aquisição de medicamentos e insumos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica, a serem destinados a pacientes insulíndependentes, no valor aproximado de R\$ 114,3 milhões.
- ▶ Análise de diversos protocolados objetivando a contratualização de hospitais privados, com preferência para os filantrópicos e sem fins lucrativos, em caráter complementar ao Sistema Único de Saúde, com destaque para a contratualização do Hospital Universitário do Oeste do Paraná - HUOP, para prestação de serviços ambulatoriais e hospitalares de atenção à saúde dos usuários do SUS, no valor total aproximado de R\$ 220,0 milhões, para o período de 60 meses.
- ▶ Análise de diversos Convênios com os Consórcios Intermunicipais de Saúde visando a Adesão ao Programa de Qualificação dos Consórcios Intermunicipais de Saúde - QualiCIS, destinado aos Consórcios que gerenciam o Ambulatório Médico de Especialidades - AME no Paraná, para a implantação e implementação do Ponto de Atenção Secundário Ambulatorial (PASA) desenvolvendo as funções assistencial, educacional, supervisional e de pesquisa nas Linhas de Cuidado Prioritárias para o Estado, atuando conforme o Modelo de Atenção às Condições Crônicas (MACC) na respectiva Região de Saúde do Estado.
- ▶ Análise de diversos Editais de Licitação para aquisição dos alimentos que compõem a merenda escolar dos colégios estaduais.
- ▶ Análise de Termos de Cooperação Técnico Financeira para Descentralização do Orçamento Programado do FUNSAÚDE/SESA para os Hospitais Universitários visando o custeio de leitos de UTI para atendimento de pacientes internados com COVID-19.

- ▶ Análise de Edital de Licitação para aquisição de 28.662 cestas básicas, para atender ao Projeto de Segurança Alimentar Emergencial a Crianças e Adolescentes com Deficiência, Fase II, em decorrência da pandemia da COVID-19, no valor total máximo estimado de R\$ 3,7 milhões.
- ▶ Análise da contratação direta da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos para prestação de serviços postais em favor do DETRAN/PR, no valor total máximo estimado de R\$ 150,0 milhões, para o período de 60 meses.
- ▶ Análise do Edital de Chamada Pública para seleção de associações e cooperativas da agricultura familiar com o fim de fornecerem gêneros alimentícios para a alimentação escolar da rede pública de ensino, conforme o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no valor total estimado de R\$ 120,0 milhões.
- ▶ Análise de Edital de Licitação para a contratação de prestadores de serviços contínuos de atendimento de emergência e resgate aéreo, e de transporte aéreo de pacientes críticos com aeronaves homologadas para Suporte Avançado de Vida, para atender a demanda da SESA, pelo período de 12 meses, no valor total máximo estimado de R\$ 63,0 milhões.
- ▶ Análise de Edital de Licitação para a contratação de serviços contínuos de nutrição, cocção e fornecimento de refeições transportadas para atender a demanda dos Presídios, Cadeias, Carceragens de Delegacias da Polícia Civil de gestão plena do DEPEN, gestão plena da Polícia Civil e as compartilhadas entre a Polícia Civil e o DEPEN, no valor total máximo estimado de R\$ 354,6 milhões, para o período de 12 meses.
- ▶ Análise de Edital de Licitação, para aquisição de veículos, visando atender a demanda de diversos órgãos, no valor total máximo estimado de R\$ 472,4 milhões.
- ▶ Análise de Editais de Licitação para a terceirização das funções de motoristas e de assistentes administrativos, nos valores totais máximos estimados de R\$ 35,7 milhões e de R\$ 194,8 milhões, respectivamente, pelo período de 12 meses.
- ▶ Análise de Editais de Licitação para a contratação de serviços terceirizados de limpeza, asseio e conservação, serviços de higienização hospitalar e de vigilância.
- ▶ Elaboração de Minutas Padronizadas de Leilão de Veículos Automotores Inservíveis e de contratos para aquisição de Vale-Transporte para estagiários.
- ▶ Elaboração de Pareceres Referenciais para contratações diretas para atendimento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia da COVID-19.

7.1.5 Honorários da Advocacia Dativa

Atuação no cumprimento da política estabelecida pela Lei Estadual 18.664, de 22 de dezembro de 2015, promovendo e defendendo o erário no pagamento dos honorários da advocacia dativa. No

campo administrativo, foi promovida a análise e pagamento de 105 mil requerimentos, totalizando cerca de R\$ 78,0 milhões. Com isso, mantém-se em queda a quantidade de processos judiciais relativos à cobrança destes honorários, tendo defendido o Estado em 9.453 processos entre janeiro e outubro de 2021, com valor estimado de R\$ 21,0 milhões.

Nos honorários periciais, mantém-se o controle do dever do Estado de promover o pagamento nos processos em que há beneficiário de assistência judiciária gratuita. A tendência é de aumento do trabalho judicial, com a disseminação da intimação do Estado para manifestação em todas as comarcas do Estado. Assim, até 17 de novembro de 2021 foram novos 4.165 processos, em comparação aos 2.649 processos de 2020. Com isso, houve 6.955 intimações até 17 de novembro de 2021, em comparação com 5.614 de 2020.

7.1.6 Comunicação com o Estado e a Sociedade

Foi implementada a Central de Atendimento da PGE com o objetivo de prestar atendimentos ao cidadão, auxiliando no pagamento ou parcelamento de dívida ativa ajuizada e protestada, esclarecimentos de dúvidas entre outros assuntos referentes à área fiscal. Em julho de 2021, a Central de Atendimento iniciou as atividades que além de facilitar o acesso à PGE, garantiu uniformidade e agilidade no atendimento a empresas e cidadãos. De julho a outubro de 2021, foram realizados, em média, 2.700 atendimentos telefônicos por mês e mais de 1.700 *e-mails* respondidos por mês.

7.1.7 Uniformização da Orientação Jurídica da Administração Pública

- ▶ Regulamentação da Lei Federal n.o 14.133/2021, que unifica o regime jurídico sobre licitações e contratos administrativos no Brasil: a) elaboração da minuta do Regulamento da Lei Federal n.o 14.133, de 01 de abril de 2021, com a organização do procedimento de formação dos Grupos Especiais de Trabalho (GETs), coordenação dos grupos e consolidação da minuta do Regulamento, a qual foi submetida à consulta pública; b) elaboração e desenvolvimento de cursos e palestras acerca da nova lei de licitações para servidores do Poder Executivo Estadual e Municipal, bem como para outros órgãos do Estado do Paraná, outros Estados da Federação e para Associações de Procuradores e de outras entidades.
- ▶ Orientações Administrativas - foram publicadas, cinco Orientações Administrativas que dispõem sobre os temas de interesse a seguir informados: a) Orientação Administrativa n.o 46 - medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas, insumos, bens e serviços de logística, tecnologia da informação e comunicação, comunicação social e publicitária e treinamentos destinados à vacinação contra a COVID-19; b) Orientação Administrativa n.o 47 - normas gerais de licitação e contratação; c) Orientação Administrativa n.o 48 - promoção na carreira Militar; d) Orientação Administrativa n.o 49 - escusa de consciência por força de crença religiosa como justificativa para a realização de etapa de concurso público em horário diverso daquele previsto em edital ou para a fixação de critérios alternativos para o regular exercício dos deveres funcionais inerentes aos cargos

públicos; e) Orientação Administrativa n.o 50 - a taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, não viola o artigo 145, II, da Constituição Federal.

7.1.8 Sistema Único de Procuradorias Públicas (SUPP)

Foi implementado projeto piloto, na Procuradoria Consultiva de Recursos Humanos (PCRH), do Sistema Único de Procuradorias Públicas (SUPP), que pretende unificar a atuação dos Procuradores do Estado em um sistema de informação. Este sistema foi desenvolvido em comunidade entre diversos órgãos de Advocacia Pública federal, estadual e municipal. Após essa experiência inicial será disponibilizado em outros setores da PGE.

7.1.9 Projeto TESES

Foi implementada a primeira etapa do Projeto TESES, sistema cuja finalidade é estruturar as informações acerca das matérias e argumentos discutidos em juízo pela PGE, permitindo a uniformização de sua atuação judicial e propiciando melhoria e avaliação de êxito das teses apresentadas perante o Poder Judiciário.

7.1.10 Gestão Administrativa

- ▶ Elaboração da Política de Privacidade de Dados Pessoais - em função da entrada em vigor da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei Federal n.o 13.709, de 14 de agosto de 2018, e do Decreto Estadual n.o 6.474, de 14 de dezembro de 2020, alterado pelo Decreto Estadual n.o 9.185 de 26 de outubro de 2021, que regulamentam a aplicação da citada lei no âmbito da Administração Pública Estadual, foi elaborada e aprovada a Política de Privacidade de Dados Pessoais da PGE, com o objetivo de disciplinar os procedimentos internos da PGE de modo a garantir a sua conformidade com os ditames legais e regulamentares.
- ▶ Elaboração e aprovação da Política de Segurança da Informação - elaborada e aprovada a Política de Segurança da Informação da PGE, que é o conjunto de princípios e diretrizes que têm a finalidade de assegurar a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade dos dados, informações e conhecimentos que compõem o ativo da informação da PGE, conforme deliberação n.o 33/2021 - CSPGE, de 20 de maio de 2021.
- ▶ Implantação do Plano Estratégico 2021-2023 - elaborado e implantado novo plano estratégico com encerramento na mesma data do plano plurianual do Estado. Dentre os pontos mais importantes, destacam-se os três pilares estruturantes do planejamento estratégico institucional: a) a consultoria do Poder Executivo; b) a redução de litigiosidade; e c) a recuperação da dívida ativa.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E PROJETOS ESTRUTURANTES

8 SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E PROJETOS ESTRUTURANTES (SEPL)

A Secretaria de Estado do Planejamento e Projetos Estruturantes (SEPL) é o órgão de assessoramento e apoio direto ao governador do Estado para o desempenho de funções de planejamento, coordenação e controle da ação geral do governo, dos assuntos e programas intersecretariais, bem como da organização base do sistema de planejamento e organização institucional.

Compõe sua atuação, dentre outras atividades, a elaboração, coordenação e apoio ao desenvolvimento de projetos estruturantes, estratégicos e prioritários do Governo Estadual; a formulação, acompanhamento, monitoramento e avaliação da implementação de políticas públicas de desenvolvimento de caráter multissetorial; a coordenação da política de desenvolvimento integrado do território paranaense visando à sustentabilidade local e regional; a formulação de políticas públicas de indução e de estímulo ao desenvolvimento produtivo integrado voltado à sustentabilidade econômica local e regional, bem como a execução dessas políticas afetas às microempresas e empresas de pequeno porte, e o acompanhamento da implementação pelos órgãos e entidades competentes; a coordenação da elaboração, monitoramento, revisão e atualização do Plano Plurianual (PPA) e dos Planos Regionais de Desenvolvimento e a análise de resultados; a coordenação da elaboração da Mensagem Anual do Governador à Assembleia Legislativa do Paraná; o planejamento e modernização da estrutura organizacional de órgãos e entidades estaduais, com a respectiva criação, remanejamento, transformação e extinção de cargos de provimento em comissão e funções de gestão pública; e a coordenação técnica e funcional do Sistema Estadual de Planejamento.

A Administração Indireta da SEPL é constituída pela autarquia Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social (IPARDES) e, para auxiliar na viabilização de suas competências legais, a SEPL conta, ainda, com o suporte especializado do Serviço Social Autônomo Paraná Projetos, que se vincula à Pasta por contrato de gestão.

As principais realizações da Pasta, no ano 2021, podem ser verificadas na sequência.

8.1 PLANEJAMENTO MACRO GOVERNAMENTAL

8.1.1 Ações de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação

8.1.1.1 Plano Plurianual (PPA)

- ▶ Coordenação do processo de acompanhamento do PPA 2020-2023 dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, Tribunal de Contas do Estado, Ministério Público e Defensoria Pública,

referente ao exercício 2020, com consequente elaboração e entrega de relatório para compor a prestação de contas do Governador junto ao TCE no primeiro trimestre de 2021.

- ▶ Coordenação do acompanhamento quadrimestral de 2021 das Metas do Plano Plurianual, apresentando aos órgãos do Executivo e dos outros Poderes, relatórios resumidos do desempenho de implantação de suas Metas no PPA, relativos aos períodos janeiro a abril e janeiro a agosto, oportunizando aos gestores públicos avaliar e realizar ajustes ou correções de execução quando necessários.
- ▶ Alterações técnicas realizadas por meio de processos contínuos junto aos órgãos executores do PPA e envio de projetos de lei para análise e aprovação do Poder Legislativo, buscando atualização e ajustamentos do Plano Plurianual;
- ▶ Elaboração de diagnóstico do PPA para compor a meta do primeiro ano de execução do item Implantação de um modelo de orçamento para resultados, integrante do Projeto de Gestão Fiscal do Estado (PROFISCO II), coordenado pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA).

8.1.1.2 Mensagem à Assembleia Legislativa

- ▶ Coordenação do processo de elaboração da Mensagem à Assembleia Legislativa - 2021, compreendendo os relatórios de atividades das pastas do poder executivo, contendo as principais realizações do governo, com o objetivo de cumprir com o previsto no inciso X, do artigo 87 da Constituição do Estado do Paraná.

8.1.1.3 Plano de Governo

- ▶ Conclusão, no primeiro bimestre de 2021, do acompanhamento das propostas contidas no Plano de Governo, referentes ao período de janeiro a dezembro de 2020.
- ▶ Início do acompanhamento do Plano de Governo relativo ao ano 2021.

8.1.2 Ações de Modernização Institucional

Em continuidade aos trabalhos decorrentes da implementação da Lei Estadual n.o 19.848, de 03 de maio de 2019, as principais ações realizadas foram:

8.1.2.1 Na Administração Direta

- ▶ Reestruturação e aprovação dos regulamentos: a) Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (SEED); b) Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA); c) Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas (SEDU); d) Secretaria de Estado da Comunicação Social e da Cultura (SECC); e e) em trâmite oficial para aprovação - Secretaria de Estado do Planejamento e Projetos Estruturantes (SEPL).
- ▶ Acompanhamento e orientação para elaboração das propostas dos regulamentos: a) Superintendência-Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI); b) Superintendência-Geral de Parcerias (SGPAR); c) Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF); d) Secretaria

de Estado da Segurança Pública (SESP); e) Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo (SEDEST); e f) Governadoria.

- ▶ Reestruturação e aprovação dos regimentos internos do Departamento de Trânsito do Paraná / Juntas Administrativas de Recursos e Infrações (JARIS).
- ▶ Acompanhamento e orientação para elaboração da proposta de regimento interno do Departamento de Gestão do Transporte Oficial (DETO), nível de execução programática da SEAP.
- ▶ Elaboração de manifestações conclusivas em diversos processos de reestruturação organizacional.

8.1.2.2 Na Administração Indireta

- ▶ Manifestações conclusivas em processos de reestruturação organizacional da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR); Instituto Paranaense de Ciência do Esporte (PARANÁ ESPORTE); Junta Comercial do Paraná (JUCEPAR); Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná-Iapar-Emater (IDR); Departamento de Trânsito do Paraná (DETRAN); assunção da representação judicial do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná pela Procuradoria-Geral do Estado; Paraná Turismo e Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná (AGEPAR).
- ▶ Desenvolvimento de estudos preliminares para diversos órgãos da Administração Indireta.
- ▶ Adequação da autarquia Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social (IPARDES), efetivada pela Lei Estadual n.o 20.778 de 17 de novembro de 2021, visando consolidar seu papel no Sistema Estadual de Planejamento e de elo estratégico entre a base científica e metodológica, geradora de pesquisas e estudos socioeconômicos e socioambientais, e os órgãos e entidades formuladores de políticas públicas.

8.1.3 Ações de Planejamento Setorial

O objetivo da Coordenação Estadual de Planejamento é promover o gerenciamento da ação setorial de forma alinhada à estratégia governamental, em conformidade com as diretrizes técnicas estabelecidas pela Secretaria de Estado do Planejamento e Projetos Estruturantes (SEPL), e à integração governamental. Dentre as ações realizadas em 2021, destacam-se:

- ▶ Desenvolvimento de ferramenta para auxiliar os Núcleos de Planejamento Setorial (NPS) com informações do andamento da execução do Plano de Governo e dos instrumentos de planejamento estadual (PPA e LOA).
- ▶ Realização de oficinas quinzenais de compartilhamento das ações desenvolvidas em cada Órgão com o objetivo de reduzir as possíveis sobreposições e ganhar eficiência na execução dos recursos públicos.
- ▶ Acompanhamento quadrimestral do Plano Plurianual (PPA 2020 a 2023).
- ▶ Acompanhamento das propostas do Plano de Governo.
- ▶ Elaboração dos textos para a Mensagem à Assembleia Legislativa do Paraná.

- ▶ Organização das informações que subsidiaram a Cesta de Oportunidades do Programa Paraná Produtivo, coordenado pela SEPL.
- ▶ Divulgação do Prêmio de Excelência de Competitividade organizado pelo Centro de Liderança Pública (CLP) e incentivo para realização de inscrições por parte dos órgãos e entidades estaduais. O Paraná ficou entre os três Estados que mais apresentaram iniciativas (37 no total) e conseguiu colocar uma dessas como finalista do Prêmio, que foi o Programa Compra Direta Paraná da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB).
- ▶ NPS da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas (SEDU) - apoiou a COHAPAR na redação e apresentação de Carta Consulta ao Ministério da Economia, com o objetivo de obter empréstimo de US\$ 150,0 milhões (R\$ 827,0 milhões) junto ao BID, inclusive nas tratativas diretamente com a programática (CDG/SEPL) e com a Governadoria do Estado.
- ▶ NPS da Procuradoria Geral do Estado (PGE) - desenvolveu e aplicou metodologia para elaboração e implantação Plano Estratégico Institucional do Órgão (2021-2023).
- ▶ NPS da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (SEED) - elaborou o Mapa Estratégico do Órgão, que foi instituído por meio da Resolução n.o 5.131/2021(GS/SEED).
- ▶ NPS da Secretaria de Estado da Comunicação Social e da Cultura (SECC) - realizou as tratativas junto a SETI, e outras Instituições, a fim de colocar em andamento o Projeto Residência Técnica em Gestão Cultural. O Edital de contratação dos Residentes Técnicos foi lançado em novembro.
- ▶ NPS da Secretaria da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF) - participou da elaboração do Orçamento Criança e Adolescente (OCA); apoiou a revisão dos objetivos, metas e indicadores do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente; auxiliou na construção do Programa Comida Boa, Lei Estadual n.o 20.747, de 18 de outubro de 2021, que instituiu o Programa de Transferência de Renda.

8.2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E PROJETOS ESTRUTURANTES

8.2.1 Ações de Integração Econômica

8.2.1.1 Programa Paraná Produtivo

A SEPL desenvolveu e está executando o programa PR Produtivo, que tem por objetivo desenvolver territórios do Estado do Paraná, integrando os agentes locais e governamentais com o intuito de criar uma dinâmica positiva que fomente o desenvolvimento produtivo regional.

Para a estruturação dos planos, foram definidos eixos prioritários: pessoas, sistemas produtivos, infraestrutura e governança e gestão:



Os trabalhos estão sendo desenvolvidos em duas fases:

- ▶ A primeira consistiu na realização, pela SEPL em parceria com o Serviço Social Autônomo Paraná Projetos e o IPARDES, de oficinas de desenvolvimento regional em cada uma das regiões selecionadas. Buscou-se mobilizar representantes regionais públicos e privados, bem como da sociedade em geral, visando a aproximação e comprometimento dos órgãos estaduais com as necessidades regionais levantadas, a divulgação dos programas de governo, a priorização da aplicação dos recursos financeiros de acordo com as propostas prioritárias das regiões, a elaboração de planos de forma integrada entre instituições públicas, Secretarias e outros Órgãos estaduais com ação regional e municipal e a potencialização na aplicação dos recursos destinados à implementação de projetos e programas. Foram atendidos 202 municípios não beneficiados com discussões e planos de desenvolvimento regional, coincidentes com as regiões menos desenvolvidas do Estado (correspondente a 51,0% dos municípios e 25,0% do PIB Estadual).
- ▶ A segunda fase do Paraná Produtivo foi estruturada e visa torná-lo perene e sustentável, por meio da implantação de estruturas de governança e gestão, que viabilizarão a capacitação dos representantes das regiões, dando-lhes as ferramentas necessárias para monitorar e avaliar a execução das políticas públicas e dos programas priorizados, além de incluir novos projetos e oportunidades que estejam alinhadas estrategicamente ao objetivo do desenvolvimento produtivo regional.

O objetivo é atender todas as regiões do Estado com ações do Programa, inclusive as que já possuem algum plano formalizado, pois o desenvolvimento produtivo integrado é o caminho para o desenvolvimento econômico do Estado do Paraná.

8.2.1.2 Programa Feito no Paraná

Desenvolvimento do Programa que objetiva conscientizar o consumidor da importância da valorização dos produtos paranaenses, estimulando-o a verificar a origem do que está consumindo e priorizar nas suas compras os que tenham sido fabricados no estado do Paraná.

Em 2021 foram distribuídos aproximadamente 18.000 *kits* gráficos (lamás, cartaz, *wooblers* e móveis) em pontos comerciais distribuídos por todo o estado, bem como realizadas campanhas publicitárias em rádios, TVs, outdoors e em ônibus metropolitanos.

O *site* do Programa teve o credenciamento de 200 empresas paranaenses dos mais diversos setores, tais como: alimentos, bebidas, vestuário, tecnologia, beleza, entre outros.

8.2.1.3 Empreende Paraná

Desenvolvimento do Programa que tem por finalidade formular a Política Interinstitucional de Empreendedorismo Sustentável no Paraná, com foco na inclusão social, contribuindo para geração de trabalho, emprego e renda, por meio do empreendedorismo.

8.2.2 Ações de Desenvolvimento Governamental e Projetos Estruturantes

Responsável pelo planejamento e a coordenação da formulação, acompanhamento da execução, do monitoramento e avaliação da implementação de políticas públicas de caráter multissetorial, voltados ao desenvolvimento do Estado, a SEPL atuou, por meio da Coordenação de Desenvolvimento Governamental e Projetos Estruturantes, nas ações a seguir elencadas:

8.2.2.1 Comissão de Coordenação e Controle das Operações de Crédito e Concessão de Garantias (COPEC)

Participação em processos de elaboração, contratação, acompanhamento e gerenciamento de programas e projetos com recursos oriundos de operações de crédito.

Em 2021, foram aprovadas as seguintes Cartas Consultas: a) Projeto Educação para o Futuro da Secretaria da Educação, a ser financiado pelo BID; b) Programa de Habitação da COHAPAR, a ser financiado pelo BID; c) Projeto Parque do Iguaçu em Araucária da COMEC/IAT, a ser financiado pela CEF. Estas propostas somam aproximadamente R\$ 1,7 bilhão, considerando financiamento e contrapartida do Estado para ser executado em até cinco anos a partir das assinaturas dos contratos.

Foi prestado apoio e orientação para elaboração de outras cartas consultas, que aguardam análise da COPEC, a saber: a) Projeto de Duplicação da PR-317 (trecho entre Maringá - Iguaraçu) do DER, empréstimo de R\$ 233,0 milhões, a ser financiado pelo BNDES; b) Projeto de Infraestrutura e Logística - BID VI do DER, empréstimo de US\$ 200 milhões; c) Projeto de Modernização da Segurança Pública da SESP, empréstimo de R\$ 219,0 milhões, a ser financiado pelo BNDES; e d) Programa Paraná Empreendedor da Fomento Paraná, no valor de US\$ 55 milhões a ser financiado pelo BID. Tais projetos e programas somam cerca de R\$ 2,2 bilhões, considerando contrapartida e financiamento, a ser aplicado em até cinco anos a partir das assinaturas dos contratos.

Também houve apoio e orientação para preparação da documentação para análise da COPEC sobre a proposta do BRDE de contra garantia às garantias da União para o empréstimo de € 134,6 milhões com o *New Development Bank (NDB)*, destinada ao apoio à infraestrutura urbana, rural e social para atingimento das ODS-PROINFRA SUL.

8.2.2.2 Projeto Avança Paraná

Tem por objetivo apoiar ações de investimento em obras rodoviárias, implantação de estradas rurais, atendimento da população do litoral do Estado, com a recuperação da orla de Matinhos e implementação de ações de segurança pública através do financiamento parcial do Projeto Olho Vivo.

O contrato foi firmado em 2020, no valor de R\$ 1,6 bilhão, e está sendo executado, com a realização das seguintes ações em 2021: a) Elaboração de Manual Operativo do Projeto, visando fornecer subsídios para a adequada execução do projeto; b) Elaboração de proposta de minuta que culminou com a publicação do Decreto Estadual n.o 7.305 de 13 de abril de 2021, que instituiu o Projeto Avança Paraná e a Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP); e c) Apoio técnico na execução de ações relacionadas ao projeto, bem como acompanhamento da execução física e financeira do mesmo.

8.2.2.3 Projeto Paraná Eficiente

A SEPL atuou diretamente, junto ao Banco Mundial, na estruturação do Projeto Paraná Eficiente, cujo objetivo é apoiar o governo estadual na mitigação do impacto geral da pandemia COVID-19, melhorando a prestação de serviços e a eficiência da saúde e de outros serviços públicos prioritários. Este projeto tem a aprovação da COFIEIX e a Lei Estadual n.o 20.569, sancionada em 12 de maio de 2021, autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo, até o montante de US\$ 130 milhões junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), para financiamento do Projeto de Inovação e Modernização da Gestão Pública do Paraná. O projeto multissetorial envolve as seguintes instituições do estado: SESA, SEPL, SEFA, SEAP, SEDEST/IAT e Casa Civil.

O Paraná Eficiente se encontra em fase final de contratação, tendo realizado em 2021 as seguintes ações:

- ▶ Missão com o objetivo de realizar discussões técnicas sobre o desenho do Projeto Paraná Eficiente com a participação das Secretarias de Estado envolvidas no projeto.
- ▶ Apresentação do projeto Paraná Eficiente aos Conselhos Estaduais de Saúde, Meio Ambiente e de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Paraná. Por meio destes conselhos, o Banco realizou consultas públicas, através da aplicação de formulários específicos às partes interessadas, para atendimento aos requisitos das Normas Ambientais e Sociais (NAS).
- ▶ Publicação, no endereço eletrônico da SEPL, da versão prévia do Plano de Engajamento das Partes Interessadas (PEPI), em atendimento à NAS10, do Banco.
- ▶ Elaboração do quadro de indicadores do projeto, com as devidas adequações face às exigências decorrentes da pandemia da COVID-19.

8.2.2.4 Inteligência, Informações e Sistemas de Gerenciamento

- ▶ Sistema de Gerenciamento, Monitoramento e Acompanhamento de Programas e Projetos (SIGMA-PP) - sistema oficial de gerenciamento das operações de crédito do estado, coordenado pela SEPL/CDG e com módulos financeiro e de monitoramento e avaliação de indicadores estruturados para todas as instituições financeiras (nacionais e internacionais), bem como relatórios de auditoria do Tribunal de Contas do Estado.
- ▶ Modelo Lógico (ML) - metodologia elaborada pelo IPARDES para organizar e monitorar projetos, auxiliando no entendimento e descrição de projetos a partir da definição do problema, suas causas e consequências. Com a estruturação do Paraná Eficiente, o ML passou a ser considerado ferramenta essencial para todos os projetos e programas em andamento.
- ▶ Banco de Projetos - estruturado para viabilizar projetos de infraestrutura de forma mais célere. Com foco no desenvolvimento da infraestrutura do Estado, uma série de projetos rodoviários e de edificações foi elencada pelo DER, PRED e COMEC, em conjunto com a SEPL e Casa Civil, utilizando diversas fontes de recursos. Em dois anos de trabalho, o Banco de Projetos compilou mais de R\$ 11,0 bilhões de potencial de investimentos em infraestrutura rodoviária, ferroviária e de equipamentos urbanos.
- ▶ Modelo de gestão de investimento público - caracterizada por um conjunto de normas, instrumentos e procedimentos que permite a articulação coordenada e organizada do setor público e das entidades do setor privado para a preparação, avaliação, seleção, execução e monitoramento dos projetos de investimento público. Esta ação é parte integrante do projeto Paraná Eficiente e está em fase de elaboração de termo de referência para contratação de empresa de consultoria.

8.2.2.5 Rede +Brasil

O Estado do Paraná aderiu à Rede +Brasil, conforme Acordo de Cooperação Técnica n.º 15/2020 firmado entre a Secretaria de Gestão, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital e a Secretaria de Estado do Planejamento e Projetos Estruturantes (SEPL). Assim, para cumprimento do pactuado, a SEPL/CDG está realizando as seguintes ações:

- ▶ Melhoria da gestão nos processos de transferência da União, operacionalizadas por meio da Plataforma +Brasil - a Coordenação Estadual da Rede +Brasil atuou diretamente no fomento e apoio à implantação do Modelo de Excelência em Gestão das Transferências da União (MEG-Tr), que deve ser aplicado pelos órgãos e entidades da administração direta e indireta estadual e municipal que atuam nas transferências voluntárias de recursos da União, conforme Instrução Normativa n.º 05, de 24 de junho de 2019, tendo sido apoiados por 21 órgãos da administração Estadual e 36 da administração municipal.

- ▶ Realização de ações de divulgação de eventos e capacitações realizados pela Rede +Brasil, em âmbito nacional e regional, para os entes envolvidos na captação de recursos federais.
- ▶ Auxiliou nos trâmites para a liberação de recursos de emendas parlamentares, na modalidade transferências especiais, destinadas ao Estado do Paraná.
- ▶ Elaboração de relatório mensal dos programas disponibilizados pela administração pública federal, aptos a receberem propostas dos órgãos e entidades da administração pública estadual e municipal.

8.3 ESTUDOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS E AVALIAÇÕES SOCIOECONÔMICAS

Com o objetivo de subsidiar a tomada de decisões pelos agentes sociais atuantes no Estado, o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) desenvolveu estudos ao longo de 2021, com destaque para as seguintes atividades:

- ▶ Apoio ao monitoramento dos programas do Paraná Eficiente, coordenado pela SEPL e financiado pelo Banco Mundial, incluindo a aferição dos indicadores de desembolso.
- ▶ Apoio ao Plano de Desenvolvimento Produtivo Integrado (Paraná Produtivo), desenvolvido pela SEPL e focado na estruturação de ações, em conjunto com atores locais, para a promoção do desenvolvimento em regiões específicas do Estado, em geral com maiores carências em termos socioeconômicos.
- ▶ Cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado e dos 399 municípios paranaenses para o ano de 2019, em parceria com o IBGE, além do cálculo do PIB do Paraná para os trimestres de 2021.
- ▶ Atualização da Matriz Insumo-Produto (MIP) do Paraná, passando a adotar 2018 como ano-base, de modo a aperfeiçoar estimativas de impactos econômicos.
- ▶ Apoio ao Conselho e Desenvolvimento Econômico e Social (CEDES), no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com o desenvolvimento de inúmeros indicadores.
- ▶ Desenvolvimento de indicadores para os Planos Municipais de Educação.
- ▶ Avaliação de impacto do Programa Nossa Gente Paraná, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e coordenado pela Secretaria da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF).
- ▶ Elaboração do Índice IPARDES de Desempenho Municipal (IPDM), com divulgação dos resultados para os anos de 2018 e 2019.
- ▶ Acompanhamento diário e realização de projeções quinzenais acerca da evolução da COVID-19 no Estado, com vistas a orientar decisões da Secretaria da Saúde (SESA) quanto às ações para o enfrentamento da pandemia, incluindo apresentações no Centro de Operações Emergenciais (COE) da SESA.

8.4 PROMOÇÃO, ELABORAÇÃO E GERENCIAMENTO DE PROJETOS

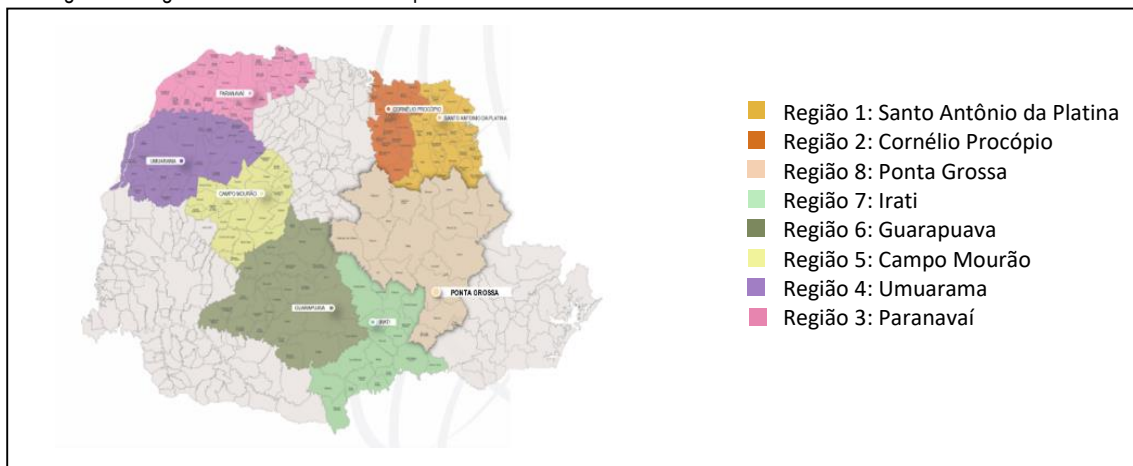
A SEPL desenvolveu ações por meio de contrato de gestão firmado com o Serviço Social Autônomo Paraná Projetos, sendo as principais destacadas a seguir:

8.4.1 Apoio ao Programa Paraná Produtivo

O Paraná Projetos, juntamente com a SEPL, atuou em parceria com outras entidades na elaboração dos Planos Produtivos Regionais, identificando oportunidades, priorizando ações e as relacionando com investimentos previstos em planos de governo, auxiliando as regiões a identificarem suas necessidades e potencialidades, através de um planejamento técnico, integrado, visando o desenvolvimento produtivo e a redução das desigualdades regionais e subsidiando políticas de desenvolvimento regional integrado.

Nas regiões selecionadas (ver Figura 1) foram desenvolvidos estudos com base em indicadores, dados e informações referente aos eixos prioritários (pessoas, infraestrutura e sistemas produtivos). Com o levantamento dessas informações estratégicas sistematizadas foi possível definir os pontos de atenção a serem atendidos pelos Planos das regiões.

Figura 1 - Regiões Selecionadas e Municípios Polo



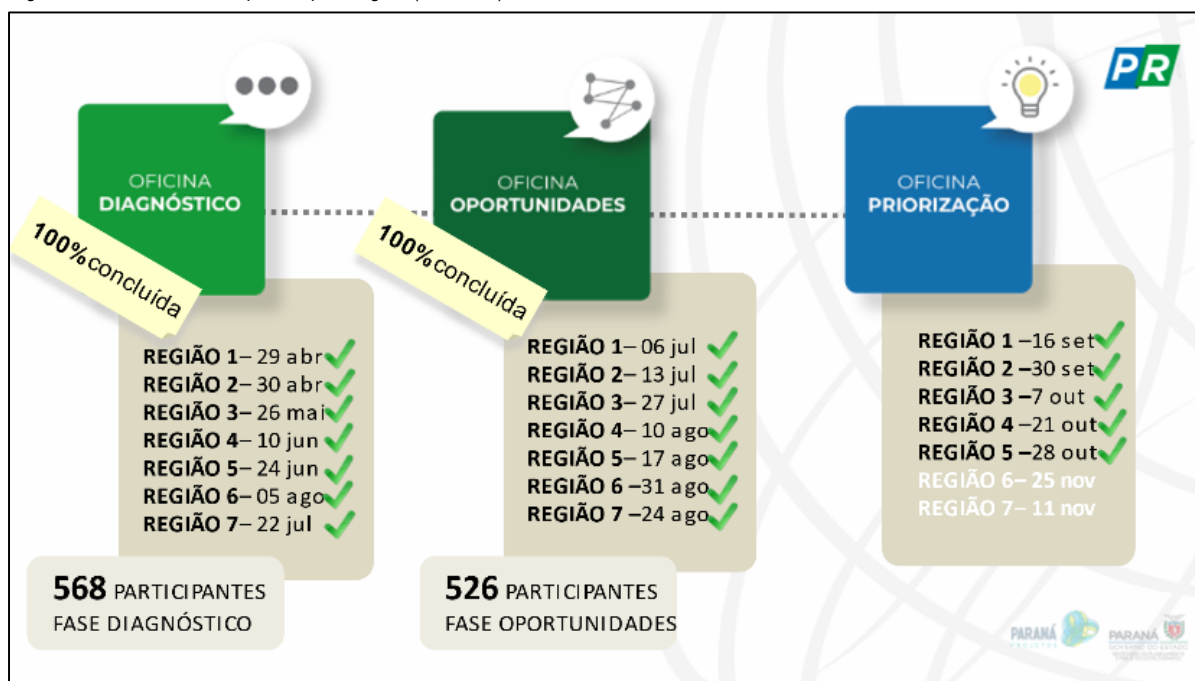
A estruturação dos planos considerou, além dos eixos prioritários, um quarto enfoque voltado à governança, de modo a permitir o acompanhamento dos resultados alcançados e sua sustentabilidade ao longo do tempo, bem como da sociedade em geral. No âmbito do programa Paraná Produtivo, destacaram-se:

- ▶ Base de Informações Territoriais - viabilização de ferramenta digital para dar suporte à metodologia de elaboração dos Planos possibilitando maior integração entre os representantes de governo e os agentes locais, para a realização dos trabalhos de forma colaborativa, integrada e padronizada. Através dessa plataforma estão sendo realizadas as oficinas do Programa Paraná Produtivo (www.paranaproductivo.com.br). Com 6.387 usuários, 1.741 foram cadastrados na plataforma do Paraná Produtivo, que de abril a outubro recebeu mais de 86.000 visualizações.

- ▶ Ferramenta de inteligência - *Business Intelligence* (BI) - disponibilização de informações estratégicas sobre o Estado do Paraná, permitindo identificar especificidades dos municípios e regiões, potencialidades, necessidades e realizar comparativos de desempenho, para auxiliar na construção de políticas públicas, pesquisas acadêmicas e na condução dos debates nas oficinas do Paraná Produtivo.
- ▶ Oficinas Temáticas - participação no planejamento e na condução das oficinas temáticas. O conteúdo produzido nestas oficinas, em conjunto com a análise dos indicadores socioeconômicos e o levantamento dos projetos e programas de governo, possibilitará definir as ações que subsidiarão os Planos de Desenvolvimento Produtivo Regionais.

Até a consolidação dos estudos e entrega dos Planos, previsto para o 1º trimestre de 2022, serão realizadas três oficinas em cada região selecionada: a) oficina de mobilização e diagnóstico - apresentação do diagnóstico da região, por meio de uma base interativa de informações, buscando validação e complementação dos levantamentos realizados; b) oficina de oportunidades de parcerias - apresentação de oportunidades de investimento, projetos, programas e iniciativas a serem implementadas nos territórios selecionados; e c) oficina de priorização - apresentação e validação das propostas para compor os Planos de Desenvolvimento Produtivo Regionais, em conjunto com os agentes locais, buscando a convergência das metas e ações elencadas com as expectativas da região (ver Figura 2).

Figura 2 - Oficinas e Participantes por Região (Território)



- ▶ Consolidação de estudos - apoio na consolidação dos estudos e conteúdos trabalhado nas oficinas, contemplando as características e diretrizes de cada região, que terá como produto final a formulação dos Planos de Desenvolvimento Produtivo Regionais.

8.4.2 Acordo de Cooperação Técnica com o Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná- IAPAR-EMATER

A celebração deste acordo de cooperação visa a criação de unidades de referência em turismo rural nas cadeias produtivas de: bovinocultura de leite, agroindústria, cafeicultura, olericultura, fruticultura, grãos, apicultura, viticultura, erva-mate e piscicultura; a criação de circuito de caminhada na natureza permanente e autoguiada no Território Paranaense; a elaboração de material gráfico para os roteiros, propriedades e circuitos; a divulgação em eventos internos e externos; e a criação de oportunidades de trabalho, emprego e renda, voltados aos agricultores familiares.

- ▶ Circuito de Caminhada na Natureza Permanente e de Longo Curso no Vale do Ivaí - criação do circuito que visa fortalecer a cadeia produtiva do turismo nesse território por meio das caminhadas e do ciclo turismo. Foram realizadas, em parceria com o IDR: a) a elaboração de formulário para auxiliar no levantamento de propriedades rurais com aptidão para a oferta de serviços nos trechos correspondentes ao traçado da Caminhada; b) o mapeamento do traçado com os atrativos e propriedades rurais indicadas pelos técnicos do IDR; e c) criação de logomarca da Caminhada.
- ▶ Materiais de divulgação - criação de material de divulgação de propriedades rurais assistidas pelo IDR nas diversas regiões do Estado como forma de incentivo, visto que a divulgação das propriedades é um dos pilares da consolidação da atividade turística como fonte adicional de renda para as famílias.

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA

9 SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA (SEAP)

A Secretaria de Estado da Administração e da Previdência (SEAP), órgão de natureza instrumental, é responsável pelos Sistemas Estruturantes de Administração Geral e de Recursos Humanos. A estrutura organizacional desta Secretaria é composta por diferentes níveis de atuação, dos quais, seu nível de Direção Superior compete ao Secretário de Estado as funções estratégicas institucionais e administrativas. No que se refere à assessoria, cabe ao Gabinete e à Assessoria Técnica o apoio direto, estratégico e especializado ao Secretário. Além disso, representado pelo Diretor-Geral, em nível de Gerência, compete as funções relativas à inteligência e à liderança técnica do processo de integração interna da Secretaria.

Com a finalidade de proporcionar meios para a execução das ações finalísticas dos órgãos de natureza substantiva, o nível Sistêmico desta Secretaria compreende grupos e núcleos setoriais prestadores de serviços nas áreas de: a) planejamento - Núcleo de Planejamento Setorial (NPS); b) administração - Grupo Administrativo Setorial (GAS); c) recursos humanos - Grupo de Recursos Humanos Setorial (GRHS); d) finanças - Grupo Orçamentário Financeiro Setorial (GOFS); e) controladoria geral - Núcleo de Integridade e *Compliance* Setorial (NICS); e f) comunicação social - Núcleo de Comunicação Setorial, coordenados, respectivamente por suas Secretarias.

A Execução Programática é representada por departamentos responsáveis pelas atividades fins desta Secretaria que incluem, no âmbito do Estado do Paraná: a) a administração de serviços essenciais não inerentes à função pública para atender a demanda de órgãos e entidades - Departamento de Operações e Serviços (DOS); b) gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário - Departamento do Patrimônio do Estado (DPE); c) gerenciamento do Sistema de Assistência à Saúde (SAS) e da perícia médica dos servidores públicos - Departamento de Saúde do Servidor (DSS); d) condução de procedimentos licitatórios realizados por meio do Sistema de Registro de Preços - Departamento de Logística para Contratações Públicas (DECON); e) gestão da frota oficial - Departamento de Gestão do Transporte Oficial (DETO); f) gestão de pessoas e previdência - Departamento de Recursos Humanos e Previdência (DRH); g) gerenciamento de arquivos e documentos públicos de valor histórico ou administrativo - Departamento de Arquivo Público (DEAP); e h) desenvolvimento do servidor voltada à capacitação dos quadros públicos do Estado - Escola de Gestão do Paraná (EG).

9.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

9.1.1 Gestão Administrativa

Dentre as ações necessárias para viabilização do teletrabalho, o DOS, em cumprimento ao Decreto Estadual n.o 4.230/2020 que instituiu o estado de Calamidade Pública em função da pandemia do Coronavírus, disponibilizou a configuração e orientação de 78 novos processos de acesso a VPNs (Rede Privada Virtual) em 2021, para atendimento a novos agentes públicos e implantação de telemedicina de profissionais do DSS, sem custo adicional ao contrato continuado com a CELEPAR.

O diretório de armazenamento de arquivos da SEAP foi ampliado de 2TiB para 5TiB, implicando em ampliação de infraestrutura e processos de transferência de informação e *backup*.

Foi realizada pesquisa com servidores da SEAP para identificar dificuldades no uso de sistemas geridos pela Secretaria ou sistemas de escritório. Como resultado, houve criação, em conjunto com a EG, de cursos EAD de especialização ou atualização do sistema de Gestão de Materiais e Serviços (GMS) para realização de atividades em ambientes computacionais remotos.

Visando dar maior celeridade aos processos e gerar a desburocratização nos procedimentos, o DOS implementou uma remodelação na gestão que engloba, entre outras ações, o aperfeiçoamento dos servidores públicos e a utilização de sistemas de tecnologia da informação.

Participação no Grupo Especial de Trabalho da Procuradoria Geral do Estado (GET/PGE), para elaboração da minuta do projeto de Decreto Estadual de regulamentação da nova Lei Federal 14.133; na Comissão Gestora da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) da SEAP; no acompanhamento do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - EqAPDTIC; no Grupo de Monitoramento de Redução de Consumo de Energia - GRMCE (Decreto n.o 8.968/2021) e no grupo de estudos para propor nova solução para serviços de telefonia fixa comutada.

No intuito de instruir os órgãos e entidades e facilitar a instrução processual, foi elaborado fluxograma dos processos de competência do DOS, bem como, foram atualizados os *checklists* dos documentos necessários em cada tipo de processo. Tais documentos foram encaminhados para conhecimento dos servidores dos GAS e unidades administrativas e está disponível em caráter permanente na página do DOS para consulta.

Elaboração do processo de Pregão Eletrônico 1.474/2020 para contratação de operadora de telecomunicações para a prestação de Serviços de Satélite para a composição do Sistema de Telecomunicações do Paraná (STP), que atende cerca de 540 unidades da SEED, SESP, DER, ADAPAR e IDR-PR localizadas em áreas de difícil acesso e que não possuem cobertura de internet. O processo obteve economicidade de licitação de 69,21%.

Elaboração do projeto de terceirização nas Escolas Estaduais, oriundo da extinção das carreiras de Agente Educacional I e II por meio da Lei Estadual n.o 20.199 de 05/05/2020. O projeto foi dividido em três procedimentos licitatórios: o primeiro foi homologado e contratado pela SEED, através do qual

foram licitados 16.649 postos de trabalhos; o segundo está em fase de contratação pela SEED; e o terceiro está na fase de habilitação com previsão de conclusão no primeiro trimestre de 2022.

Está em trâmite a contratação de terceirizados para os cargos de Assistente Administrativo e Motorista com previsão para conclusão em 2022. Outros processos em andamento: vigilância armada e desarmada, serviços de limpeza, asseio e conservação, telefonia fixa e móvel.

Foram iniciadas ações para redução dos custos decorrentes da energia elétrica, instituído pelo Decreto n.o 8.968/2021. A DCA/DOS consolidará as informações sobre a redução da despesa, além de propor medidas para a contenção dessa rubrica. A conclusão da ação está prevista para julho de 2022.

9.1.2 Gestão de Logística para Contratações Públicas

Foram publicados 206 processos licitatórios no ano de 2021, dos quais 163 processos foram cadastrados em 2021. Foram realizadas seis audiências públicas, entre elas serviços continuados de mão de obra terceirizada, alimentação, telefonia, locação de veículos e atendimento aos cidadãos.

Foi celebrado o Convênio entre a União, por intermédio da Secretaria Especial da RFB, e o Estado do Paraná, para integração do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CAUFPR) com a base de dados da RFB. O CAUFPR possui mais de 45 mil cadastrados, entre eles fornecedores do Estado, instituições sem fins lucrativos, municípios, e todos que de alguma forma possuem relação com o Estado, seja por convênios, contratos ou cooperações mútuas. A integração do CAUFPR com a Receita Federal é uma inovação para o Paraná, traz segurança na avaliação dos documentos, agilidade na atualização, evitando erros nas análises pela Comissão de Avaliação Cadastral.

Em outubro de 2021, o DECON encaminhou à PGE contribuições relacionadas à consulta da minuta do Decreto que tem por objetivo regulamentar a Lei Federal n.o 14.133/2021, que trata de licitações e contratos.

O Governo do Estado por meio da SEAP ofertou, até outubro de 2021, 481 pregões, sendo 479 realizados *online* e dois presenciais. Assim, 99,79% das homologações ocorreram de forma eletrônica. Os pregões presenciais foram promovidos em atendimento à Lei Complementar n.o 123/2006, facilitando a participação de empresas enquadradas como MEI, ME, EPP e Cooperativas. As licitações presenciais foram transmitidas ao vivo pelo canal do DECON em rede social e foram tomadas todas as precauções de distanciamento e cuidados sanitários.

A maior parte dos processos licitatórios tem como base a oferta de menor preço. Até outubro de 2021, o valor total dos procedimentos foi cerca de R\$ 2,6 bilhões. Com isso, em referência ao valor máximo dos itens licitados, o Estado obteve economicidade de 22,06% equivalente a R\$ 733,5 milhões. Desse total, as micro e pequenas empresas venceram 18,11% dos processos licitatórios da SEAP. Considerando as modalidades Compra Direta, Convite e Pregão Eletrônico, o Estado adquiriu um total de aproximadamente R\$ 461,0 milhões de empresas de porte ME, EPP e MEI do Estado do Paraná.

9.1.3 Gestão de Recursos Humanos

No ano de 2021, foram nomeados em decorrência de concursos públicos geridos pela SEAP, 97 servidores, sendo 67 Agentes Profissionais e 30 Agentes de Execução, para o Quadro Próprio do Poder Executivo para atendimento da SEAP, SEPL, CGE, PGE, DER, JUCEPAR e Casa Civil.

Houve a realização de três concursos públicos sob responsabilidade da SEAP, sendo ofertadas 30 vagas para o Quadro Próprio da ADAPAR e 199 vagas para o QPPE, sendo 69 no concurso para a SEJUF e 130 no processo seletivo para o IAT.

Concluída, mediante instituição de Grupo de Trabalho - SEAP, SESP, SEED, SEJUF e PGE, a revisão da Lei Complementar n.º 108/2005, que regulamenta a contratação temporária no âmbito da Administração Direta e Autárquica do Estado do Paraná.

Foram disponibilizados o total de 29.604 bolsas auxílio para as 70 Secretarias que compõem o sistema de gestão pública do Paraná. O recurso foi destinado para a contratação de estagiários do ensino médio, médio profissional, superior e, de forma inédita, para estagiários em nível de pós-graduação. Em novembro, havia 2.907 bolsas auxílio ativas.

Tendo em vista o Despacho Governamental publicado no Diário Oficial n.º 10.991, de 04/08/2021, foi autorizada a concessão das Promoções e Progressões de todas as carreiras do Poder Executivo pendentes do exercício de 2019 e 2020 e, também, a concessão das Promoções e Progressões de todas as carreiras do Poder Executivo que adimplirem o direito no exercício 2021. Até novembro, a implantação das promoções e progressões custaram cerca de R\$ 116,0 milhões e contemplaram financeiramente 26.619 servidores.

Foi concedido o reajuste da parcela complementar de vencimentos, referente ao Piso Salarial Regional, beneficiando um total de 4.615 servidores e representando um impacto de mais de R\$ 5,0 milhões no ano de 2021.

Foram editadas a Resolução n.º 11.094 /2021, regulamentando a Licença Capacitação e a Resolução n.º 11.763/2021, regulamentando o Programa de fruição e indenização da Licença Especial no âmbito do Estado do Paraná, temas que atingem grande parcela dos servidores do Estado.

Foi implementado o projeto de gestão integrada de RH, visando unificar os procedimentos administrativos entre as Unidades de Recursos Humanos do Estado e formar os servidores que atendem nesta área.

Diversas ações foram promovidas com vistas à otimização do Sistema Meta4: a) conclusão da ferramenta de gestão de acessos ao ambiente Meta4; b) projeto de desenvolvimento da funcionalidade de concurso público no ambiente Meta4, com a primeira etapa concluída; e c) implementação da funcionalidade de gestão de aprovação da folha de pagamento.

Foi concluída e enviada a primeira fase do programa de atualização cadastral (PAC) para dar atendimento às demandas do e-Social.

9.1.3.1 Capacitação de Recursos Humanos

Na capacitação estratégica dos Quadros Públicos, alinhada às diretrizes e agenda estratégica da administração estadual, os principais resultados gerados pela Escola de Gestão do Paraná, foram os seguintes:

Até outubro de 2021, foram inscritas para capacitação 40.219 pessoas entre servidores estaduais dos níveis estratégico, tático e operacional e outros servidores, empregados públicos e comunidade, em 103 ações de capacitação, desenvolvidas em 220 turmas. Desse total, 1,0% dos eventos foram presenciais e 99,0% a distância. Foram 77 pessoas inscritas em eventos presenciais, 12.082 inscrições em atividades síncronas à distância e 28.060 em eventos no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Nestas ações, estão integradas as ações do Programa de Aprendizagem para Resultados. Até dezembro, foram cerca de 43 mil inscrições em aproximadamente 230 turmas.

Destacam-se também as ações desenvolvidas em parceria com a SETI: a) em conjunto com a UEM - para o desenvolvimento da 5ª turma do Mestrado Profissional em Políticas Públicas, com 30 servidores; b) junto às demais Instituições Estaduais de Ensino Superior (IEES), com a abertura de Pós-graduações, a nível de Especialização com 100 vagas em Gestão Pública, 45 vagas em Projetos e Obras Públicas com Ênfase em Infraestrutura Viária de Transportes e 20 vagas em Edificações, Engenharia e Gestão Ambiental todas pela UEPG; 200 vagas em Inovação, Transformação Digital e E-Gov pela Unicentro e 100 vagas em Economia Rural pela Unioeste.

Outro destaque é a permanente articulação com os demais centros de formação e desenvolvimento, órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional. A ação é voltada a contribuir com a política de desenvolvimento de recursos humanos, diretrizes e estratégias da gestão estadual, para fins de planejamento integrado, execução financeira coordenada e avaliação global de resultados. Como resultado, houve melhoria da qualidade da gestão.

Foram desenvolvidas atividades em parceria com os diversos departamentos e setores desta Pasta, como o DSS, DRH, DPE, DOS, DETO, DECON, dentre outros. Foram desenvolvidas ações e tratativas para a celebração de cooperações com outros órgãos do Estado do Paraná, como SEJUF, SESA, SESP, Polícia Científica, DER, IDR, IAT, CGE, PGE, Adapar, Celepar, Agepar, dentre outros, com a finalidade de desenvolvimento de cursos para oferta a seus servidores e parceiros.

Foi elaborado treinamento aos usuários do Sistema GMS, para realização dos lançamentos de forma *online*, atendendo assim o Decreto Estadual n.º 5.880/2020, que tornou obrigatório o registro e manutenção de todos os dados e informações relativas às licitações, processos de inexigibilidade e dispensa, contratos e suas alterações, ocorrência de fornecedores, bem como demonstrativos financeiros gerenciais e contábeis junto ao Sistema de GMS.

9.1.4 Gestão Previdenciária Estadual

Para operacionalizar a Reforma da Previdência (EC n.o 103, de 12/11/2019; ECE n.o 45, de 4/12/2019; Lei Estadual n.o 20.122/19), foram editadas: a Lei Complementar n.o 233, em 10/03/2021, regulamentando as regras permanentes do art. 35 da Constituição Estadual, com a redação dada pela ECE n.o 45/2019; e a Lei 20.635 - 06/07/2021 que altera dispositivos das Leis n.o 12.398, de 30/12/1998, n.o 17.435, de 21/12/2012, e n.o 18.469, de 30/04/2015, para revisão e reestruturação do plano de custeio do Regime Próprio de Previdência Social e adequações ao Sistema de Proteção Social e dá outras providências.

Foi publicada a Lei n.o 20.713/2021 instituindo o Fundo de Aposentadorias e Pensões dos Serventuários da Justiça e Titulares de Serviços Notariais e Registrais do Estado do Paraná.

Com a adoção do trabalho remoto, os prazos médios de concessões reduziram para cerca de cinco dias na aposentadoria e 30 dias para pensões.

Através da COMPREV entre o Paraná e o Regime Geral de Previdência, no exercício de 2021, foi recebido o montante líquido de R\$ 45,0 milhões.

Foi concluída a capacitação de todo o quadro de pessoal da PRPREV sobre as novas regras de aposentadoria e pensão à luz da ECE n.o 45/2019; com 238 participantes entre diretores, ouvidora, empregados, servidores cedidos, estagiários de nível superior e de nível médio.

Técnicos da PRPREV foram convidados pela Secretaria de Previdência/MTP para ministrar treinamentos na área de compensação previdenciária com o objetivo de capacitar servidores de regimes próprios de previdência de todo o País. Foram oito eventos oficiais *online*, na área de COMPREV, gerando mais de 10.000 visualizações.

A PRPREV promoveu, em parceria com a Previpar e UniAbrapp, curso de capacitação (Portaria SEPRT 9907/2020) dos Conselheiros, incluindo a certificação pelo ICSS, para os membros efetivos do Conselho de Administração e Fiscal.

Obtenção da certificação no nível II do Programa Pró-Gestão, da Secretaria de Previdência/MTP. O Programa oportunizou melhorias em atividades institucionais; alteração do Regimento do Comitê de Investimentos exigindo capacitação de 100% dos integrantes; capacitação de Diretores e Conselheiros, por meio do Programa Executivo - Conselhos de Alta Performance nos RPPS; elaboração de Cartilha previdenciária e realização de evento de divulgação; treinamento aos Grupos de RH do Estado; evento junto à Escola de Gestão, sobre pré-aposentadoria; divulgação do Código de Conduta da Instituição; estabelecimento de políticas de segurança da informação.

Com base do Decreto n.o 5163 de 15/07/2020, edição da Resolução SEAP n.o 8940/2020, que instituiu o GT de Plano de Custeio, cujo objetivo foi revisar e apresentar um novo plano, em substituição àquele contido na LE n.o 17.435/12.

A implementação do novo plano de custeio, com prévia anuência da Secretaria de Previdência/MTP (Parecer n.o 20153/2020, com base nos arts. 2º, 61 e 62 da Portaria n.o 464/2018),

por meio da aprovação da Lei Estadual n.º 20.635, em 06/07/2021, proporcionando o equilíbrio financeiro e atuarial do Sistema e buscando promover a melhor gestão dos fundos previdenciários dos servidores públicos e dos militares do Estado.

Disponibilização do primeiro aplicativo para servidores aposentados e pensionistas, que possibilita a consulta de contracheques, do comprovante de rendimentos e atualização cadastral, além de outras funcionalidades em desenvolvimento entre elas o recadastramento. O cadastro da PRPREV tem em torno de 100 mil beneficiários com celular.

Os investimentos da PRPREV estão distribuídos em diversas categorias de aplicação e apresentaram, em outubro/2021, os seguintes valores: a) Renda Fixa - R\$ 5,0 bilhões (79,91%); b) Renda Variável e Investimentos Estruturados - R\$ 879,0 milhões (13,95%) e c) Investimentos no Exterior - R\$ 387,0 milhões (6,13%), totalizando aproximadamente R\$ 6,3 bilhões.

A Meta Atuarial, para o ano de 2021, foi fixada em IPCA + 5,25% e acumulou, até outubro, 12,90%, enquanto a carteira, no mesmo período, rendeu 7,91%.

9.1.5 Saúde do Servidor

Realizada a manutenção do SAS com serviços sem ônus ou contrapartida financeira pelo servidor, com um índice de satisfação de 60,0% em pesquisa realizada pela CGE junto aos usuários. Dos servidores que responderam a pesquisa, 54,0% usam o serviço estadual, 39,0% têm algum plano de saúde e 7,0% recorrem ao SUS. Os que optam pelo SAS, em sua maioria, têm o salário de até R\$ 7,0 mil mensais, aponta a pesquisa.

Encontra-se implantado o sistema de avaliação pericial remota - totalmente digital via *web* - para fins de afastamento por licença médica dentro da proposta de segurança sanitária imposta pela pandemia. O recurso permite também agendamento para atendimento pericial presencial.

Com a consolidação do prontuário eletrônico no sistema Meta4 foi possível a expansão das Juntas de avaliação médico-pericial para atendimento ao servidor, com a contratação, por licitação, de clínicas especializadas em medicina do trabalho em oito regiões no interior do Estado que estavam desativadas (Maringá, Cianorte, Paranavaí, Campo Mourão, Jacarezinho, Cascavel, Paranaguá e Apucarana). Encontra-se em andamento novo certame licitatório para novas contratações em regiões desassistidas. Essa iniciativa permitiu um atendimento mais humanizado aos servidores, sobretudo sem a necessidade de grandes deslocamentos e custos adicionais.

Foram atendidos 166.797 beneficiários diferentes do total de 369.494 vidas com direito ao benefício. Estes beneficiários compareceram 600.588 vezes aos serviços, gerando 2.144.730 procedimentos, além de 12.506 internações em leitos hospitalares e que consumiram 55.232 diárias.

9.1.6 Gestão do Patrimônio

Na Gestão Patrimonial de bens imóveis destaca-se o gerenciamento permanente do Sistema de Gestão Patrimonial de Imóveis do Estado do Paraná (GPI), o qual possui cadastrado 8.232 imóveis.

Destes, 4.687 de propriedade da Administração Direta, 916 da Administração Indireta e 2.629 de Terceiros (União, municípios, particulares: Pessoa Física ou Pessoa Jurídica).

Assim, buscando o controle e a gestão eficiente dos bens imóveis, está em andamento o Contrato SEAP n.o 3399/2021 firmado com a empresa NIP GLOBAL LTDA, em dezembro de 2020, com vigência de 20 meses, objetivando a atualização cadastral de 1.430 imóveis estimados. Esta atualização objetiva o reconhecimento do patrimônio imobiliário estadual, bem como atendimento dos procedimentos contábeis para avaliação e depreciação dos imóveis.

A regularização cartorial de 41 unidades escolares estaduais e diversos processos de regularização estão em andamento: Hemocentro (Guarapuava), Cadeia e IML (Paranaguá), Cadeia (Jacarezinho), Hemepar (Curitiba), 5º Distrito Policial (Curitiba), Academia Policial Militar do Guatupê e outros órgãos locais (São José dos Pinhais), Regimento da Polícia Montada (Curitiba), Casa Andrade Muricy (Curitiba), Colégio Estadual Paulo Freire (Pontal do Paraná), Instituto dos Deficientes Físicos do Paraná (Curitiba), Delegacia da Polícia Civil (Pontal do Paraná), APAE (São João do Triunfo).

Foi realizada a Concorrência Pública n.o 24/2021, por meio da qual foram alienados dois imóveis, sendo um em Toledo e outro em Guaratuba, totalizando R\$ 785.161,00. Da mesma forma, foi conduzido junto ao BRDE a alienação de imóvel no bairro CIC em Curitiba, no valor de R\$ 47,5 milhões sendo destinado ao Estado do Paraná o percentual de 50,0% do valor arrecadado.

Foram propostos dois anteprojetos de lei objetivando autorização para alienar 56 imóveis que se encontram ociosos e sem destinação, que foram autorizados pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP).

Foram conduzidos oito processos de reversão, possibilitando que imóveis recebidos em doação e que se encontram sem uso retornem ao patrimônio municipal. Também foram encaminhados 16 processos de doação de imóveis aos municípios, para uso escolar, e 131 anteprojetos de lei que visam a cessão de uso ou doação de imóveis para municípios e entidades de assistência social, que em sua maioria já são utilizados por eles, permitindo a regularização das ocupações e aplicação de recursos na manutenção dos imóveis. Continuam em tramitação cerca de 250 processos com a mesma finalidade.

Outras atividades a serem destacadas: a) melhorias constantes das funcionalidades do Sistema de Gestão do Patrimônio Móvel (GPM); b) capacitação continuada dos servidores estaduais sobre procedimentos relativos ao Sistema GPM; c) conclusão do manual de Gestão de Bem Móvel; d) implantação do Módulo Intangível no Sistema GPM, em atendimento à Lei de Acesso à Informação (LAI), à Lei Federal n.o 12.527, de 18/11/2011 e ao Decreto n.o 10.285, de 25/02/2014, finalizando os testes junto à Celepar para disponibilizar as informações relativas aos bens móveis no Portal da Transparência.

9.1.7 Gestão do Transporte Oficial

Na gestão do transporte oficial do Estado, destacou-se a implantação do sistema de abastecimento pela Empresa Prime Assessorial Empresarial Ltda após a mesma ter vencido o PE 656/2019. Para além da referida contratação, coube ao DETO a gestão do contrato e o suporte aos órgãos usuários.

Foi feito o acompanhamento semanal de preços dos combustíveis, através do levantamento de Preços da Agência Nacional do Petróleo - ANP. Foram apurados tanto os saldos dos empenhos dos órgãos usuários, como o consumo dos órgãos usuários do Contrato de Abastecimento. Foi também formalizado Termo de Cooperação com a SEFA para utilização do preço médio ao consumidor nos municípios que não estão sendo pesquisados pela ANP.

O DETO atuou com a SESA para Revogar o Decreto Estadual n.o 6500/2006, agilizando os processos de doações de ambulâncias aos municípios. Outra atividade em conjunto com a SESA foi na elaboração do Decreto Estadual n.o 8643/2021, que autoriza a SESA a doar aos Municípios veículos objetivando a execução dos serviços de saúde.

Foi promovido o Leilão eletrônico n.o 06/2021. Esta licitação foi homologada com êxito e todos os 355 veículos foram arrematados. A soma total arrecada foi de mais de R\$ 3,0 milhões. Concomitante ao resultado financeiro, ocorreu o esvaziamento do pátio do Centro Cívico, viabilizando a entrega do local ao Tribunal de Contas. Possibilitou-se também o esvaziamento do pátio de veículos do DER-PR.

Foi realizada a avaliação de cerca de 1.500 veículos, distribuídos nos municípios de Curitiba, Cascavel, Londrina, Maringá e Marialva. Foi procedida a atualização da IN n.o 003/2021, estabelecendo restrições e impedimentos para inserção de veículos em leilões do Estado, construindo regras para avaliação de veículos, preparando-os para o leilão. A referida possibilita também a execução de leilão de veículos, que se encontram na posse dos órgãos, sem a necessidade de recolhê-los, dando celeridade a esses processos.

Implantou-se o sistema de gerenciamento da manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos dos Órgãos/Entidades do Estado do Paraná através de contratações decorrentes do Pregão Eletrônico n.o 389/2019.

Foi realizado o estabelecimento de Instruções Normativas e Resolução com vistas a instituir diretrizes, normatizar procedimentos e orientar Órgãos/Entidades para o fiel cumprimento de contratos. Houve suporte aos Órgãos na utilização do sistema contratado, acompanhamento da execução e fiscalização do processo, além de orientação à empresa contratada com vistas a exigir-lhe o cumprimento das obrigações contratuais assumidas.

Foi dado suporte aos órgãos na utilização do TaxiGOVPR e realização de reuniões junto à empresa contratada a fim de orientá-la quanto à prestação dos serviços e procedimentos administrativos, antes de sua transferência à Divisão de Viagens Oficiais.

Além de divulgar aos servidores do Executivo a utilização do TaxiGOVPR, a Central de Viagens disponibilizou na tela inicial do sistema novas funcionalidades operacionais, administrativas e financeiras.

9.1.8 Registro Mercantil Público

Com a redução dos índices de transmissão do Coronavírus em 2021, a Jucepar reativou o atendimento em todas as agências do interior e está em processo de criação de uma unidade em Campo Magro.

Durante o ano, a Jucepar continuou trabalhando para realizar as integrações necessárias com os órgãos de registro e licenciamento de empresas, visando a total sincronização dos processos, através da REDESIM - Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios no Estado.

Foi disponibilizada a ferramenta Empresas PR, que torna mais moderna e ágil a divulgação de informações completas sobre empresas do Estado. Com atualização mensal dos dados, a ferramenta deve atender às frequentes demandas vindas da imprensa, órgãos públicos, estudantes, empresários ou interessados em geral. A ação busca desburocratizar, dar agilidade e transparência nos processos de forma 100% digital.

Com o NATO DIGITAL, o trâmite do processo levado à Junta Comercial para registro é totalmente digital. Assim, o tempo para abertura de empresas de baixo risco, que levava em torno de 86 horas no fim de 2019, passou a se realizar em até 37 horas, em 2021.

A digitalização do acervo documental para a JUCEPAR, iniciada com o Pregão Eletrônico 82/2020, consta homologada sob o protocolo n.o 16.343.149-1. Em 2021, foram geradas 3.440.689 imagens.

O Balcão Único, formulário digital de coleta de dados necessários ao registro e funcionamento da empresa com respostas das etapas de forma imediata para os usuários, foi implantado em novembro de 2021. O formulário é disponibilizado pela JUCEPAR, que enviará os dados coletados aos órgãos envolvidos no processo.

9.1.9 Metrologia Legal e Avaliação de Conformidade

Dentro do escopo de atuação do IPREM/PR, foram realizadas 156.840 verificações metrológicas, em instrumentos de medir e medidas materializadas. Com relação à verificação quantitativa em produtos pré embalados, foram efetuados 18.614 exames. Foram realizadas ainda 5.175 ações de fiscalização em produtos com a conformidade avaliada. Foram executadas 905 calibrações em instrumentos de medir e medidas materializadas e foram realizadas 95 verificações em processos de registro de empresas.

9.1.10 Gestão do Arquivo Público

O Programa de Preservação de Documentos teve início em 1995 e seu objetivo é estabelecer medidas para estabilizar ou amenizar os processos de degradação do acervo, prolongando o tempo de vida e a qualidade de acesso às informações. São medidas de longo prazo que exigem cuidados ininterruptos.

Foi realizada a higienização de mais de 60.356 páginas de documentos de grande relevância histórica e foram digitalizados mais de 11.923 documentos.

O projeto Documento do mês foi criado em 2021 com objetivo divulgar o acervo existente no DEAP. O recorte temporal é do final do século XVII até o início do século XXI e possui inúmeras curiosidades e informações históricas, que dialogam com a história regional e nacional. O projeto já divulgou documentos que contam um pouco da história do Farol da Ilha do Mel e sobre o atletismo brasileiro juvenil. Divulgou também conteúdo sobre a Ilha das Cobras, situada na Baía de Paranaguá, e sobre sua importância como ponto estratégico para combater a entrada de epidemias na Província pelo Porto de Paranaguá

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

10 SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA (SEFA)

A Secretaria de Estado da Fazenda, órgão auxiliar do Governador, nos termos do artigo 27 da Lei n.º 19.848, de 03 de maio de 2019, tem por finalidade planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar, controlar e avaliar o desempenho da política econômico-tributária e fiscal, a gestão orçamentária, a gestão dos recursos financeiros, a gestão contábil estadual e as atividades pertinentes à gestão corporativa da Pasta.

Na busca de equilibrar as contas públicas e gerar recursos para fazer frente às despesas de custeio e aos investimentos necessários ao Plano de Governo Estadual, em especial neste ano de pandemia, destacam-se os resultados e os avanços mais importantes, bem como as principais atividades da gestão financeira do Estado, seguindo as diretrizes de redução de despesas, renegociação de dívidas, incremento de receitas e melhoria da gestão.

10.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

10.1.1 Gestão Orçamentária

- ▶ Manutenção do equilíbrio fiscal do Estado e cumprimento das metas de resultado fiscal, mesmo no cenário de pandemia, mediante o acompanhamento diário das disponibilidades orçamentárias financeiras, com vistas às necessidades de ajustes orçamentários, contingenciamentos, descontingenciamentos e aberturas de créditos adicionais.
- ▶ Implantação da Lei de Qualidade e Responsabilidade Fiscal do Paraná (LC n.º 231/2020). Diploma legal estabelece numerosas inovações em matéria de finanças públicas, com destaque para: a) requisitos mais rígidos para concessão de incentivos e benefícios fiscais; b) regras mais rígidas para promoções e progressões no âmbito do funcionalismo; c) instituição do Fundo de Estabilização Fiscal do Paraná; e d) instituição do Relatório Qualitativo de Despesas Públicas.
- ▶ Elaboração e encaminhamento à Assembleia Legislativa do Paraná (e aprovação) das propostas da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) e da Lei Orçamentária Anual (PLOA) para o exercício de 2022.
- ▶ Manutenção da avaliação da agência Moody's. Uma das principais agências de classificação de risco do mundo, a Moody's, avaliou o Paraná como AAA.br (bra), seu patamar mais alto da escala de situação fiscal de longo prazo, o que indica equilíbrio das contas públicas.
- ▶ Realização, pela primeira vez na história, de audiências públicas sobre os Projetos de Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, do exercício de 2022, em cumprimento ao disposto no Inciso I do § 1º do Art. 48 da LRF (Lei Complementar Federal n.º 101/2000).

- ▶ Acompanhamento mensal da execução do orçamento de investimento das empresas públicas das sociedades de economia mista no Sistema Integrado de Gestão, Avaliação e Monitoramento Estadual (SIGAME).
- ▶ Elaboração do Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Estado referente ao exercício financeiro de 2020.
- ▶ Participação na elaboração de projetos de lei e decretos necessários à adequação do orçamento visando o enfrentamento da emergência sanitária causada pela pandemia da COVID-19, bem como o auxílio na transparência dos respectivos gastos governamentais.
- ▶ Realocação orçamentária de recursos advindos do auxílio financeiro da União (mediante Lei Complementar Federal n.º 173/2020), a título de reposição de despesas obrigatórias contingenciadas em função da crise e conseqüente frustração de arrecadação.
- ▶ Diligências junto aos órgãos do Estado para adotarem medidas voltadas à garantia da sustentabilidade das finanças estaduais diante das conseqüências econômicas decorrentes do agravamento e evolução da pandemia da COVID-19.
- ▶ Elaboração de estudos econômicos buscando viabilidade orçamentária para implantação da revisão geral anual no exercício financeiro de 2022.
- ▶ Elaboração de decretos para abertura de créditos adicionais extraordinários ao Orçamento Geral do Estado para manutenção das ações planejadas pelos órgãos para o exercício de 2021, em atenção ao estabelecido no Decreto n.º 4.319, de 23 de março de 2020, com alteração dada pelo Decreto n.º 7.899, de 14 de junho de 2021, que declara estado de calamidade pública para fins de enfrentamento à pandemia do Coronavírus.

10.1.2 Dívida e Operações de Crédito

- ▶ Manutenção da Nota CAPAG B pelo Estado do Paraná. A Nota CAPAG mede os índices de poupança, liquidez e endividamento do Estado. Apenas os Estados com Notas A e B podem obter garantia da União em suas operações de crédito. Apenas cinco Estados possuem nota superior à do Paraná.
- ▶ Antecipação do Pagamento de Dívidas referentes à operação de crédito Rotas do Desenvolvimento. O contrato de financiamento interno denominado Rotas do Desenvolvimento, celebrado com o Banco do Brasil, em 14 de junho de 2017, tinha como prazo final de amortização 14 de junho de 2027. Como possuía 100% de recursos financeiros em garantia, tornava-se uma operação de crédito onerosa para o Estado, com saldo devedor de dívida de R\$ 217,0 milhões aproximadamente. A economia gerada nessa antecipação foi em torno de R\$ 3,3 milhões.
- ▶ Quitação da operação de crédito Conta de Resultados a Compensar (CRC) junto à COPEL. O valor inicial da operação foi de R\$ 346,0 milhões, em 1993, com previsão de término em 2025. A operação possuía correção monetária pelo IGP-DI mais juros de 6,65% aa, deixando a operação bastante onerosa. A dívida foi quitada em agosto/21 pelo valor aproximado de R\$ 1,4 bilhão, com

uma nova operação de crédito junto ao Banco do Brasil de R\$ 1,4 bilhão. A economia estimada está em torno de R\$ 198,0 milhões.

- ▶ A Secretaria da Fazenda, por meio da Diretoria do Tesouro Estadual, teve participação ativa, inclusive nas negociações junto à Secretaria do Tesouro Nacional, em todas as operações de crédito celebradas ou negociadas em 2021.

10.1.3 Contabilidade Pública

- ▶ Avanço significativo no Ranking da Qualidade da Informação Contábil da Secretaria do Tesouro Nacional. O Paraná avançou da 14ª colocação, em 2019, para a 5ª colocação, em 2020, sendo o 1º da Região Sul. Dados publicados em novembro de 2021.

(<https://ranking-municipios.tesouro.gov.br/estados>)

- ▶ Abertura do Sistema SIAF para execução orçamentária em meados de janeiro de 2021. Desde a implantação do Novo SIAF, esta é a primeira vez que o sistema é liberado durante o mês de janeiro - em anos anteriores, a liberação ocorreu em fevereiro ou março.
- ▶ Edição de Decreto destinado a regulamentar a ordem cronológica dos pagamentos efetuados no âmbito do Estado do Paraná, relativos ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços.
- ▶ Execução exitosa de recursos em ações contra a COVID-19. O Paraná foi um dos poucos estados brasileiros não incluídos no relatório da Controladoria-Geral da União (CGU) que apontou falhas no uso de recursos federais na pandemia.
- ▶ Execução transparente dos recursos em ações contra a COVID-19. Além do bom uso do recurso, o que leva em conta a aquisição de respiradores pelos menores preços do País, o Paraná é destaque na transparência desde o começo da pandemia, sendo reconhecido pela Transparência Brasil e pela *Open Knowledge* Brasil como um dos Estados mais transparentes.
- ▶ Publicação de normativos contábeis para fins de se buscar a devida confiabilidade da informação contábil, sendo: 23 Comunicados Contábeis, 10 Orientações Técnicas, duas Notas Técnicas e uma Informação Contábil, as quais auxiliaram, cada qual a sua medida, na melhoria do atendimento dos prazos legais, na confiabilidade do Novo SIAF e do resultado contábil do Ente.
- ▶ Formalização de comissão Interpoderes para implementação uníssona da Portaria n.o 548, de 24 setembro de 2015, que dispõe sobre prazos-limite de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais, além da Comissão instituída exclusivamente para o Poder Executivo, ambas sob a presidência da Contabilidade Geral do Estado.
- ▶ Análise e acompanhamento mensal da integridade contábil de todas as unidades contábeis do Estado do Paraná, com encaminhamento de comunicação quando encontradas divergências para a devida regularização.
- ▶ Aprovação das contas do Governador referentes ao Exercício 2020 com menor número de ressalvas, recomendações e determinações dos últimos 10 anos. Segundo informações da

Coordenadoria de Gestão Estadual (CGE) do Tribunal de Contas do Paraná (TCE-PR), contidas no portal da instituição na *internet*, o trabalho por parte do poder executivo obteve melhora progressiva, “o que mostra que a administração estadual tem se preocupado em atender o que é requerido pelo órgão de controle”.

10.1.4 Repasses de Recursos a Municípios

- ▶ Recorde histórico no repasse de recursos aos municípios. Em novembro de 2021, os valores transferidos, na ordem de R\$ 8,3 bilhões, já superavam os montantes de transferências nos últimos dois exercícios inteiros - em 2020 foram R\$ 8,2 bilhões e em 2019, R\$ 8,1 bilhões.
- ▶ Implementação de melhorias no sistema de cálculo do Índice de Participação dos Municípios para o exercício 2022 - ano base 2020, com destaque para: a) exclusão dos valores de transporte aéreo de passageiros; b) exclusão dos valores de transporte rodoviário iniciados em outras UF; c) modernização do programa validador da Escrituração Fiscal Digital (EFD), restringindo os registros aos códigos nela constantes, com consequente facilidade de envio de informações pelos contribuintes; d) emissão de novos Relatórios que facilitam a exportação de dados e sua usabilidade.
- ▶ Implementação de melhorias para garantir maior transparência ao processo de apuração e elaboração do Índice, como a atualização do material disponível no Novo Portal da SEFA/PR (<https://www.fazenda.pr.gov.br/>), acessível mediante o seguinte caminho: Serviços para você! → Município → Índice de Participação dos Municípios - IPM.

10.1.5 Programa de Auxílio Emergencial às Empresas

- ▶ Efetivação do Programa de Auxílio Emergencial às Micro e Pequenas Empresas por meio da Lei n.o 20.583/2021. O auxílio emergencial é um benefício em dinheiro pago pelo Estado do Paraná a algumas microempresas e microempreendedores individuais paranaenses, na quantia de R\$ 1.000,00 para as microempresas com inscrição estadual, dividida em quatro parcelas, e no valor de R\$ 500,00 para microempresas sem inscrição estadual e microempreendedores individuais, dividido em duas parcelas.
- ▶ O Programa, executado no âmbito da SEFA, teve o potencial de beneficiar mais de 150 mil pequenas empresas, microempresas e MEI. O valor disponibilizado foi de mais de R\$ 80,0 milhões.

10.1.6 Previdência Complementar

- ▶ Elaboração de estudos e anteprojeto de lei voltado a regulamentar a previdência complementar do Estado do Paraná. A Lei n.o 20.777, de 16/11/2021, institui o regime de previdência complementar no âmbito do Estado.
- ▶ Elaboração de estudos para realização de chamamento público com vistas a selecionar entidade destinada à administração da previdência complementar no Estado.

10.1.7 Loteria do Estado do Paraná (LOTEPAR)

- ▶ Elaboração de estudos e anteprojeto de lei voltado a criar a Loteria do Estado do Paraná (LOTEPAR), autarquia dotada de personalidade jurídica de direito público, com receita própria e autonomia técnica e administrativa, vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda (PL 544/2021).

10.1.8 Paraná Competitivo e Benefícios Fiscais

- ▶ Deferimento, em 2021, de 51 projetos no âmbito do Programa Paraná Competitivo, com a expectativa de geração de 3.304 novos postos de trabalho e investimentos superiores a R\$ 3,95 bilhões, o que vem acarretando saldo positivo no Índice de Participação dos Municípios em que estão localizadas as empresas beneficiadas.
- ▶ Edição de Resolução destinada a estabelecer as competências e os procedimentos necessários para análise de pleito de concessão ou de ampliação de incentivo ou de benefício fiscal que acarrete renúncia de receita, no âmbito da Secretaria de Estado da Fazenda, incluindo a Receita Estadual do Paraná.

10.1.9 PROFISCO e Modernização Fazendária

- ▶ O PROFISCO II PR - Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Paraná, assinado em 30/09/2020, teve sua Missão de Arranque, realizada em novembro/2020, validada em janeiro/2021 pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pelo Ministério da Economia, obtendo elegibilidade, obrigatória às solicitações de recursos financeiros.
- ▶ Contratações no âmbito do PROFISCO II - em fevereiro/2021 a SEFA/PR recebeu o primeiro adiantamento de recursos do financiamento, que viabilizou, até o mês de agosto, 14 contratos com recursos do BID. Em agosto/2021, a Unidade de Coordenação do PROFISCO II PR concluiu e enviou ao BID a atualização e revisão da Matriz de Projetos previstos e iniciou a execução efetiva de vários projetos relacionados aos três componentes: a) Gestão Fazendária e Transparência Fiscal; b) Administração Tributária e Contencioso Fiscal; e c) Administração Financeira e Gasto Público.
- ▶ Elaboração da primeira versão do modelo de gestão integrada, envolvendo Gestão Estratégica, Gestão de Projetos, Gestão de Processos e Gestão de Riscos.
- ▶ Revisão do Plano Estratégico: considerando as principais orientações provenientes das megatendências, tendências, incertezas críticas e não críticas relacionadas aos Eixos Tecnológico, Social e Ambiental, Político e Legal e Econômico, os objetivos estratégicos da Secretaria foram revisados através de processo participativo que contou com a participação de diversas áreas da organização e uma consultoria externa.
- ▶ Celebração de contrato visando desenvolver e implantar Metodologia de Gerenciamento de Portfólio e Projetos na SEFA/PR. O sistema entrou em fase de produção e está totalmente operacional. A capacitação dos servidores foi realizada. Está sendo negociado um aditivo

contratual para estender o contrato, no tocante a suporte técnico e serviços eventuais, por mais 18 meses.

- ▶ Modernização dos Processos Fazendários - a execução do projeto de Implementação da Gestão por Processos por meio da contratação de consultoria está em andamento. Foi realizada a elaboração da Cadeia de Valor da SEFA/PR; a revisão do Planejamento Estratégico da SEFA/PR; a estruturação de Modelo de Gestão Integrada; a construção de *Roadmap* de Transformação do Negócio Fazendário; e o mapeamento e redesenho de 30 processos de trabalho.
- ▶ Iniciado processo licitatório (utilizando a modalidade SBQC -Seleção baseada em qualidade e custo) para contratação de empresa para implementação da Gestão de Riscos na SEFA.

10.1.10 Nota Paraná e Paraná Pay

- ▶ O Programa Nota Paraná distribuiu mais de R\$ 250,0 milhões em retorno do ICMS e entregou mais de R\$ 50,0 milhões em prêmios, no total superior a R\$ 300,0 milhões só em 2021.
- ▶ Elaboração de estudos e anteprojeto de lei para alteração do Programa Nota Paraná (Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado do Paraná - Lei n.o 18.451/2015), com vistas a permitir a distribuição mensal de R\$ 10,0 milhões para compras em postos de combustíveis, em valor proporcional à aquisição.
- ▶ Implementação do Programa Paraná Pay - o Paraná Pay é uma nova opção de utilização dos créditos do Programa Nota Paraná e foi criado com o objetivo de fomentar o setor de turismo do Estado. Por meio da Resolução SEFA n.o 992, de 23 de setembro de 2021, passou-se a autorizar a utilização dos créditos do Paraná Pay para efetuar pagamentos também em estabelecimentos do setor de gás de cozinha e de combustíveis.
- ▶ Alteração do Programa Nota Paraná (Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado do Paraná - Lei n.o 18.451/2015) para permitir a geração de bilhetes em dobro para os setores de combustíveis e gás de cozinha no âmbito do Programa Nota Paraná (Resolução SEFA n.o 992, de 23 de setembro de 2021).
- ▶ Alteração do Programa Nota Paraná (Decreto n.o 2.069/2015), mediante decreto, com a finalidade de permitir a utilização dos créditos nas carteiras digitais mantidas em instituição do Sistema Financeiro Nacional, no âmbito do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado do Paraná.

10.1.11 Administração Financeira

- ▶ Disponibilização de relatórios de Fluxo de Caixa do Tesouro Estadual - atendendo a demandas de relatórios gerenciais, foram desenvolvidos *dashboards* com informações de Fluxo de Caixa utilizando a ferramenta *Power BI*, onde o gestor tem a opção de acessar as informações via *web* ou no celular.

- ▶ Disponibilização de Relatório de Programação de Pagamentos - desenvolvido via *Power BI*, o gestor tem uma previsão do que será pago nos próximos dias de acordo com o que foi registrado no sistema Novo SIAF.
- ▶ Atuação em conjunto com a SEAP para início da integração da folha de pagamento das Instituições Estaduais de Ensino Superior e Empresas no sistema Meta4 (SEAP).
- ▶ Celebração do Contrato n.o 1289/2021 SEFA (e regulamentação mediante Resolução 827/2021), na importância estimada de R\$ 680,0 milhões, a título de contraprestação financeira pela prestação dos serviços de centralização e processamento da folha de pagamento dos servidores do Estado, e demais serviços em caráter de exclusividade.

10.1.12 Tecnologia da Informação e Comunicação

- ▶ Implantação do Sistema Integrado de Gestão Tributária (SGT) conjuntamente com a REPR/IGA - o SGT introduz uma nova plataforma tecnológica e oportuniza práticas inovadoras no gerenciamento dos tributos de competência da SEFA: IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores) e ITCMD (Imposto sobre Transmissões Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens e Direitos). Este novo sistema atende aos principais processos de negócio do ciclo de vida do IPVA e ITCMD e permite maior integração, com ampliação dos serviços prestados aos cidadãos, de maneira *online* e incorporando a visão 360° do contribuinte, facilitando a rápida pesquisa das transações com a SEFA e ampliando a acessibilidade aos serviços, utilizando a autenticação via Programa Nota Paraná.
- ▶ Celebração de novo contrato geral de serviços entre SEFA e CELEPAR - o contrato contempla mais de 35 serviços com ampla abrangência, desde a infraestrutura básica de tecnologia até o desenvolvimento e manutenção dos sistemas utilizados pelos servidores do Estado e contribuintes. Este novo contrato inclui definições de novos parâmetros de boas práticas de governança, permitindo maior transparência e gestão dos serviços contratados, além de amparar as ações necessárias para o apoio e desenvolvimento dos projetos previstos no programa PROFISCO II.
- ▶ Contratação de Nova Ferramenta de Gestão Integrada de Administração Orçamentária, Financeira e Contábil (SIAFIC). No âmbito do contrato da CELEPAR, há um grupo de serviços relacionados à implantação, customizações e parametrizações de nova ferramenta SIAFIC.
- ▶ Consolidação da implantação do Sistema Processos Administrativos Fiscais (e-PAF). O sistema e-PAF trouxe avanços no procedimento de lançamento de tributos, em linha com a modernização do Fisco Paranaense, destacando: Transparência, Segurança, Celeridade e Economia. Consolidada em 2021 a utilização da solução Primeira Instância de Julgamento com mais de 400 Autos de Infração e entregues as etapas referentes à Segunda Instância de Julgamento (câmaras administrativas superiores de julgamento) e expandido o uso a todas as Delegacias da Receita/PR.

10.1.13 Comunicação Institucional

- ▶ Efetivação de ações relevantes em matéria de comunicação institucional, com destaque para: campanha IPVA 2021 - prazo postergado para pagamento; campanha Paraná *Pay*; vídeo divulgação dos canais de atendimento SEFA; campanha Auxílio Emergencial PR; divulgação externa das primeiras Audiências Públicas virtuais sobre PLDO e PLOA; divulgação sobre o exemplo do Estado na gestão de recursos em ações contra a COVID-19; divulgação do Programa Retoma Paraná - sobre parcelamento de dívidas de empresas em recuperação judicial; divulgação dos novos sistemas de Guia de Recolhimento, portal do IPVA e ITCMD e da nota fiscal eletrônica de Energia Elétrica.
- ▶ Transmissão dos sorteios do Nota Paraná pela Página no *Facebook* da SEFA.
- ▶ Execução junto a EFAZ da série de vídeos educativos sobre cidadania fiscal.
- ▶ Criação do Quem Somos SEFA Paraná e do #SefaParana Comunica para as redes sociais.
- ▶ Vídeos para divulgação do PROFISCO II.
- ▶ Incremento das ações de Comunicação interna.

10.1.14 Capacitação e Eventos Abertos ao Público

- ▶ Execução do Programa de Capacitação e Desenvolvimento da SEFA, com realização de capacitações desenvolvidas por interações síncronas, utilizando sistemas de videoconferência, com alcance de 468 servidores e 9.662 pessoas do público externo, incluindo ações de cidadania fiscal.
- ▶ Realização de eventos *online*, como: a) Encontro de Inovação Digital - caminhos para a Educação Fiscal, com média de 1,6 mil visualizações no *YouTube*; b) XXII Seminário Paranaense de Educação Fiscal, com média superior a 3 mil visualizações; c) a semana de Conscientização Tributária - Imposto justo, Sociedade solidária, com média de 1,2 mil visualizações no *YouTube*; d) início da Série Contabilidade em Foco e a instituição do Ciclo de Boas Práticas da SEFA e da Receita Estadual; e) produção da série de vídeos para Educação Fiscal, com a veiculação no portal do *YouTube* da SEFA de quatro vídeos abordando o que são os tributos e sua função social, voltados a fomentar a cidadania fiscal do cidadão paranaense.

10.1.15 Concursos Públicos e Valorização Profissional

- ▶ Instauração de duas comissões para realização dos atos preparatórios para a realização de concursos públicos para os cargos de Auditor Fiscal e Agente Fazendário Estadual. Conclusão dos trabalhos e abertura dos procedimentos prévios à realização do certame.
- ▶ Instituição da Medalha do Mérito Fazendário para premiar servidores públicos e membros da sociedade civil que tenham contribuído ao bom desempenho de atividades fazendárias.

10.1.16 Assuntos Diversos

- ▶ Extinção da Companhia Paranaense de Securitização, após publicação da Lei n.o 20.600/2021, ensejando economia de despesas. A medida serve também para dar cumprimento à decisão emanada pelo Tribunal de Contas do Estado sobre a matéria.
- ▶ Apoio e assessoramento em projetos de manutenção de imóveis utilizados pela Secretaria da Fazenda e Receita Estadual, entre eles: a) Prédio sede da Secretaria em Curitiba; b) Delegacia da Receita em Curitiba; e c) Delegacia da Receita em Jacarezinho. Foram ainda concluídas manutenções prediais nas sedes de Foz do Iguaçu, União da Vitória e Campo Mourão.
- ▶ Contratação de serviços e compra de materiais para combate à pandemia COVID-19. As unidades de atendimento ao público da Receita Estadual receberam a certificação “Local Confiável”.
- ▶ Transferência de 70 veículos em boas condições de uso (mas de menor necessidade com o fechamento de diversas agências da Receita Estadual) para a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária - SESP, para o Departamento Penitenciário - DEPEN, gerando grande economia para a pasta. Além disso, foram transferidos dois veículos para a Prefeitura de Guarapuava.
- ▶ Implementação da Lei de Liberdade Econômica do Paraná (Lei n.o 20.436), publicada em dezembro de 2020. A lei tem como finalidade estabelecer garantias de livre mercado no Estado do Paraná e adequar a legislação paranaense ao modelo de desburocratização e simplificação das relações entre empreendedores e o Estado, conforme parâmetros estabelecidos pela Lei Federal n.o 13.874/2019.

10.2 RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ (REPR)

A REPR é um órgão de Regime Especial, conforme especificado no artigo 113 da Lei n.o 8.485, de 03 de junho de 1987, cuja denominação foi alterada para Receita Estadual do Paraná (REPR), conforme especificado no artigo 91 da Lei n.o 19.848 de 03 de maio de 2019, integrante da estrutura organizacional básica da SEFA, nos termos do Decreto n.o 5.233/2016 e alterações introduzidas pelos Decretos 6.905/2017, 9.112/2018 e 10.216/2018.

Sua estrutura é composta por um nível de direção e assessoramento, a Administração Central da REPR, e em nível de execução, as Delegacias Regionais da Receita, Delegacia da Julgamento e Delegacia de Contribuintes localizados em outros Estados.

10.2.1 Principais Realizações

10.2.1.1 Gestão Tributária

Realizada a campanha publicitária Igualdade, parceria com Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (CONSEPIR) e o Governo do Estado, tendo como tema principal o combate ao racismo.

A campanha foi custeada com verba do Fundo de Promoção da Igualdade Racial (FUNDEPIR), no valor de R\$ 1,0 milhão. A campanha foi uma das finalistas do prêmio Profissionais do Ano.

A Receita Estadual adotou, em 2021, uma agenda de ações proativas em busca de soluções voltadas ao alcance dos resultados esperados para a administração tributária, e também ações de assessoramento na construção da política tributária paranaense, incluindo inúmeras demandas setoriais que objetivaram a mitigação dos efeitos da crise econômica causada pela pandemia da COVID-19, contribuindo para o aumento da competitividade e estimulando o desenvolvimento de diversos setores econômicos paranaenses.

10.2.1.1.1 Ampliação de Receitas-Fiscalização

- ▶ Coordenação das atividades de fiscalização e auditorias fiscais, que resultaram na lavratura de R\$ 574,0 milhões, no âmbito da 6ª Programação Fiscal Estadual.
- ▶ Iniciadas as auditorias fiscais da 7ª Programação Fiscal Estadual, com valores lançados na ordem de R\$ 164,0 milhões.
- ▶ Análise estratégica e preparação para execução de trabalhos de auditoria em diversos segmentos, com base nos levantamentos de malhas fiscais, destacando-se a execução dos seguintes projetos de fiscalização específicos: a) combate à sonegação no Setor de Combustíveis, notadamente em relação aos produtos nafta e gasolina, com estimativa de lançamentos na ordem de R\$ 159,0 milhões; b) ações fiscais no varejo de combustíveis (postos revendedores), que resultaram na lavratura de 122 Autos de Infração, totalizando R\$ 70,0 milhões; c) execução da Fase 3 do Projeto de Fiscalização em Supermercados; d) análise das propostas legislativas em questões afetas à fiscalização, benefícios fiscais, autorregularização no setor de medicamentos, entre outros; e) elaboração de Projeto de Fiscalização em empresas do Setor de Comunicação enquadradas no Simples Nacional; f) estudos para estancar a evasão de tributos envolvendo operações com locadoras de veículos; g) elaboração de Projeto de Fiscalização com base nas informações e recolhimentos do FECOP; h) exclusão de contribuintes do regime do Simples Nacional, em virtude de a receita bruta ter ultrapassado o limite legal de enquadramento; i) ações de fiscalização em contribuintes optantes pelo Simples Nacional, referente ao ICMS devido nos termos do Decreto n.o 442/2015; j) início da Execução do Projeto Diagnóstico da Substituição Tributária do ICMS no Estado do Paraná, para rever a sistemática deste instituto, bem como dos setores passíveis de subsunção ao modelo de retenção do imposto de forma antecipada, com previsão de conclusão em abril de 2022; k) finalização da primeira fase do produto do Portal dos Municípios, com o objetivo de proporcionar o compartilhamento de dados com as Prefeituras do Estado, visando unir esforços no combate à sonegação fiscal; l) implantação do Sistema de Monitoramento Fiscal de Emissores (SIMFE), que permite a automatização da fiscalização de empresas “noteiras”; m) utilização de ferramenta informatizada CONTÁGIL para auditorias contábeis baseadas nos dados da Escrituração Contábil Digital (ECD).

- ▶ Desenvolvimento de ações e projetos de modernização do modelo de fiscalização das empresas, com foco no cumprimento voluntário das obrigações, tornando-a mais orientadora do que punitiva, destacando-se: a) modernização do sistema de concessão de crédito de ICMS ao Produtor Rural; b) implementação da Nota Fiscal Fácil de Produtor Rural que visa simplificar ao máximo a emissão deste tipo de documento fiscal eletrônico e facilitando o cumprimento de obrigações acessórias; c) tratativas e estudos para implantação de um novo modelo baseado na Conformidade Fiscal, com enfoque no recolhimento espontâneo dos impostos por parte do contribuinte; d) início da implementação do novo Portal dos Contribuintes, interface entre o fisco e contribuinte, onde serão expostas possíveis irregularidades encontradas através de malhas fiscais, evitando autuações e possibilitando a Autorregularização; e) finalização da Central de Monitoramento; f) implementação do novo rito procedimental simplificado para concessão de Regimes Especiais por adesão; g) estudos para aperfeiçoamento do Regime Optativo de Tributação (ROT), de modo a evitar ou minimizar perdas de arrecadação; h) Início do projeto de geração automática da Guia Nacional de Informação e Apuração de Substituição Tributária (GIA-ST), a partir das informações da Escrituração Fiscal Digital (EFD).

10.2.1.2 Arrecadação e Tributação

Nas ações de assessoramento na construção da política tributária paranaense, destacaram-se:

- ▶ Prorrogação de um rol expressivo de diversos tratamentos tributários diferenciados, destacando-se a revisão da carga tributária das empresas paranaenses relacionadas às operações com vinhos, artefatos de metais sanitários, carbonatos e bicarbonatos, medidores de energia, polímeros, veículos salvados de sinistro, cadeados e fechaduras, café, implementos rodoviários, painéis (MDP e MDF), móveis e esquadrias de madeira, trigo, amido e seus derivados, filmes plásticos, misturas para bolos e produtos de panificação, óleos, margarina e outros produtos resultantes do processo de industrialização de soja, produtos resultantes da reciclagem de embalagens, peixes, preparação e fiação de fibras de algodão, artigos de vestuário, artefatos de couro e produtos têxteis, torres de transmissão de energia e estruturas para subestações e vegetais e carnes embalados a vácuo.
- ▶ Implementação do parcelamento do ICMS-ST declarado em GIA-ST, inscrito ou não em dívida ativa, cujo fato gerador tenha até o mês de abril/2021, até seis parcelas, mensais, iguais e sucessivas - Decreto n.o 7.255/2021.
- ▶ Acompanhamento e Atendimento de pedidos de reativação relativos às Leis n.o 20.418/2020 e 20.392/2020 - reabertura de parcelamentos.
- ▶ Elaboração do texto do Convênio ICMS 175/2021 (Refis), bem como elaboração da minuta do Projeto de Lei que internalizará o mencionado Convênio na legislação estadual.
- ▶ Projeto de Lei de autorregularização para os estabelecimentos varejistas do setor de medicamentos, com a utilização dos preços médios ponderados ao consumidor final (PMPF) como base de cálculo para apuração do valor apurado e devido no processo de autorregularização,

oportunizando, ainda, a possibilidade de os estabelecimentos varejistas do setor farmacêutico realizarem este pagamento de forma parcelada.

- ▶ Participação na elaboração de alterações na Lei Complementar n.º 231, de 17 de dezembro de 2020 (Lei de Qualidade e Responsabilidade Fiscal do Paraná), que dentre outras medidas autoriza a cobrança de contrapartida de benefícios fiscais à fruição de benefícios fiscais, cria o sistema estadual de acompanhamento de políticas públicas e o relatório qualitativo das despesas de governo.
- ▶ Acompanhamento de projetos, como no Sistema de Gestão Tributária (SGT), Paraná *Pay*, PROFICE, PROESPORTE e Nota Paraná.
- ▶ Elaboração e revisão da previsão das receitas tributárias conforme mudanças no cenário macroeconômico ou alterações legais, considerando-se o cenário pandêmico ocorrido no exercício, bem como apresentação de relatórios periódicos relativos ao desempenho da arrecadação tributária.
- ▶ Participação na análise do novo contrato de arrecadação junto ao Banco do Brasil, centralizador da arrecadação tributária, para o período de julho/2021 a julho/2026.
- ▶ Integração cadastral por meio da REDESIM dos cadastros da Receita Estadual e da JUCEPAR, permitindo celeridade na alteração/inscrição cadastral e legalização de empresas.
- ▶ Implantação do PIX como meio de pagamento da GRPR.

No escopo dos mecanismos de controle de arrecadação:

- ▶ Ações para credenciamento da Caixa Econômica Federal e recolhimento de tributos estaduais junto à SEFA.
- ▶ Tratativas para o Novo Sistema de Arrecadação e Distribuição de Recursos Implantada; adequação ao Sistema de Conta Corrente e cálculos de ICMS às alterações resultantes do Decreto n.º 7254/2021, para os períodos de 03/2021, 04/2021 e 05/2021, esse novo modelo de sistema de arrecadação está dentro do PROFISCO II e será a base da Contabilidade do Estado bem como do novo SIAFIC.
- ▶ Desenvolvimento de mecanismos de segurança no novo *layout* da Guia de Pagamentos, como a data de validade da receita, que conta com a validação do agente arrecadador no momento do pagamento pelo contribuinte.
- ▶ No âmbito da gestão normativa, realização de estudos para aquisição de plataforma estruturada para a automatização de processos de publicação de normas, que também permita a disponibilidade de acesso em ambiente *web*.
- ▶ Implantação da 2ª instância do Projeto Processo Administrativo Fiscal Eletrônico (e-PAF).

Nas melhorias nos processos e procedimentos envolvendo o IPVA e o ITCMD, após a criação do Grupo de Especialistas IPVA e Grupo de Avaliadores de ITCMD, destacaram-se:

- ▶ Projeto de modernização da avaliação de bens imóveis para fins de incidência do ITCMD, a partir da contratação de serviços técnicos especializados para elaboração de estudo para o

desenvolvimento e aplicação de metodologia para a estimação de valores de referência de imóveis urbanos nos 399 municípios do Estado do Paraná, no exercício de 2021, que servirão de referência ao contribuinte no momento de preenchimento da Declaração do ITCMD.

- ▶ Desenvolvimento do Projeto para Pagamento de IPVA por Cartão de Crédito.
- ▶ Estudos para alteração da Lei Estadual n.o 14.260/2003, especialmente no tocante a estabelecimento de critérios mais robustos para concessão de isenções de IPVA para pessoas com deficiência.
- ▶ Reuniões com o DETRAN/PR para alinhamentos relativos a um Convênio que será firmado entre Detran a SEFA, para que o Departamento Médico daquele órgão faça a avaliação dos aspirantes a benefícios tributários que dependam de laudos médicos, inclusive quando não condutores.
- ▶ Ultimação do serviço (*webservice*) que foi desenvolvido entre a Receita Estadual e o Tribunal de Justiça do Paraná para recepção de informações a respeito do lançamento do ITCMD nos processos judiciais que correm nas varas de família e sucessões, nos termos do art. 659, §2º do CPC 2015. Esse serviço tornará desnecessária a comunicação da Justiça via ofício, o que contribuirá para diminuir a burocracia relacionada à intimação da Fazenda Pública para lançamento do ITCMD.
- ▶ No cenário de dívida ativa foi iniciado o projeto de implementação do novo Sistema de Gestão da Dívida Ativa; foram iniciadas as definições acerca da anotação de garantias nas dívidas ativas, com vistas a possibilitar a divulgação dos devedores em portal da internet, para atendimento ao art. 10 da Lei Complementar 231/2020; e realizadas auditorias em inscrições em dívida ativa de IPVA.

10.2.1.3 Cobrança

- ▶ Acompanhamento do Projeto Prisma e encaminhamento de relatórios mensais às Regionais com os resultados, bem como ajustes sistema, divulgação, levantamento de débitos elegíveis para encaminhamento para realização de cobrança pelas Regionais.
- ▶ Levantamento dos dados e criação da metodologia para a classificação de dívida ativa e contribuintes, em conjunto com o Setor de Cobrança; desenvolvimento de painel com informações fiscais para acompanhamento de empresas que usufruem de programas de incentivo.
- ▶ Gerenciamento do Projeto de combate aos contribuintes devedores contumazes - estão sendo monitoradas 141 empresas que foram notificadas para regularização ou encontram-se enquadradas no Regime Especial de Controle, de Fiscalização e de Pagamento que obriga estas empresas a recolher o ICMS antecipadamente, por ocasião da ocorrência do fato gerador, em que pese a existência de algumas liminares que afastam tal obrigação.
- ▶ Envio do SMS a contribuintes proprietários, compradores ou arrendatários (pessoas físicas) com o IPVA/2021 pendente. Tal ação tem por objetivo reduzir a inadimplência do IPVA do exercício.
- ▶ Inscrição em lote, de dívidas ativas oriundas de Declarações de ITCMD de fatos geradores ocorridos a partir da vigência da Lei n.o 18.573/2015.

- ▶ Inscrição em dívida ativa de débito de Declaração Eletrônica de Substituição Tributária, Antecipação e Diferencial de Alíquota (DESTDA), exercícios 2016 e 2017 (1º semestre); processo que se encontrava suspenso por demandas judiciais.

10.2.1.4 Tecnologia e Inteligência Fiscal

- ▶ Alavancagem da capacidade analítica do auditor fiscal (Iniciativa 02.01 PE SEFA), por meio de programas de treinamentos e mentoria; ampliação da disponibilização de dados internos e externos (Iniciativa 02.02 PE SEFA), seja na base de dados analítica *Data Warehouse* ou na camada de acesso *Business Intelligence*, para visualização e análise de dados; garantia da sustentação e modernização do *analytics, hardware, softwares* e serviços (Iniciativa 02.03 PE SEFA).
- ▶ Implementação da ciência de dados para melhorar a eficiência dos processos (Iniciativa 02.04 PE SEFA).
- ▶ Aprimoramento na governança dos dados analíticos (Iniciativa 02.05 PE SEFA).
- ▶ Implementação de piloto para sorteio auditável de trabalhos de fiscalização.

10.2.1.5 Relacionamento com o Contribuinte

- ▶ Tratativas sobre novo *chatbot* (assistente de conversação virtual) a ser implementado pelo setor de SAC e sobre desenvolvimento de aplicativo para a Receita Estadual.
- ▶ Implementação do Fale Conosco, ferramenta de atendimento ao cidadão por e-mail, com prazo de atendimento pelo SAC em até 24h, em dias úteis. Em determinados caso, a solicitação é encaminhada a um auditor com prazo de resposta em 48h, em dias úteis.
- ▶ Atualização e manutenção das Perguntas Mais Frequentes na página da SEFA.
- ▶ Gestão do serviço do *Call Center* - acompanhamento e cobrança dos níveis de serviço.
- ▶ Orientação às Regionais em relação ao atendimento presencial, bem como acompanhamento dos serviços mais demandados com o propósito de identificar oportunidades de melhoria (adequação dos meios *online* para tornar desnecessário o comparecimento à agência).

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

11 SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA (SESP)

À Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP), Órgão auxiliar do Governador, nos termos do artigo 25, da Lei n.º 19.848, de 03 de maio de 2019, compete: a promoção das medidas necessárias à realização da manutenção e preservação da ordem e da segurança pública; a apuração e repressão dos crimes, em especial, os praticados contra a pessoa, o patrimônio e a administração pública; a realização de perícias; a custódia de presos; a defesa das garantias individuais pessoais e da propriedade pública e particular, mediante a atuação de suas instituições policiais subordinadas, articuladas com o Governo Federal e demais Estados da federação; a realização e fomento de campanhas educacionais e de orientação à comunidade; as atividades de prevenção, combate a incêndio, busca, salvamento, resgate e socorros de urgências; a internalização da filosofia do respeito e do bem servir ao público, como setor responsável pela prestação de serviços em nível de indivíduo e de comunidade; a coordenação da aplicação da legislação de trânsito, exercendo o seu controle e fiscalização nos centros urbanos e nas rodovias estaduais; a adoção da filosofia do policiamento comunitário, focado à resolução de conflitos; e a coordenação da produção de conhecimento sobre a atividade de segurança pública no âmbito estadual.

11.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

11.1.1 Gestão Penitenciária

Ao Departamento Penitenciário compete: a) a administração do Sistema Penitenciário, através do apoio e orientação técnica e normativa às suas unidades componentes; b) a direção, coordenação, supervisão e o controle da atuação dos estabelecimentos penais e das demais unidades integrantes do Sistema Penitenciário; c) a adoção das medidas que visem o aperfeiçoamento do pessoal do Sistema Penitenciário, bem como a promoção da educação formal e profissionalizante dos presos; d) o cumprimento das disposições constantes da Lei de Execução Penal; e e) o relacionamento interinstitucional de interesse do Sistema Penitenciário, com vistas ao aprimoramento das ações na área penitenciária.

- ▶ Em um projeto piloto de Educação à Distância, estão sendo realizados testes na Casa de Custódia de Curitiba no sentido de ofertar aulas, cursos profissionalizantes, assistência religiosa, entre outras possíveis ações, com a utilização da estrutura do Tele Centro existente na unidade. Dessa forma será possível que os apenados recebam as instruções por televisão dentro do próprio cubículo.
- ▶ Atendendo uma demanda do Judiciário, foi apresentado ao Ministério da Justiça o projeto de Módulos de Atendimento Virtual, que servirá para implementar salas de atendimento virtual com

isolamento acústico, *notebook* e *webcam* em locais antes desprovidos dessa estrutura. Com essa medida serão reduzidos os gastos e perigos com escoltas dos presos, possibilitando uma ampliação da oferta de visitas virtuais, de parlatórios e de teleaudiências nas unidades penais.

- ▶ Ações em conjunto com a Secretaria da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF) no Projeto Paraná Cidadão. O Depen participa disponibilizando CPFs para a população.
- ▶ Participação na disponibilização de novas identidades funcionais aos agentes penitenciários, em conjunto com o Instituto de Identificação.
- ▶ Integração entre o Depen e o TJPR para orientação de dados jurídicos.
- ▶ As Unidades antes geridas pela Polícia Civil e que agora fazem parte da administração do DEPEN têm passado por constantes melhorias com a realização de reformas e reparos nas instalações.
- ▶ Obras concluídas: a) reforma da Cadeia Pública de Curitiba - 11º Distrito, com área de 957,87m², valor R\$ 899,8 mil; b) reparos na Cadeia Pública de Santo Antônio da Platina, com área de 696,03m², valor R\$ 229,0; c) ampliação da Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu, com área de 3.254,76m², valor R\$ 11,6 milhões; d) reparos na Casa de Custódia de São José dos Pinhais, com área de 5.341,84m², valor R\$ 1,0 milhão; e) reparos na Casa de Custódia de Piraquara, com área de 7.118,96m², valor R\$ 475,6 mil; f) reparos na Penitenciária Estadual de Piraquara - Unidade de Segurança, com área de 21.130,00m², valor R\$ 364,0 mil; g) reparos na Penitenciária Estadual de Piraquara I, com área de 12.800,00m², valor R\$ 869,4 mil; h) reparos na Penitenciária Estadual de Piraquara II, com área de 9.970,00m², valor R\$ 404,8 mil; i) reparos na Penitenciária Estadual de Ponta Grossa, com área de 8.086,00m², valor R\$ 383,6 mil.
- ▶ Obras contratadas: a) construção da Cadeia Pública de Arapongas, com área de 1.464,82m², valor R\$ 7,3 milhões; b) reparos na Cadeia Pública de Engenheiro Beltrão, com área de 500,00m², valor R\$ 233,5 mil; c) reparos na Cadeia Pública de Goioerê, com área de 1.000,00m², valor R\$ 127,6 mil; reparos na Cadeia Pública de Ivaiporã, com área de 208,80m², valor R\$ 334,7 mil; d) reparos na Cadeia Pública de Cornélio Procopio, com área de 1.106,84m², valor R\$ 181,2 mil.
- ▶ Obras em andamento: a) ampliação da Penitenciária Estadual de Piraquara II, em Piraquara, com área de 3.154,00m², valor R\$ 12,2 milhões – 83,0% executada; b) construção da Cadeia Pública de Londrina, com área de 6.469,00m², valor R\$ 18,1 milhões – 96,0% executada; c) construção da Cadeia Pública de Guaíra, com área de 6.567,00m², valor R\$ 17,7 milhões – 90,0% executada; d) construção da Cadeia Pública de Foz do Iguaçu, com área de 6.452,00m², valor R\$ 18,9 milhões – 88,0% executada; e) construção da Cadeia Pública de Ponta Grossa, com área de 6.832,00m², valor R\$ 20,9 milhões – 75,0% - executada; f) ampliação da Penitenciária Industrial de Cascavel, com área de 2.539,00m², valor R\$ 5,8 milhões – 11,0% executada; g) construção da Cadeia Pública de Piraquara (CPJA), com área de 3.676,00m², valor R\$ 9,8 milhões – 16,0% executada.
- ▶ Licitações de obras: a) reforma elétrica nas instalações da Penitenciária Feminina do Paraná, em Piraquara, R\$ 269,0 mil - processo licitatório em homologação.

11.1.2 Polícia Civil (PCPR)

Principais realizações da Polícia Civil do Estado do Paraná, no ano em que se comemorou 168 anos de história, visando a prevenção e a repressão criminal, bem como o planejamento e execução de atividades no âmbito de suas competências administrativas e de polícia judiciária:

- ▶ Retirada de presos das Delegacias de Polícia - transferência da gestão plena de 10 carceragens (em delegacias) para o Departamento Penitenciário (Depen). Com isso, a PCPR deixou de custodiar 857 presos, liberando 122 policiais civis a exercer suas atribuições em Ribeirão do Pinhal, Ibiporã, Cambé, Mandaguari, Guaratuba, Jandaia do Sul, Francisco Beltrão, Astorga, Iporã e Campo Mourão. Transferência de quatro carceragens (em delegacias) para o Depen. Os 202 presos condenados que estavam nas unidades das cidades de Ubitatã, Matelândia, São Miguel do Iguazu e Santa Helena foram transferidos para o Complexo Penitenciário de Foz do Iguazu. Retirados 9.339 detentos das delegacias da Polícia Civil, desde o início de 2019, passando para a gestão plena do Departamento Penitenciário; e d) resolução de demanda histórica com a transferência de gestão de todos os presos ao Depen.
- ▶ Início às ações do Plano de Atuação Sistemática e Integrada (PASI), cujo objetivo é contribuir para redução de homicídios e outros crimes relacionados com o tráfico de drogas. Foram realizadas 41 operações com a prisão de 30 pessoas, em decorrência de cumprimentos de mandados e flagrantes, que tem como objetivo ações integradas contra homicídios no Estado do Paraná. Essa atuação possui participação integrada da Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), Divisão Estadual de Narcóticos (Denarc), Grupamento de Operações Aéreas (GOA), Centro de Operações Policiais Especiais (Cope), Tático Integrado de Grupos de Repressão Especial (Tigre), Divisão Policial do Interior (DPI) e Divisão Policial da Capital (DPCAP).
- ▶ Realização da Operação Hórus, parte do Programa Nacional de Segurança nas Fronteiras e Divisas (VIGIA), um dos projetos estratégicos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, com a participação de equipes da Polícia Civil do Paraná, Polícia Militar do Paraná, Polícia Federal, Receita Federal, Força Nacional, Exército Brasileiro, Agência Nacional de Inteligência e Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
- ▶ Operações policiais realizadas, entre as quais: Operação Verão Consciente, Operação Luz Oculta, Operação *Commodum*; Operação *Spectro*; Operação Sem Fronteira; Operação Aracne; Operação Força-Tarefa; Operação Retomada; Operação Grande Família; Operação Tentáculos; Operação *Prision Office*; Operação Anjo da Guarda; Operação *Vetus*; operações de repressão qualificada; operação contra suspeitos de falsificação de carteiras de identidade para pessoas estrangeiras; operação de conscientização aos motoristas sobre os perigos de beber e dirigir; operação com a Controladoria Geral da União para cumprimento de mandados de prisão de pessoas que receberam auxílio emergencial e são procurados pela justiça, sendo que ao menos 100 pessoas foram presas

- ▶ Implantação formal do Sistema de Controle de Alimentação de Preso (SISCAP), desenvolvido pelo Departamento da Polícia Civil, junto com o tutorial de acesso para os policiais.
- ▶ Realização do Projeto Cidadania Integrada, em conjunto com o Tribunal de Justiça e a Polícia Militar, que prevê a aproximação dos poderes públicos com a população, por meio de apoio móvel.
- ▶ Visita das polícias da Espanha e do Paraguai, com o objetivo de troca de informações sobre os trabalhos das polícias envolvendo combate à corrupção e investigações de alta complexidade.
- ▶ Foram promovidas ações de redução de mortes no trânsito entre a Polícia Civil do Paraná e de São Paulo.
- ▶ Recursos Humanos: a) posse de 22 novos escrivães de polícia, remanescentes do concurso de 2018; b) autorizadas as promoções e progressões a 1.546 policiais civis para o ano de 2021; c) formação de 186 novos policiais, designados para as delegacias do Paraná, sendo 176 escrivães, 09 investigadores e 01 delegado; o curso de formação se trata de uma pós-graduação em Ciências Criminais de Polícia Judiciária, contando com 900 horas/aula, entre teóricas e práticas; e d) realização de concurso e início da seleção de 400 novos policiais.
- ▶ Ampliada a faixa etária para a solicitação de 2ª Via Fácil, para atualização da fotografia de crianças a partir de 10 anos de idade, pela internet.
- ▶ Implantado e lançado novo sistema *online* que acelera identificação por impressões digitais - SESP Coletas, desenvolvido em conjunto com a Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR), que permite a automação e descentralização das pesquisas papiloscópica.
- ▶ Emitidas 49.512 Carteiras de Identidade de forma remota - segunda via fácil, no primeiro quadrimestre de 2021. Este número equivale a 46,9% do total de emissões realizadas pelo IIPR.
- ▶ Concluída a identificação de 99,0% das coletas realizadas em cadáveres, entre maio de 2020 e abril de 2021, no IML de Curitiba.
- ▶ Treinamento do Instituto de Identificação pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para uso do sistema automatizado de identificação biométrica que será realizado por meio da troca de dados e de acesso a plataformas entre os órgãos. A ação integra o acordo de cooperação técnica entre PCPR e TSE.
- ▶ Foi reaberto o agendamento *online* para a confecção de Registro Geral (RG) em 22 postos do Estado do Paraná. E ainda, foi realizada a adoção de pagamento do RG por QR Code.
- ▶ Treinamentos realizados: a) simulador de tiros móveis, no Quartel do Comando-Geral, para 130 policiais militares; b) nivelamento aerotático para 25 policiais civis, pelo Grupamento de Operações Aéreas da PCPR; c) participação em curso para operadores aerotáticos, módulo sobre resgate aéreo e utilização do *Night Sun*, em Chapecó - Santa Catarina; d) curso de Atendimento Pré-Hospitalar de Combate para 25 policiais civis, em Curitiba, ministrado pela PCPR; e) retomada de cursos de atualização de técnicas policiais operacionais; f) curso de Técnicas Policiais Operacionais, em Maringá, ministrado pela PCPR; g) curso de Atendimento Pré-Hospitalar de Combate, no Norte e Nordeste do

País, ministrado pela PCPR; e h) cursos para uso de fuzil aos agentes de segurança, promovidos pela PCPR.

- ▶ Obras concluídas: a) construção - da Delegacia Cidadã Padrão II, em Almirante Tamandaré, com área de 1.290,35m², valor de R\$ 4,7 milhões; b) reforma da Escola Superior da Polícia Civil, em Curitiba, com área de 1.000,00m², valor R\$ 251,4 mil; c) reparos na Delegacia de Cidade Gaúcha, com área de 400,00m², valor R\$ 227,9 mil.
- ▶ Obras contratadas: a) construção - da Delegacia Cidadã Padrão III, em Cascavel, com área de 1.791,00m², valor R\$ 7,3 milhões; b) reparos - na fachada da Corregedoria-Geral do Departamento da Polícia Civil, em Curitiba, R\$ 239,0 mil; no Instituto de Identificação de Jacarezinho, com área de 91,00m², R\$ 19,9 mil; na sede do NUCRIA, em Ponta Grossa, com área de 281,00m², R\$ 48,0 mil.
- ▶ Obras em andamento: encontram-se em construção a Delegacia Cidadã Padrão II - DHPP, em Curitiba, com área de 1.290,35m², R\$ 4,6 milhões – 48,0% executada; a Delegacia Cidadã Padrão II, em Colombo, com área de 1.290,35m², R\$ 3,7 milhões – 79,0% de execução; a Delegacia Cidadã Padrão III, em São José dos Pinhais, com área de 1.791,00m², R\$ 6,7 milhões – 63,0% de execução; a Delegacia Cidadã Padrão II, em Araucária, com área de 1.290,35m², R\$ 5,7 milhões – 30,0% de execução.
- ▶ Licitações de obras: a) construção - da Delegacia Cidadã Padrão II, em Guaíra, com área de 1.362,69m², R\$ 6,3 milhões - processo licitatório em análise na Paraná Edificações; da Delegacia Cidadã Padrão III, em Londrina, com área de 1.791,23m², R\$ 8,9 milhões - processo licitatório homologado - tramitando assinatura de contrato e da ordem de serviço; da Delegacia Cidadã Padrão III, em Maringá, com área de 1.791,23m², custo máximo de R\$ 7,8 milhões - minuta do edital de licitação em análise na Paraná Edificações; da Delegacia Cidadã Padrão II, em Francisco Beltrão, com área de 1.362,69m², custo máximo de R\$ 6,8 milhões - abertura da sessão de recebimento das propostas em 12 de novembro; de muros e instalação de grades na Delegacia Cidadã de Matinhos, R\$ 220,0 mil - processo licitatório homologado - para assinatura de contrato e ordem de serviço; b) reparos - na Central de Flagrantes do Departamento da Polícia Civil, em Curitiba, com área de 1.631,44m², custo máximo de R\$ 202,3 mil - minuta do edital em análise na Paraná Edificações; na cobertura da edificação do 9º Distrito Policial, em Curitiba, custo máximo de R\$ 95,7 mil, Pregão eletrônico - disputa em 25 de novembro; no pátio regional de veículos apreendidos de Medianeira, com área de 1.244,00m², custo máximo de R\$ 213,2 mil - Pregão eletrônico - disputa dia 23 de novembro; e na cobertura da edificação do NUCRIA, em Curitiba, R\$ 59,9 mil - processo licitatório homologado - para assinatura de contrato e da ordem de serviço.

11.1.3 Polícia Militar e Corpo de Bombeiros

A Polícia Militar do Paraná e o Corpo de Bombeiros do Paraná, no cumprimento de suas missões institucionais, realizaram as seguintes atividades:

- ▶ Operação Verão - realizada entre 17 de dezembro de 2020 a 01 de março de 2021, contou com o emprego de Militares Estaduais, que atuaram tanto na Costa Leste (litoral do Estado), como na Costa Oeste e Noroeste, de forma a reforçar as ações preventivas e repressivas voltadas à Segurança Pública da população local e flutuante.
- ▶ Operações em conjunto com a Ação Integrada de Fiscalização Urbana (AIFU) foram incrementadas, em locais que apresentavam denúncias de descumprimento das medidas sanitárias vigentes, para a contenção da COVID-19.
- ▶ Criação de mecanismos para o efetivo controle do emprego dos Militares Estaduais em Atividade Extrajornada Voluntária (DEAEV).
- ▶ Realização de Cursos de Formação e Especialização na Corporação, bem como Nivelamentos e Capacitações de Militares Estaduais.
- ▶ Apoio ao Governo Federal/Ministério da Justiça, com o emprego de Militares Estaduais na Operação Hórus, que se desenvolve na região fronteira, intensificando o policiamento nas divisas e fronteiras.
- ▶ Incremento da Patrulha Rural em vários municípios para a aumentar a segurança na área rural.
- ▶ Aquisição e implantação da Unidade de Resposta Automática (URA) para filtrar e qualificar as chamadas de emergência, estabelecendo prioridades no atendimento de ocorrências de fatos de caráter urgente.
- ▶ Início da centralização do atendimento 190, tendo concluído o desvio das chamadas de emergência de 105 município do Estado do Paraná
- ▶ Articulação e atendimento do botão do pânico para mulheres que possuem medidas protetivas, em parceria com o Poder Judiciário do Estado do Paraná.
- ▶ Foram firmados novos convênios, renovando parcerias existentes há vários anos, com o Instituto Água e Terra (IAT), para continuidade da cooperação e integração do Batalhão de Polícia Ambiental - Força Verde (BPamb-FV) e o IAT nas ações de fiscalização ambiental no Estado, e com a Itaipu Binacional, para suporte e intensificação das ações de policiamento ambiental na região do Lago da Itaipu e municípios adjacentes.
- ▶ Operação Mata Atlântica em Pé V - maior operação desenvolvida anualmente pelo Batalhão de Polícia Ambiental - Força Verde (BPamb-FV), conjunta com MP, IAT, IBAMA e Polícia Científica. Foram fiscalizadas 88 áreas desmatadas ilegalmente, somando 1.081 hectares em 40 municípios, distribuídos em todas as regiões do estado, gerando R\$ 9,1 milhões em multas aplicadas.
- ▶ Parceria entre o Batalhão de Polícia de Fronteira (BPFron) e a Embaixada Norte Americana, que culminou na doação à PMPR de cerca de seis toneladas de materiais e equipamentos, dentre os quais, óculos de visão noturna, placas de proteção balística, *kits* de primeiros socorros, protetores auriculares, importantes para a melhoria na atuação policial, principalmente no que se refere a segurança pessoal dos policiais e à qualidade do serviço prestado à comunidade.

- ▶ Finalização das tratativas atinentes à execução do projeto de construção da base BPFron, no valor de R\$ 32,0 milhões, em Marechal Cândido Rondon, com início previsto para 2021.
- ▶ Celebração de convênio com a Itaipu Binacional no valor de R\$ 2,5 milhões, sendo que R\$ 1,5 milhão será utilizado na manutenção de viaturas do BPFron e R\$ 1,0 milhão para aquisição de embarcações empregadas no policiamento aquático.
- ▶ Celebração e manutenção junto ao Governo Federal do Programa Nacional de Segurança nas Fronteiras e Divisas (VIGIA) através da Operação Horus/VIGIA. Através deste convênio, o BPFron adquiriu viaturas, sistema de rádio digital troncalizado e kits APH.
- ▶ Convênio celebrado junto a Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SE-NAD), para a aquisição de 21 viaturas plotadas e preparadas para o policiamento ostensivo de fronteira, no valor de R\$ 1,6 milhão.
- ▶ Renovação do convênio com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo (SEDEST), com a locação de uma aeronave de asas rotativas modelo Bell 206 B3 (Jet Ranger III), para apoio às ações de fiscalização ambiental no Estado do Paraná. Aquisição de uma unidade de Abastecimento Móvel Tanque Reboque Rodoviário (TRR) e, em processo licitatório, aquisição de Equipamento de Proteção Individual - trinta macacões antichamas, uma aeronave remotamente pilotada marca DJI, modelo Matrice 300 RTK para emprego no serviço policial.
- ▶ Realização, através do BPMOA, de 378 resgates e remoções aeromédicas, totalizando 402 vítimas atendidas prestando suporte aéreo com aeronaves em 372 missões policiais, 240 missões em apoio ao Corpo de Bombeiros e 98 missões em apoio no transporte de vacinas contra a COVID-19.
- ▶ Ampliação da infraestrutura de radiocomunicação digital visando a abrangência entre as regiões do Estado do Paraná para otimização do atendimento de emergência ao cidadão.
- ▶ Operacionalização de leilões de viaturas policiais militares para substituição da frota antiga, cujos recursos arrecadados são revertidos em investimentos (materiais permanentes) destinados às Unidades Operacionais e órgãos da atividade-meio da Corporação.
- ▶ Em atenção ao ordenamento jurídico, visando atender as normas de aplicação de instrumentos de menor potencial ofensivo (IMPO) a PMPR gerenciou e recebeu espargidores com agentes químicos e capacitou os operadores policiais militares para o uso progressivo da força em consonância com as doutrinas de direitos humanos.
- ▶ Projeto de adaptação de carreta semirreboque para a implantação de ações de saúde preventiva itinerante nas unidades policiais militares do interior do Estado, desprovidas de atendimento de saúde preventiva.
- ▶ Desenvolvimento de ações voltadas à Valorização da Militar Estadual Feminina, com o intuito de corroborar no Combate ao Assédio Sexual e Moral no âmbito da PMPR.
- ▶ Desenvolvimento de ações do Programa de Atenção Psicossocial a Policiais e Bombeiros Militares Envolvidos em Ocorrências de Alto Risco (PROAAR), com o intuito de proporcionar tratamento

médico, psicológico e social para aqueles que já sofreram algum impacto resultante da ocorrência de alto risco.

- ▶ Ações voltadas ao Programa de Prevenção ao Suicídio e Valorização da Vida, proporcionando uma abordagem em níveis diferentes, sendo possível uma maior definição das ações, que se subdividem em prevenções a ideação suicida, a elaboração de planos suicidas e intervenções a crise suicida de policiais e bombeiros militares (ativos e veteranos), bem como dos seus dependentes.
- ▶ Está em andamento o certame do Curso de Formação de Praças (CFP), para inclusão dos 2.400 novos Soldados da Polícia Militar do Paraná e do Corpo de Bombeiros do Paraná.
- ▶ Autorização para ingresso de 70 novos Alunos Oficiais para 2022, recompletando os claros nos cargos de Oficiais Subalternos da PMPR, conforme Decreto n.o 8651, de 3 de setembro de 2021.
- ▶ Publicação da Lei Estadual n.o 8241, de 5 de agosto de 2021, que cria o Batalhão de Polícia de Choque encarregado pelas ações de Polícia de Choque e Patrulhamento Ostensivo de Natureza Especial.
- ▶ Celebração do Convênio n.o 05/2021, entre Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, com a interveniência da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística e a SESP, com a interveniência da Polícia Militar do Estado do Paraná, por intermédio do BPRv.
- ▶ Renovação da frota própria da Polícia Militar no território paranaense através da aquisição de 389 viaturas, no valor total de R\$ 69,1 milhões; ampliação da frota de viaturas através da locação de 375 veículos com contratos vigentes até 2022 e 2023, com investimento previsto na ordem de R\$ 21,9 milhões; aquisição de 202 motocicletas 850cc com investimento na ordem de R\$ 15,1 milhões e de 267 capacetes para motociclistas policiais com investimento na ordem de R\$ 330,1 mil.
- ▶ Aquisição de armamento de porte, no montante de 15.750 pistolas calibre 9x19 mm, com investimento na ordem de R\$ 36,9 milhões.
- ▶ Produção ininterrupta de conteúdo audiovisual, inserido nas mídias sociais oficiais da PMPR, divulgando massivamente as atividades específicas de cada segmento da Corporação, com o objetivo de promover maior interação com a comunidade, com destaque ao *Facebook*, *Instagram* e *YouTube*, valorizando o militar estadual e elevando o trabalho da Instituição em prol da segurança pública, em benefício do cidadão paranaense.
- ▶ Promoção do Ciclo de Palestras, apresentando o trabalho desenvolvido pelo Programa PRUMOS (Programa de Saúde Mental aos Profissionais da Segurança Pública do Estado do Paraná), tendo como público-alvo os militares estaduais das Seções de Pessoal de suas unidades (P/1 e B/1), para atuarem como multiplicadores.
- ▶ Foram finalizados alguns convênios federais que possuíam prazo de encerramento em dezembro com o objetivo de: a) modernização da Polícia Militar e da Polícia Civil por meio da aquisição de 24 viaturas operacionais semiblindadas, no valor de R\$ 5,1 milhões; b) aquisição de equipamentos de informática para a Polícia Militar e Corpo de Bombeiros em Curitiba, no valor de R\$ 53,9 mil.

- ▶ Encontram-se em processo de execução convênios federais com o objetivo de: a) implementação de Sistema de Radiocomunicação Digital na Região de Fronteira do Estado - Enafron, no valor de R\$ 16,6 milhões com recursos do Programa Federal para a Região de Fronteira; b) aquisição de 32 pistolas 9mm para o 17º BPM, no valor de R\$ 97,1 mil; c) modernização da Polícia Militar do Paraná através da aquisição de viaturas operacionais para o 1º BPM (uma Viatura Sedan), no valor de R\$ 121,9 mil; d) modernização da Polícia Militar do Paraná através da aquisição de viaturas operacionais para o 2º BPM e Regimento de Polícia Montada (oito Viaturas Sedan), no valor de R\$ 906,7 mil; e) fortalecimento e modernização da estrutura de videomonitoramento através da implementação e aplicação do sistema de integração de monitoramento por câmeras de segurança - Projeto Olho Vivo, no valor de R\$ 43,3 milhões; f) fortalecimento da Polícia Militar, por meio da aquisição de sistema de evidência e operações táticas (61 *bodycam*), no valor de R\$ 3,2 milhões, com recursos do Programa Em Frente Brasil I; g) modernização da infraestrutura da Polícia Militar do Estado do Paraná por meio da aquisição de material de informática, viaturas operacionais, material bélico, mobiliário, equipamentos e utensílios para refeitório, no valor de R\$ 2,1 milhões; h) fortalecimento das ações de repressão e combate ao tráfico de drogas e crimes conexos desenvolvidas pelo Batalhão de Polícia de Fronteira do Paraná, através do reaparelhamento logístico, com ênfase na aquisição de viaturas para desencadeamento de operações terrestres nos 139 municípios de atuação dessa Unidade Especializada de Fronteira (20 Viaturas S10), no valor de R\$ 3,9 milhões, com recursos do FUNAD; i) modernização da Polícia Militar e da Polícia Civil do Estado do Paraná por meio da aquisição de Viaturas (duas rodas - motocicletas), Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e rádios transceptores portáteis (154 *kits* ROCAM), no valor de R\$ 13,5 milhões; j) modernização do 17º Batalhão de Polícia Militar no município de São José dos Pinhais/PR por meio da aquisição de equipamentos de radiocomunicação (Sistema de Radiocomunicação - rádios e torres), no valor de R\$ 3,3 milhões com recursos do Programa Em Frente Brasil II; e k) apoio à segurança e garantia do sigilo na distribuição e aplicação dos instrumentos de avaliação do INEP no ENEM (ENEM, ENEM PPL e ENEM Pré-Teste) durante o triênio 2020/2022 (espargidores e armas de incapacitação neuromuscular), no valor de R\$ 1,6 milhão, com recursos do INEP.
- ▶ O convênio relativo ao Projeto Olho Vivo está em processo de abertura de licitação e o relativo ao ENAFRON, em processo de entrega.
- ▶ Desenvolvimento e implementação do novo *software* de integração da rede de rádio digital do ENAFRON - Projeto Harpia, em parceria com o Exército Brasileiro, atingindo os municípios da faixa de fronteira e compartilhando a infraestrutura de torres e sistema rádio com as forças de segurança pública atuantes na região (PMPR, PRF, EB, PF, RFB).
- ▶ Foram apresentadas propostas para fontes de recursos que se encontram em análise para sua efetivação em convênio: a) ampliação da capacidade aérea da Polícia Militar do Estado do Paraná

(PMPR), por meio do Batalhão de Polícia Militar de Operações Aéreas (BPMOA), com meios para atuação na fiscalização ambiental e no combate ao incêndio florestal (01 aeronave de asas rotativas), no valor de R\$ 29,4 milhões com recursos do Fundo de Direitos Difusos; b) modernização da infraestrutura da Polícia Militar do Estado do Paraná, por meio da aquisição de material bélico, veículo operacional, motocicletas operacionais com Equipamento de Proteção Individual (EPI), estrutura de repetição para radiocomunicação, Aeronave Remotamente Pilotada (RPA) e sistema de climatização, no valor de R\$ 1,9 milhão; c) modernização da Polícia Militar e a Polícia Civil do Estado do Paraná por meio da aquisição de viaturas operacionais e material bélico, no valor de R\$ 9,1 milhões; d) modernização da infraestrutura da Polícia Militar, por meio da aquisição de material bélico, de dispositivos elétricos incapacitantes, escudos balísticos, equipamento de informática, sistema de climatização e mobiliário, no valor de R\$ 735,7 mil; e) gestão de uso dos recursos do Convênio n.o 23/2018- DETRAN, R\$ 5,4 milhões e Convênio n.o 017/2018 - FUNRESTRAN R\$ 46,0 milhões.

- ▶ Cursos de Formação em andamento: a) Curso de Formação de Oficiais 1º ano para 98 alunos PM e 25 alunos BM; b) Curso de Formação de Oficiais 3º ano para 35 alunos PM; c) Curso de Formação de Praças para 16 alunos PM.
- ▶ Cursos de Especialização em andamento: a) Curso de Polícia Judiciária Militar - CPJM Categoria Oficiais para 52 alunos PM; b) Curso de Polícia Judiciária Militar - CPJM Categoria Praças para 56 alunos PM; c) Cursos de Inteligência - Categoria Oficiais para 37 alunos PM; e d) II Curso de ROCAM - Categoria Oficiais e Praças para 34 alunos PM.
- ▶ Cursos encerrados no exercício: a) Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - CAO para 60 alunos PM; b) Curso de Formação de Oficiais - CFO para 29 alunos PM e 15 alunos BM; c) Curso de Formação de Oficiais - CFO 2º ano para 35 alunos PM; d) Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos - CAS para 108 alunos PM; d) Curso de Sargentos para 198 alunos PM; e) Curso de Técnica de Ensino - Categoria Oficiais para 48 alunos PM; f) Curso de Técnica de Ensino - Categoria Praças para 57 alunos PM; g) Curso de Policiamento Comunitário - Categoria Oficiais para 59 alunos PM; e h) Curso de Policiamento Comunitário - Categoria Oficiais para 57 alunos PM.
- ▶ Operacionalização do projeto Descomplica Bombeiro, que inclui projetos para o cumprimento da Lei 19.449/2018 com maior eficácia e celeridade.
- ▶ Aprimoramento da estrutura administrativa e operacional dos programas pela execução de seis projetos estratégicos: a) desenvolvimento do sistema PREVFOGO - em substituição ao atual, de modo a atender às alterações das normas de prevenção e combate a incêndios e a desastres ao longo do tempo; b) atualização normativa de procedimentos administrativos do Corpo de Bombeiros; c) análise digital *BIM* - que visa à modernização da análise de projetos técnicos de prevenção a incêndios e a desastres, tornando-a completamente digital; d) desenvolvimento e implantação do novo sistema de atendimento e despacho - *Computer-Aided Dispatch (CAD)*, que

resultará em menor tempo-resposta para a chegada do socorro até a ocorrência; e) concluído o mapeamento da atual situação do atendimento telefônico de emergência e do despacho de viaturas nas unidades de todo o estado; e f) projeto COBOM regional - visa dimensionar os equipamentos e alterações normativas necessários para colocar em prática a intenção de formar um Centro de Operações Bombeiros Militares por região.

- ▶ Obras concluídas a) Destacamento da Polícia Militar de Entre Rios - Guarapuava com área de 101,93m², valor R\$ 438,5 mil; b) sede do 21º Batalhão de Polícia Militar em Francisco Beltrão, com área de 1.385,33m², valor R\$ 2,7 milhões; c) sede do Corpo de Bombeiros de Jaguariaíva, com área de 426,85m², valor R\$ 1,2 milhão; d) reforma da sede do Corpo de Bombeiros de Apucarana, com área de 570,00m², valor R\$ 770,4 mil.
- ▶ Obras contratadas: a) reforma - na sede do 8º Batalhão de Polícia Militar em Paranaíba, com área de 344,31m², valor R\$ 111,7 mil; b) reparos - na cobertura do Bloco Administrativo da APMG, São José dos Pinhais, com área de 830,00m², valor R\$ 146,7 mil; nas instalações do Quartel do Comando-Geral da PMPR, Curitiba, com área de 800,00m², valor R\$ 185,4 mil; na edificação do Pelotão de Choque do 14º Batalhão de Polícia Militar, em Foz do Iguaçu, com área de 468,00m², valor R\$ 380,9 mil; instalações do Quartel do Comando do Corpo de Bombeiros, em Curitiba, com área de 241,49m², valor R\$ 39,2 mil; c) pintura - das instalações do Quartel do Comando-Geral da PMPR, em Curitiba, com área de 10.000,00m², valor R\$ 515,0 mil; d) construção - da Sede do Corpo de Bombeiros de Colombo, com área de 1.532,94m², valor R\$ 5,6 milhões (a iniciar)
- ▶ Obras em andamento: a) reforma e ampliação - do 9º Batalhão de Polícia Militar, em Paranaguá, com área de 2.599,91m², valor R\$ 4,6 milhões – 67,0% executada; b) construção - da Escola de Bombeiros em São José dos Pinhais, com área de 6.693,09m², valor R\$ 19,1 milhões – 87,0% executada; da sede do 9º Grupamento de Bombeiros em Foz do Iguaçu, com área de 5.849,51m², valor R\$ 19,9 milhões – 15,0% executada; da sede do Corpo de Bombeiros de Ivaiporã, com área de 2.051,00m², valor R\$ 7,2 milhões – 96,0% executada;
- ▶ Licitações de Obras: a) construção - da sede do Batalhão de Polícia de Fronteira - BPFron, em Marechal Cândido Rondon, com área de 6.940,49m², valor R\$ 32,5 milhões (licitação homologada em processo de assinatura de contrato); da Sede do 5º Comando Regional de Polícia Militar, em Cascavel, com área estimada de 1.800m² (minuta do edital em análise); da Sede do Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária - BPEC, em Curitiba, com área estimada de 4.287m² (minuta do edital em análise); da sede do Batalhão de Operações Especiais - BOPE, em São José dos Pinhais, com área estimada de 4.800m² (finalizando elementos técnicos para instrução); b) reforma - do Bloco II da Academia Policial Militar do Guatupê, em São José dos Pinhais, com área de 4.186,88m², valor R\$ 4,1 milhões (propostas em análise); c) reforma e ampliação - da sede do 13º Batalhão de Polícia Militar, em Curitiba, com área estimada de 4.104,41m² (minuta do edital em análise).

11.1.4 Polícia Científica

A Polícia Científica do Estado do Paraná é o Órgão público incumbido das perícias de criminalística e médico-legais, indispensáveis para elucidação de crimes quando houver vestígios, conforme estabelecido pelo Código de Processo Penal. Sua atividade é realizada por meio da Ciência Forense.

Composta pelo Instituto de Criminalística (IC) e pelo Instituto Médico Legal (IML), a Polícia Científica do Estado do Paraná (PCP/PR) é subordinada à SESP, em decorrência da Emenda Constitucional Estadual n.o 10/2001.

São 17 unidades da Polícia Científica no interior do Estado do Paraná, chefiadas por Peritos Oficiais possibilitando a integração entre os institutos componentes do Órgão: Instituto de Criminalística, Instituto Médico Legal e Gerência de Laboratórios Forenses.

A seguir estão destacadas as principais ações que geraram impacto, em 2021:

- ▶ Contratação de 42 novos servidores, sendo: 14 Peritos Oficiais Médicos, cinco Agentes Auxiliares de Perícia, dois Peritos Toxicologistas e 21 Peritos Criminais para composição do Quadro Próprio de Peritos Oficiais, distribuídos nas Unidades da Polícia Científica do Paraná. Ainda, no campo dos recursos humanos, houve a contratação de 100 militares estaduais da reserva remunerada, por meio do programa CMEIV, para atendimento pleno das unidades da Polícia Científica.
- ▶ Em 2021, foi celebrado um acordo de cooperação que resultou na inauguração do Laboratório Multiusuário de Patologia na Sede da Polícia Científica Tarumã. O laboratório conta com equipamentos de ponta e garante integração e intercâmbio institucional entre a Polícia Científica e o Hospital do Trabalhador, além de otimizar o uso de recursos humanos e materiais entre os órgãos. Essa solução propiciou o aumento na produtividade dos exames periciais de patologia, de maneira econômica, racionalizando os recursos do Estado.
- ▶ Criação do laboratório de metrologia em parceria com o Governo Federal. O laboratório recebeu por meio de convênio federal investimentos e será responsável pela realização de pesquisas e desenvolvimentos de novas metodologias de análise forense.
- ▶ Instalação de um cromatógrafo gasoso com detector por ionização de Chama - CG-FID e dois cromatógrafos líquidos com detector de arranjo de diodos HPLC-DAD.
- ▶ Aquisição de equipamento indexador e microcomparador balístico, investimento de aproximadamente R\$ 5,0 milhões. Estas aquisições permitirão integração da Polícia Científica ao Banco Nacional de Perfis Balísticos.
- ▶ Aquisição de sete maletas com equipamento completo para atendimento de local de crime.
- ▶ Aquisição de 216 novos computadores, sendo destes 90 computadores de alto desempenho, e renovação de licença do *software Celebrite Premium*. Essas máquinas e soluções *software* ampliaram a capacidade de processamento de dados da Seção de computação forense. Deste modo a Polícia Científica pode contribuir com maior celeridade nas investigações de crimes cibernéticos, como armazenamento e compartilhamento de pornografia infantil.

- ▶ Recebimento de sete veículos novos, adaptados ao serviço operacional da Polícia Científica, garantindo o pleno atendimento dos locais de crime no Estado.
- ▶ Realização da triagem e consulta médica com desdobramento de mais de 845 exames para detecção do Coronavírus em servidores da SESP.
- ▶ Realização de 77.962 exames periciais, resultado da análise de armas de fogo, munições, *smartphones*, discos rígidos, mídias ópticas, e *notebooks*, somados às análises de materiais biológicos e químicos e outros materiais apreendidos e cenas de crimes periciadas.
- ▶ Coleta de material biológico de aproximadamente 2.500 criminosos condenados para alimentação do Banco Nacional de Perfis Genéticos.
- ▶ Aquisição de equipamentos de proteção individual (coletes balísticos) de modo a garantir a preservação da segurança dos servidores da Polícia Científica.
- ▶ Integração de setores administrativos da instituição à SESP garantindo a comunicação aproximada e eficiência nos processos.
- ▶ Obras concluídas: a) reforma - do Instituto de Criminalística de Ponta Grossa, com área de 1.557,04m², valor R\$ 427,0 mil; b) reparos no Instituto de Criminalística de Curitiba, com área de 423,22m², valor R\$ 83,3 mil.
- ▶ Obras contratadas: reparos no IML de Apucarana, R\$ 148,5 mil; e no IML e Instituto de Criminalística de Umuarama, com área de 666,00m², valor R\$ 364,0 mil.
- ▶ Licitações de obras: reparos na sede da Polícia Científica de Ponta Grossa, com área de 510,08m², custo máximo de R\$ 119,3 mil - Concorrência n.o 104/2021-GMS - abertura dia 02/12/2021.

11.1.5 Fortalecimento dos Conselhos Comunitários de Segurança

Os CONSEGs são colegiados comunitários deliberativos e consultivos, com o objetivo principal de mobilizar e organizar as comunidades para autoproteção e interagir de forma estritamente técnica e privilegiada com os órgãos de segurança pública.

No intuito de ampliar a participação nas discussões e soluções em torno da segurança, e de dar maior transparência às demandas apresentadas, foram promovidas atividades individuais e em parceria com outras instituições na orientação, assessoramento e treinamento dos seus membros, com a realização e divulgação das seguintes ações:

- ▶ Por Uma Questão de Segurança Pública - palestra com o objetivo de transmitir informações e compartilhar experiências de interesse coletivo, com participação de profissionais de outros estados abordando os temas: a) respeito ao sossego - direito do vizinho; b) suicídio: vencendo esse tabu; c) violência contra a mulher - esse problema também é nosso; d) incidente crítico nas escolas - resgatando o caso de Suzano; e) escola, polícia e família - as ações do PROERD no Paraná; f) como prevenir acidentes domésticos; g) trocando experiências com CONSEGs do Paraná; e h) participação social na gestão pública.

- ▶ Análise situacional de bairros de Curitiba, apoiando as ações da Academia Policial Militar do Guatupê e servindo de interlocução entre a Escola de Formação de Oficiais e os Presidentes dos CONSEGs de Curitiba, a fim de envolver as comunidades no desenvolvimento de trabalho acadêmico junto à disciplina de Prática de Polícia Comunitária.
- ▶ No período de pandemia, as ações sociais dos CONSEGs foram incentivadas e apoiadas com a divulgação do movimento voluntário voltado ao auxílio das comunidades e do efetivo policial nas diversas regiões do estado.
- ▶ De Olho na Segurança, com a realização de campanhas de prevenção a delitos e acidentes, bem como com o fomento de temas atuais e de interesse coletivo com as temáticas: a) fraudes no meio físico; b) combate à dengue; c) segurança residencial; d) sarampo: sintomas e prevenção; e) Coronavírus; f) SOS Acre - Está sobrando solidariedade no seu guarda-roupa?; g) pichação: arte ou vandalismo?; h) Junho Paraná Sem Drogas; i) vizinhança solidária; j) Aquece Paraná; k) como prevenir acidentes de trânsito; l) água: economizar para não faltar; m) trânsito: perceba o risco e proteja a vida; e n) novembro azul.
- ▶ Divulgação social dos índices de criminalidade, em conjunto com o CAPE, através de videoconferência, com a presença do Secretário da Segurança Pública e de membros dos CONSEGs de todo o estado, com a apresentação da primeira versão da Ferramenta *Business Intelligence* (BI), criada para atender o cidadão, com estatísticas criminais abertas a toda população paranaense.
- ▶ Participação em eventos com a comunidade paranaense e de outros Estados, com destaque para: a) palestra aos cadetes do 3º ano do Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares da PMPR; b) videoconferência, na Associação Comercial do Paraná, com a alta cúpula da Polícia Militar e todos os CONSEGs do estado; c) palestra em evento virtual realizado pela Federação Estadual dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública do Espírito Santo; e d) palestra ao Corpo Discente de Oficiais e Praças do Curso de Especialização em Policiamento Comunitário.
- ▶ O estado de calamidade pública decorrente da pandemia permitiu inovar no atendimento à comunidade, oportunizando a realização de dezenas de reuniões noturnas, na modalidade remota, com os CONSEGs e membros natos do estado, que necessitaram de assessoramento técnico e/ou discussão de pautas de interesse coletivo.

11.1.6 Centro Integrado de Denúncias 181

Diante do crescente aumento no quantitativo dos registros de informações anônimas, a expectativa é de que o Disque-Denúncia ultrapasse em 2021 o recorde precedente atingido em 2020 da ordem de 50,7 mil denúncias. Os recordes citados têm espelhado aumento significativo no número de ligações e denúncias recebidas devido à credibilidade e confiança que os cidadãos paranaenses depositam no trabalho prestado.

O aumento no quantitativo de denúncias repercutiu positivamente no número de prisões e apreensões de ilícitos pelos órgãos da segurança pública, tendo como porta de entrada as informações

anônimas originárias do 181. De janeiro a outubro foram presas 5.153 pessoas com base nas notícias apócrifas recepcionadas pelo Disque-Denúncia. No mesmo período, as forças policiais lograram êxito em retirar de circulação 1,6 toneladas de maconha, 12.259 unidades de ecstasy, 18 quilos de cocaína, 6 quilos de crack, 538 unidades de LSD, 120 pés de maconha e 305 armas de fogo e munições.

Destaca-se a importância do Disque-Denúncia como instrumento destinado a dar voz aos cidadãos, permitindo que as forças de segurança e demais órgãos de fiscalização do Estado possam atuar de maneira preventiva e repressiva contra diversos delitos, resultando na prisão de criminosos e apreensões de entorpecentes, armas de fogo e produtos de origem criminosa.

A campanha gráfica Segurança, Você Faz Parte foi idealizada para demonstrar que a participação popular é capaz de propiciar relevantes resultados para a segurança pública. A peça principal produzida é a cartilha que divulga o histórico do Disque-Denúncia 181 e o processo de atendimento e distribuição das informações anônimas, via sistema, aos órgãos de segurança. Além disso, foi produzido, um cartaz que valoriza o *slogan* da campanha, além de apresentar as logomarcas das instituições subordinadas à Secretaria de Segurança Pública, que poderá ser afixado nas unidades militares, delegacias, escolas e locais públicos em geral; e foi produzida uma pasta para a comunicação institucional interna e distribuição em reuniões e eventos. Toda a produção foi custeada por Hellograf Gráfica & Editora, que demonstrou total intenção de apoio e participação nesta causa social.

11.1.7 Centro Integrado de Comando e Controle (CICCR)

As principais atividades consistem em videomonitoramento, suporte operacional a agentes de segurança pública, participação como órgão centralizador nos grandes eventos e operações diversas e apoio técnico em Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC).

Embora as atividades do Centro sejam desempenhadas de maneira integrada, cumpre segmentar as atividades para uma melhor compreensão do funcionamento do CICCR/PR:

- ▶ Plantão INFOSEG - instituído em janeiro de 2020, é constituído por um grupo de militares estaduais plantonistas destinado a ofertar suporte a policiais e demais agentes de segurança pública empregados nas atividades operacionais, mediante consultas e pesquisas ao sistema INFOSEG, disponibilizado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). O trabalho prestado visa auxiliar os solicitantes com informações contidas na base nacional de dados, obtendo-se o histórico de indivíduos/veículos e possíveis pendências judiciais provenientes de outros estados da Federação. Foram realizados 5.918 atendimentos: a) Polícia Militar - 4.427; b) Polícia Civil - 133; c) Guarda Municipal - 911; d) Polícia Rodoviária Federal - 03; e) Polícia Federal - 05; f) Polícia Militar de outros estados - 57; g) Polícia Civil de outros estados - 01; h) Depen - 04; e i) outras instituições - 377, resultando em 387 prisões sendo a natureza motivadora: a) roubo - 08; b) furto - 07; c) tráfico - 11; d) porte/posse de arma de fogo - 05; e) receptação - 02; f) mandados de prisão - 320; e g) outros - 34. (Fonte: SIMO; PABXIP/CICCR - 2021).

- ▶ Equipe TIC CICCRR - as atividades desempenhadas ocorrem em diversas áreas, desde suporte técnico às operações rotineiras do Centro, suporte técnico ao Gabinete da SESP e ao Centro Integrado de Denúncias 181.
- ▶ Realizadas operações de segurança pública com o apoio operacional do CICCRR através da reunião de profissionais de segurança pública de órgãos federais, estaduais e municipais, a exemplo de Forças Armadas, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar, Polícia Civil e DEPEN, além de Guardas Municipais e órgãos de trânsito municipais. As operações foram de abrangência nacional e regional, destacando-se: a) Operação ENEM 2020; b) Operação Visita MJSP; c) Operação Decreto COVID; d) Operação 7 de setembro; e) Operação Fronteiras e Divisas Integradas I; e f) Operação Maria da Penha.

11.1.8 Assessoria de Conflitos da Terra

As operações policiais em apoio aos Oficiais de Justiça responsáveis pelo cumprimento dos mandados de reintegração de posse deixaram de ser requisitadas pelo Poder Judiciário tendo em vista: a) a adoção de cautelas quando da solução de conflitos que versem sobre a desocupação coletiva de imóveis urbanos e rurais durante o período da pandemia do Coronavírus; b) a suspensão por seis meses, a contar de 3 de junho, das medidas administrativas ou judiciais que resultem em despejos, desocupações, remoções forçadas ou reintegrações de posse de natureza coletiva em imóveis que sirvam de moradia ou que representem área produtiva pelo trabalho individual ou familiar de populações vulneráveis.

Em decorrência dos efeitos da pandemia, continuaram suspensas as tratativas em Brasília sobre demandas coletivas mais complexas, como por exemplo, nos casos das intervenções federais, decorrentes de ordens judiciais de reintegração de posse não cumpridas nas gestões anteriores.

Participação em 12 audiências de conciliação virtuais ocorridas nas Comarcas do Estado com vistas à: a) instruir os processos judiciais; b) auxiliar na promoção do acesso à Justiça aos ocupantes dos imóveis cuja ordem judicial esteja pendente de cumprimento; e c) evitar o desgaste do Estado decorrente de possíveis confrontos entre ocupantes dos imóveis e o efetivo policial disponibilizado.

A elaboração de cronograma mensal de operações policiais em reforço aos Oficiais de Justiça e efetivação de reintegrações de posse com desocupação voluntária dos imóveis urbanos e rurais ficou restrita aos despejos liminares ajuizados no exercício, referentes às ocupações de áreas públicas e privadas.

Deu continuidade à adoção de medidas de autocomposição e implementação de mecanismos operacionais estratégicos, em complemento às atividades promovidas pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC Fundiário/TJPR), cuja parceria entre o Poder Judiciário e Governo do Estado do Paraná, busca resolução consensual de conflitos fundiários coletivos com respaldo no Código de Processo Civil e no Plano Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH-3).

11.1.9 Cidade da Polícia

Face às necessidades de espaço para as atividades laborais da Secretaria da Segurança Pública (SESP), foi desenvolvido o conceito da Cidade da Polícia, que teve os seus projetos executivos licitados.

Os projetos arquitetônicos e complementares foram contratados através da Concorrência Pública n.o 5/2020-GMS, com valor máximo da ordem de R\$ 4,8 milhões e cuja abertura da sessão pública ocorreu no dia 28/05/2020, oportunidade em que foram apresentadas as propostas dos licitantes, tendo sido declarada vencedora do certame a empresa JPM ARQUITETURA LTDA - EPP.

Em razão da demanda judicial entre as empresas participantes do processo licitatório, a execução e continuidade aguardam decisão por parte do Poder Judiciário. A empresa apresentou proposta com valor de R\$ 4,1 milhões. O processo licitatório foi homologado em 06/07/2020 e o respectivo contrato foi assinado em 28/07/2020, com prazo de execução até 20/11/2021.

Durante a execução do Contrato n.o 1856/2020 - GMS, sobreveio decisão liminar em função de Mandado de Segurança - Autos n.o 0003461-49.2020.8.16.0004, interposto por uma das empresas participantes do processo licitatório, que determinou a suspensão da execução do contrato até o julgamento da liminar.

A SESP buscou uma solução que atendesse às necessidades imediatas para integrar as instituições de segurança pública. Em razão da disponibilidade do imóvel da Copel, na Rua Coronel Dulcídio, a SESP demonstrou interesse público, com a chancela do Governo do Estado e foi iniciado, em dezembro, o processo de mudança para a nova sede.

11.1.10 Políticas Públicas Sobre Drogas

- ▶ Realizada a quinta edição do Concurso Estadual de Produção de Material Audiovisual Sobre Drogas, que consiste na produção de vídeos pelos alunos de Ensino Médio, com o tema de prevenção às drogas, sendo que o material produzido pelo vencedor será transmitido em todas as salas de cinema do Estado do Paraná, durante o mês de junho de 2022.
- ▶ Formalizada a incorporação de nove veículos para as forças de segurança estaduais, de acordo com a Portaria n.o 01/20, elaborada pela Secretaria Nacional de Drogas/MJSP, que passaram à frota do Estado do Paraná e serão utilizados em ações voltadas ao combate do Tráfico de Drogas.
- ▶ Realização de 16 leilões de bens apreendidos relacionados aos crimes de tráfico de drogas, com valor arrecadado de aproximadamente R\$ 6,3 milhões, com outros quatro programados para 2021. Do total de recursos arrecadados nos leilões e geridos pela Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD), conforme previsto na Medida Provisória 885/19, até 40,0% retorna para o Estado do Paraná, para reaparelhamento das polícias responsáveis pela apreensão, enquanto o restante é aplicado em políticas públicas de prevenção.
- ▶ Lançamento de Palestras Virtuais de Prevenção às Drogas, em razão da pandemia, sendo realizadas 22 palestras em escolas, empresas e demais órgãos públicos e privados.

- ▶ Assinado Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério da Cidadania, visando fiscalizar comunidades terapêuticas no Estado que recebam recursos federais para o acolhimento de pessoas dependentes de álcool e outras drogas.
- ▶ Continuidade da distribuição de *folders* educativos sobre prevenção às drogas, para Conselhos Municipais de Drogas para que possam ser replicados em seus respectivos municípios.
- ▶ Organização do Junho Paraná Sem Drogas, realizado de forma digital, em razão da pandemia, com a realização de 32 *lives* no mês de junho. Em parceria com a Universidade Uninter foi desenvolvida a Semana Multidisciplinar - O consumo de Álcool, Drogas e outros comportamentos abusivos durante a pandemia. A finalização das ações ocorreu com a realização de um seminário sobre Justiça Terapêutica envolvendo Tribunal de Justiça, OAB, Ministério Público e demais entidades.
- ▶ Participação do Diretor do NEPSD na elaboração do Plano Nacional de Políticas Sobre Drogas (PLANAD), o qual se encontra aberto para consulta pública.
- ▶ Início do projeto denominado To de Boa, financiado pela Secretaria Nacional de Drogas do Ministério da Justiça e Segurança Pública, o qual está sendo coordenado pela ONG Guayi, em parceria com a SESP, e desenvolvido no bairro CIC desta Capital, com o objetivo de retirar jovens do caminho das drogas.
- ▶ Finalização do Plano Estadual de Política Sobre Drogas do Estado do Paraná, que se encontra na SESP para análise.
- ▶ Reuniões com Conselhos Municipais de Drogas, realizadas de forma virtual, visando alinhar ações e trocar experiências no intuito de fomentar ações de prevenção às drogas nos municípios do Estado do Paraná.

11.1.11 Departamento de Inteligência

O Departamento de Inteligência do Estado do Paraná (DIEP) é órgão central do Sistema Estadual de Inteligência de Segurança Pública do Estado do Paraná (SEINSP), composto dos Subsistemas de Inteligência da Polícia Civil, Polícia Militar, Departamento Penitenciário e Polícia Científica com as atribuições:

- ▶ Assessoramento ao Governador do Estado e ao Secretário de Segurança Pública no cumprimento do Decreto n.º 11.615/2018, que cria o SEINSP, com a finalidade de planejar, coordenar, executar e integrar as atividades de inteligência de segurança pública, visando subsidiar a formulação de políticas públicas nessa área, bem como, assistir na execução das ações destinadas à manutenção da ordem pública, prevenção e controle da criminalidade.
- ▶ Assessoramento ao Secretário de Segurança Pública e demais órgãos, no tocante às medidas de enfrentamento a pandemia do Coronavírus.
- ▶ Coordenação e gestão compartilhada do Centro Integrado de Inteligência de Segurança Pública - Região Sul, que congrega servidores dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, bem como servidores de órgãos federais (ABIN, PRF, DEPEN FEDERAL), tendo como missão o

assessoramento na área da segurança pública, por meio de produção de conhecimentos no plano estratégico e operacional.

- ▶ Identificação e acompanhamento das ORCRIMs com produção de conhecimentos sobre a temática, objetivando o assessoramento no campo estratégico ao tomador de decisão.
- ▶ Realização de capacitação do efetivo, aquisição de veículos e equipamentos e melhorias na estrutura física da unidade (reparos na sede do Departamento de Inteligência do Paraná - DIEP, em Curitiba, com área de 872,12m², R\$ 244,9 mil - formalizando contrato e ordem de serviço).

11.1.12 Planejamento Estratégico

- ▶ Elaboração da Política Estadual de Saúde Mental, Qualidade de Vida e do Ambiente Organizacional da Segurança Pública do Paraná, que proverá fundamento, orientação e subsídios para programas e projetos dentro do seu escopo; bem como do Projeto de Lei que determinará a avaliação periódica da saúde mental dos servidores da segurança pública do Paraná.
- ▶ Implementação do Programa Estadual de Saúde Mental dos Profissionais da Segurança Pública do Estado do Paraná (PRUMOS) que estabeleceu políticas de qualidade de vida, bem-estar, saúde, desenvolvimento pessoal, exercício da cidadania e valorização desses profissionais.
- ▶ Implantação de 40 locais de atendimento em Saúde Mental, sendo quatro Centros de Atenção Psicossocial (Curitiba, Londrina, Maringá e Cascavel) e as Seções de Atendimento Psicossocial aos servidores da Segurança Pública do Estado do Paraná; bem como contratação de 85 profissionais por meio de processo seletivo simplificado para atendimento em saúde mental aos profissionais da segurança pública.
- ▶ Planejamento e execução dos recursos oriundos do FUNSUSP na área de Valorização Profissional.
- ▶ Elaboração de Projeto para financiamento pelo BNDES, na área da segurança pública, visando aprimorar os indicadores por meio da melhoria da gestão e da inovação tecnológica.
- ▶ Elaboração do Plano Estadual de Segurança Pública, com vistas a estabelecer as ações, metas e indicadores para a segurança pública no Paraná num horizonte de 15 anos.
- ▶ Elaboração da Política Estadual de Segurança Pública e Defesa Social baseada na Política Nacional de Segurança Pública.
- ▶ Parceria com a Fundação Araucária para criação do Novo Arranjo de Pesquisa (NAP) da Segurança Pública.
- ▶ Realização do planejamento e execução dos recursos oriundos do Fundo Nacional de Segurança Pública no eixo de enfrentamento à criminalidade violenta.
- ▶ Realização de estudos referente à transferência das escoltas prisionais ao Departamento Penitenciário do Estado do Paraná.

11.1.13 Centro de Análise, Planejamento e Estatística (CAPE)

- ▶ Gestão técnica dos Termos de Cooperação com 28 municípios do Estado do Paraná, a fim de aumentar a integração das informações do Estado e municípios em relação aos dados de segurança pública, trazendo também a integração de câmeras de leitura de placas e câmeras de vídeo monitoramento para utilização das Polícias.
- ▶ Gestão dos Termos de Cooperação firmados com a Receita Federal, Polícia Rodoviária Federal, Febraban, Estado do Mato Grosso do Sul, Sistema Brasil Mais entre outros que permitiram ao Estado do Paraná o compartilhamento de dados de extrema relevância para a segurança pública e para os órgãos de inteligência do Estado.
- ▶ Melhoria da transparência dos dados estatísticos criminais da Secretaria por meio de uma ferramenta mais interativa para acesso e divulgação das informações de criminalidade no Estado, disponíveis por meio do acesso a página de *internet*.
- ▶ Melhoria na avaliação da qualidade de informação sobre os dados estatísticos de Segurança Pública, na avaliação do Fórum de Segurança Pública, subindo 15 posições, permanecendo em 6º Lugar no Ranking de Competitividade dos Estados no quesito qualidade da informação, seguindo os requisitos de avaliação internacional do Protocolo de Bogotá.
- ▶ Desenvolvimento de Curso na Página de Ensino à Distância da CAPE para policiais civis e militares estaduais no Estado do Paraná, com cursos específicos para o uso de ferramentas de *Business Intelligence* (BI) e sistema de informações geográficas (GEO).
- ▶ Incremento no período de execução de instrução de nivelamento para o uso de ferramentas 1 de análise criminal para a Polícia Militar e para a Polícia Civil.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

12 SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE (SEED)

A Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (SEED) tem o papel de administrar a política educacional do Estado e, a partir de 2019, tornou-se também responsável pelas políticas e diretrizes do Estado para o esporte, lazer e qualidade de vida.

Com aproximadamente 80 mil servidores e 13 mil funcionários terceirizados, atende diariamente mais de um milhão de estudantes em 2.117 escolas estaduais, nos 399 municípios. Além disso, o Sistema Estadual de Ensino do Paraná conta com 5.221 escolas municipais e 2.127 escolas privadas, das quais 400 são instituições parceiras que ofertam a educação especial.

À SEED também estão vinculadas duas autarquias, o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional (FUNDEPAR) e a Paraná Esporte, a Superintendência Geral do Esporte (SGE), 32 Núcleos Regionais da Educação e do Esporte (NREs) e um órgão de regime especial, o Colégio Estadual do Paraná (CEP).

O FUNDEPAR assegura adequada infraestrutura escolar aos estabelecimentos da rede estadual, atuando nas áreas de alimentação escolar, transporte escolar, disponibilização de mobiliários e utensílios, repasse de recursos financeiros descentralizados às escolas, construção, ampliação e reparos dos prédios escolares.

A Paraná Esporte realiza a implementação de ações de desenvolvimento, incentivo, fomento e inovação do esporte, nas perspectivas de formação, excelência esportiva e estímulo à prática continuada do esporte por toda a vida, sensibilizando as pessoas sobre a importância da prática do esporte, assegurando oportunidades e condições de acesso.

Frente aos desafios diagnosticados, a SEED delineou o seu Mapa Estratégico com foco em três principais eixos: Melhoria da Aprendizagem - atingindo alta qualidade no processo de ensino e aprendizagem e proporcionando ao estudante o desempenho da sua trajetória escolar com excelência; Eficiência na Gestão - de modo a consolidar a gestão escolar eficiente, acompanhando os gestores escolares e mantendo-os em constante formação; e Inovação Pedagógica - por meio da implementação de tecnologias educacionais inovadoras, preparando estudantes e professores para a educação do século XXI; a partir dos quais traçou objetivos estratégicos e desenhou políticas que norteiam o trabalho de toda a rede estadual para a gestão 2019-2022, sendo os principais: a) nivelar a qualidade da educação básica paranaense; b) ofertar a melhor educação do País; c) tornar a escola mais atrativa, inclusiva e com altas expectativas; d) ter o primeiro IDEB do Brasil em 2021; e) preparar os estudantes para as profissões do futuro; f) atingir alta qualidade de aprendizagem; g) consolidar a gestão escolar eficiente; e h) implementar tecnologias educacionais inovadoras.

12.1 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)

O IDEB é um indicador que reúne os dois principais fatores para que a educação seja considerada de qualidade: a aprovação escolar e o desempenho dos estudantes no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

Em 2019, um dos desafios identificados foi a busca pela melhoria do desempenho da rede estadual do Paraná no IDEB, que nas últimas edições havia sofrido declínio em relação a outros estados, ocupando a 7ª posição em 2017, tanto no Ensino Fundamental - Anos Finais quanto no Ensino Médio.

Em 2020, o Paraná foi destaque nacional no IDEB, passando para a 3ª posição nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Os resultados oficiais divulgados pelo INEP, referentes a 2019, mostram o Paraná com o melhor avanço do País nas três etapas avaliadas. De 2017 para 2019, o avanço do Paraná nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental foi de 6,3 para 6,8, saltando para o 1º lugar em 2019; de 4,6 para 5,1 nos Anos Finais do Ensino Fundamental, apresentando o maior avanço nacional nessa etapa e atingindo a projeção estabelecida; e de 3,7 para 4,4 no Ensino Médio, também maior avanço nacional.

Esses resultados são fruto do trabalho realizado por toda a rede, desde a elaboração de novos programas e projetos até a aplicação dos mesmos pelos profissionais envolvidos, além do comprometimento dos estudantes em seu aprendizado.

12.2 MELHORIA DA APRENDIZAGEM

- ▶ Grupo de Estudos Formadores em Ação - lançado em 2020, é uma formação *online* que tem como essência a formação de professor para professor. Cada professor formador orienta um grupo de 12 a 20 professores cursistas da mesma área de ensino, o que promove maior troca de saberes. Em 2021, a oferta passou a abranger todos os componentes curriculares e pedagógicos. Com 1.280 professores formadores credenciados, foram atendidos cerca de 20,6 mil professores cursistas da rede estadual. Já o Pedagogo Formador envolve 95 pedagogos formadores que atendem 2.897 pedagogos cursistas.
- ▶ Sistema de Avaliação da Educação do Paraná (SAEP) - compreende o conjunto da Prova Paraná Mais (uma avaliação de desempenho anual); Prova Paraná (três avaliações diagnósticas anuais); e a Avaliação de Fluência (oralidade). As avaliações foram retomadas em setembro de 2021, com ampliação dos componentes curriculares para 1.046.263 estudantes, sendo 910.191 da rede estadual e 136.072 das redes municipais. Outra novidade foi a aplicação da Atividade Paraná SAEB, avaliação voltada aos estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental e 3ª e 4ª séries do Ensino Médio, como preparação, em forma de simulado, para o processo avaliativo do SAEB 2021.

- ▶ Presente na Escola - programa de monitoramento da frequência escolar que permite identificar escolas e estudantes com índices elevados de faltas (pontos de atenção), bem como identificar as escolas com altos índices de frequência escolar (boas práticas). Para aquelas que são pontos de atenção, os técnicos realizam junto aos gestores um trabalho focado no combate à infrequência, que consiste na disseminação de boas práticas que podem ser replicadas e na realização de ações em parceria com outros órgãos da Rede de Proteção. Dentre as ações realizadas, destacam-se as realizadas entre 20 e 30 de junho, Dia D Combate ao Abandono Escolar, quando mais de 5 mil estudantes em processo de abandono retornaram à escola.
- ▶ Tutoria Pedagógica - metodologia de formação continuada voltada ao desenvolvimento dos profissionais que estão à frente da gestão escolar (diretor e pedagogo), tem foco na organização das ações pedagógicas para melhoria da aprendizagem, redução do abandono e da reprovação. Acontece em todas as escolas da rede, por meio de acompanhamentos pedagógicos presenciais e semanais. São cerca de 145 mil atendimentos e mais de 170 mil horas de formação. O trabalho teve continuidade durante a pandemia, por meio de apoio às equipes gestoras nas ações de implementação das aulas não presenciais, interações *online*, *webconferências* e *webinars*, com o objetivo de acompanhar e instigar o acesso dos estudantes e professores às diferentes plataformas. No final de 2021 a tutoria desenvolveu intenso apoio no processo de retomada às aulas presenciais.
- ▶ Reforço Escolar - com o objetivo de atender estudantes com necessidades de reforço em conteúdos relacionados à leitura, escrita, interpretação e resolução de problemas, para que consigam acompanhar as aulas regulares com êxito, são ofertados: a) programa Mais Aprendizagem - com professores no contraturno, foi ofertado no período de aulas remotas, por meio de exibição de aulas em canal aberto de TV, Canal do Professor, aulas síncronas, atividades no *Google Classroom* e materiais impressos (atendimento a cerca de 1.641 escolas e 20 mil estudantes); b) programa Reforço *Online* - para estudantes do Ensino Médio, dispõe de uma plataforma de conteúdos com videoaulas, atividades e textos complementares (cerca de 90 mil estudantes contemplados e capacitação para 6,5 mil professores); e c) programa Se Liga! É tempo de aprender mais - com o objetivo de desenvolver ações pedagógicas propositivas, pontuais e diversificadas, com foco em propiciar aos estudantes o desenvolvimento das aprendizagens essenciais. Os professores têm à sua disposição sequências didáticas com aulas que abordam os conteúdos considerados essenciais para que os estudantes consigam acompanhar a série/ano em que estão matriculados.
- ▶ Educa Juntos - instituído para fortalecer o regime de colaboração entre Estado e municípios, o programa tem como eixos estruturantes a oferta de formação continuada de professores e gestores municipais, a produção de material de apoio didático e disponibilização de avaliações externas que beneficiam milhares de estudantes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e da

Educação Infantil. Em 2021, houve aplicação da Prova Paraná para estudantes do 5º ano de 384 municípios; oferta de formação continuada sobre alfabetização na perspectiva do letramento aos coordenadores pedagógicos das secretarias municipais de educação, professores e equipe pedagógica das escolas, totalizando 15.756 participantes; disponibilização do Livro Registro de Classe *Online* (LRCO) para escolas municipais; distribuição de material de apoio didático impresso de Língua Portuguesa aos estudantes e professores dos 1º e 2º anos, totalizando 393.627 livros entregues para 393 municípios.

- ▶ Educação Profissional (EP) - com foco na preparação dos estudantes para as profissões do futuro, diversas ações foram colocadas em prática: a) expansão da oferta da EP para 33 mil novas vagas, com foco nos cursos técnicos de Desenvolvimento de Sistemas, Agronegócio e Administração; b) ampliação do número de escolas com oferta da EP, possibilitando, já em 2022, a democratização do acesso à modalidade, atingindo 633 novas escolas de 255 municípios; c) reestruturação e adequação da oferta dos Cursos Integrados, quando todos os cursos ofertados na modalidade passarão a ter três anos de duração a partir de 2022, em consonância com o Ensino Médio Regular; d) material de apoio ao docente; e) capacitação docente da EP, realizada em dezembro, com formação específica aos profissionais que atuam na modalidade; f) Canal do Professor do Curso de Formação de Docentes (*Link: <https://www.youtube.com/channel/UCZOtRBvLgJT7FmyJ6eAn--Q>*).
- ▶ Educação de Jovens e Adultos (EJA) - encerrou o 1º semestre de 2021 com uma taxa de aprovação de 78,13%, um aumento de 63,35% em relação à de 2020, ano que foi implementada a nova proposta na EJA, reforçando o impacto positivo que a reorganização teve na modalidade. Para 2022, a EJA tem novos desafios, como a implementação do Novo Ensino Médio e a EJA EaD. Também está sendo reorganizada a proposta para o ensino semipresencial. No combate ao analfabetismo, está em construção projeto que atuará no letramento de Língua Portuguesa e Matemática, buscando parcerias com os municípios.
- ▶ Educação Especial (EE) - destacam-se as ações de formação aos professores. Em 2021, foram realizadas 297 reuniões *online*, com a participação de 7.534 professores que atuam nos serviços da EE, bem como diretores, tutores, pedagogos e professores dos componentes curriculares que atendem os estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, por meio do trabalho colaborativo. Também houve formações em parcerias com as Instituições de Ensino Superior, com certificação de 2.930 profissionais que atuam na rede estadual. Em parceria com professores da rede estadual e de universidades, foi realizado *webinar* que registrou 62.081 acessos de profissionais da EE. Quanto ao acesso dos estudantes cegos e de baixa visão à Prova Paraná, foram preparadas 178 provas em Braille e a prova em Libras, no Colégio Estadual Alcindo Fanaya Jr. como projeto-piloto. Apoio financeiro para 400 instituições parceiras, referente à escolarização e atendimento educacional especializado,

- para o atendimento de 41.203 estudantes, no valor de R\$ 432,3 milhões para o período de 18 meses, e tramitação dos Acordos de Cooperação, no valor anual aproximado de R\$ 270,0 milhões.
- ▶ Programa Paraná integral - apresenta rotina escolar com nove aulas diárias a todas as turmas. Há dedicação exclusiva dos profissionais, com permanência de 40h semanais na instituição. Em 2021, foram atendidos, aproximadamente, 21 mil estudantes, com oferta de três refeições diárias e 16 eventos de formação para os profissionais e estudantes, totalizando aproximadamente 5 mil vagas. Para 2022, contará com ampliação de mais 28 novas instituições, perfazendo um total de 62. Atenderá outras 106 instituições com turmas em tempo integral, com aproximadamente 40 mil estudantes de 107 municípios.
 - ▶ Educação Escolar Indígena - para a oferta das Línguas Kaingang, Guarani e Xetá, nas 21 comunidades onde não há Escolas Indígenas, foi garantida e ampliada a oferta das atividades na língua indígena. Foram abertas 27 turmas, com 516 estudantes matriculados, compreendendo as 17 comunidades que pertencem ao NRE de Toledo; duas turmas no NRE de Londrina; três turmas no NRE de Curitiba; e duas turmas no NRE de Pato Branco. Houve acompanhamento pedagógico de 39 Escolas Estaduais Indígenas, que ofertam desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, com atendimento a 5.030 estudantes indígenas por aproximadamente 2 mil professores, sendo 600 indígenas.
 - ▶ Educação do Campo - contratação de 106 profissionais da educação, visando ao atendimento educacional de 709 estudantes da Educação Infantil e Anos Iniciais das Escolas Itinerantes, localizadas em acampamentos do MST, por meio de Termo de Fomento entre a SEED e a Associação de Cooperação Agrícola e Reforma Agrária do Paraná (ACAP), no valor de R\$ 2.922.126,48. Realização de formações pedagógicas, aos profissionais que atuam nas escolas de acompanhamentos, das propostas pedagógicas e das parcerias em 31 NREs; 534 colégios/escolas; 11 escolas nas ilhas do litoral paranaense; nove escolas itinerantes localizadas em acampamentos do MST, atendidas desde a Educação Infantil; 28 colégios em assentamentos da Reforma Agrária com aproximadamente 82 mil alunos atendidos.
 - ▶ Educação das Relações Étnico-raciais e Escolar Quilombola - a formação continuada para as Equipes Multidisciplinares em 2021 está pautada na Educação das Relações Étnico-raciais, trazendo o diálogo para uma educação antirracista no ambiente escolar, contando com a participação de 18 mil cursistas (professores, funcionários, estudantes e comunidade), além da formação e homologação das Comissões Permanentes de Verificação de Pertencimento Étnico-racial nos NREs. Acompanhamento Pedagógico de duas Escolas Estaduais Quilombolas (Adrianópolis e Palmas) e de 58 escolas que recebem estudantes oriundos de comunidades tradicionais negras e de comunidades de remanescentes quilombolas.
 - ▶ Educação em Direitos Humanos - formação continuada para a prevenção às violências no ambiente escolar (*bullying* e demais formas de violências). Tramitação dos Projetos: a) Prevenção ao Uso de

Álcool, Tabaco e Outras Drogas, para profissionais da educação e estudantes (recursos do FIA/CEDCA, de R\$ 2.410.160,00); e b) Práticas Restaurativas para os profissionais da educação (FIA/CEDCA, R\$ 1.179.900,00); ambos para 2021 e 2022.

- ▶ Programa Saúde na Escola - política intersetorial que une ações da SEED e da SESA com o objetivo de contribuir para a formação integral dos estudantes, por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino, teve a adesão de 373 municípios no ciclo 2021/2022, com 3.636 escolas municipais e 1.138 escolas estaduais pactuadas, totalizando 1.005.231 estudantes, sendo 675.170 da rede municipal e 330.061 da rede estadual.
- ▶ Canal do professor - canal do *YouTube* de formação continuada de professores, criado em 2020, tem mais de 50 mil inscritos. Prioriza a participação dos profissionais que compartilham práticas exitosas do cotidiano escolar e dão ênfase à utilização de tecnologias que auxiliam na construção do conhecimento de maneira criativa, reflexiva e dinâmica, com participação ativa dos estudantes. Como ferramenta estruturada no cenário de educação remota, imposta pela pandemia, ganhou espaço e se tornou um dos principais recursos de formação, com mais de 275 mil horas de exibição e quase 2 milhões de visualizações (<https://www.youtube.com/channel/UCFPIwM0tgqzhSlm0U78AOxQ>).
- ▶ Capacitação em Artes - o Centro Estadual de Capacitação em Artes Guido Viaro oferece cursos de formação continuada aos profissionais da educação; oficinas para os estudantes, nas modalidades presencial e *online*; e cursos livres para a comunidade nas áreas de Artes Visuais, Dança, Música, Teatro, Arte Circense, Audiovisual, Cinema, Fotografia e Literatura, eventos culturais, artísticos e pedagógicos. Foram realizadas Mostras de Arte, Arte Postal e o Te Encontro no Guido, presencial e *online*. A partir de 2020, devido ao contexto pandêmico, a instituição passou a ofertar cursos *online* para estudantes do curso de Formação de Docentes, em parceria com a UNESPAR - Licenciaturas de Artes Visuais e Dança (FAP) e Artes Visuais (EMBAP). O curso Criança faz arte? Que arte faz a criança? teve a participação de 29 NREs, 80 escolas de 78 municípios, alcançando 3.037 estudantes do curso de Formação de Docentes.
- ▶ Complexo Newton Freire Maia - área estratégica para a implantação da Escola Agrícola 4.0 e da revitalização/ampliação do Parque da Ciência e Parque das Nascentes. O Centro Estadual de Educação Profissional (CEEP) Newton Freire Maia oferta cursos nas áreas de Agropecuária, Agronegócio e Energias Alternativas, atendendo estudantes provenientes dos municípios do entorno (Pinhais, Quatro Barras, Piraquara, Campina Grande do Sul e Colombo) e do Vale do Ribeira. Foi elaborada a proposta do Curso Técnico em Agronegócio integrado ao Ensino Médio, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR-PR), com foco na formação e no desenvolvimento de competências alinhadas ao uso de tecnologias inovadoras na área do agronegócio. Já o Parque da Ciência Newton Freire Maia é o centro de divulgação científica da

SEED, sendo o maior museu de ciência do Estado e um dos maiores do País, com mais de 100 mil m², sendo 15 mil m² de áreas expositivas. Desenvolve ações de divulgação e educação científica para estudantes da rede pública e comunidade em geral, atendendo cerca de 70 mil pessoas anualmente. Ao Parque da Ciência foram ampliados os recursos do Fundo Rotativo, de R\$ 72,0 mil para R\$ 100,0 mil anuais, além de cota extra de R\$ 17.500,00 do Programa Escola Bonita. A rede de *internet* foi expandida com cabeamento em fibra para todo o espaço, com um investimento de aproximadamente R\$ 100,0 mil. Foram adquiridos equipamentos para a modernização da exposição, que incluem televisores, equipamentos para laboratório, mobiliário e ferramentas, com um aporte de aproximadamente R\$ 50,0 mil. Tais recursos possibilitaram o desenvolvimento de 20 novos experimentos interativos, além da recuperação e atualização de outros 20. O montante investido no Parque é de aproximadamente R\$ 300,0 mil.

- ▶ Aula Paraná - lançado como solução de aulas não presenciais, foi desenvolvido para continuidade do calendário escolar durante a pandemia. Se constitui de cinco meios para atender estudantes e professores da rede: a) TV aberta - videoaulas preparadas e gravadas pelos professores, transmitidas em três canais abertos, digitais e gratuitos, capazes de atingir todas as regiões do Estado; b) Canal Aula Paraná - canal do *YouTube* que seguiu a grade fixa de transmissão da TV; c) *Google Classroom* - mais de 350 mil salas virtuais, sendo uma sala por turma e disciplina, oferecendo aos professores autonomia para criar atividades relacionadas à sua disciplina e usar os aplicativos disponíveis; d) Aplicativo Aula Paraná - mesma grade de transmissão da TV e do *YouTube*, os estudantes puderam acessar as salas virtuais no *Google Classroom* de forma gratuita, sem consumo de dados dos seus planos; e) Aula Paraná Ao Vivo - aulas ao vivo em que o estudante pode participar por meio do *chat* do aplicativo e pelo canal do *YouTube*. Também foram realizadas as Trilhas de Aprendizagem, para atender aos estudantes sem acesso às tecnologias digitais, trazendo os mesmos conteúdos previstos, organizados de forma dialógica e autoinstrucional, com distribuição quinzenal do material aos estudantes. A Semana do Conhecimento buscou aprimorar o Aula Paraná e incentivar a realização das atividades, estimulando os estudantes à curiosidade científica a partir da vinculação entre teoria e prática.
- ▶ Novo Ensino Médio (NEM) - ao longo de 2021 foram realizadas ações para viabilizar a implementação do NEM, que implica na reorganização da oferta curricular. O texto final do Referencial Curricular foi aprovado pelo Conselho Estadual de Educação e homologado pela Resolução SEED n.o 3.416/2021. Foi elaborado o currículo para a rede estadual, submetido a consulta pública. Realizou-se o Diagnóstico de Sistema e de Demanda, que foi anexado ao Referencial Curricular e embasa o processo de tomada de decisão para a implementação do NEM. Um dos pilares para a sua implementação é a formação dos profissionais da educação, por isso uma série de ações formativas vêm sendo realizadas, tais como formações *online* e presenciais e lançamento de cursos direcionados. Também foram realizadas outras ações para implementação

do NEM para a 1ª série em 2022, tendo em vista a ampliação da carga horária nessa etapa, que passa de 800 h/ano para 1.000 h/ano, implicando na necessidade de investimentos com recursos humanos, merenda e transporte escolar.

- ▶ Registro de Classe *Online* (RCO) - sistema que objetiva eliminar o livro físico, permitindo de forma rápida e eficiente o registro de frequência, conteúdo e avaliação, pela *internet* e em tempo real. É um suporte pedagógico que dispõe de aulas prontas para o professor, organizadas de acordo com o currículo. Em 2021, foram 2.350 aulas produzidas por trimestre; além de videoaulas, são disponibilizados *slides* com conteúdo das aulas, listas de exercícios e Plataformas Digitais Interativas. Possibilita a construção do conhecimento de maneira atrativa e significativa, com metodologias ativas. Atualmente, são mais de 6 mil Planos de Aula integrados. A adesão foi amplamente oportunizada a todas as instituições de ensino das redes municipal e particular, sendo utilizado por mais de 2,1 mil escolas estaduais e 1,7 mil escolas municipais.

12.3 EFICIÊNCIA NA GESTÃO

- ▶ Escola Segura - parceria com o Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária, visa adotar medidas preventivas de segurança em escolas dos municípios de Foz do Iguaçu, Londrina e Região Metropolitana de Curitiba. Ocorre em 105 instituições de ensino com aproximadamente 100 mil estudantes atendidos por um contingente de 146 policiais.
- ▶ Escolas Cívico-Militares (Modelo Federal) - o Paraná aderiu em 2020 ao Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, que conta com nove Escolas Cívico-Militares no modelo federal, em Cascavel (02), Curitiba (02), Colombo (01), Londrina (01), Rolândia (01) e Foz do Iguaçu (01). Dessas nove, quatro do Oeste paranaense são do modelo de pactuação auto fomentada, em que a SEED celebrou convênio com a Itaipu Binacional, no valor de R\$ 11,6 milhões, para reforma e aquisição de materiais didáticos, componentes de informática, equipamentos de laboratório, mobiliário, atendendo cerca de 3 mil estudantes.
- ▶ Programa Colégios Cívico-Militares no Estado do Paraná - instituído pela Lei n.o 20.338/2020, em 2021 foram implantados 197 colégios em regime de cooperação entre SEED e SESP. Houve entrega de uniformes a aproximadamente 115 mil estudantes, no valor de R\$ 39,8 milhões, e abertura de novo processo seletivo para complementação do quadro de militares, por meio do Edital n.o 001/2021 - SESP-SEED.
- ▶ Gestão dos NREs - com o objetivo de manter vínculo direto entre a SEED e as escolas estaduais, por meio do acompanhamento junto aos chefes dos NREs, a Pasta atua na adoção de medidas e providências adequadas para a solução de problemas das instituições de ensino, visando primordialmente a melhoria das ações pedagógicas e atividades administrativas com a implementação das políticas públicas emanadas pela SEED. Em 2021, foram disseminados *folders* com *QR Code*, nas escolas, NREs e SEED, para contato direto dos usuários com os fiscais dos

contratos de terceirização, com vistas à sua melhor gestão dos 13 mil funcionários terceirizados, e realizados encontros com as equipes regionais de recursos humanos, para aperfeiçoamento e alinhamento dos fluxos de processos da área.

- ▶ Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) - aquisição de equipamentos de proteção para retorno às aulas presenciais, no valor aproximado de R\$ 141,8 milhões, para atender profissionais e estudantes de toda a rede estadual de educação, proporcionando estrutura mais adequada e segura, conforme disposto pelos protocolos de biossegurança.
- ▶ Protocolos de Biossegurança - foram criadas as Comissões de Biossegurança para realização de orientações, acompanhamento e monitoramento nas instituições de ensino, cujos processos locais foram analisados quanto à coerência com a legislação vigente, com vistas ao retorno seguro dos estudantes e servidores às aulas presenciais.
- ▶ Eleição de Diretores Escolares - a consulta à comunidade escolar para escolha de diretores e diretores auxiliares ocorreu nas 2.117 instituições de ensino. Processo com princípio democrático, tem a participação de todos os segmentos da escola que escolheram a nova direção para uma gestão de quatro anos. Tendo em vista o contexto pandêmico e a necessidade de atendimento aos protocolos de biossegurança, a SEED organizou duas opções de voto, *online* ou impresso. O aplicativo desenvolvido permitiu que estudantes maiores de 16 anos, pais ou responsáveis votassem remotamente.
- ▶ Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) - recursos repassados pelo Governo Federal, presta assistência financeira às escolas, contribuindo para a manutenção e melhoria da infraestrutura física e pedagógica, para conseqüente elevação do desempenho escolar. Em 2021, foram repassados aproximadamente R\$ 45 milhões às escolas estaduais do Paraná.
- ▶ Matrículas *Online* - iniciativa que visa a realização das matrículas 100% *online* para 2022, trouxe em 2021 maior agilidade aos pais e responsáveis dos 1 milhão de estudantes da Rede Estadual. O aplicativo possibilita a intenção de vaga, a efetivação de matrículas e a inserção dos documentos obrigatórios de forma *online*, com assinatura eletrônica, gerando facilidade e praticidade, o que dispensa grande parte dos serviços presenciais.
- ▶ Auditoria Permanente *in loco* - com objetivo de verificar o atendimento às legislações dos registros escolares, abrangeu todas as modalidades de ensino em 2021, sendo realizada em 136.133 matrículas com inconsistências de registros, em 60 municípios, 183 escolas da rede estadual, sendo analisadas cerca de 6 mil matrículas e documentações escolares.
- ▶ Nova Plataforma SERE - visando a melhoria no Sistema de Registro Escolar (SERE) e adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), no 2º semestre de 2021 foi demarcada o início de uma estruturação na Plataforma SERE, com modernização dos *layouts*, maior segurança na alimentação das informações e no armazenamento dos dados, novo servidor, linguagem java,

alterações internas de sistema mais compatíveis com outros programas e sistemas, maior precisão de estabilidade e ampliação dos campos de preenchimento de dados.

12.4 INOVAÇÃO PEDAGÓGICA

- ▶ Redação Paraná - plataforma de produção textual pela qual os estudantes podem aprimorar suas habilidades de escrita e argumentação. A inteligência artificial corrige a estrutura da língua e gramática para que, posteriormente, o professor analise a estrutura do texto, sua coerência e coesão. Aos estudantes da rede estadual foram propostas 185 mil produções.
- ▶ Plataforma de Matemática - foi firmada parceria com a Matific, premiada plataforma gamificada de matemática que alia diversão, desafios e aprendizado. Na plataforma, há mais de 2 mil jogos alinhados com a BNCC. Para os professores, a Matific conta com mais de 600 planos de aula que podem ser usados para enriquecer a prática docente. Atualmente, são 150 mil licenças para todos os estudantes do 6º ano e se trabalha para ampliar o acesso para os estudantes do Ensino Fundamental - Anos Finais. Para que todos os professores e estudantes utilizem a plataforma, a SEED realiza periodicamente formações com os professores e produz vídeos tutoriais aos estudantes. O estudante acessa a Matific usando o seu *login@escola.pr.gov.br* e possui isenção de dados.
- ▶ Aplicativo corrige (Prova Paraná) - desenvolvido visando a correção automatizada dos gabaritos das provas aplicadas, bem como a consolidação dos resultados em uma ferramenta de análise de dados BI. O professor utiliza sua câmera de celular para capturar a imagem do gabarito e o aplicativo faz a correção automaticamente, enviando o resultado ao banco de dados centralizado da SEED.
- ▶ BI Escola Total - a ferramenta disponibilizada à rede estadual consiste em um conjunto de *dashboards*, em *Power BI*, que apresenta indicadores relacionados à frequência e desempenho dos estudantes, resultados da Prova Paraná e Atividade Paraná e uso das plataformas de Inglês, Matemática, Redação e *Edutech*, entre outros. Estes indicadores auxiliam a gestão escolar nas decisões pedagógicas referentes ao processo de ensino e aprendizagem, bem como no monitoramento e avaliação das ações, programas e projetos desenvolvidos pela rede.
- ▶ Infraestrutura Tecnológica - foram realizados investimentos para a ampliação da rede lógica das escolas públicas estaduais do Paraná, que permitiram acesso à *internet* cabeada para todas as salas de aula e transmissão de aulas, quando instituído o ensino híbrido. Também foram adquiridos 7.938 *desktops* para distribuição em 399 escolas da rede. Estão programadas novas aquisições para 2022 para atendimento das demais escolas, renovando assim todo o parque tecnológico da rede estadual.
- ▶ Novo Aplicativo Escola Paraná - ferramenta que apresenta a vida escolar dos estudantes para acompanhamento pelos pais ou responsáveis, permitindo acesso ao calendário escolar, grade

horária, frequência e rendimento, inclusive com as notas parciais de cada trimestre. Assim, as famílias podem participar de forma efetiva do desenvolvimento escolar de seus filhos e os estudantes têm informações sobre sua evolução.

12.5 INFRAESTRUTURA ESCOLAR

- ▶ Alimentação Escolar - adquiridos cerca de 9 milhões de kg de alimentos não perecíveis, congelados e ovos, com investimento de R\$ 57,0 milhões. Para a agricultura familiar outros R\$ 75,0 milhões foram destinados para a aquisição de 12 milhões de kg de produtos de associações e cooperativas de pequenos agricultores. Destes valores, R\$ 53,0 milhões destinados à distribuição de *kits* da merenda durante a pandemia para as famílias cadastradas em programas sociais, compostos por gêneros não perecíveis e perecíveis da agricultura familiar. Manteve-se o projeto-piloto do Programa Mais Merenda, com a oferta de um lanche na entrada de cada turno, além da refeição no intervalo das aulas. Houve ainda a liberação de cota especial de R\$ 14,0 milhões para complementação da alimentação escolar.
- ▶ Obras - em 2021, foram concluídas 116 obras escolares, com investimento de quase R\$ 23,0 milhões. Outras 108 intervenções foram iniciadas, sendo R\$ 52,5 milhões para reformas, ampliações e construção de três novas unidades (Colorado, Mandirituba e Ortigueira). Das 14 obras envolvidas na Operação Quadro Negro, retomadas entre 2019 e 2020, só falta a conclusão do Centro Estadual de Educação Profissional de Campo Largo, que está com 75,0% da obra concluída. O Programa Mãos Amigas, parceria com a SESP, DEPEN e interveniência do PARANAEDUCAÇÃO, contratou mão-de-obra de 80 apenas para pequenos serviços de manutenção de prédios escolares, atendendo 130 escolas.
- ▶ Brigadas Escolares - cerca de 90,0% das escolas da rede estadual estão certificadas ou em processo de certificação no programa, ou seja, elas atendem aos requisitos mínimos das normas de prevenção contra incêndios e contam com brigadistas treinados. Desde a sua criação, em 2015, o programa capacitou quase 60 mil brigadistas e realizou mais de 50 mil simulados de abandono emergencial.
- ▶ Transporte Escolar - com a retomada das aulas presenciais, o transporte escolar voltou a ser ofertado pelos municípios paranaenses. Foram repassados cerca de R\$ 75,0 milhões pelo Programa Estadual do Transporte Escolar (PETE) e quase R\$ 13,0 milhões de cota especial para atender as questões resultantes da pandemia.
- ▶ Materiais e Equipamentos - em 2021, foram investidos cerca de R\$ 61,0 milhões para a compra de quase 100 mil itens, entre computadores, conjuntos escolares, mesas de reunião, liquidificadores, espremedores de frutas, panelas, utensílios de cozinha, refrigeradores etc.
- ▶ Fundo Rotativo - as 2,1 mil escolas estaduais receberam cerca de R\$ 113,0 milhões para realização de atividades educacionais e atendimento das suas necessidades diárias. Podem ser adquiridos

materiais de limpeza, expediente, didático, esportivo, gás, lâmpadas, e contratados serviços de pequenos reparos, consertos, limpeza e manutenção. Devido à pandemia, o recurso também foi utilizado para a elaboração de materiais impressos aos alunos da rede sem acesso à TV aberta ou às ferramentas *online*.

12.6 GESTÃO DO ESPORTE

- ▶ Jogos Oficiais - Com a retomada do calendário esportivo estadual, as competições foram reformatadas e reprogramadas, com os seguintes alcances: Jogos Escolares, Escolares Bom de Bola e Eletrônicos que somaram 8.400 participações, Jogos Abertos do Paraná com 11.609 participações; Jogos Abertos do Paraná/Combate com 1.500 participantes; Jogos Abertos do Paraná/Master com 655 participações; Jogos Abertos Paradesportivos com 1.286 participações; Jogos da Juventude do Paraná com 11.405 participações; Jogos Universitários do Paraná com 707 participações; e o 1º Paraná Bom de Bola com 7.070 participações, entre atletas, dirigentes e árbitros.
- ▶ Jogos de Aventura e Natureza (JANs) - idealizados para impulsionar a economia e o turismo, atrelados ao potencial natural e turístico do Paraná, também se enquadram no contexto da retomada econômica. Em 2021, abriram a retomada do esporte em agosto, lançando o Programa Pedala Paraná, por meio de Termo de Cooperação Técnica entre o Estado e entidades parceiras, e Termos de Adesão com municípios que aderiram ao programa, oficializando a fase inicial do projeto com 80 ciclorrotas, chegando a 5.114 participantes. A primeira etapa dos Jogos no litoral encerrou, em outubro, com a participação de três mil atletas em sete cidades do litoral, totalizando 17 modalidades disputadas. As etapas seguintes ocorreram em novembro, com expectativa de atendimento próximo de 5 mil atletas, e em dezembro foi lançada a Etapa da Região de Lindeiros, em Foz do Iguaçu.
- ▶ Jogos da Integração dos Idosos - como parte das ações de retomada do esporte no estado, têm como objetivo estimular a participação, o prazer e a ludicidade por meio de atividades esportivas adaptadas, recreativas, artísticas, socioculturais e de integração, garantindo melhor qualidade de vida aos idosos. Em 2021, foram 3 mil participações efetivas, entre atletas, comissões técnicas, professores, enfermeiros e colaboradores.
- ▶ Jogos Estudantis da Primavera - reúne estudantes do Ensino Médio, Profissionalizante e Superior de instituições públicas e privadas, com o objetivo principal de promoção da saúde e educação. É realizado pela UEPG em parceria com a Prefeitura de Ponta Grossa e Governo do Estado. Em 2021, foram 1.077 participações registradas.
- ▶ Verão Maior - em 2021, teve um conceito diferente dos anos anteriores, com foco na abordagem aos veranistas e moradores locais para transmissão de informações referentes ao combate à COVID-19. Sem estruturas de atendimento como palco, quadras e áreas de lazer, as intervenções

foram voltadas à prevenção, tendo assim um forte caráter de ação de Saúde nas mesorregiões Metropolitana de Curitiba e Noroeste, contando com abordagens nos calçadões, praças, acessos rodoviários e postos da Polícia Rodoviária Estadual, *ferryboat*, embarque para a Ilha do Mel, acesso ao Morro do Cristo (Guaratuba) etc. No total foram realizados 342.752 registros.

- ▶ Geração Olímpica e Paralímpica - maior programa estadual de incentivo ao esporte na modalidade bolsa-atleta, concedeu 1.260 bolsas em 2021, distribuídas em seis categorias, totalizando R\$ 4,8 milhões da COPEL, sua patrocinadora exclusiva. A maior delegação da história do Programa participou dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Tóquio, totalizando 34 bolsistas e um esportista que tem um projeto via Proesporte. Foi o maior número de medalhas paralímpicas já contabilizadas, totalizando oito conquistas, sendo três de ouro, uma de prata e quatro de bronze, suplantando o resultado da Rio 2016.
- ▶ Esporte na Cidade - tem como objetivo fomentar ações voltadas ao desenvolvimento esportivo regional, com a criação, otimização, modernização de equipamentos e instalações esportivas por meio do portfólio esportivo. Em 2021, os investimentos de projetos municipais aprovados foram conveniados e estão sendo entregues aos participantes sendo: 249 municípios, 17 Associações e 49 APAEs, atendidos no Programa Educação Mais Esporte, e 37 entregas referentes a projetos atendidos no Programa Paraná Mais Cidades.
- ▶ Recursos do Programa Nota Paraná - o programa de cidadania fiscal da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA) estabelece entre os beneficiários as entidades paranaenses sem fins lucrativos para o recebimento de auxílio financeiro a partir de créditos oriundos das notas fiscais. A Paraná Esporte coordena a adesão de entidades esportivas, fazendo o seu cadastramento, autorização e acompanhamento quanto ao funcionamento dessas entidades com recursos provenientes do programa. Em 2021, foram contabilizados R\$ 15,6 milhões de valores acumulados distribuídos a mais de 205 entidades esportivas, beneficiando projetos em todas as regiões do Estado.
- ▶ Eventos Esportivos Nacionais e Internacionais - em 2021, o Centro Nacional de Treinamento em Atletismo (CNTA), inaugurado em fevereiro, recebeu seu primeiro grande evento nacional após a paralisação das atividades esportivas por conta da pandemia, que foi o Campeonato Brasileiro Sub-16 de Atletismo que contou com a participação de 480 atletas de 102 clubes de 17 Estados e do Distrito Federal. O evento teve cerca de 19 horas de transmissão e os atletas paranaenses conquistaram 96 medalhas. Também no CNTA, o Paraná sediou o XX Campeonato Brasileiro de Atletismo *Master*. A competição foi uma realização da Associação Paranaense de Atletismo *Master* (APRAM), com apoio do Governo do Paraná, por meio da Superintendência Geral do Esporte, da Prefeitura Municipal de Cascavel e da Federação de Atletismo do Paraná (FAP). Com 220 inscritos de 15 Estados e do Distrito Federal, reuniu mais de 20 modalidades. O Paraná conquistou 86 medalhas, sendo 45 de ouro, 30 de prata e 11 de bronze.

- ▶ Escola do Esporte - dentre as suas diversas ações realizadas em 2021, destacam-se: a) convênio entre Paraná Esporte, SETI, UEPG e outras Instituições de Ensino Superior que estabeleceu a abertura da segunda turma do curso EAD de especialização *lato sensu* em Gestão Pública do Esporte, para gestores públicos municipais e estaduais, com 300 vagas gratuitas; b) curso de extensão com carga horária de 90 horas, para capacitação e formação continuada de servidores que não possuem curso superior, beneficiando em torno de 500 pessoas; c) cooperação técnica com a UEL, projeto de extensão Formação de Treinadores, tendo em vista o aprimoramento e qualificação de profissionais de Educação Física, alcançando um público aproximado de 50 mil pessoas; d) lançamento da Frente Paranaense pela Educação Paralímpica, parceria entre o Governo do Estado e Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) para estimular, fomentar e organizar o paradesporto nas escolas paranaenses por meio de capacitações de professores da rede pública e privada de ensino; e e) VII Encontro de Gestores, com o tema A verticalização do Sistema Esportivo nos âmbitos: Federal, Estadual e Municipal, com a presença de dois ex-atletas do vôlei, medalhistas olímpicos e participação de gestores municipais que terão a oportunidade de compartilhar suas Políticas Municipais do Esporte, desenvolvidas conforme as etapas do Programa.

12.7 DESTAQUES

- ▶ Robótica Paraná - projeto que visa promover a integração de conteúdos curriculares para que estudantes do Ensino Médio busquem soluções por meio da tecnologia. Foram distribuídos 2.570 *kits* de robótica a 275 instituições de ensino, compostos por *notebook* (com mochila) e 448 componentes eletrônicos. Também foi desenvolvido material didático específico, com videoaulas, conteúdos e atividades específicos para a faixa etária atendida.
- ▶ Ganhando o Mundo - programa de intercâmbio internacional que visa oportunizar ao estudante do Ensino Médio a vivência em outros países, desenvolver habilidades linguísticas, além de contribuir de forma qualitativa para sua formação integral e, conseqüentemente, sua transformação social. Por meio do Edital n.o 68/2020 - GS/SEED foram selecionados 100 estudantes no início de 2021. A esses estudantes foram oferecidos cursos de língua inglesa gratuitamente em parceria com SETI, por meio da Universidade Virtual do Paraná (UVPR). O curso de 240 horas, distribuídas em 6 módulos de 40 horas, foi desenvolvido no período de maio a dezembro de 2021. *Workshop* de imersão em Língua Inglesa do Ganhando o Mundo (dezembro de 2021) destinado aos 100 estudantes selecionados, tutores, UVPR, SETI e SEED. Previsão do intercâmbio para 2022.
- ▶ Inglês Paraná - foram contratadas 420 mil licenças de acesso à plataforma de Língua Inglesa *English Life*, 100% *online*. Após teste de nivelamento, a plataforma indica aos estudantes a trilha de aprendizagem adequada. Os estudantes têm acesso aos conteúdos e atividades que atendem ao seu ritmo de aprendizagem, sua faixa etária, acompanham sua progressão e os auxiliam nas

dificuldades de aprendizagem. As atividades são interativas e desenvolvem habilidades de escrita, leitura e conversação na Língua Inglesa. São 4.164 professores atendidos, meio milhão de estudantes matriculados e investimento de R\$ 12,9 milhões.

- ▶ Ampliação de Jornada Escolar - programas de atividades ofertados em turno complementar, tem como objetivo a ampliação de tempos, espaços escolares e oportunidades de aprendizagem, visando à formação integral dos estudantes. As atividades são ofertadas por meio de macro campos em diferentes áreas do conhecimento, voltados à prática esportiva, cultura e aprendizagem de idiomas, tecnologia, protagonismo juvenil, apoio à aprendizagem, cidadania e empreendedorismo, viabilizando o aprofundamento dos conteúdos curriculares por meio de atividades pedagógicas complementares, que possibilitam encaminhamentos metodológicos diferenciados.
- ▶ Edutech - programa que compõe a ampliação de jornada escolar, oportunizou a aprendizagem de programação a estudantes e professores, contemplando o pensamento computacional, a cultura e o letramento digital a aproximadamente 45 mil estudantes em todas as regiões do Estado. As aulas e atividades foram disponibilizadas via Plataforma Alura (com a qual a SEED firmou contrato de 150 mil licenças de acesso), *Google Classroom* e *Google Meet*, com atendimento *online*. Foi criada matriz curricular que atende às seguintes áreas de programação: *Games*, Programação *Front-end*, Programação *Mobile*, *Data Science*, Java e *Python*. Para 2022, a oferta será ampliada e os estudantes do Ensino Fundamental terão a oportunidade de realizar o curso presencialmente.
- ▶ *Wi-Fi* nas Escolas - foi adquirida solução de *Wi-Fi* que equipará todas as salas de aula, possibilitando acesso à *internet* para professores, funcionários e estudantes de toda a rede estadual. Conta com 22.525 roteadores e sistema de gerenciamento centralizado que permite a configuração e gestão remota dos equipamentos.
- ▶ O Esporte Que Queremos - programa que visa criar uma estrutura que permita o aprimoramento das políticas públicas e que respeite as premissas e a legislação vigente do Sistema Esportivo Federal, possibilitando o desenvolvimento esportivo no Paraná de forma perene e com processos de gestão balizados por dados e capacitação. O processo tem como ponto de partida um diagnóstico feito com todos os municípios, que alimentou a Plataforma de Dados (*BI*) denominada Gestão do Esporte nos Estados e Municípios (GEEM), construída pelo Instituto de Pesquisa Inteligência Esportiva da UFPR. Com essa mineração de dados, foi possível organizar e criar documentos norteadores e realizar capacitação para a instituição de políticas e programas personalizados. Encontra-se em processo a elaboração das três etapas principais de ação: diagnóstico e mapeamento; capacitação e construção das políticas públicas municipais.
- ▶ Escola Agrícola 4.0 - projeto que visa a criação de um espaço voltado à inovação e ao uso de tecnologias na agricultura e pecuária, sendo o ensino agrícola o seu grande beneficiário. Estão contempladas atividades de inovações tecnológicas que transformarão o ensino agrícola no

Estado, englobando, assim, o plano de curso atualizado para o curso técnico agrícola. As inovações são contempladas dentro das temáticas de geotecnologias, agricultura de precisão, zootecnia de precisão, agricultura de baixa emissão de carbono, bioeconomia, entre outros. Além de atualização do currículo, há o Projeto Piloto no CEEP Newton Freire Maia, que passará por reforma e ampliação de estrutura física, como a ampliação das salas de aulas, construção de novos alojamentos, modernização da Fazenda Escola, buscando proporcionar ao estudante a melhor e mais atualizada formação, sendo previsto investimento de R\$ 16,2 milhões. Para 2022, o projeto Escola Agrícola 4.0 transcenderá para a Rede Integrada de Escolas Agrícolas do Estado do Paraná.

SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

13 SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR (SETI)

A Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), criada em 2019, tem como atribuições coordenar, implementar e executar políticas e diretrizes nas áreas da Ciência, Tecnologia, Inovação e Ensino Superior que possam contribuir com o desenvolvimento da sociedade paranaense.

Investir no aprimoramento das universidades estaduais e estimular o fomento das atividades da área de Ciência, Tecnologia e Inovação são os principais compromissos da SETI.

Três eixos temáticos norteiam os programas e projetos coordenados pela Superintendência: Desenvolvimento Regional e Popularização da Ciência; Inovação e Competitividade e Reestruturação da Gestão Administrativa.

Integram o Sistema Estadual de Ensino Superior as seguintes instituições: Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR); e as instituições de educação superior - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari (FAFIMAN), Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente (FAMA), e o Centro Universitário de União da Vitória (UNIUV), mantidas pelo Poder Público Municipal. O sistema conta com aproximadamente 95 mil estudantes regularmente matriculados nas universidades estaduais do Paraná. São 382 cursos de graduação, 304 cursos de especialização, 196 cursos de mestrado e 92 cursos de doutorado. Nesse sistema, atuam 7.841 docentes (95,0% com Mestrado e Doutorado) e 7.135 agentes universitários. Em 2021, foram realizadas 84 nomeações de docentes aprovados em concurso público.

A Ciência, Tecnologia, Inovação e o Ensino Superior continuam sendo prioridade para este Governo e isto fica evidenciado na descrição das principais realizações do exercício de 2021. O Paraná é o Estado que, proporcionalmente, mais investe em ensino superior no País. Por meio da Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), o Governo do Estado do Paraná continua atuando para fortalecer o Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação e para avançar nos processos de cooperação entre o setor público, o setor privado e as universidades.

A exemplo do que ocorreu em 2020, o ano de 2021 também demandou uma série de ajustes e adaptações à nova realidade imposta pela pandemia. Sociedade e governo passaram a demandar respostas rápidas para o grande problema que enfrentaram. E, neste sentido, o Governo do Estado foi

citado inúmeras vezes no cenário nacional como referência, quer na solução dos problemas demandados, quer na gestão dos recursos disponibilizados para o enfrentamento da crise.

Por meio do Sistema Estadual de Ensino Superior e da Fundação Araucária foi possível manter no Estado o maior programa extensionista brasileiro de combate ao novo Coronavírus.

13.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

13.1.1 Regulação de Cursos e Instituições

Ao total, foram tramitados e concluídos 102 processos de renovação de reconhecimento; reconhecimento e autorização de funcionamento de cursos, dentre outros que se encontram em tramitação no Conselho Estadual de Educação (CEE), sendo: a) 86 processos de renovação de reconhecimento de cursos de graduação; e b) seis processos de reconhecimentos de cursos de graduação nas universidades estaduais.

Foram constituídas 19 Comissões de Avaliação Externa para verificação das condições de funcionamento de cursos nas Instituições Estaduais de Ensino Superior (IEES) - de Reconhecimento/Renovação de Reconhecimento de cursos de Graduação.

13.1.2 Ensino a Distância

A Universidade Virtual do Paraná (UVPR) é um programa estratégico em parceria com as 7 universidades estaduais, com diferentes órgãos do governo e outras instituições de ensino. A implementação dos projetos é feita mediante práticas colaborativas e em rede, contemplando ações e serviços voltados ao compartilhamento de metodologias, sistemas administrativos e de monitoramento, que atendam aos interesses das instituições envolvidas no processo e o compromisso social e educacional das universidades.

Foi organizada uma plataforma da UVPR, na qual as IEES compartilham Ambientes Virtuais de Aprendizagem, bem como materiais e recursos digitais, com interação com redes sociais e outras ferramentas tecnológicas.

Foram implantados 30 projetos e mais de 80 conteúdos didático-pedagógicos inovadores de acordo com os interesses dos diferentes setores do Estado. Destacam-se as parcerias com a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Turismo, Escola de Gestão, Agência de Defesa Agropecuária do Paraná, Instituto do Desenvolvimento Rural, Controladoria Geral do Estado e Secretaria da Fazenda.

Cerca de 50 mil pessoas foram capacitadas pelos cursos e eventos promovidos. Também foi viabilizado o apoio financeiro de aproximadamente R\$ 1,5 milhão para os Núcleos de Educação a Distância por meio do Projeto Paraná + Virtual, que auxilia os setores das universidades na compra de equipamentos, em especial, de informática, de áudio, vídeo e foto, além de *softwares* específicos, para o desenvolvimento de trabalhos em educação digital.

13.1.3 Programa de Residência Técnica (RESTEC)

Foram realizados os lançamentos de seis novos Programas de RESTEC, com a abertura de mais 250 vagas para recém-graduados, totalizando a oferta de 1.007 vagas ativas em 2021, para residentes técnicos. O programa contou ainda com 529 vagas ativas, em 2021, nos cursos de especialização *Lato sensu* para servidores/trabalhadores públicos. Os programas lançados em 2021 foram: RESTEC em Engenharia e Gestão Ambiental (3ª edição); RESTEC em Economia Rural; RESTEC INTEGRE - Inovação, Transformação Digital e *E-Gov*; RESTEC Gestão em Turismo; RESTEC em Gestão Cultural e RESTEC GAPI - Gestão de Ambientes Promotores de Inovação. O investimento para o Programa, em 2021, foi de aproximadamente R\$ 15,0 milhões.

13.1.4 Comissão de Especialistas

Instituída pela Portaria n.o 022/2020 esta comissão é constituída por representantes de todas as Universidades Estaduais do Paraná. Seus principais objetivos são acompanhar, informar, avaliar e executar ações para o combate à propagação da Pandemia da COVID-19; analisar os números da COVID-19, as condições dos Hospitais Universitários e as necessidades locais no enfrentamento da pandemia, bem como orientar às instituições para o retorno seguro às atividades presenciais, respeitada o princípio da autonomia universitária e respeitados os procedimentos estabelecidos pela Secretaria de Saúde.

Foram monitorados os Protocolos de Segurança de todas as universidades estaduais, disponibilizados também no *site* da SETI e realizado o Seminário Retorno às aulas presenciais: é possível? pelo canal do *YouTube* da UVPR, contando com aproximadamente 10 mil participantes.

13.1.5 Espaços Culturais Universitários

Realizado o assessoramento para as sete universidades com vistas à criação e organização dos museus universitários, bem como para a realização de exposições. Foram realizados três eventos com a participação de aproximadamente 3 mil pessoas. Foi também instituída a Rede Estadual de Museus Universitários.

13.1.6 Conselho Estadual de Distribuição de Cadáveres (CEDC)

Instituído pela Lei Estadual n.o 15.471, de 10 de abril de 2007 e criado pelo Decreto Estadual n.o 3.332 de 27 de agosto de 2008, atua desde 2009 na distribuição de corpos destinados às Instituições de Ensino Superior do Paraná, com a finalidade de estudos e pesquisas.

Foi realizada a doação de cinco corpos destinados para estudos e pesquisas para as seguintes Instituições: UEM; UNIUV, UENP, Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Faculdades Pequeno Príncipe/PR.

13.1.7 Telessaúde no Enfrentamento à COVID-19

O aplicativo Saúde *online* PR, plataforma de telessaúde do Estado do Paraná, foi implementado no período de novembro de 2020 a agosto de 2021 para contribuir no enfrentamento à pandemia. Em 2021, a ferramenta alcançou mais de 10 mil usuários de 210 municípios paranaenses e realizou 16.212 consultas (7.795 médicas, 6.892 de enfermagem e 1525 acolhimentos psicológicos). As consultas foram disponibilizadas, gratuitamente, a qualquer cidadão paranaense com suspeita de COVID-19 e/ou para casos de contato com pacientes suspeitos ou confirmados com a COVID-19. Foi também disponibilizado atendimento psicológico aos cidadãos paranaenses, independente de terem ou não sintomas associados à COVID-19. A ferramenta permitiu a realização de pedidos de exames, encaminhamentos, afastamentos e prescrição de medicamentos, todos com certificação digital. O investimento de R\$ 441,0 mil possibilitou a contratação de médicos, enfermeiros, psicólogos, professores universitários e graduandos da área de saúde para comporem a equipe de atendimentos uni e multiprofissionais.

13.1.8 Ampliação da Capacidade de Testagem de SARS-CoV-2

Como estratégia de controle da pandemia no Estado do Paraná, foi criada a Rede Paranaense de Diagnóstico Molecular SARS-CoV-2. A Rede tem como objetivos fortalecer as unidades de testagem e ampliar o volume de testes, contribuindo para a expansão da capacidade de diagnóstico da doença. Participam da Rede: UEL, UEM, UEPG, Unioeste, Unicentro, UENP, UFPR, Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila).

A Rede contou com o aporte de aproximadamente R\$ 1,5 milhão oriundos do Fundo Paraná. Além dos investimentos em equipamentos (extratores de material genético viral, cabines de segurança, *ultra-freezer* para armazenamento de amostras e equipamentos de proteção individual) e para a concessão de 22 bolsas destinadas a profissionais da área de saúde para atuação nos laboratórios (Chamada Pública 01/2021 da Fundação Araucária) no valor de R\$ 176,0 mil. Estes investimentos permitiram à Unicentro e à UENP iniciarem a implementação de testes de biologia molecular necessários à identificação laboratorial da COVID-19. Esta ampliação da capacidade possibilitou a realização de 126.520 testes executados pela Rede.

13.1.9 Desenvolvimento de Nova Vacina Contra a COVID-19 Baseada em Nanopartículas

Aprovação do projeto para a produção de uma preparação vacinal contra a COVID-19, utilizando nanopartículas funcionalizadas com antígenos do vírus, de forma econômica e sustentável, com vistas a atender a necessidade urgente de identificar novas estratégias para combater a doença e eventuais surtos de infecção causados por outros Coronavírus. O investimento para este projeto monta em R\$ 735,0 mil, sendo R\$ 700,0 mil oriundos da UGF e R\$ 35,0 mil da UFPR.

13.1.10 Vale do Genoma

O propósito do Vale do Genoma foi definido como um Ecossistema de Inovação orientado à pesquisa e desenvolvimento em genômica e inteligência artificial aplicado à saúde, agropecuária e meio-ambiente, que integra governo, academia, empresas e sociedade civil. Este ecossistema foi criado em 23/07/2021 (Termo de Cooperação 04/2021) com a participação das seguintes instituições: SETI, Fundação Araucária, Instituto de Pesquisas para o Câncer, *Cilla Tech Park* (Guarapuava), Centro de Inovação no Agronegócio (CIAg) e Fundação *Shunji Nishimura* de Tecnologia. A governança deste ecossistema foi definida por seu Conselho Curador, com representantes de cada uma das seis instituições conveniadas. Contará ainda com um Comitê Executivo, também composto por representantes das instituições supramencionadas.

13.1.11 Programa de Estímulo às Ações de Integração Universidade, Empresa, Governo e Sociedade (AGEUNI)

Idealizado pela SETI, o programa cria as Agências de Inovação para o Desenvolvimento Regional Sustentável (Ageuni) e será implementado pelas sete universidades estaduais do Paraná.

Este programa deriva dos propósitos legislativos trazidos pelo novo marco legal de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Paraná, em especial as Leis de Inovação (Lei n.º 20.541/21) e das Fundações de Apoio (Lei n.º 20.537/21).

O principal objetivo é apoiar as iniciativas locais e regionais, articuladas entre as IEES e suas Fundações de Apoio e os vários atores regionais, incluindo empresas, instituições representativas dos vários segmentos da sociedade civil e dos municípios, incluindo associações. Visa, portanto, apoiar projetos orientados para a inovação e desenvolvimento sustentável dos territórios paranaenses, por meio de ações que promovam o desenvolvimento produtivo, a ciência, a tecnologia, a inovação, a educação, a infraestrutura econômica e urbana, o desenvolvimento social, artístico, cultural e o fortalecimento das capacidades governativas regionais.

13.1.12 Gestão da Rede Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação

A Rede Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação das Universidades Estaduais foi criada pela Portaria 103/2020 com o objetivo de dar unidade e identidade para o sistema no atendimento às demandas provenientes do setor privado. Em 2021, foi realizado um diagnóstico da Rede com a identificação dos pontos fortes e dos pontos de crescimento do sistema nacional, focado na estruturação e fortalecimento das Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT's) públicas e seus Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT's).

Foram elaborados instrumentos legais e sugestões de regulação interna das Universidades Estaduais com o intuito de padronizar alguns trâmites para o estabelecimento de parcerias entre setor privado e universidades, buscando agilidade e eficiência nas tratativas empenhadas com vistas à transferência de propriedade intelectual, à formalização de acordos e convênios para as áreas de

Ciência, Tecnologia e Inovação, compartilhamento de infraestrutura dentre outras modalidades previstas na Lei de Inovação.

Foi realizada durante o ano a coordenação do grupo de trabalho instituído para a elaboração do regulamento do Sistema de Laboratórios Multiusuários no Estado do Paraná.

13.1.13 Rede de Infraestrutura Multiusuária de Pesquisa do Paraná (RIMPP)

A RIMPP tem a finalidade de integrar e facilitar a utilização de bens públicos de forma objetiva e transparente, auxiliando no desenvolvimento científico e tecnológico e de inovação do Estado. A rede é composta pelos laboratórios e equipamentos de pesquisa e/ou de serviços alocados nas Instituições Estaduais de Ensino Superior e no Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR) que serão compartilhados de forma interinstitucional. Esta rede foi instituída em 2021.

13.1.14 Programa de Apoio à Propriedade Intelectual com Foco no Mercado (PRIME)

Este programa objetiva a transformação do resultado de pesquisas acadêmicas em produtos com potencial de mercado. Visa, portanto, apoiar os titulares de patentes a transformarem suas invenções em produtos comerciais, incentivando a abertura de *startups* e o licenciamento e a transferência de tecnologia. O PRIME tem ainda como finalidade contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Paraná. O investimento realizado foi de R\$ 90,0 mil.

13.1.15 Prêmio Paranaense de Ciência e Tecnologia

Realizada em 2021 a 34ª edição do Prêmio Paranaense de Ciência e Tecnologia., que valoriza a trajetória e a produção científica, dá visibilidade ao trabalho de inventores independentes e valoriza o trabalho de jornalistas que, divulgam temas relevantes e de interesse da sociedade, contribuindo para a popularização da Ciência e da Tecnologia. Os vencedores recebem prêmios em dinheiro, que variam de R\$ 11,0 mil a R\$ 34,0 mil, de acordo com a categoria. Em 2021 foram distribuídos R\$ 239,0 mil em premiações, para as categorias pesquisador, pesquisador-extensionista, estudante de graduação, inventor independente e jornalista. As áreas contempladas foram Engenharias e Ciências Biológicas.

13.1.16 Modernização da Legislação

A SETI coordenou os Grupos de Trabalho que elaboraram as minutas da Lei Estadual de Inovação, aprovada em 20/04/2021 (Lei n.o 20.541), da Lei Estadual de Fundações de Apoio (Lei n.o 20.537) também aprovada em 20/04/2021 e do Decreto n.o 8.796 de 23 de setembro de 2021 que regulamenta a Lei n.o 20.537/21.

Foi realizado o *workshop* Decreto de Regulamentação da Lei de Inovação do Paraná que contou com a participação de representantes do ecossistema de inovação paranaense, reunindo cerca de 200 pessoas de diferentes organizações públicas e privadas. Esta atividade teve como objetivo buscar contribuições para a melhoria da minuta de decreto regulamentador da Lei Estadual de Inovação, em fase de elaboração.

Foram formados grupos de trabalho para discutir e validar os principais itens da regulamentação, a saber: ambientes colaborativos de inovação e alianças estratégicas; instituições científicas e tecnológicas no processo de inovação; estímulo à inovação nas empresas, nas *startups* e no terceiro setor e instrumentos jurídicos de parceria.

13.1.17 Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia do Paraná (CCT/PR)

O Conselho aprovou para 2021 as seguintes áreas prioritárias, aptas a receberem recursos do Fundo Paraná, a saber: Agricultura e negócios; Biotecnologia e Saúde; Energias Sustentáveis/Renováveis; Cidades Inteligentes e Sociedade, Educação e Economia, tendo como condicionantes-chave a Transformação Digital e o Desenvolvimento Sustentável.

Dentre os projetos aprovados pela Unidade Gestora do Fundo Paraná, destacam-se: a) modernização no desenvolvimento de empreendimentos públicos pelas Prefeituras Municipais de pequeno porte: uso da tecnologia BIM, em atendimento a uma demanda da Associação dos Municípios do Médio Paranapanema (AMEPAR), no valor de aproximadamente R\$ 631,0 mil, pela UEL; b) processo de construção territorial - coordenação entre agentes locais e valorização de recursos e experiências existentes, cujo objeto é apoiar ações voltadas ao desenvolvimento territorial sustentável na Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense (AMUSEP), por meio do fortalecimento de esforços de caráter interdisciplinar e proposta metodológica inovadora, denominada Unidade Mista de Desenvolvimento Territorial (UMDT), advinda da interação das competências já existentes entre os agentes (UEM, IDR/PR e AMUSEP), no valor de aproximadamente R\$ 435,0 mil, pela UEM; c) adaptação às mudanças climáticas visando fomentar o desenvolvimento econômico e agrícola em municípios do Centro-Sul do Estado do Paraná, cujo objeto é promover o desenvolvimento de cultivos, em municípios do centro-sul, por meio de adaptações da agricultura às mudanças climáticas, uso e ocupação do solo, dentre outros, no valor de cerca de R\$ 407,0 mil, pela UNICENTRO e d) ampliação da segurança dos alimentos no Estado do Paraná, que tem como objeto desenvolver ações voltadas à ampliação da segurança dos alimentos produzidos e/ou consumidos no Paraná, com relação a resíduos e contaminantes orgânicos, especificamente agrotóxicos, medicamentos veterinários e microtoxinas mediante a aquisição de sistema de cromatografia específico, voltado à atualização e ampliação da infraestrutura laboratorial e capacidade tecnológica do TECPAR, no valor de R\$ 3,1 milhões sendo R\$ 1,55 milhão do Fundo Paraná e R\$ 1,55 milhão do TECPAR.

13.1.18 Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Produção e Soluções Tecnológicas

Várias ações foram desenvolvidas nesta área, sob a coordenação do Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR). Dentre elas, merecem destaque:

- ▶ A produção de álcool antisséptico, etílico 70% e o etílico 80% glicerinado recomendados para assepsia de mãos.

- ▶ Parceria entre Tecpar, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e o Instituto de Biologia Molecular do Paraná (IBMP) para a realização de testes RT-PCR, para a detecção da COVID-19, teste padrão ouro pela OMS. No início de novembro de 2021, alcançou a marca de 3 milhões de testes.
- ▶ Lançamento de edital de chamamento público para prospecção de projeto de *kits* de diagnóstico rápido, para detecção da COVID-19 e doenças tropicais negligenciadas, a fim de abastecer o mercado público de saúde brasileira.
- ▶ Certificação de produtores paranaenses por meio do Paraná Mais Orgânico. Em 2021, o Instituto chegou a marca de aproximadamente 700 produtores certificados.
- ▶ Início do projeto de certificação de orgânicos junto à Associação dos Municípios do Centro do Paraná (Amocentro). Parceria firmada com a Associação dos Municípios do Paraná, que visa ampliar a certificação de produtos orgânicos nos municípios do Estado, a fim de estimular a geração de empregos e renda e sustentabilidade. Capacitação e qualificação de técnicos para a execução das atividades, começando pelos municípios da Amocentro, devido ao fato de serem municípios com significativo número de pequenos produtores rurais, com IDH menor que o de outras regiões e com grande demanda para a certificação de orgânicos.
- ▶ Foi firmado convênio entre a Tecpar e a Sanepar que prevê ações de melhoria da qualidade da água dentro do Plano de Segurança da Água (PSA) da Companhia.
- ▶ Em 2021, houve aumento significativo dos serviços de caracterização hidroquímica das águas subterrâneas, procedimento obrigatório para a construção de poços artesianos.
- ▶ Resultado de ações integradas envolvendo equipes de diversos setores do Tecpar contribuiu para a acreditação do Instituto de quatro grandes laboratórios de análises de água e esgoto da Sanepar. A acreditação é o reconhecimento oficial junto à Coordenação Geral de Acreditação do Inmetro (CGRE) de que os laboratórios estão operando com sistema de gestão de qualidade de acordo com a norma NBR-ISO 17.025:2017.
- ▶ Foram concedidas certificações de conformidade na área de gestão de pessoas à Coordenação Geral de Gestão de Pessoas da Fiocruz (ISO 9001:2015); à Fundação Parque Tecnológico Itaipu Brasil (PTI) e à OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Seção Paraná (NBR ISO 9001).
- ▶ Desenvolvimento de um novo programa de certificação, o Sistema *CarbonCert*, que atesta a conformidade do registro de emissões de carbono. Além do Tecpar são idealizadores da metodologia e averiguação a *Invest* Paraná, o Instituto Água e Terra e a UFPR, com o apoio do Centro de Excelência em Pesquisas sobre Biomassa e Carbono (Biofix) e a Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná (Fupef).
- ▶ Desenvolvimento de metodologia para verificar a eficiência de equipamentos e *softwares* que fazem o controle e o monitoramento na gestão do trânsito, como radares de velocidade.
- ▶ Lançamento de edital de chamamento público para desenvolver parcerias com empresas farmacêuticas com o objetivo de produzir nacionalmente a vacina pentavalente, buscando

contribuir com o fornecimento da vacina que protege contra difteria, tétano, coqueluche, hepatite B e pneumonia/meningite.

- ▶ Concluída, em parceria com o Instituto de Biologia Molecular do Paraná (IBMP), a modernização de cinco laboratórios de seus centros tecnológicos, localizados no Campus CIC, em Curitiba (laboratório de análise de águas, de cromatografia, de análise de fertilizantes e corretivos agrícolas, de combustíveis lubrificantes e gás natural e o laboratório de ensaios químicos e metais).
- ▶ Realização do controle de qualidade da alimentação escolar fornecida pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional (Fundepar) aos estabelecimentos estaduais de ensino. São mais de 900 mil refeições servidas diariamente aos quase 2,3 mil estabelecimentos de ensino no Paraná.
- ▶ Modernização dos laboratórios para a realização de exames sorológicos antirrábicos em animais. Com isto o Tecpar se tornou o único do Sul do Brasil a ser credenciado pelos Estados Unidos e pela União Europeia para realizar o exame que comprova que a vacina antirrábica veterinária aplicada no animal gerou resposta imunológica. Até o final de 2021 serão fornecidas aproximadamente 19 milhões de doses ao Ministério da Saúde.

Estas ações evidenciam o processo de consolidação da atuação do Tecpar como polo de ciência e tecnologia referência no País na indústria da saúde, na prestação de soluções tecnológicas e na certificação de produtos e sistemas.

13.1.19 Fomento, Formação e Disseminação

Fomento à Pesquisa Científica, Tecnológica e à Inovação; verticalização do Ensino Superior e Formação de Pesquisadores e Disseminação da Pesquisa Científica, Tecnológica e de Inovação compõem o eixo a partir do qual os projetos da Fundação Araucária, são desenvolvidos.

As principais realizações nestas áreas foram:

- ▶ Até outubro de 2021 foram lançadas 12 chamadas públicas de projetos (CPs) e 15 processos de inexigibilidade de chamamento público (PIs), disponibilizando R\$ 47,12 milhões. Deste total, os recursos da Fundação Araucária somaram R\$ 34,12 milhões e os recursos de parceiros totalizaram R\$ 12,99 milhões.
- ▶ A Fundação Araucária, nos últimos meses de 2021, fortaleceu ainda mais as parcerias internacionais, em especial com o Reino Unido e China, por meio da Missão Técnica Virtual Araucária e UK: *Healthtech Cooperation* e do Fórum Brasil & China voltado ao debate das áreas de ciência, tecnologia e inovação dos dois países.
- ▶ Lançamento de ações voltadas à inovação em parceria com o Sistema FIEP e a SETI: Painéis de Especialistas das Rotas Estratégicas CT&I 2040 e o Programa Tecnova II. Em elaboração o edital para o Programa Centelha II, com divulgação do edital prevista para o início de 2022.
- ▶ Formalizado e consolidado o novo Comitê Assessor da Área de Inovação, criado a partir das indicações dos responsáveis de cada Núcleo de Inovação Tecnológica e de Diretorias de Inovação dos principais atores do ecossistema da área no Paraná. Este Comitê tem como missão contribuir

para a formulação de programas e planos de desenvolvimento científico e tecnológico, participar do processo de planejamento, análise, avaliação e acompanhamento das ações relativas à área do conhecimento e analisar as solicitações de bolsas e auxílios apoiados por consultores *ad hoc*.

Foram implementados, ao longo de 2021, os seguintes programas (valores aproximados):

- ▶ Programa de apoio institucional para ações extensionistas junto à Rede Paranaense de Diagnóstico Molecular de SARS-COV-2 - CP 01/2021 - R\$ 160,0 mil.
- ▶ Programa Institucional Pró-Extensão das IEES - CP 02/2021 - R\$ 1,5 milhão.
- ▶ Programa Institucional Pró-Desenvolvimento dos Programas de Pós-Graduação (PPGs) - CP 03/2021 - R\$ 1,5 milhão.
- ▶ Programa de Apoio à Manutenção e à Consolidação dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) - Capacitação das equipes - CP 04/2021 - R\$ 1,4 milhão.
- ▶ Programa Institucional Bolsa-Técnico - CP 05/2021 - R\$ 3,8 milhões.
- ▶ Programa Institucional de Bolsas de Extensão Universitária - PIBEX - CP 06/2021 - R\$ 1,4 milhão.
- ▶ Programa de Bolsas de Iniciação Científica em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação - PIBIC & PIBIT - CP 07/2021 - R\$ 8,2 milhões.
- ▶ Programa Institucional de apoio à inclusão social pesquisa e extensão universitária - PIBIS - CP 08/2021 - R\$ 4,8 milhões.
- ▶ Programa Pesquisa Básica e Aplicada - CP 09/2021 - R\$ 9,3 milhões.
- ▶ Prêmio CONFAP de Ciência, Tecnologia e Inovação Professor Francisco Romeu Landi, Edição 2021 - CP 10/2021 - em avaliação.
- ▶ Programa de apoio institucional para organização, realização e participação dos encontros anuais de iniciação científica e iniciação tecnológica e Inovação - EAIC & EAITI 2021 - CP 11/2021 - R\$ 299,0 mil.
- ▶ Programa de apoio institucional para organização, realização e participação dos encontros anuais de extensão universitária - EAEX 2021 - CP 12/2021 - R\$ 209,0 mil.
- ▶ Projeto UEL pela vida, contra o Coronavírus (telemedicina) - PI 01/2021 - R\$ 216,0 mil.
- ▶ Programa Paraná Fala Idiomas - PI 02/2021 - R\$ 269,0 mil.
- ▶ Programa Hidrocarbonetos Renováveis - PI 03/2021 - R\$ 1,5 milhão.
- ▶ Vigilância Genômica do SARS-COV-2 no Estado do Paraná - PI 04/2021 - R\$ 526,0 mil.
- ▶ *Digital Links* Paraná - PI 05/2021 - R\$ 65,0 mil.
- ▶ *Manna Academy*: Ecosistema de Pesquisa, Extensão e Difusão de Tecnologias e Educação 5.0 - PI 06/2021 - R\$ 2,0 milhões.
- ▶ Indicadores de Vulnerabilidade socioambiental à expansão da COVID-19 no Estado do Paraná - PI 07/2021 - R\$ 50,0 mil.
- ▶ Programa Internacional de mobilidade para pesquisa com parceiros na indústria no Canadá e/ou Brasil (MITACS/FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA) - PI 08/2021 - R\$ 48,0 mil.

- ▶ Programas emergentes em consolidação em áreas prioritárias - PI 09/2021 - R\$ 7,4 milhões.
- ▶ Projeto Monitoramento Genômico Ambiental para detecção e qualificação das variantes de SARS-COV-2 em circulação no Brasil - PI 10/2021 - R\$ 182,0 mil.
- ▶ Projeto NAPI Bioinformática 2021-2024 - PI 11/2021 - R\$ 1,75 milhão.
- ▶ Projeto de indicadores e índices de vulnerabilidade e exposição aos efeitos das mudanças climáticas em setores estratégicos no Estado do Paraná - PI 12/2021 - em andamento.
- ▶ Projeto Implantação e Consolidação do Novo Arranjo de Pesquisa e Inovação em Biodiversidade do Estado do Paraná NAPI Biodiversidade - PI 13/2021 - R\$ 559,0 mil.
- ▶ Implantação do mês da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná e sistematização de atividades desenvolvidas em 2021 - PI 14/2021 - R\$ 60,0 mil.
- ▶ Programa Internacional de mobilidade para pesquisa com parceiros da indústria no Canadá e/ou Brasil - Mobilidade para alunos de graduação - PI 15/2021 - em submissão.
- ▶ SEBRAE Centelha 2021 - Objetivos: Estímulo à criação de empreendimentos inovadores e disseminação de uma cultura empreendedora no Paraná - R\$ 3,0 milhões, sendo R\$ 2,0 milhões da FINEP e R\$ 1,0 milhão da Fundação Araucária (contrapartida estadual). A proposta é preparar até 30 *startups* aprovadas e contratadas no Programa Centelha PR 2021 para validarem o problema/solução e o modelo de negócio replicável e escalável por meio de conexões estratégicas com diferentes atores do ecossistema e outras oportunidades de desenvolvimento e fomento.
- ▶ SENAI AGROTECH - O objetivo é desenvolver e executar 10 projetos de desenvolvimento de soluções para transformação digital e indústria 4.0, aplicados ao contexto do agronegócio, conectando agroindústrias e *startups* do ecossistema paranaense. Será provido R\$ 1,0 milhão pela Fundação Araucária.

13.1.20 Hospitais Universitários

O Hospital Universitário da Universidade Estadual de Londrina (HU-UEL) é o maior hospital público do Estado do Paraná em número de leitos ativos exclusivos para o SUS. É referência em média e alta complexidade em 38 Habilitações junto ao Ministério da Saúde, para a 17ª Regional de Saúde, Macrorregional Norte, além de vários municípios da Macrorregional Noroeste, abrangendo 96 municípios e uma população aproximada de 1.625.012 pessoas.

As instalações físicas do Hospital constituem-se em edificações de aproximadamente 54.205,01 m², em um terreno de 100.000 m². Além das instalações do Ambulatório de Especialidade, que possui área construída aproximada de 10.000 m².

Desde sua designação como referência regional para a COVID-19, o Hospital ampliou sua capacidade instalada de leitos em 58,0% e, atualmente disponibiliza uma infraestrutura operacional de 146 leitos de Terapia Intensiva e 307 leitos de Retaguarda Clínica, somando 453 leitos de internação.

Para garantir a manutenção dos serviços prestados, até 31 de outubro de 2021, o HU-UEL contou com o aporte financeiro do Governo do Estado do Paraná no montante de aproximadamente

R\$ 75,0 milhões sendo cerca de R\$ 27,0 milhões referentes à LOA 2021; cerca de R\$ 23,0 milhões para custeio e investimentos COVID; além de aproximadamente R\$ 25,0 milhões para suplementação de custeio.

Houve também autorização, por parte do Governo do Estado do Paraná, para a realização de Processo Seletivo Simplificado para suprimento de vagas de profissionais especializados para atuação na prestação de serviços de saúde no HU-Uel na vigência da Pandemia da COVID-19, no montante de 190 profissionais, dos quais 1 assistente social, 30 enfermeiros, 4 farmacêuticos, 10 fisioterapeutas, 17 médicos especialistas, 1 nutricionista, 1 psicólogo, 4 técnicos administrativos, 6 técnicos de laboratório, 115 técnicos em enfermagem e 1 técnico de radiologia.

No período de 01 de janeiro a 31 de outubro de 2021, a despeito das restrições impostas pela pandemia da COVID-19, o Hospital produziu 94.415 atendimentos ambulatoriais, 34.613 atendimentos de urgência e emergência, 12.866 internações, além de 9.561 procedimentos cirúrgicos.

No que tange aos serviços de apoio diagnóstico, o HU-Uel realizou 16.774 exames de Tomografia Computadorizada, 45.172 exames radiológicos, 7.652 sessões de hemodiálise e 1.518.275 exames de análises clínicas.

Como referência regional para o atendimento à COVID-19, desde o início da Pandemia o HU-Uel notificou 16.523 casos de Infecção Humana pelo novo Coronavírus, dos quais 67,5% de pacientes de Londrina e 32,5% de pacientes de outros municípios. Do total das notificações de casos da COVID-19, 6.768 foram confirmados, 4.446 receberam alta, e 1.924 evoluíram para o óbito. Do total de casos notificados, 3.702 foram de servidores do quadro de pessoal da instituição, dos quais 815 foram confirmados para a COVID-19.

Em setembro de 2021, o HU-Uel comemorou o seu Jubileu de Ouro em evento magno realizado no Cine Teatro Ouro Verde e contou com a presença de diversas autoridades estaduais e municipais.

O Hospital Universitário da Universidade Estadual de Ponta Grossa (HU-UEPG) é referência no atendimento aos pacientes da 3ª Regional de Saúde na macrorregião leste do Estado do Paraná. O Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais (HURCG)/Hospital Materno-Infantil (Humai) da UEPG até outubro de 2021 realizou: 59.310 consultas e 334.643 exames laboratoriais. Até setembro, o Setor de Imagem do hospital realizou 32.944 exames.

Somados a estes números, somente para o enfrentamento da COVID-19, foram 3.475 internações, sendo 1.145 em UTI COVID e 2330 em Clínica COVID. Em janeiro de 2021 eram 36 leitos, em abril este número aumentou para 60 leitos, representando um aumento de 66,66% de leitos de UTI que, posteriormente, com a redução do número de atendimentos à COVID-19 foram remanejados para o atendimento de cirurgias.

Em janeiro, havia disponíveis 44 leitos clínicos e em maio este número foi aumentado para 68 leitos, representando um aumento de 54,54%.

O Hospital recebeu da Secretaria de Estado da Saúde investimentos na ordem de R\$ 20,7 milhões para pagamento de credenciamento, terceirizados e insumos e cerca de R\$ 1,1 milhão para equipamentos.

O Hospital Universitário da Universidade Estadual de Maringá (HU-UEM) é referência aos municípios da 15ª Regional de Saúde e da macrorregião noroeste do Estado do Paraná, atendendo aproximadamente 1.900 milhão de habitantes.

Para o enfrentamento da COVID-19, foi finalizada a construção do Bloco de 100 leitos (Bloco S05), com recursos próprios. A finalização do Bloco incluiu a instalação de caixas d'água provisórias, adequação da central de gases, instalação de cabeamento do sistema de lógica, parametrização da rede de energia, revisão do sistema de pressão negativa dos leitos de isolamento, instalação de quatro pontos para a hemodiálise, instalação de portas das enfermarias com visor de vidro, pavimentação do entorno do bloco com adequação do sistema de drenagem de águas e esgoto, em parceria com a VIAPAR e outras sete empresas. Também realizou plantio de grama nos taludes, no entorno do Bloco S05, além de sinalização terrestre e com placas, instalação de postes de iluminação com lâmpadas de LED.

Inicialmente o HUM abriu 10 leitos, sendo seis de enfermaria e 4 leitos críticos, provisoriamente em leitos já constituídos. Foi montada uma barraca de triagem para segregar pacientes com sintomas respiratórios, para que o atendimento do Pronto Atendimento Geral não expusesse a riscos tanto os pacientes quanto os profissionais da saúde. Em um segundo tempo, quando as consultas eletivas foram canceladas por portaria da SESA, foi utilizado o setor do ambulatório para constituir um Pronto Atendimento Respiratório. Os pacientes ambulatoriais com comorbidades crônicas e com acompanhamento medicamentoso como anticoagulantes (Cardiologia), medicamentos para infusão venosa da Reumatologia, gestantes de alto risco foram alocados para a estrutura do prédio construído da Oncopediatria. Em maio de 2021, foi finalizado o Bloco S05, Clínica de Adultos, e foram abertos 10 leitos de UTI e 10 leitos de enfermaria para a COVID-19, de maneira escalonada, à medida que o Hospital contratava profissionais de saúde. Na continuidade foram abertos mais 10 leitos de UTI e mais 20 leitos de enfermaria, totalizando 50 novos leitos (20 leitos de UTI e 30 leitos de retaguarda clínica). A nova estrutura recebeu o Pronto Atendimento respiratório, inicialmente instalado no Ambulatório de Especialidades para atendimento aos pacientes com sintomas respiratórios (aberto 24 horas/dia, com atendimento adulto e infantil, 4 leitos na sala de emergência e estabilização de pacientes e seis leitos para observação clínica). O pronto atendimento respiratório do HUM atendeu 4.777 pacientes suspeitos ou confirmados da COVID-19, destes 1.340 pacientes necessitaram de internamento na unidade intensiva ou em leitos clínicos. Foi criada estrutura para segregar o paciente suspeito de COVID-19, do paciente confirmado, sendo que devido à alta demanda de testagem para o LACEN, havia um tempo de latência para a liberação dos laudos dos exames.

Em virtude disso, para melhor gerenciamento dos leitos, o HUM adquiriu um equipamento (Sistema *GeneXpert*) e insumos para realizar o RT-PCR além de uma capela de biossegurança classe II com recursos próprios. Os laudos eram liberados em um prazo de três horas após a coleta. Estes testes foram validados pelo LACEN, assim, o HUM passou a realizar os exames sem a necessidade de contraprova pelo laboratório central do estado do Paraná. A agilização dos laudos da testagem permitiu uma rápida definição de leitos, diminuindo a ocupação por pacientes suspeitos e aguardando exames, além de trazer maior segurança no atendimento aos pacientes e profissionais da saúde. Manteve ainda o atendimento da Rede de Urgência e Emergência, atendendo pacientes no Pronto Atendimento Geral.

Para equipar os 20 leitos críticos o HUM recebeu da SESA 10 ventiladores e monitores e do Ministério da Saúde 10 camas elétricas, 10 ventiladores e monitores, bombas de infusão, aparelho de eletrocardiograma e carrinho de emergência. Para mobiliar os 20 leitos críticos e 30 leitos clínicos, o HUM contou com doações da sociedade civil organizada, da Associação Amigos do HUM, além de R\$ 7,0 milhões em investimento da SESA e R\$ 7,0 milhões para custeio. Foram adquiridas camas elétricas, aparelhos de eletrocardiograma, medidor de sinais vitais, escadinhas para pacientes, cadeiras de banhos, biombos, mesas de cabeceiras, carrinhos de curativos, cuffômetros, videolaringoscópio, oxímetros de mesa, carrinho de roupas, estantes, refrigerador para medicamentos, suportes de soros, *hampers*, entre outros. Foi montada uma Central de equipamentos na ala COVID para organização dos equipamentos e manutenção.

O HUM e UEM deflagraram campanhas de conscientização a população quanto às medidas de higiene e isolamento social em suas mídias sociais e em conjunto com a Sociedade Médica de Maringá, Unimed e Prefeitura Municipal de Maringá. Além disto, contou com doações da Sociedade Civil, da Receita Federal, de pessoas físicas, de Clubes e associações de EPIs, álcool gel, alimentos, *notebooks* e *tablets*, *face shields* e máscaras de tecido, além de tecidos TNT para a confecção de EPIs (aventais) em parceria com o DEPEN.

Participou das ações de extensionistas da Fundação Araucária com o teleatendimento, por meio da Pró-reitoria de Extensão da UEM, além de bolsistas em atendimento na ala COVID, que posteriormente foram incorporados ao serviço através da contratação por credenciamento.

O HUM estimulou a realização de pesquisa e desenvolvimento de produtos para o enfrentamento da COVID-19. Foram mais de 30 trabalhos de Pesquisa Clínica realizados pelo Núcleo de Pesquisa Clínica do HUM (único do Paraná), vários com estudos multicêntricos. Desenvolveu um capacete concentrador de O₂, que diminuiu a necessidade de intubação e de máscaras de alto fluxo, e distribuiu no município, na regional, nos Estados do Paraná, São Paulo, Mato Grosso, Minas Gerais e Santa Catarina.

Foram em torno de 400 unidades fabricadas pelo departamento de Física e de Medicina da UEM, com financiamento pela Associação dos Amigos do HUM, com custo de R\$ 150,00 sem a mão-

de-obra e a tecnologia 3D utilizada para as válvulas. Usou um robô (R1T1) para a triagem de atendimento e coleta de sinais vitais de pacientes atendidos no PA respiratório, e outro robô (*Tinbot*) para videochamadas que permitiram aos familiares se comunicarem com os pacientes internados, trazendo um acalento maior, diminuindo assim a sensação de solidão e medo. Criou um espaço com segurança para a identificação do cadáver pelos familiares, permitindo a despedida de forma humanizada, uma vez que era proibido o velório e enterro aberto a muitas pessoas.

O Hospital Universitário da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (HUOP) presta atendimento especializado nas mais diversas áreas da medicina, com 272 leitos, sendo que 20 leitos de Unidade de Terapia Intensiva são destinados ao combate da COVID-19. É o maior hospital público das regiões Oeste e Sudoeste do Paraná e atende uma população de aproximadamente 2 milhões de habitantes.

Em 2021 foram realizados mais de 2 mil atendimentos ligados à pandemia e mais de 26 mil atendimentos nas diversas especialidades ofertadas.

- ▶ O Hospital Universitário recebeu mais de R\$ 6,0 milhões de reais em investimento, destinados para a aquisição de equipamentos, mobiliário e máquinas.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

14 SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SESA)

Compete à Secretaria de Estado da Saúde (SESA) a formulação, o desenvolvimento e a gestão da Política Estadual de Saúde, para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde no Estado, em consonância com as realidades regionais e com a participação da sociedade organizada.

Os resultados que se pretenderam dar à sociedade, são ações que revertam em promoção, prevenção, atenção e recuperação da saúde com a implementação de linhas de cuidado que melhorem o atendimento materno infantil, o cuidado com as urgências e o cuidado com a vida, reduzindo a morbimortalidade por doenças crônicas degenerativas e por outros agravos.

As ações prioritárias que a SESA desenvolve têm como base o seu Mapa Estratégico, as Diretrizes do Plano Estadual de Saúde do Paraná (PES 2020-2023) e o Plano de Governo 2019-2022, instrumentos guias para as principais realizações.

O ano de 2021 foi extraordinariamente desafiador para a Gestão da Saúde no Estado, pois vive-se o ápice da pandemia causada pela COVID-19. O excesso de mortes observado em 2021, não tem precedentes na história paranaense, e vem sendo superado pela integração com os órgãos públicos e privados e pela confiança da população, aderindo as orientações para a prevenção da doença e para a vacinação das pessoas.

O orçamento inicial da SESA para o exercício, foi de R\$ 5,5 bilhões, atualizado para R\$ 5,9 bilhões, com uma execução orçamentário-financeira até 31/10/2021 de R\$ 5,1 bilhões empenhados, com parte destes recursos sendo gastos para atender as demandas trazidas pela pandemia e no compromisso de fortalecer a rede de assistência no Estado. Foram ativados 4.900 leitos para atendimento de pacientes COVID a um custo de R\$ 360,5 milhões, em assistência farmacêutica R\$ 438,8 milhões, na Atenção Básica repasses de custeio no valor de R\$ 54,0 milhões, investindo R\$ 86,0 milhões de reais em obras nos diversos municípios, adquirindo 1.500 automóveis e repassando recursos aos municípios para aquisição de transporte sanitário ao custo de R\$ 139,9 milhões, lançando o Programa Paranaense de Procedimentos Cirúrgicos Eletivos, para realização de cirurgias eletivas no total de R\$ 150,0 milhões, incrementando o programa de Vigilância em Saúde com o repasse de R\$ 30,0 milhões aos municípios, aplicando R\$ 141,2 milhões no HOSPSUS, R\$ 16,5 milhões em equipamentos para a rede própria, repasses de R\$ 80,4 milhões como contrapartida estadual de custeio para o funcionamento do SAMU e na área de Saúde Mental R\$ 31,0 milhões.

Entre as ações de aperfeiçoamento da Linha de Cuidado Materno Infantil, fortaleceu os cuidados maternos infantis e a abordagem da Medicina Fetal, investindo R\$ 5,5 milhões na aquisição de oito equipamentos ultrassom (Samsung HS40), seis ultrassons de extraordinária resolução (GE Voluson E8), uma Torre de Vídeo, Conjunto Fetoscópio e cestos para armazenamento. A SESA destinou cerca de R\$ 3,2 milhões a 56 hospitais da Linha de Atenção materno-infantil, que são referência de

Risco Habitual e Intermediário e recebem o Incentivo da Estratégia de Qualificação do Parto Fase II, custeando a maior do parto no Estado do Paraná.

Ainda na Linha de Cuidado Materno Infantil, foram realizados: a) II Seminário Integrado de Qualidade e Segurança do Paciente; b) reuniões do Comitê Estadual de Prevenção Mortalidade Materna, Infantil e Fetal; c) foram mantidas reuniões semanais do Grupo Técnico de Agilização e Revisão do Óbito; d) monitoramento do *Near Miss* Materno; e) ações conjuntas com diversos órgãos de classe; e) elaboração dos 10 Passos para Redução da Mortalidade Materna por COVID-19; f) testes rápidos COVID-19 nas gestantes e puérperas, na porta de atenção hospitalar; g) criação do Comitê Estadual de Investigação das STORCH+Z e HIV (CEISH), com a realização de reuniões mensais; h) criação do Comitê Estadual de Aleitamento Materno e Alimentação Complementar saudável (CEAMACS), com a realização de reuniões bimensais; i) elaboração das Notas Técnicas n.o 12/2021 - DAV/SESA, com recomendações do Comitê Estadual de Aleitamento Materno e n.o 13/2021 - DAV/SESA, com recomendações do Comitê Estadual de Aleitamento Materno; j) elaboração do folder sobre os 10 Passos para o Sucesso do Aleitamento Materno; k) lançamento do Curso de Especialização em Enfermagem Obstétrica SESA/ESPP/ABEnFO-PR/ ABEn-PR; e l) realização *online* do evento de educação permanente Terça Tece Linha.

Entre as ações de Fortalecimento no atendimento as urgências, destacaram-se: a) implementação da linha de cuidado para as doenças cardiovasculares, cerebrovasculares e traumatismos; b) aquisição de medicamento (trombolítico) para linha de cuidado IAM e logística para a disponibilização nos serviços estratégicos; c) repasse da contrapartida estadual de custeio para o funcionamento do SAMU; d) capacitação de 30 monitores e 120 socorristas em todo o estado, com ampliação da cobertura pela Rede de Atenção as Urgências, para 96,15% da população paranaense; e) Operação Verão Saúde 2020/2021 realizando aproximadamente 53,4 mil atendimentos ambulatoriais e hospitalares, 4.054 regulações de urgência, 2,4 mil atendimentos do SAMU e 786 transferências, 34,4 mil procedimentos da área de vigilância em saúde, 1.053 resgates de afogados pelo Corpo de Bombeiros, 322 atendimentos do SIATE e 32 atendimentos aeromédicos. f) com a assinatura do termo de cooperação entre a SESA e a Secretaria de Segurança Pública, 67 municípios poderão firmar parcerias regionalizadas para oferta do serviço do SIATE, garantindo equidade, normatização e unificação de protocolos de atendimento

Houve a implementação dos SAMUs Regionais com a incorporação de 32 novas ambulâncias tipo Bravo e 6 ambulâncias tipo Alfa para atendimento no anel de integração do Estado após o encerramento dos contratos com as empresas do pedágio.

Foi mantido o Programa HOSPSUS Fases I e II (hospitais de alta complexidade para referência macrorregional e regional das Redes Mãe Paranaense e Paraná Urgência) e Fase III (hospitais

públicos, sem fins lucrativos e filantrópicos com até 50 leitos SUS, de referência local e microrregional), com destinação de cerca de R\$ 141,2 milhões.

No Fortalecimento da Linha de Atenção à Saúde Mental houve a pactuação em CIB/PR - Comissão Intergestores Bipartite do Paraná para implementação do projeto de organização de saúde mental traçando diretrizes e parâmetros para apoio a atenção primária; foram aplicados R\$ 4,5 milhões em sete Serviços Regionais Integrados de Saúde Mental do Paraná, criada resolução para o incentivo das equipes de saúde mental dos municípios e efetuada a complementação do valor de diárias de internação em hospitais psiquiátricos, no valor de R\$ 21,0 milhões até a competência setembro/2021; e para os Serviços Especializados de Reabilitação Psicossocial Assistida o repasse financeiro anual foi de R\$ 5,5 milhões.

Para o cuidado da Saúde Bucal, os destaques foram: a) publicação da 3ª edição da Linha de Cuidado em Saúde Bucal; b) realização de cinco módulos no curso de capacitação da Linha de Cuidado em Saúde Bucal no formato EaD; c) manutenção do Programa de Bochecho com Flúor para escolares adaptados ao momento da pandemia; d) manutenção do Programa de Detecção Precoce do Câncer Bucal; e) distribuição de 1.892 *kits* de material restaurador cimento de ionômero de vidro de alta viscosidade para municípios/equipes que aderiram ao Projeto do Tratamento Restaurador Atraumático; f) *Live* em homenagem a Semana de Saúde Bucal - Atendimento Integral à Gestante pelo *YouTube* da ESPP; g) alcance da meta do PES 2020-2023 em 55,48% em relação à cobertura de saúde bucal.

No que se refere à Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Deficiência (PcD), foram implementadas ações de prevenção e identificação precoce das deficiências vinculadas ao Teste do Pezinho em 100% dos nascidos vivos, e feito o monitoramento dos estabelecimentos que realizam este teste, prestando suporte técnico em parceria com a FEPE. Nos Testes do Olhinho, da Orelhinha e do Coraçõzinho, foram alcançados os resultados de *81,64%; *77,47% e *82,36% respectivamente em 2021. (*dados preliminares em 05/11/2021). Foram monitorados os registros do Cadastro de Pessoas com Síndromes e Doenças Raras no Paraná (SIDORA).

Na Atenção Primária à Saúde (APS) foram realizadas reuniões técnicas com as Regionais de Saúde, qualificando os profissionais para o apoio institucional aos municípios para o fortalecimento da Atenção Primária à Saúde, Saúde do Homem e Saúde do Trabalhador. Foi realizado o lançamento do Manual de Segurança no Cuidado das Pessoas na Atenção Primária à Saúde bem como, capacitação sobre o Financiamento da Atenção Primária à Saúde, o Programa Previne Brasil, com a transmissão ao vivo pelo *YouTube*, com 3.800 visualizações. O evento Homem, torne a sua vida melhor! Cuide da sua Saúde, referente ao Agosto Azul, foi realizado ao vivo no *YouTube* com Regionais de Saúde e municípios.

Foram publicadas as Notas Orientativas: n.o 02/2021 - que trata da atuação das Equipes Multiprofissionais da Atenção Primária à Saúde (APS) no contexto da pandemia de COVID-19; e n.o 06/2021 - que trata das Orientações sobre Manejo e Acompanhamento da Síndrome Pós-COVID. Foi repassado a título de Incentivo Estadual de Custeio da APS no total de cerca de R\$ 39,1 milhões aos 391 municípios elegíveis, conforme estabelece a Resolução SESA n.o 466/2018. Para o incentivo financeiro de investimento a SESA destinou aproximadamente R\$ 1,3 milhão aos 16 municípios habilitados pela Resolução SESA n.o 715/2021, e para a implantação do transporte sanitário da APS foram destinados cerca de R\$ 6,0 milhões, para 32 municípios, habilitados pelas Resoluções SESA n.o 420/2021 e 716/2021.

No que se refere à Linha de Atenção à Saúde do Idoso, destacaram-se: a) realização de capacitações para a identificação precoce e manejo da Fragilidade Multidimensional com o uso do instrumento denominado IVCF-20 (Índice de Vulnerabilidade Clínico-Funcional 20); b) expansão do Projeto PlanificaSUS Paraná, para as 22 Regiões de Saúde; c) realização do curso Geriatria aplicada à prática clínica, para 24 profissionais da SESA/Regionais/ ambulatórios MACC e APS; d) publicação do Manual de Prevenção de Quedas para Idosos, lançado por webconferência em 25/06/2021, com 928 visualizações até 31/10/2021 e da cartilha Exercícios físicos para você fazer em casa; e) reunião técnica com os municípios e regionais de saúde sobre a Portaria 894/2021 MS, sobre incentivos financeiros federais de custeio no âmbito da Atenção Primária à Saúde; f) publicação da Nota Orientativa n.o 41 Medidas de prevenção, controle e testagem para COVID-19 nas Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI).

Em relação à promoção da equidade em saúde e considerando as diferenças nas condições de vida e necessidades das populações específicas (negra, migrantes, refugiados e apátridas, privadas de liberdade, pessoas em situação de rua, LGBT, comunidades tradicionais, adolescentes em conflito com a lei), a Secretaria implementou as articulações intra e intersetoriais com os demais órgãos do Estado e com instâncias de controle social, para dar visibilidade e efetivar o cuidado integral a essas populações.

Dentre as ações que contribuem para a redução das iniquidades em saúde, destaca-se o repasse anual de incentivo financeiro no valor de cerca de R\$ 309,0 mil, destinado a 18 municípios do Estado que possuem, distribuídas entre eles, 43 Comunidades Quilombolas e/ou Negras Tradicionais. Ainda, foi assegurado o repasse de recurso de custeio para o cuidado das pessoas privadas de liberdade no valor anual de mais de R\$ 440,0 mil. Este recurso é destinado a sete municípios que possuem equipes de atenção primária prisional (eAPP) credenciadas, de acordo com a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do SUS. Também é realizado o repasse de incentivo financeiro a 16 municípios sedes de Centros de Socioeducação (CENSE) e/ou Casa de Semiliberdade, sendo o valor anual aproximado de R\$ 907,0 mil.

No Fortalecimento das Ações de Promoção da Saúde, foram realizadas iniciativas voltadas para usuários do sistema de saúde, gestores e profissionais de saúde, entre elas as desenvolvidas durante o Dia Mundial de Combate ao Sedentarismo; Dia do Desafio; Dia Mundial da Alimentação; Ano Internacional das Frutas, Legumes e Verduras; Dia Nacional de Combate ao Fumo (Programa Estadual de Controle do Tabagismo), Agosto Azul (Saúde do Homem), Agosto Dourado (Incentivo à Amamentação) e no Outubro Rosa (Paraná Rosa).

O projeto Paraná Rosa 2021, em outubro, realizou a campanha de prevenção do câncer de mama e do colo do útero incentivando as ações através de oito encontros.

Foram realizadas videoconferências em alusão ao Dia Mundial sem Tabaco; e a SESA promoveu capacitação do módulo de Tratamento do Tabagista, em parceria com o Instituto Nacional do Câncer (INCA), que contou com aproximadamente 500 profissionais de saúde da rede SUS do Paraná.

Em alusão ao Dia Mundial da Alimentação, organizou o *webinário*: Dialogando sobre a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) - conexões entre cenários complexos do presente, impactos sobre saúde e nutrição, e estratégias para a implementação do Guia Alimentar na Atenção Primária à Saúde.

Para o combate à obesidade infantil foi realizado *webinário* abordando a Estratégia Nacional para Prevenção e Atenção à Obesidade Infantil (PROTEJA), bem como apoio aos municípios no processo de adesão ao incentivo financeiro federal para execução das ações previstas no âmbito do PROTEJA. Dos 57 municípios paranaenses elegíveis, 56 fizeram a adesão.

Destaque, também, ao curso promovido pela SESA para capacitação dos profissionais de educação física na promoção da saúde, prevenção e atenção às pessoas com Doenças Crônicas Não Transmissíveis, com a distribuição aos municípios paranaenses de 4.427 exemplares do Guia de Atividade Física para a População Brasileira e 599 exemplares do Caderno Técnico de Apoio a Implantação e Implementação do Programa Academia da Saúde.

Em parceria com a UFSC, o Paraná está sediando a formação semipresencial em auriculoterapia, que capacitará 500 profissionais de nível superior da Atenção Primária à Saúde em todo o estado.

No Fortalecimento da Política de Vigilância em Saúde, destacam-se na Vigilância Epidemiológica as ações de vacinação contra a COVID-19, que contaram com um sistema logístico estruturado para a distribuição dos imunobiológicos a todos os municípios do Paraná, contando com aeronaves e veículos, sendo disponibilizadas doses de vacina para 100% da população acima de 18 anos, tendo sido aplicadas 99,7% das doses distribuídas até 30 de outubro para início do esquema vacinal (D1) e 85,3% das doses distribuídas até 30 de outubro para completude vacinal (D2).

Encontra-se em andamento a vacinação contra a COVID-19 aos adolescentes de 12 a 17 anos, e foi vacinada 100% da população indígena no Paraná. O Paraná, foi o primeiro Estado da União a protocolar o pedido para vacinar crianças na faixa etária de 5 a 10 anos de idade.

Destaca-se também a participação do Paraná em pesquisas relativas a vacinação contra a COVID-19 (ex. Vacinação de adolescentes em Toledo após a liberação da Anvisa para vacinação desta população).

A parceria do Laboratório Central do Estado com o Instituto de Biologia Molecular do Paraná, fez com o Estado do Paraná realizasse em termos proporcionais o maior número de testagens por RT-PCR para pacientes suspeitos de COVID-19 em todo o País.

Foi desenvolvida pela Divisão de Vigilância do Programa de Imunização (DVVPI), ação conjunta SESA com a Sociedade Civil (Rotary), para ampliação da vacinação contra a Poliomielite e ainda a Campanha de Multivacinação para atualização da caderneta vacinal das crianças e adolescentes.

Foram realizadas as seguintes ações relacionadas a Doenças Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis (DCIST): a) expansão da Profilaxia Pré Exposição (PrEP) em 14 regionais, alcançando mais 52,0% dos municípios do Estado; b) descentralização dos autotestes - 22 regionais; c) distribuição de insumos como preservativos internos e externos, bem como fórmula láctea infantil para crianças expostas ao HIV; c) proposta de certificação da eliminação da transmissão vertical da sífilis aos municípios, com 210 municípios certificados; d) certificação da eliminação da transmissão vertical do HIV, com dois municípios com mais de 100 mil habitantes certificados; e) projeto piloto para detecção de clamídia e gonococo, com distribuição inicial de 600 kits para seis locais estratégicos e com previsão de ampliação; f) projeto piloto de reestruturação do Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA), com o CTA de Ponta Grossa; g) publicação das Notas Técnicas - n.o 10/2021 (DCIST/SESA), com orientação sobre treinamento em serviço para aplicadores de prova tuberculínica (PT); n.o 11/2021 DCIST/CVIE/DAV/LACEN/SESA, com orientações para solicitação de pesquisa de Hepatites Virais ao LACEN/PR; e n.o 15/2021(DCIST/SESA) - avaliação de contatos humanos de casos confirmados de tuberculose bovina; h) elaboração de Boletim Epidemiológico da Tuberculose; i) elaboração de Boletim Epidemiológico das Hepatites Virais, Sífilis e HIV (no prelo); e j) participação em reuniões mensais do Conselho Estadual de Saúde, Conselho LGBTI.

Na Vigilância Ambiental, visando o aperfeiçoamento e qualificação técnica das equipes municipais e regionais para o enfrentamento de arboviroses e doenças de transmissão vetorial e zoonoses, foi realizado o Curso de Aperfeiçoamento em Vigilância em Saúde com ênfase em Vigilância Ambiental nas ações de Controle de Doenças de Transmissão Vetorial e Zoonoses. O curso foi realizado na modalidade ensino a distância e contou com 345 alunos representando as diferentes regiões do estado do Paraná.

Em parceria com a Universidade Estadual de Maringá (UEM), Centro Universitário Ingá (UNINGÁ) e Universidade Centro de Ensino Superior de Maringá (UNICESUMAR), foi desenvolvido um projeto para a automatização de relatórios, com informações epidemiológicas sobre dengue, de forma semanal, aos 399 municípios, para auxiliar na tomada de decisões para a adoção de medidas de combate à dengue.

Foram adquiridos 42 novos veículos para as equipes dos seis Núcleos de Vigilância Entomológica do Estado, equipes de campo da Coordenadoria de Vigilância Ambiental e para a Seção de Apoio Logístico de Insumos e Equipamentos (SCALI). Além disso, foram adquiridos 300 equipamentos costais motorizados a serem disponibilizados aos municípios e 30 equipamentos de nebulização a ultrabaixo volume acoplado a veículo (fumacê).

De forma pioneira, a SESA, na área de Vigilância Ambiental em Saúde inseriu o Paraná no uso da plataforma SISS-GEO (Sistema de Informação em Saúde Silvestre) disponibilizada pela FIOCRUZ e que permite, por meio da participação popular, incrementar o monitoramento da circulação do vírus amarílico em macacos, o que possibilita o aprimoramento das ações de vigilância da Febre Amarela no Paraná. A metodologia foi implantada e aderida em todos os municípios do estado, sendo que São José dos Pinhais chegou à final do 5º Prêmio Internacional de Inovação Urbana de Guangzhou.

Nas ações de inovação em Vigilância Sanitária foram realizadas ações como o desenvolvimento de ações alinhadas às diretrizes do Programa Descomplica PR, por meio da Resolução SESA n.o 1.034/2020; a implantação de um Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) em Vigilância Sanitária, com o propósito de padronização e melhoria contínua das práticas de trabalho a fim de atender as necessidades das partes interessadas com processos mais robustos, qualidade e eficiência; o desenvolvimento do Sistema Auto/Termo SESA-PR, alinhado às premissas do SGQ, e visando a padronização do Processo Administrativo Sanitário (PAS) no Estado; a intensificação das ações de controle sanitário, relacionadas à estrutura física de estabelecimentos de saúde e de interesse à saúde com avaliação de mais de 250 mil m²; a revisão do Plano Estadual de Vigilância e Atenção à Saúde das Populações Expostas aos Agrotóxicos-PEVASPEA que aborda 10 ações estratégicas das diferentes áreas de atenção e vigilância. Foram realizadas análises laboratoriais em 392 amostras de alimentos, sendo 278 coletadas nas Centrais de Abastecimento (CEASA) e supermercados, e 114 na Alimentação Escolar, por meio do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA-PR). Foi iniciado o processo de descentralização do controle sanitário das atividades de Radioterapia e Medicina Nuclear para os municípios abrangendo os 46 serviços (22 Serviços de Radioterapia e 24 Serviços de Medicina Nuclear).

Foi elaborado o Formulário Único de Cadastramento das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) a ser preenchido pelas Instituições e houve a participação no projeto Avaliação Nacional de Práticas de Segurança do Paciente, promovido anualmente pela ANVISA, que enfatiza a gestão de riscos, o aprimoramento da qualidade e a aplicação das boas práticas em serviços de saúde. Em 2021, 120 Hospitais com UTI do Paraná aderiram ao projeto.

Como parte indissociável do processo de enfrentamento à pandemia da COVID-19, foi dada continuidade ao processo de edição e revisão das Notas Orientativas e Resoluções SESA, com a definição de medidas de prevenção e controle contra a COVID-19 a serem adotadas nos diversos

espaços de uso público e coletivo no Estado do Paraná, além de reorganização de processos de trabalho nos diferentes setores.

A análise dos Protocolos de biossegurança e pedidos relacionados à pandemia também foi efetuada com bastante intensidade, totalizando em 2021 mais de 180 protocolos analisados, e somando, ao total, mais de 340 protocolos de medidas relacionadas a COVID-19. As medidas de prevenção e controle foram abordadas em treinamentos/capacitações direcionados aos diferentes setores, promovendo divulgação e fortalecimento dos principais pilares não farmacológicos imprescindíveis para a contenção da doença no Estado.

Em relação ao Fortalecimento da Regulação do Acesso aos Serviços do SUS, ressalta-se a continuidade do desenvolvimento do Sistema próprio de Regulação Estadual - CARE PARANÁ, em parceria com a CELEPAR, com priorização da realização dos ajustes necessários no módulo de consultas, exames e de cirurgias eletivas.

Na reunião da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), em 22/09/2021, a SESA anunciou a Implantação do Programa Paranaense de Procedimentos Cirúrgicos Eletivos, com pactuação da realização da 1ª Etapa de Diagnóstico Regional para o Planejamento do Programa Paranaense de Procedimentos Cirúrgicos Eletivos e a adoção de padrões definidos de fluxos de acesso do usuário do Sistema Único de Saúde (SUS) na Rede de Atenção à Saúde (RAS) para atendimento eletivo, bem como a obrigatoriedade da interoperabilidade de sistemas de regulação de acesso e controle operacional de atendimentos a usuários do SUS existentes no âmbito Municipal e dos Consórcios Intermunicipais de Saúde com o Sistema de Regulação da SESA, conforme Deliberação CIB n.º 230 de 09/10/2021.

Referente ao Fortalecimento do Desenvolvimento Regional da Atenção à Saúde, estão em processo de Formalização os convênios do Programa Estadual de Qualificação dos Consórcios Intermunicipais de Saúde (QualiCIS), destinado aos Consórcios que gerenciam Ambulatório Médico de Especialidades (AME) no Paraná. Encontram-se formalizados nove Convênios beneficiando nove Regiões de Saúde com recursos destinados a atendimentos Multiprofissionais Especializados nos AMEs, os recursos destinados a esse Programa Estratégico são na ordem de R\$ 12,5 milhões (empenhados até 31.10.21), R\$ 5,3 milhões (pagos até 31.10.21). Ainda conta-se com mais R\$ 840,0 mil para estruturar o ambulatório especializado do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Setentrão Paranaense (CISAMUSEP) (empenhados até 31.10.21), R\$ 420,0 mil (pagos até 31.10.21) ao Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Centro Sul do Paraná (CIS AMCESPAR) e ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Norte Pioneiro (CISNORPI), visando a ampliação das ações e serviços prestados pelo Ambulatório Médico de Especialidades para a população da 4ª, 15ª e 19ª Regiões de Saúde.

Estão em andamento as obras dos Ambulatórios Médicos de Especialidades da 16ª Regional de Saúde com investimento de R\$ 3,3 milhões para ampliação do prédio do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Ivaí e Região (CISVIR), da 15ª Regional de Saúde com investimento de R\$ 774,0

mil, para reforma do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Paranapanema (CISVAP), assim como, os Projetos dos AMEs da 19ª Regional de Saúde com investimento de R\$ 235,0 mil, da 11ª Região de Saúde de Campo Mourão no valor de R\$ 277,0 mil, da 14ª Região de Saúde no valor de R\$ 293,0 mil e da 18 Região de Saúde no valor de R\$ 259,0 mil.

Foram destinados até o final do exercício R\$ 442,0 mil para aquisição de equipamentos e mobiliários ao Ambulatório Médico de Especialidades da 10ª Região de Saúde de Cascavel.

Sobre o Fortalecimento da Gestão dos Serviços Próprios da SESA ressaltam-se os investimentos em equipamentos no montante de aproximadamente R\$ 16,5 milhões aplicados nas Unidades Próprias do Estado com recursos Federais, Estaduais e do Ministério Público do Trabalho.

O Complexo Hospitalar do Trabalhador, reconhecido regionalmente e em nível nacional por manter um modelo de gestão técnico voltado à eficiência assistencial e de qualidade, administrando o Hospital do Trabalhador, o Centro Hospitalar de Reabilitação Ana Carolina Moura Xavier, o Centro de Atendimento ao Fissurado Lábio Palatal, a Unidade Ambulatorial Centro Regional de Especialidades (CRE) Kennedy, o Hospital Oswaldo Cruz, incorporou em 2021, por meio da Resolução SESA n.o 263/2021, a administração técnica e operacional do Hospital Regional da Lapa São Sebastião e o Centro Regional de Atendimento Integrado ao Deficiente(CRAID).

A Fundação Estatal de Atenção à Saúde do Paraná (FUNEAS) mediante Contrato de Gestão com a SESA, mantém seu papel de mantenedora das seguintes Unidades Hospitalares: Hospital Regional do Litoral - Paranaguá, Hospital Regional em Guaraqueçaba, Hospital Infantil em Campo Largo, Hospital Regional do Sudoeste em Francisco Beltrão e Hospital Regional do Norte Pioneiro em Santo Antônio da Platina, além da incorporação do hospital de dermatologia sanitária em Piraquara e hospitais Zona Norte e Zona Sul de Londrina.

Nas ações de Fortalecimento da Gestão do Trabalho e da Educação Permanente em Saúde (EPS) por meio da Escola de Saúde Pública do Paraná (ESPP), foram ofertados cursos nas modalidades presencial e à distância, para níveis técnico, bem como de especialização, com 360 horas.

Na área técnica nível médio, foram realizadas formações para Agentes de Combate a Endemias (ACE), Agentes Comunitários de Saúde (ACS), Técnicos em Saúde Bucal, totalizando 717 alunos capacitados.

Em relação às especializações em enfermagem obstétrica, auditoria no SUS e saúde pública foram 149 alunos atendidos.

Ofertou-se o curso Competências Essenciais em Saúde Pública, na modalidade Educação a Distância, para servidores da SESA-PR (22 regionais de saúde e nível central), com a qualificação de 273 profissionais.

A ESPP apoiou 50 Projetos de EPS, com a oferta de 3555 vagas em cursos ou eventos técnicos/científicos, de curta duração, para trabalhadores do SUS do Paraná.

Encontram-se em andamento quatro programas de residência nas áreas de Médica em Ginecologia e Obstetrícia, Médica em Neonatologia, Multiprofissional em Saúde Mental, e Enfermagem Obstétrica. Em 2021, dois novos programas foram autorizados pelo MEC, para início em 2022: Residência Médica em Psiquiatria e Residência Médica em Cirurgia Geral.

Na modalidade EAD, plataforma de cursos *online* da ESPP Virtual, foram 39.176 alunos inscritos/matriculados. Dos 65 cursos em formato EAD, 18 deles são especificamente sobre a temática da COVID-19.

Com a pandemia os eventos *online* transmitidos pelo *Youtube* se apresentaram como uma estratégia indispensável diante das restrições impostas aos eventos presenciais. Em 2021, o canal da ESPP no *Youtube* transmitiu mais de 29 mil horas de conteúdo, teve 3.100 novos inscritos e 85 mil visualizações dos conteúdos disponibilizados.

Além da oferta de cursos em diversas modalidades de ensino, em 2021, a ESPP coordenou editais de provimento de bolsistas que atuaram nas ações de enfrentamento da Pandemia- COVID-19. Cerca de 180 bolsistas estudantes de graduação (cursos de medicina, enfermagem, farmácia, biotecnologia, ciências biológicas, engenharia de bioprocessos e medicina veterinária) atuaram em unidades da SESA no Centro de Produção e Pesquisa de Imunobiológicos (CPPI), farmácias das Regionais de Saúde, CEMEPAR, Lacen, HIRC, Hemepar, Ouvidoria Geral do SUS e na SESA-Central. Além disso, aproximadamente 240 profissionais formados, Bolsistas do Programa Estadual de Qualificação das Ações para Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública em decorrência da COVID-19 (QUALIFICA COVID), sendo médicos, enfermeiros, farmacêuticos, fisioterapeutas, dentistas, técnicos em enfermagem, técnico em laboratório e agentes administrativos, atuaram em unidades da SESA no LACEN, HEMEPAR, SESA-Central, Hospital da Lapa, Regionais de Saúde, Centrais de Regulação de Leitos, Departamento Penitenciário (DEPEN).

Mantendo seu compromisso com a disseminação do conhecimento científico, a Revista de Saúde Pública do Paraná (RSPP) publicou, em 2021, três edições *online*, que contemplaram 27 artigos originais, 04 relatos de experiência e 08 artigos de revisão.

Quanto aos resultados nas áreas de sangue e hemoderivados e de transplantes, a Cobertura Transfusional no SUS pela Rede HEMEPAR teve uma abrangência de 91,6% num total de 23.615 leitos. Essa porcentagem se deu em virtude das estratégias adotadas no enfrentamento da pandemia ocasionada pelo SARS-CoV-2.

As ações de destaque do Centro Estadual de Saúde do Trabalhador (CEST) no ano de 2021 foram: capacitações virtuais para profissionais de todas as Regionais de Saúde sobre investigação de acidentes de trabalho, atualização das Normas Regulamentadoras do Ministério da Economia, notificação de agravos e doenças relacionadas ao trabalho e integração entre atenção e vigilância em saúde para a integralidade da atenção à saúde dos trabalhadores paranaenses.

O Centro de Produção e Pesquisa de Imunobiológicos (CPPI), produziu aproximadamente 400.000 tubos para Meios de Transporte Viral MTV-COVID-19, insumo que compõe o *kit* para diagnóstico pelo teste RT-PCR - Reação da Transcriptase Reversa seguida pela Reação em Cadeia da Polimerase. Em parceria com o Instituto de Pesquisa Pelé, do Hospital Pequeno Príncipe, iniciou o desenvolvimento de um medicamento para tratamento de pacientes graves com COVID-19 (Soro AntiCovid). Na modernização, restauração, conclusão de obras inacabadas e aquisição de equipamentos foram investidos aproximadamente R\$ 2,5 milhões, em 2021.

O Laboratório Central do Estado (LACEN) realizou aquisição de equipamentos e insumos para automação das metodologias na Microbiologia de Alimentos e Microbiologia da Água e equipamentos para a descentralização da Pesquisa Molecular de Arboviroses (Dengue, Chikungunya e Zika) para as regiões de Londrina, Maringá e Foz do Iguaçu. Foi implantada Metodologia Molecular para detecção, identificação e resistência antimicrobiana para Tuberculose. Participou no Projeto de Pesquisa de Clamídia e Gonococo para unidades sentinela.

Em relação ao fortalecimento da Política de Assistência Farmacêutica, em 2021 foram distribuídos 299,8 milhões de unidades de medicamentos, com valor financeiro correspondente a R\$ 2,2 bilhões. Referente ao Componente Básico da Assistência Farmacêutica, foram celebrados dois convênios com o Consórcio Paraná Saúde para aquisição de medicamentos básicos, destinados aos 398 municípios consorciados, com vigência de 2 anos: a) Contrapartida Federal - convênio 61/2021 - no valor de R\$ 114,2 milhões e b) Contrapartida Estadual – convênio 97/2021 – R\$ 57,3 milhões. Ainda em relação ao Componente Básico, foram transferidos ao município de Curitiba (não consorciado) R\$ 5,5 milhões referentes à contrapartida estadual.

Quanto ao número de pacientes cadastrados para recebimento de medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica, em dezembro/2021 havia 350 mil cadastros ativos. Até essa mesma data, o serviço “Remédio em Casa” contava com mais de 13 mil pacientes cadastrados dos municípios de Curitiba, Londrina, Maringá, Cascavel e Ponta Grossa.

Foram adquiridas 70 câmaras de refrigeração para conservação de medicamentos no valor de R\$ 1,04 milhões, destinadas às 22 Regionais de Saúde do Estado.

Durante o curso da Pandemia, a SESA fez aquisições para complementar o fornecimento de medicamentos para intubação orotraqueal de pacientes, o *kit* COVID, que foi fundamental na gestão da falta destes medicamentos em todos os hospitais do Paraná.

Quanto ao número de pacientes cadastrados para recebimento de medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica, até outubro/2021 havia 327 mil cadastros ativos. Até essa mesma data, o serviço Remédio em Casa contava com 13 mil pacientes cadastrados dos municípios de Curitiba, Londrina, Maringá e Cascavel.

Foram adquiridas 70 câmaras de refrigeração para conservação de medicamentos no valor de R\$ 1,04 milhão, destinadas às 22 Regionais de Saúde do Estado.

A Ouvidoria Geral da Saúde, está dando continuidade ao projeto de implantação de Ouvidorias nos hospitais que possuem contratualização com a Secretaria de Estado da Saúde. No que se refere a avaliação da satisfação dos usuários dos serviços prestados por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), a Ouvidoria, em conjunto com o Núcleo de Descentralização do SUS, implantou a Pesquisa de Satisfação nos Consórcios Intermunicipais de Saúde (CIS), que aderiram ao Programa QualiCIS. Em conjunto com o Núcleo de Informática e Informações e a Diretoria de Gestão de Serviços em Saúde, a Ouvidoria Geral da Saúde está analisando e compilando dados para a emissão da Carta SUS, que será enviada ao cidadão para avaliação dos serviços prestados pelos Hospitais do SUS no Paraná.

Destaca-se a importância das atividades realizadas pelos servidores e alunos bolsistas junto ao Centro Avançado de Informações (CAI), sob coordenação da Ouvidoria Geral da Saúde, durante o período da pandemia de COVID-19, que combateu a desinformação veiculada, prestou esclarecimentos, e efetivou agendamentos de testes PCR-RT, sendo identificado o registro de 9.543 ligações em 2021. Ainda sobre as ações da Ouvidoria Geral da Saúde durante a pandemia em 2021, foram registrados no Sistema Integrado para Gestão de Ouvidorias (SIGO/PR) 27.158 atendimentos, relacionados aos assuntos Coronavírus, Vacina Coronavírus e Vacina Fura-Filas, e realizados 19.268 agendamentos de testes PCR-RT no âmbito do nível central da Secretaria de Estado da Saúde.

Por fim, em conformidade com o Plano Estadual de Saúde, com o objetivo de fortalecer o Controle Social do SUS, a Ouvidoria Geral da Saúde, está realizando a reestruturação das Ouvidorias de Saúde descentralizadas por meio de capacitações e encontro macrorregionais, visando efetivar o acompanhamento contínuo das atividades exercidas, proporcionando desta forma, um melhor acolhimento e atendimento satisfatório das Ouvidorias de Saúde no âmbito do Estado do Paraná.

Em 2021, houve retomada do Planejamento Regional Integrado (PRI), articulado com os municípios e com o Ministério da Saúde, objetivando organizar a rede de atenção à saúde e fortalecendo o processo de Regionalização no Estado. Foram realizados 22 encontros regionais e 8 encontros macrorregionais, que concluíram pelo estabelecimento de 91 prioridades sanitárias para o Estado, que serão consideradas na elaboração e fortalecimento da política estadual de Saúde.

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO

15 SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO (SEJUF)

A Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF) é responsável pela formulação e implementação de diretrizes e políticas que busquem garantir os direitos fundamentais, a justiça, a cidadania, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e assistência social, visando a superação da condição de vulnerabilidade social e a melhoria da qualidade de vida em diversas áreas.

Atua de forma plural no âmbito de nove grandes políticas: a) Justiça, Cidadania e Direitos Humanos; b) Proteção, Defesa, Educação e Orientação ao Consumidor; c) Sistema de Atendimento Socioeducativo; d) Política de Trabalho, Emprego e Renda; e) Política Estadual de Assistência Social; f) Política Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; g) Política Estadual para Promoção dos Direitos e Inclusão da Pessoa com Deficiência; h) Política Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher; e i) Política Estadual dos Direitos do Idoso.

Além da estrutura central da SEJUF, a atuação está descentralizada por meio dos 24 Escritórios Regionais (ERs) que assessoram os 399 municípios do Estado, efetivando a estratégia de atuação mais próxima dos municípios e da população, apoiando e assessorando os gestores municipais na busca conjunta de bons resultados. Integram, também, a estrutura sob a gestão direta da SEJUF: 19 Centros de Socioeducação (CENSE), nove Casas de Semiliberdade, o Centro Estadual de Informação para Migrantes, Refugiados e Apátridas do Paraná (CEIM), o Centro de Referência e Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CRAM), a Agência do Trabalhador de Curitiba (Centro), o PROCON-PR (em Curitiba) e a Escola de Educação em Direitos Humanos (ESEDH).

Dentre os Programas/Projetos sobre a responsabilidade da SEJUF estão o Projeto Paraná em Ação, o Programa Luz Fraterna, o Programa Nossa Gente Paraná (parceria BID) e o Programa Paraná Seguro (parceria SESP/BID).

Com a posse dos novos prefeitos e suas equipes, o avanço da vacinação contra a COVID-19, a diminuição de casos e os desafios a serem enfrentados nessa nova fase, verificou-se a necessidade de aproximação das Políticas sob a responsabilidade da SEJUF e as equipes municipais. Por isso, a partir de agosto, iniciaram-se os encontros de interiorização e municipalização, que além de levar ao conhecimento os Programas, Projetos e Ações da SEJUF foram esclarecidas dúvidas, bem como assinados, entre outros, protocolos para a instalação de postos avançados das Agências do Trabalhador, qualificação de mão de obra com as Carretas do Conhecimento, adesão ao Programa Nossa Gente Paraná, à Força-Tarefa infância Segura (FORTIS), a Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa (EBAPI) e o Programa Criança Feliz. Até dezembro, ocorreram sete encontros de Interiorização com a

participação de gestores e servidores de 267 municípios e quatro encontros de municipalização, onde 35 municípios participaram.

Cabe destacar que o Projeto Caixa D'Água Boa, do Programa Nossa Gente Paraná, conquistou o Prêmio Sesi ODS Edição 2021, na Categoria Poder Público Estadual. O Prêmio faz referência aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e reconhece as boas práticas do poder público que contribuem com o alcance dos ODS. O Projeto Caixa D'Água Boa disponibiliza uma caixa d'água e um *kit* de instalação para as famílias em situação de vulnerabilidade social e foram atendidas 4 mil famílias beneficiadas em 143 municípios paranaenses.

Com a Lei Estadual n.o 20.747 de 18 de outubro de 2021, foi instituído o Programa de Transferência de Renda (PETR), com a finalidade de contribuir com a segurança socioassistencial de sobrevivência e renda às famílias em situação de vulnerabilidade econômica, por meio da concessão de benefício econômico mensal. O pagamento às famílias que atenderem aos critérios da Lei iniciou em dezembro, de acordo com a disponibilidade orçamentária.

O Projeto Recomeça Paraná, dentro das ações de Retomada da Economia, desenvolvido nas Agências do Trabalhador da Rede SINE/PR, tem por objetivo auxiliar o trabalhador com perfil empreendedor. Serão disponibilizadas linhas de microcrédito produtivo, orientado, por meio de uma parceria com a Fomento Paraná. Serão disponibilizados cursos de qualificação e capacitação profissional em três fases, aplicados pelo SEBRAE, e estes terão como incentivo e/ou ajuda de custo para participação um auxílio de R\$ 300,00 por fase completada. O valor do incentivo, estimado em R\$ 4,0 milhões, oriundo do Banco Interamericano de Desenvolvimento, pretende alcançar até 4.500 pessoas nos 399 municípios do Paraná. Até novembro, foram recebidas 345 propostas de microcrédito, sendo que 123 foram concedidas, num montante de R\$ 1,5 milhão; 63 recusadas (R\$ 845,0 mil); 77 foram excluídas (R\$ 1,08 milhão) e 82 estão em análise (R\$ 1,1 milhão).

15.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

15.1.1 Garantia de Direitos

A SEJUF reúne 16 conselhos de direitos, dois Conselhos de Gestão de Programas, um Colegiado de Gestores da Assistência Social (Cogemas/Paraná) e um Comitê Intergestor Bipartite (CIB) e diversos comitês e comissões, que tratam de diferentes áreas do interesse público, funcionando como espaços de participação e controle social. Os Conselhos ligados à SEJUF que receberam apoio, assessoramento técnico, e custeio de despesas (estrutura, viagens, diárias) foram: a) Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Estado do Paraná (COPEP); b) Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (CONSEPIR); c) Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná (CPICT/PR); d) Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná (CERMA/PR); e) Conselho Estadual de Proteção às Vítimas de Abuso Sexual (COPEAS); f) Conselho Gestor do Fundo Estadual de Defesa do Consumidor (CONFECON); g) Conselho Estadual do Trabalho,

Emprego e Renda (CETER); h) Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS/PR); i) Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA/PR); j) Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (COEDE/PR); k) Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDM/PR); l) Conselho Estadual dos Direitos do Idoso (CEDI/PR); m) Conselho Estadual de Juventude do Estado do Paraná (CEJUV); n) Conselho Estadual da Ação Solidária (CAS); o) Conselho Estadual de Economia Solidária (CEES) e p) Conselho Estadual Gestor do Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos (CEG/FEID).

Em relação às Políticas de Garantias de Direito, a SEJUF atuou em atividades relacionadas à formulação e implementação de diretrizes e políticas, à articulação, orientação técnica, capacitação, e execução das ações especializadas, bem como no gerenciamento de repasses de recursos destinados às políticas ligadas à Secretaria. As ações estão divididas em função do público alvo prioritário das políticas. Ressalta-se que uma ação pode impactar em mais de um público alvo por serem transversais.

A SEJUF tem em sua estrutura a Escola de Educação em Direitos Humanos (ESEDH), responsável por organizar as capacitações em conjunto com as áreas afins. Foram realizadas 32 capacitações, sendo 20 na modalidade a distância e 12 presenciais, relacionadas a direitos humanos e cidadania para agentes públicos e cidadãos paranaenses, com 1.136 certificados. Encontram-se em andamento, 16 outras capacitações, sendo 10 na modalidade presencial, que foram concluídas em 21/12/2021.

O projeto Paraná em Ação (Lei n.º 16.583/2010) tem a finalidade de oferecer serviços que promovam cidadania, defesa de direitos e inclusão social da população; suas principais atividades são a realização dos Eventos Paraná Cidadão, Feiras da Cidadania (cidades com população acima de 200.000 habitantes) e o Programa Criança e Adolescentes Protegidos. Retomados a partir de agosto de 2021, foram realizados sete eventos do Paraná Cidadão, com 28.199 atendimentos e seis Feiras da Cidadania, com 22.932 atendimentos. O Programa Criança e Adolescente Protegidos, instituído pela Lei n.º 19.634, de 24 de agosto de 2018, tendo como objetivo a expedição de RG biométrico para crianças e adolescentes teve, até novembro, 718 documentos de identidade emitidos (RGs).

15.1.1.1 Criança e Adolescente

O Atestado de Regularidade Conselho, Plano e Fundo (ARCPF) é critério para repasses do Governo Estadual. É o que referencia se o município está em ordem com a documentação exigida para receber os recursos. Foram analisadas documentações, referentes à área da Criança e Adolescente, tendo sido emitidos ARCPFs aos 399 municípios do Estado.

Após o desenvolvimento de Metodologia para o Orçamento Criança e Adolescente em 2020, foi instituído o Orçamento da Criança e do Adolescente (Lei n.º 20.538, em 20 de abril de 2021) que tem o objetivo de favorecer a eficiência, a transparência, a fiscalização e o controle de gestão fiscal na execução de políticas públicas destinada às crianças e adolescentes.

Em decorrência da decretação do estado de calamidade pública provocada pela COVID-19 e da preocupação com impacto financeiro nos municípios foi sancionada a Lei n.º 20.387, em 1º de

dezembro de 2021, que dispõe sobre vigência, flexibilização dos planos de trabalho das parcerias celebradas com repasses de recursos dos Fundos Públicos sob gestão da Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho.

O Disque 181, canal de denúncia paranaense da Secretaria do Estado de Segurança Pública e Administração Penitenciária do Paraná (SESP), tem por objetivo combater a criminalidade, por meio de denúncias anônimas encaminhadas aos órgãos competentes, auxiliando na prisão de autores de crimes e da apreensão de ilícitos, além da busca de foragidos da justiça e de pessoas desaparecidas. A SEJUF recebe as denúncias específicas relacionadas a crianças e adolescentes, realiza o registro no Sistema de Informações para a Infância e Adolescência (SIPIA) para controle e encaminha aos Conselhos Tutelares e Ministérios Públicos do Paraná. Até 31 de outubro, foram recebidas 1.170 denúncias, sendo identificadas com maior frequência as temáticas de violência física (432), violência sexual (296), negligência/abandono (220) e violência psicológica (93).

Os municípios e instituições recebem recursos do Fundo para a Infância e Adolescência (FIA), por meio de repasses fundo a fundo, termos de fomento e de cooperação técnico financeira, dependendo das características. À SEJUF cabe, também, a orientação técnica durante todo o processo.

Encontram-se em execução, em diversas fases, repasses aos municípios nas modalidades: a) Fortalecimento de Programas de Aprendizagem (adolescentes); b) Fortalecimento de Programas de Qualificação Profissional (adolescentes); c) Fortalecimento dos Conselhos Tutelares (estruturas dos Conselhos Tutelares); d) Implantação e Fortalecimento de Ações/Estratégias de Prevenção ao Uso, Abuso e Transição à Dependência de Álcool e Outras Drogas (crianças, adolescentes e suas famílias); e) Incentivo para os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (controle social); f) Apoio e Fortalecimento de Projetos de Atenção a Crianças e Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade e Risco Social; g) Incentivo Atenção à Criança e Adolescente; h) Programa Crescer em Família - Acolhimento Institucional e Familiar; i) Programa Crescer em Família - Acolhimento Familiar; j) Programa de Atenção às Famílias dos Adolescentes Internados por Medida Socioeducativa (AFAI); k) Programa Liberdade Cidadã (medidas socioeducativas em meio aberto); l) Fortalecimento das Ações Voltadas à Primeira Infância; m) Programas de Atendimento às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência e Autores de Violência; e n) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCVF).

Em 2021, em função do agravamento da pandemia da COVID-19, foram deliberados R\$ 4,3 milhões para o Projeto de Segurança Alimentar a Crianças e Adolescentes com Deficiência – fase II para a aquisição de cestas básicas, com intuito de atender 14 mil crianças e adolescentes e suas famílias; R\$ 25,0 milhões para ações de transferência de renda para a Segurança Alimentar e Nutricional de Crianças e Adolescentes em situação de vulnerabilidade econômica, devido à situação de emergência pela pandemia da COVID- 19; e R\$ 8,6 milhões para fortalecimento de Projetos de Ações para Crianças e Adolescentes que sofreram perdas parentais em virtude da pandemia.

E com o olhar voltado à retomada das atividades, em função do avanço da vacinação e da diminuição dos casos de COVID-19, foi elaborada proposta e foram deliberados R\$ 5,0 milhões para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para 194 municípios.

O Edital Geral de Chamamento Público de Apoio as OSCs, recursos FIA (R\$ 62,0 milhões), tem como objetivo fomentar a realização de ações voltadas à prevenção, promoção, defesa ou garantia dos direitos de crianças e adolescentes que tiveram suas vulnerabilidades acentuadas pela pandemia da COVID-19. Foram apresentados projetos nas seguintes áreas de atuação das Garantias: a) Direito à Vida e Saúde (R\$ 8,5 milhões); b) Direito à Convivência Familiar e Comunitária (R\$ 11,0 milhões); c) Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer (R\$ 26,0 milhões); d) Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho (R\$ 7,0 milhões); e) Direito às Crianças e Adolescentes com Deficiência (R\$ 4,0 milhões); f) Direito às Crianças e Adolescentes Indígenas e de Comunidades Tradicionais (R\$ 2,5 milhões); e g) Direito às Crianças e Adolescentes ao enfrentamento às situações de violência (R\$ 3,0 milhões). Foram recebidas 668 propostas, que resultaram em 257 aprovadas na primeira fase, cujo pagamento iniciou em dezembro.

Ainda em comemoração aos 30 anos do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA) foi deliberado cerca de R\$ 500,0 mil com intuito de destinar material de apoio para o desenvolvimento do trabalho dos Conselheiros Tutelares.

Foi elaborado e está em tramitação na ALEP o Projeto de Lei n.o 324/2020 que institui em caráter permanente, a Força Tarefa Infância Segura (FORTIS), de prevenção e combate aos crimes contra a criança, integrada por representantes dos três poderes do Estado e da sociedade organizada, na forma que especifica.

Lançado, em outubro, o Portal da FORTIS com o intuito de divulgar e ampliar a rede de proteção à infância no Paraná. A população poderá acompanhar o andamento das ações e acessar os canais de denúncias e os serviços da rede de proteção.

Composição de Documento Formal para o Registro da Revelação Espontânea, a ser preenchido quando a criança ou adolescente abordar o profissional e relatar espontaneamente que foi e/ou está sendo vítima de violência e/ou presenciou algum ato de violência, com a finalidade de implantar o mesmo procedimento aos profissionais que atuam nos municípios, tanto na rede pública quanto na rede privada.

Realizada a 2ª edição do curso da Força Tarefa Infância Segura (2.461 pessoas certificadas), para promover formação continuada aos profissionais que atuam na prevenção e no enfrentamento das violências contra crianças e adolescentes fortalecendo a rede de atendimentos e enfrentamento das violências contra este público. Temáticas desenvolvidas: Fundamentos Jurídicos das Políticas da Criança e do Adolescente; Criança e Adolescente na Era Digital; Escuta Especializada, Revelação Espontânea a Depoimento Especial; Trabalho Infantil; Formulação e Gestão da Política Pública da

Criança e do Adolescente; Justiça Restaurativa e Cultura de Paz; Tipos de Violência; Redes de Proteção; e Serviços de Atendimento às Crianças e de Adolescentes.

O Programa Criança Feliz (PCF), tem como objetivo promover e apoiar o desenvolvimento integral na primeira infância, ao trabalhar com gestante e família na preparação ao nascimento da criança e nos cuidados pós-gravidez e ao promover o fortalecimento dos vínculos e papel das famílias no cuidado, proteção e educação de crianças de até seis anos de idade.

Durante o ano foi realizado o monitoramento junto aos 70 municípios que aderiram e se mantém ao Programa, bem como orientações e esclarecimentos de ordem técnica. A partir de outubro, foi possível retomar as visitas *in loco* em alguns municípios e a sensibilização para que mais municípios, que são considerados elegíveis pelo Governo Federal, façam a adesão ao Programa.

Os municípios que fazem parte do Programa Criança Feliz realizaram 161.755 visitas. Foram visitadas 8.027 famílias, que correspondem a 1.233 gestantes e 7.646 crianças de 0 a 36 meses e 68 crianças com Benefício de Prestação Continuada (BPC) de 0 a 72 meses.

Foram realizadas seis *lives* com foco no Agosto Dourado, que simboliza a luta pelo incentivo à amamentação – a cor dourada está relacionada ao padrão ouro de qualidade do leite materno. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) e o Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância – em inglês, *United Nations International Children's Emergency Fund* (UNICEF), cerca de 6 milhões de vidas são salvas anualmente por causa do aumento das taxas de amamentação exclusiva até o sexto mês de idade. Destes encontros virtuais participaram 2.830 pessoas, com a participação de gestores municipais e estaduais, médicos, nutricionistas, psicólogos e professores, entre outros.

15.1.1.2 Pessoa Idosa

Elaborado e aprovado junto ao CEDI/PR proposta de repasse de R\$ 1,5 milhão do FIPAR para ações de proteção à Pessoa Idosa e aquisição de insumos e EPIs para entidades e Instituições de Longa Permanência para Pessoas Idosas (ILPIs) no Paraná para enfrentamento à COVID-19. Serão atendidas 156 ILPIs, em 125 municípios do Estado, num total de 10.309 beneficiados. Entre os beneficiados estão 3.444 trabalhadores e 6.865 Pessoas Idosas.

Repasse a 20 Organizações da Sociedade Civil selecionadas em atendimento ao Edital de Chamamento Público n.o 001/2018, com o objetivo de cofinanciar ações voltadas à promoção, defesa ou garantia dos direitos da pessoa idosa no estado do Paraná, no montante aproximado de R\$ 3,0 milhões. Em novembro, estavam em trâmite administrativo para efetivação as últimas 04 Instituições.

Com o avanço da vacinação e a diminuição dos casos de COVID-19 e a possibilidade das Pessoas Idosas poderem retomar suas atividades, foi elaborada e aprovada a Deliberação n.o 018/2021/CEDI/PR, que viabiliza o repasse de recursos, na modalidade fundo a fundo, a municípios do Estado do Paraná para a implementação de ações, de projetos, programas e/ou serviços de prevenção, proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa, incluindo o Serviço de Convivência e Fortalecimento

de Vínculos (SCFV), nos Centros de Convivência, de forma complementar, para a população idosa com idade igual ou superior a sessenta anos. O recurso, no valor de R\$ 6,0 milhões é proveniente do Fundo Estadual do Idoso (FIPAR), e foi deliberado pelo Conselho Estadual dos Direitos do Idoso (CEDI/PR) em junho/2021, e a Deliberação 018/2021 foi aprovada em julho/2021.

Foram considerados elegíveis 160 municípios para adesão ao recurso. São aqueles que ainda não possuem Centros de Convivência para pessoas idosas registrados no Cadastro Nacional do Sistema Único da Assistência Social (CadSUAS) e possuem o ARCPF no ano corrente. Os municípios também devem ter realizado a adesão ao Programa Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa (EBAPI). Foram 44 municípios classificados. O repasse dos recursos foi efetivado em dezembro.

Com o objetivo de preparar os municípios para garantir ambientes que acolham as pessoas idosas, o programa Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa (EBAPI), proposto pelo Governo Federal foi aderido pelo Governo Estadual. O Paraná Amigo da Pessoa Idosa contabiliza 316 municípios paranaenses que aderiram. Desde julho foram retomados os esforços junto aos municípios para ampliar a adesão por meio do Ciclo de Sensibilizações que consiste em encontros com prefeitos e gestores municipais com o objetivo de refletir a política da pessoa idosa, a importância das instâncias de garantia de direitos como o Conselho Estadual dos Direitos do Idoso. Foram realizados encontros na Regional de Paranaíba, Cianorte, Umuarama, Campo Mourão, Curitiba, Maringá, Apucarana, Londrina, Toledo, Foz do Iguaçu e Cascavel. Esses esforços possibilitaram ao Estado passar de 109 municípios para 316 com termos de compromisso para adesão à Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa, mesmo com a plataforma do Governo Federal indisponível para acesso.

O Disque Idoso Paraná, serviço telefônico estadual gratuito ligado a um banco de dados que coloca à disposição da população orientações sobre os direitos da pessoa idosa, registro de denúncias, encaminhamentos, informações e sugestões sobre serviços públicos, realizou 1.985 atendimentos, sendo 676 orientações e informações e 1.309 denúncias. Entre as violências registradas, em 1º lugar estão as Agressões Verbais/ Psicológicas, seguidas de Negligência, Apropriação Indébita – violência financeira, Agressão Física e Abandono.

15.1.1.3 Mulher

As atividades das unidades móveis itinerantes (Ônibus Lilás) foram retomadas a partir de julho. Receberam serviços de atendimento psicossocial 52 municípios. Até novembro, foram 5.892 visitas, com 977 atendimentos.

Após o acompanhamento do projeto piloto, com o Termo de Cooperação Técnica entre a SEJUF, Tribunal de Justiça, Secretaria de Segurança Pública/Comando da Polícia Militar e CELEPAR, o atendimento pelo dispositivo do botão do Pânico (Aplicativo 190 da PM) está sendo implantado em 162 comarcas, abrangendo a totalidade dos municípios do Paraná.

Finalizado, lançado e incorporado à rotina de trabalho o Protocolo para Reconhecimento de Vítimas de Feminicídios, desenvolvido pelo Grupo de Trabalho formado pela SEJUF, SESP, Secretaria

de Estado de Saúde (SESA), Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e Adolescente do Ministério Público do Paraná, Polícia Civil, Polícia Científica, Instituto Médico Legal, Delegacia da Mulher e Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDM).

Em decorrência da pandemia da COVID-19, foi propiciado o atendimento psicossocial às mulheres por telefone ou *online* com a equipe do Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM). Realizadas orientações e atendimento às solicitações das Secretarias municipais, CRAMs, CRAS, CREAS, Casas de Acolhimento, conectando a rede, repassando informações e buscando soluções. Nos CRAMs, tanto estadual quanto nos nove municipais foram realizados 13.665 atendimentos até agosto, com previsão de mais 4.000 até o final do ano.

Foram realizadas ações de divulgação e conscientização durante o Outubro Rosa, com a participação de entidades e organizações de políticas públicas para Mulher, inclusive com evento no Parque Barigui; e articulação de ações de prevenção e enfrentamento à violência, em aproximadamente 170 municípios no dia 22 de julho, dia Estadual contra o feminicídio.

Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres e Secretaria Estadual de Educação e Esporte (SEED), no Projeto Maria da Penha vai à Escola, para 10,0% das escolas estaduais do Paraná. Instituiu uma semana na grade curricular das escolas estaduais, com foco no enfrentamento à violência contra as mulheres, visando à divulgação e promoção da Lei Maria da Penha entre os profissionais da educação, de forma a alcançar crianças e adolescentes em ambiente escolar.

Foi realizado curso de Formação de Conselheiras de Direitos e Políticas para as Mulheres em parceria com o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, com 446 participantes. Em andamento o Curso de Formação Continuada em violência de gênero e aplicação do formulário Nacional de Avaliação de Risco e Gestão de Risco.

15.1.1.4 Pessoas com Deficiência

Gestor da Política Estadual da Pessoa com Deficiência, tem por objetivo a formulação de estratégias e execução das Políticas voltadas à inclusão e a garantia de direitos da Pessoa com Deficiência.

- ▶ Realizada articulação com os municípios, Ministério do Trabalho e Emprego e Instituições Formadoras para contratação de pessoas com deficiência mediante a Lei n.o 5.452/43 CLT.
- ▶ Benefício Passe Livre - assegura a isenção tarifária nos transportes coletivos intermunicipais para pessoas com deficiência e renda familiar *per capita* inferior a dois salários mínimos. Essa isenção se estende às pessoas que possuem as doenças crônicas descritas na legislação, desde que em tratamento continuado fora do município de sua residência. Em 2021, foram registrados 2.971 pedidos de Passe Livre por meio do Sistema, sendo deferidos 2.807 processos.
- ▶ Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTEA) - Lei Romeo Mion n.o 13.977/2020, visa facilitar a identificação e a prioridade no atendimento em serviços públicos

e privados, em especial nas áreas de saúde, educação e assistência social. No caso dos privados, inclui supermercados, bancos, farmácias, bares, restaurantes e lojas em geral. Em 2021, foram emitidas 1.371 carteiras.

- ▶ Dia D - Direito ao Trabalho - realizado, em setembro, com foco na inclusão das Pessoas com Deficiência (PcD) no mercado de trabalho, em conjunto com a Política do Trabalho e as 216 Agências do Trabalhador para o atendimento exclusivo às pessoas com deficiência, beneficiários reabilitados do INSS e Jovem Aprendiz PcD.
- ▶ Sistema de Denúncia de Violação de Direito à Pessoa com Deficiência (Disque 100 e Disque 181) - são realizadas ações de monitoramento e encaminhamento de Denúncias recebidas por *e-mail*. Foi realizado em conjunto com a FORTIS ações de prevenção de violência e crimes contra PcD. Foram recebidas e encaminhadas 150 denúncias de Violação de Direitos.
- ▶ Programa Praia Acessível - parceria com a SANEPAR que visa o fortalecimento dos direitos da pessoa com deficiência garantindo o acesso à praia, em condições de igualdade com as demais pessoas, possibilitando o lazer de forma digna e segura.
- ▶ Projeto Parque Acessível - visa a aquisição de *kits* de brinquedos acessíveis para implementação em parques públicos, permitindo assim a integração entre crianças com e sem deficiência, está em fase de captação de recursos de destinação do Imposto de Renda devido, por meio do Banco de Projetos do Fundo Estadual da Infância e Adolescência.

15.1.1.5 Jovens

Tem como objetivo articular e garantir o desenvolvimento de projetos e políticas públicas direcionadas aos jovens paranaenses de 15 a 29 anos, de acordo com o Estatuto da Juventude (Lei n.º 12.852, de 05/08/2013). A principal missão é promover os direitos dos jovens, com iniciativas e articulação de ações dos serviços que o Poder Público presta à população, de benefícios a cursos e linhas de financiamento estudantil, prezando pela qualificação dos jovens paranaenses para que possam ocupar cada vez melhores postos no mercado de trabalho. E ainda, tem-se o compromisso de despertar na juventude paranaense o desejo de participação da vida política, como protagonista das decisões e ações de políticas públicas.

O Conselho Estadual de Juventude do Paraná (CEJUVE) debateu sobre as políticas públicas para a juventude e como a juventude paranaense foi impactada pela pandemia da COVID-19 neste período, e, ainda, manteve todas as reuniões ordinárias e extraordinárias com participação ampla de todos os conselheiros.

No sentido de promover políticas públicas para a juventude, voltado ao protagonismo juvenil, foi elaborado o projeto Escola de Formação de Novos Líderes. Em formato *online*, visa proporcionar aos jovens o conhecimento e o incentivo da importância das juventudes, tanto na sociedade, política, quanto no mercado de trabalho. Foram gravados vídeos curtos e objetivos sobre os temas: Sociedade,

Protagonismo Juvenil e Mercado de Trabalho. Foram emitidos aproximadamente 200 certificados para os jovens participantes.

Após a atualização do Índice de Vulnerabilidade da Juventude (IVJ), foi elaborado o primeiro Plano Estadual da Juventude do Paraná, visando efetivar o cumprimento das políticas públicas para as juventudes, contido nos 11 eixos temáticos do Estatuto da Juventude. O Plano Estadual da Juventude foi lançado no dia 30 de novembro de 2021, no Colégio Estadual Leôncio Correia, com a participação dos conselheiros estaduais de juventude e mais de 500 jovens no evento.

O projeto + Primeiro Emprego é uma ação que envolve todas as Agências do Trabalhador do Estado do Paraná e conta com a participação de empresas parceiras e jovens que estão em busca do primeiro emprego. O objetivo é oferecer um espaço na própria Agência para que as empresas possam realizar o processo seletivo de candidatos a oportunidades de primeiro emprego. Geralmente na última quarta-feira do mês o atendimento é diferenciado, em guichês exclusivos, atuando diretamente nas ofertas de vagas de emprego para jovens inexperientes e estimulando a contratação destes, além de promover a descentralização das Agências visto que a ação pode também acontecer em pontos de maior fluxo no município.

O Programa Juventude Empreendedora, capitaneado pelo Conselho Nacional da Juventude, implantado em 2019 e 2020, foi criado para capacitar jovens de 17 a 29 anos a abrirem seus próprios negócios. Devido à pandemia da COVID-19 a iniciativa foi adaptada, surgindo o Jovem Empreendedor *Online* para apoiar jovens que precisam abrir um negócio para ter renda própria e também os pequenos e microempreendedores que enfrentam dificuldades para manter o negócio e lucrando, mesmo em meio à pandemia. Em 2021, aproximadamente 1.700 jovens paranaenses aderiram ao programa.

Em parceria com a Fomento Paraná, foi elaborado e lançado o programa Microcrédito Jovem, que possui como objetivo principal a oferta de linha de financiamento de microcréditos com juros reduzidos aos jovens que comprovem a conclusão de cursos de capacitação. Além dos requisitos e formatações utilizados em outros projetos da Fomento Paraná, para a concessão de linhas de créditos, foram adequadas as necessidades para avalistas, objetivando a desburocratização das garantias necessárias, por meio de programas de facilitação de financiamento indicados pela Fomento.

15.1.1.6 Migrantes e Refugiados

- ▶ Recepção e acolhida a migrantes no Centro Estadual de Informação para Migrantes, Refugiados e Apátridas do Paraná (CEIM/SEJUF), sendo as maiores demandas nas áreas de: regularização documental; orientação jurídica; vaga de emprego; abrigo/moradia; ajuda com alimentos e roupas; aulas de português; revalidação de diplomas; atendimento psicossocial; carteira de habilitação de trânsito; refúgio; e cursos de Português. Foram realizados 3.030 atendimentos até novembro.
- ▶ Distribuição de brinquedos e roupas, recebidas por doações, às crianças e adolescentes migrantes em situação de vulnerabilidade.

- ▶ Participação no Migracidades - Aprimorando a Governança Migratória no Brasil, iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU), por meio da Organização Internacional para as Migrações (OIM), é uma plataforma que tem como objetivo contribuir para a construção e gestão de políticas migratórias de forma qualificada e planejada, ao encontro da Meta 10.7 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, que prevê uma migração ordenada, segura, regular e responsável. O projeto de certificação das políticas migratórias locais propõe a ampliação do diálogo sobre migração e o intercâmbio de informações e de boas práticas locais. O objetivo é contribuir para a construção e gestão de políticas migratórias de forma qualificada e planejada, prevendo uma migração segura, ordenada e digna.
- ▶ Participação efetiva na pesquisa Tuberculose e Migrantes nos Países do BRICS-Brasil, que foi publicada em 11/03/2021.
- ▶ Realização da interiorização do CEIM, com a capacitação de servidores estaduais e municipais no atendimento de migrantes, refugiados e apátridas em municípios do interior do Estado do Paraná. Nesta fase, o projeto alcançou servidores de 35 municípios.
- ▶ Realização do ciclo de capacitação Vez e Voz do Migrante, em parceria com a OIM, de forma *online*, com seis encontros com mais de 400 participantes.

15.1.1.7 Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

O Núcleo Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETP) realizou sensibilização e capacitação, por meio digital, abordando o tema Tráfico de Pessoas, Trabalho Escravo, Exploração do Tráfico de Mulheres, Violência e Aliciamento de pessoas na Internet, Contrabando de Migrantes, em parceria com a Câmara Técnica de Foz do Iguaçu, Igrejas Quadrangulares, empresas e autônomos da área de transporte, Universidade Federal do Paraná, Município de Nova Cantu. Entre as ações estão palestras, seminários, audiências públicas, reuniões, conselhos, matérias em jornais, rádio e TV.

Foi realizada participação na construção do questionário sobre Desafios e Mudanças no Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas durante a pandemia em parceria com Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC).

Foram registradas 93 denúncias ao longo do ano. A subnotificação e o medo, que não permitem a vítima a iniciativa da denúncia, interferem na aferição dos casos. Dos casos registrados como denúncias: 04 eram de exploração sexual; 23 de exploração laboral da prostituição; 17 de trabalho em condição análoga de escravo; 10 de trabalho infantil; 01 de remoção de órgãos, tecidos ou partes do corpo; 09 de prática de atividade criminosa; 03 de adoção ilegal; e 26 outras.

Na Campanha Coração Azul foram realizadas *lives* a convite de diferentes organismos e ações de sensibilização por meio digital. Em parceria com a Polícia Rodoviária Federal foi realizado o Seminário de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e ao Trabalho Escravo, Proteção a Pessoas Ameaçadas. Os municípios de Araucária, Curitiba, Campo Bonito, Foz do Iguaçu, Guaratuba, Nova Cantu, Paranaguá, Pinhais, Piraquara e São José dos Pinhais iluminaram monumentos públicos com a

cor azul, aderindo à Campanha Coração Azul, representando a tristeza das vítimas do tráfico de pessoas e nos lembra da insensibilidade daqueles que compram e vendem outros seres humanos.

Em 2021, também foi realizada a manutenção do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas de Morte (PROVITA), com 14 casos, totalizando 33 pessoas protegidas.

15.1.1.8 Promoção da Igualdade Étnico-Racial

- ▶ Realização de homenagem às mulheres no Dia da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha com entrega de mais de 20 certificados pelas relevantes contribuições para a promoção da igualdade racial e gênero no Estado do Paraná.
- ▶ Finalização e lançamento do II Plano Estadual de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial, aprovado e promovido pelo Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (CONSEPIR) e o Governo do Estado, tendo como tema principal o combate ao racismo.
- ▶ Articulação nos municípios do interior do Estado para a criação de conselhos municipais de promoção da igualdade racial ou a reativação de conselhos preexistentes.
- ▶ Dia da empregabilidade da população negra – Dia N, no Estado do Paraná - durante a preparação, mais de mil servidores estaduais e municipais foram sensibilizados para a temática da Igualdade Racial. A ação, pioneira no País, foi executada pelas 216 Agências do Trabalhador, resultando em 375 vagas exclusivas.

15.1.1.9 Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais

Foi elaborada e deliberada uma proposta com recursos FIA, voltada às comunidades indígenas, ciganas e quilombolas, num montante de R\$ 3,5 milhões, para Casas de Passagem, benefícios eventuais e apoio a estrutura escolar. Tal proposta foi resultado da articulação para a criação e reativação de Casas de Passagem para Povos Indígenas nos municípios que fazem parte das rotas das famílias em itinerância. Ressalta-se que neste caso ocorreram empecilhos na realização de reuniões do Conselho em função das especificidades e dificuldades de acesso à tecnologia que propicie a participação efetiva da população indígena e de comunidades tradicionais durante a pandemia.

15.1.1.10 LGBTI+

- ▶ Instituição do Comitê Intersetorial de Acompanhamento de Políticas Públicas de Promoção e Defesa dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais e outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero do Estado do Paraná.
- ▶ Continuidade nos trâmites para a formalização da Rede de Atenção a Casos de Violência por meio da adesão de entidades parceiras.
- ▶ Realização de curso de formação Conhecer e Respeitar com formações temáticas para servidores municipais e estaduais, via *YouTube*, com mais de 3 mil visualizações.

15.1.1.11 Defesa dos Direitos Humanos

- ▶ Implementação do Conselho Gestor do Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos (FEID), criado pela Lei Estadual n.o 20.094/2019, por meio do Decreto Estadual n.o 5.309/2020.
- ▶ Implementação do Conselho Estadual de Proteção às Vítimas de Abuso Sexual (COPEAS), criado pela Lei Estadual n.o 14.648/2005 e regulamentado pelo Decreto Estadual n.o 3.726/2019.
- ▶ Articulação com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, para implementação do Lugar de Memória, com a inauguração da sala *Lumen*, localizada no Centro Judiciário de Curitiba, antigo Presídio do Ahú, em novembro.

15.1.1.12 População em Situação de Rua

- ▶ Formalização da posse da gestão 2021/2022 do CIAMPRua/PR, cuja composição se dá por membros das entidades da sociedade civil eleitas em assembleia e membros representantes dos órgãos governamentais.
- ▶ Realização de Seminário de capacitação aos membros do CIAMPRua/PR, em quatro etapas nos meses de fevereiro, março, abril e maio.
- ▶ Análise das ações do Plano de Trabalho de Políticas para População em Situação de Rua propostas para efetivação em 2020, com levantamentos de dados e impactos, seguida pela elaboração do Plano de Trabalho de Políticas para População em Situação de Rua para execução em 2021.
- ▶ Construção da Minuta do Projeto para o Plano Estadual para a População em Situação de Rua, com oito eixos, para estabelecer as ações em benefício da População em Situação de Rua, para elaboração das ações, metas, monitoramento e responsabilidades.
- ▶ Em relação à saúde, foi solicitada priorização de vacinação para a COVID-19 à população em situação de rua, bem como, em parceria com a SESA, foi realizado o levantamento da incidência da COVID-19 na População em Situação de Rua no Paraná.
- ▶ Elaboradas e divulgadas: a) Nota Técnica para proteção da População em Situação de Rua contra o frio, com a manutenção dos cuidados de prevenção COVID-19; e b) Nota Técnica Conjunta de orientação para o fornecimento e distribuição de alimentos para a população em situação de rua nos municípios do Estado do Paraná em parceria com o Comitê Estadual de Acompanhamento e Monitoramento da Política da População em Situação de Rua (CIAMPRua/PR), Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), Conselho Estadual da Assistência Social (CEAS), Instituto Nacional da População em Situação de Rua (INRUA) e Conselho Regional de Nutricionistas – 8ª Região.
- ▶ Promoção de levantamento da População em Situação de Rua do Estado do Paraná – 2021, com retrospectiva comparativa nos anos de 2018, 2019 e 2020.

15.1.1.13 Consumidor

Foram atendidos 117.145 consumidores, pelo PROCON-PR e pelos PROCONs Municipais integrados ao SINDEC, de janeiro a outubro. Foram realizados 16.267 atendimentos pelos PROCONs

que utilizam o Sistema DPC (também para acolhimento de reclamações), totalizando 133.412 consumidores atendidos, com projeção de 160.000 atendimentos em 2021.

Foram realizados pelo PROCON-PR e PROCONs Municipais integrados ao SINDEC: a) 70.796 atendimentos para resolução de conflitos apresentados pelos consumidores (atendimentos preliminares) com média de resolutividade de 78,0% (em relação aos maiores ofensores); b) 1.493 audiências, com vistas a solucionar os problemas apresentados pelos consumidores e que não foram resolvidos pelos atendimentos preliminares disponibilizados pelo PROCON-PR. Salienta-se que foram adotados novos procedimentos para o endereçamento das reclamações, em função da pandemia, com a supressão das audiências de conciliação.

Foram fornecidas, pelo PROCON-PR (gestão Estadual) e PROCONs Municipais, 62.302 orientações por telefone e *e-mail* para sanar dúvidas e orientar sobre os procedimentos que devem ser tomados pelos consumidores e seus direitos e deveres nas relações de consumo.

Foram aplicadas, pelo PROCON-PR, 88 multas no valor total de R\$ 1,4 milhão (incluídas multas de decisões administrativas proferidas em 2019, que tiveram a informação da multa aplicada incluída no sistema em 2021). Foram realizados os pagamentos de nove multas em 2021, perfazendo R\$ 210,6 mil e foram inscritos em dívida ativa 19 procedimentos administrativos que resultam em R\$ 894,3 mil.

Realizada a inclusão, pelo PROCON-PR, de 14.771 processos administrativos de reclamação no Cadastro de Defesa do Consumidor nas categorias fundamentada atendida e fundamentada não atendida. Posteriormente, terão aplicações de sanção administrativa de multa.

A Plataforma consumidor.gov.br faz parte do Plano Nacional de Defesa do Consumidor (PLANDEC) e tem como foco principal a universalização do atendimento ao consumidor brasileiro e paranaense, possibilitando a reclamação por meio da *internet* de forma rápida e eficaz. Foram realizados, pelos consumidores paranaenses, 99.591 registros na plataforma em 2021, com índice de resolutividade de aproximadamente 79,0%.

Foram elaborados 3.252 pareceres e 3.266 decisões administrativas. Entre as decisões administrativas, 81 correspondem a processos com aplicação de sanção de multa e 69 a processos subsistentes sem a possibilidade de aplicação de sanção administrativa.

Foram elaboradas 12 Informações para a Assembleia Legislativa sobre projetos na área da Defesa do Consumidor.

O PROCON-PR e os PROCONs Municipais iniciaram a implantação da plataforma ProConsumidor, novo sistema de acolhimento de reclamações, desenvolvida pela Secretaria Nacional do Consumidor e que deverá funcionar a partir de 2022.

15.1.2 Socioeducativo

O Sistema de Atendimento é composto por 28 Unidades de Atendimento socioeducativas, sendo 19 Centros de Socioeducação e nove Casas de Semiliberdade distribuídas regionalmente em 16 municípios do Estado do Paraná.

Em 2021, manteve-se a redução do número de atendimentos nas Unidades Socioeducativas do Estado em decorrência das medidas para enfrentamento da pandemia da COVID-19, estabelecidas na Recomendação n.o 62/2020 - CNJ, e na Recomendação Conjunta n.o 01/2020 - TJ/PR, que orientaram os juízes à aplicação preferencial de medidas socioeducativas em meio aberto e à revisão das decisões que determinaram a internação provisória e a aplicação das medidas de internação e semiliberdade, especialmente em relação a adolescentes que tenham cometido atos infracionais sem violência contra a pessoa. As orientações objetivaram, de acordo com as normativas nacionais e internacionais, preservar a saúde dos adolescentes e servidores, evitando-se a transmissão do vírus e a sua disseminação no âmbito das Unidades Socioeducativas. Ressalta-se que foram tomadas medidas preventivas para o enfrentamento à COVID-19, bem como foram disponibilizados Equipamentos de Proteção Individual (EPI) tanto aos internados quanto aos servidores, bem como saneantes para limpeza e desinfecção. Foram atendidos, até novembro, 1.552 adolescentes, sendo em medida acautelatória de internação provisória 713 adolescentes e em medidas Socioeducativas em Internação 755 e em Semiliberdade 84.

O Governo Federal repassa incentivo financeiro aos municípios habilitados que possuem Unidades Socioeducativa, conforme o número de adolescentes e a natureza da medida socioeducativa. Os municípios também recebem recursos do Estado do Paraná, destinados ao custeio de ações voltadas à atenção integral à saúde dos adolescentes. Os repasses variam de R\$ 1,5 mil/a.m a R\$ 10,2 mil/a.m. por município, montante de R\$ 892,3 mil/a.a.

O Programa de Educação nas Unidades de Socioeducação (PROEDUSE) tem como objetivo garantir a escolarização básica a adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, além de inseri-los na modalidade de ensino mais adequada após o término ou progressão da medida. É realizado em parceria com a Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (SEED). Os adolescentes atendidos pelo PROEDUSE estão matriculados em um dos níveis de ensino da Educação Básica. A modalidade ofertada é a Educação de Jovens e Adultos. Aproximadamente 300 profissionais da SEED, entre professores, pedagogos e agentes educacionais, atuam no PROEDUSE, nas Unidades Socioeducativas do Estado.

Os adolescentes que cumprem medida nas Casas de Semiliberdade são matriculados na rede estadual de educação, próximo às Unidades, tendo em vista as especificidades do cumprimento da medida de semiliberdade.

Em fevereiro de 2021, 45 adolescentes realizaram as provas do Exame Nacional do Ensino Médio para Jovens sob Medida Socioeducativa ENEM PPL (Pessoas Privadas de Liberdade). Em relação ao Exame

Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA/PPL), que certifica quanto à conclusão do Ensino Fundamental ou do Ensino Médio, 263 adolescentes fizeram as provas.

Foi feita parceria com o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) para a oferta de cursos livres gratuitos, presenciais, nas dependências das Unidades. Os cursos são ofertados nos períodos de recesso e férias escolares e visam despertar nos adolescentes o interesse pelo mundo do trabalho. Foram ofertados 10 cursos: Autoconhecimento, Desenvolvimento de Qualidades Pessoais, Como ter sucesso nos Processos Seletivos – Dicas de Entrevistas, Comunicação Não Violenta, Inteligências Múltiplas, Auxiliar Administrativo – RH e Arquivos, Qualidade no Atendimento ao Público, *Marketing* Pessoal – A Arte de se Relacionar Bem, Projeto de Vida Pessoal e Profissional, Empreendedorismo. Neste ano, 831 adolescentes participaram dos cursos. As atividades foram acompanhadas e conduzidas pelos profissionais das Unidades, com momentos de interação *online* com os instrutores do CIEE.

Na parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), 48 adolescentes fizeram o curso Auxiliar Administrativo - Caminho da Profissão (160 horas), em formato *online*.

Em junho, em alusão à Lei n.º 19.121, de 11 de setembro de 2017, que institui o mês Junho Paraná Sem Drogas, foram desenvolvidas ações abordando a temática das drogas para promover e intensificar a discussão, reflexão e a integração do trabalho desenvolvido pela rede (ex.: unidades socioeducativas, prefeituras, universidades, sociedade civil) em relação ao uso/abuso de drogas.

Foram realizadas Campanhas de Saúde dedicadas à Prevenção ao Suicídio (Setembro Amarelo), Câncer de Mama/Colo do Útero (Outubro Rosa) e Câncer de Próstata (Novembro Azul), com ações voltadas à promoção da vida, despertando a consciência do autocuidado.

Como medida de prevenção à propagação da COVID-19, as visitas familiares nos CENSEs foram suspensas. Diante disto, as ligações e as videochamadas foram utilizadas para manter o contato, preservando os vínculos familiares.

Foram adquiridos equipamentos para utilização das Unidades de Socioeducação, entre eles mobiliário para implementação de laboratórios (ex.: armários, mesas) e computadores (217 unidades) com recursos FIA, propiciando assim, melhores condições para as atividades pedagógicas.

As atividades do projeto de Formação Continuada dos servidores foram reordenadas para execução de forma *online* com o tema Socioeducação em tempos de COVID-19, capacitando para o atendimento às demandas relacionadas à pandemia. Destaca-se que em novembro foram capacitados servidores em Biossegurança, com o objetivo de orientar os servidores para retomada progressiva de atividades nas Unidades Socioeducativas, bem como capacitações em Procedimentos de Segurança e Controle de Situações em Crise. Foram cerca de 1.500 servidores participantes das formações.

Em parceria com o Grupo de Monitoramento de Fiscalização do Sistema Carcerário e de Execução de Medidas Socioeducativas (GMF/PR), o Projeto Círculos de Cuidado, na prática restaurativa conhecida como Círculos Restaurativos ou Círculos de Construção da Paz, foi adaptado para o

ambiente virtual. As atividades foram de junho a novembro, com uma média de 08 círculos ao mês, com a participação de 320 servidores.

Foi regulamentado fluxo de escuta especializada ao adolescente em cumprimento de medida cautelar de internação quando este for vítima ou testemunha de violência, em caráter inédito dentro do Sistema Socioeducativo.

Com o objetivo de registrar as ações desenvolvidas pelo Sistema Socioeducativo durante a situação de emergência em função da COVID-19, foi elaborado e publicizado o *e-book* Socioeducação do Paraná na Pandemia: desafios e legados.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) promove o Prêmio Prioridade Absoluta, que premia boas práticas voltadas à promoção, valorização e respeito ao direito das crianças e adolescentes, colocadas em prática pelo Poder Judiciário e sociedade civil organizada. Na categoria Poder Público – Eixo Infracional, o Clube da Leitura (CENSE Londrina II) recebeu o 1º lugar e o Se Liga Rapaz o 2º lugar.

15.1.3 Trabalho, Emprego e Estímulo à Geração de Renda

Com a sensibilização e orientação aos municípios, em parceria com o Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda (CETER), em relação à constituição dos Conselhos Municipais do Trabalho, Emprego e Renda, bem como a criação por Lei dos Fundos Municipais do Trabalho, o panorama no Estado é de 152 Conselhos Municipais e 145 Fundos Municipais criados.

O Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda (CETER), entidade tripartite formada por representantes dos empregadores, empregados e o poder público, teve como um de seus resultados a escolha da regra que define o cálculo dos valores do Piso Salarial Regional, que será reajustado com o valor integral da inflação baseada no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), e é esperado um valor próximo de R\$ 1.600,00, se mantendo o maior piso regional do País.

De janeiro a outubro, as 216 Agências do Trabalhador, apresentaram os seguintes resultados: a) 136.420 vagas abertas, sendo 5.409 vagas abertas exclusivamente para pessoas com deficiência; b) 80.539 trabalhadores inscritos; c) 340.967 trabalhadores encaminhados a vagas de empregos; d) 80.544 trabalhadores colocados no mercado de trabalho; e e) 651 pessoas com deficiência colocadas no mercado de trabalho.

Com base no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), no acumulado de janeiro a outubro, o Paraná apresentou um saldo positivo de 176.570 empregos formais criados, saindo e superando o patamar negativo pela primeira vez após a crise da COVID-19, e se estabeleceu na 4ª colocação no *ranking* nacional de empregos. Os Setores que mais se destacaram nesse período foram: a) Serviços, ocupa a 1ª colocação com 72.930 novos postos; b) Comércio e Construção Civil – 2ª colocação, com 58.750 postos; e c) Indústria, com 50.687 novos postos.

O ônibus itinerante Emprega Mais Paraná, no período de janeiro a outubro de 2021, realizou 3.286 atendimentos em 40 municípios. Também foram realizados, nas 216 Agências do Trabalhador,

eventos para atendimento específico como Dia I, que foca no atendimento à Pessoa Idosa, Dia A que foca no atendimento de Jovens Aprendizes, o Dia D com o foco no atendimento de Pessoa com deficiência, Dia da Empregabilidade Negra, Dia LGBTQIA+. Buscando assim dar visibilidade a cada segmento da sociedade, na oferta de emprego.

Estão em fase de criação 183 Postos Avançados de atendimento ao trabalhador em municípios do Estado do Paraná que não possuem Agência do Trabalhador, ampliando a capilaridade do Sistema.

Instalado um Posto Avançado do SINE-PR na Superintendência Geral da Cultura, em apoio a uma das áreas que mais sofreu com o impacto da pandemia da COVID-19. Tem como missão o cadastramento dos artistas, produtores culturais e técnicos, além de empresários e produtores em busca de mão de obra cultural e de linhas de microcrédito para empreendedores culturais. Em todas as Agências do Trabalhador é realizado o cadastramento de Micros Empreendedores Individuais, prestadores de serviços no âmbito da cadeia produtiva da economia criativa, bem como a qualificação profissional destes, visando aprimoramento da produção cultural no Estado.

Em parceria com a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP/PR), foram criados 13 Postos Avançados do SINE-PR nas sedes dos Escritórios Sociais do Departamento Penitenciário do Estado do Paraná (DEPEN), direcionado ao público-alvo dos egressos do DEPEN, visando sua reinserção no mercado de trabalho.

Em parceria com a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Estado do Paraná, foram emitidas Carteiras de Trabalho e Previdência Social para os jovens que cumprem medidas socioeducativas de privação e restrição de liberdade no Sistema Socioeducativo para viabilizar o acesso ao mercado de trabalho, diante da impossibilidade de usar a Carteira de Trabalho Digital, com previsão inicial de emissão de aproximadamente 300 Carteiras.

A rede SINE-PR foi contemplada com uma parceria com a agência de empregos pública da França *Pôle Emploi/Expertise France*, por convite do Ministério da Economia, visando o fortalecimento das políticas públicas de emprego do Ministério do Trabalho do Brasil e o seu equivalente francês.

Foi efetuada parceria com a Associação Comercial do Paraná, com o objetivo de trazer ao conhecimento do público, da forma mais efetiva, as vagas de trabalho, cursos de qualificação e capacitações profissionais, além dos projetos que envolvam as Agências do Trabalhador, a fim de promover a maximização de emprego e renda dentro do Estado.

Em 2021, a Rede de Agências do Trabalhador recebeu diversas ações voltadas à ampliação no atendimento. Foram capacitados presencialmente 324 servidores municipais e técnicos dos Núcleos Regionais da SEJUF, divididos em: 194 servidores que fizeram o curso presencial na ESEDH Curitiba/PR; 130 servidores que tiveram o curso de forma presencial nas regiões Ponta Grossa, Guarapuava e Foz do Iguaçu; 20 com foco no Emprega Mais Paraná, ainda em execução. Foram também realizados treinamentos com gerentes das 216 Agências do Trabalhador, além dos 24 Chefes dos Escritórios Regionais, totalizando quase 500 funcionários capacitados em seis reuniões das Macrorregionais, na

perspectiva de conhecer todas as Políticas sob responsabilidade da SEJUF e suas interfaces. Abordados, também, Seguro Desemprego, Intermediação de Mão de Obra, novo modelo de repasse de recursos entre fundos do trabalho e Programa Cartão Futuro, de fomento à inserção de jovens aprendizes no mercado de trabalho. Foram incluídas, também, capacitações para atendimento ao Menor Aprendiz, Jovem Aprendiz e Pessoa com Deficiência. Em função do Plano de Retomada Econômica pós COVID-19, foram capacitados 500 colaboradores para operacionalização do Programa Cartão Futuro Emergencial.

O valor pago do Seguro-Desemprego, de janeiro a outubro, foi de R\$ 811,0 milhões, sendo que os atendimentos dos requerentes (123.931) foram realizados inicialmente de maneira *online* e presencialmente nas Agências do Trabalhador do Estado, mediante agendamento prévio.

O Observatório do Trabalho do Estado do Paraná, responsável pelo acompanhamento e divulgação de dados do trabalho, atua na divulgação de apresentações e confecção de boletins sobre os dados referentes ao trabalho no Paraná, como o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), entre outros. Desde janeiro, foram publicados 10 boletins estaduais mensais sobre o CAGED, dois boletins estaduais trimestrais sobre a PNAD e, experimentalmente em novembro, a divulgação de boletins municipais para os 399 municípios do Estado do Paraná.

As aulas do Projeto Carretas do Conhecimento foram adaptadas e retomadas. Parceria entre o Governo do Estado/SEJUF, Sistema FIEP/SENAI e Fundação Volkswagen. No primeiro semestre foram disponibilizadas 1.692 vagas em 30 municípios, com o investimento total de R\$ 1,5 milhão. Das vagas disponibilizadas, 1.511 vagas foram preenchidas, no entanto, apenas 806 alunos concluíram o curso (47,0% evasão). No segundo semestre de 2021, foram duas etapas, na primeira o total foi de 1.936 vagas em 36 municípios, na segunda o total de 1.782 vagas em 32 municípios. Os cursos estão em andamento, com previsão de finalização para o 1º semestre de 2022.

Na parceria com a empresa PROCEMP Cursos Digitais foram disponibilizadas 1.800 vagas de cursos gratuitos à distância nas áreas de *Marketing* Digital e Vendas em Redes Sociais, que visam dar acesso aos micro e pequenos empreendedores às ferramentas de *Business* e *Marketing* Digital de modo a contribuir para o fortalecimento do comércio e varejo, impactados pela pandemia da COVID-19.

Com a Associação dos Dirigentes de Vendas e *Marketing* do Paraná, a parceria possibilitou a disponibilização de 21 vídeos com dicas de vendas *online*. Os vídeos, disponíveis no canal da SEJUF no *YouTube*, visam levar aos comerciantes, empresários e demais profissionais da área de pequenos e médios negócios, conhecimento técnico relacionado ao *marketing* digital e a promoção de produtos e vendas na área virtual, tendo em vista a necessidade de adequação ao mercado.

Em parceria com a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (ABRASEL), foi criado o curso Academia Abrasel, que disponibilizou gratuitamente bolsas integrais para cursos profissionalizantes voltados ao setor de alimentação, destinados aos jovens de 18 a 22 anos. Foram capacitados e encaminhados para contratações 50 jovens. Até o fim ano de 2021 serão formados mais 71 jovens.

Após quase dois anos sem participação presencial em eventos em função da pandemia, e com a liberação gradativa dos eventos, cumprindo-se todas as normas em relação à COVID-19, o Programa de Artesanato Brasileiro (PAB) iniciou a participação em Feiras Nacionais, sendo o 14º Salão do Artesanato Raízes Brasileiras em Brasília- DF realizado em outubro. Dentre os 22 Estados presentes, o Paraná foi representado por nove artesãos que foram selecionados por meio do Edital SEJUF 001/21, junto com a Federação Paranaense de Artesãos, Cooperativa, Associação e artesão individual. Essa feira representou o recomeço da retomada das atividades e teve impacto positivo junto ao setor, mostrando a reativação dos eventos/negócios, bem como possibilitando a participação em oficinas, propiciando o conhecimento de novas técnicas artesanais. O Paraná teve ótima aceitação dos produtos selecionados, fez boas vendas, inclusive gerando encomendas. Outra participação ocorreu na FENEARTE em Olinda-PE em dezembro.

A Lei n.o 20.084/2019, alterada pela Lei 20.670/2021, criou o Programa Cartão Futuro que visa fomentar a inserção no mercado de trabalho de jovens aprendizes, priorizando os que estejam em situação de maior vulnerabilidade social, com o pagamento de R\$ 300,00 à empresa por aprendiz, em caso de aprendiz PCD será pago o valor de R\$ 450,00. Também foi criado com a Lei n.o 20.328/2020, e alterado pela Lei n.o 20.670/2021, o Programa Cartão Futuro Emergencial, que autoriza o pagamento da subvenção econômica nos contratos de aprendizagem em caráter emergencial para minimizar os efeitos da situação de calamidade pública no Estado do Paraná. Ambos os programas contam com previsão de investimento de R\$ 57,8 milhões em subsídios dos dois programas, sendo R\$ 50,0 milhões do Fundo da Infância e Adolescência (FIA), deliberados pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA), e o restante de R\$ 7,8 milhões do Fundo Estadual de Combate à Pobreza.

15.1.4 Assistência Social

A Assistência Social é direito do cidadão e dever do Estado, e, como estabelecem a Constituição Federal e a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Política de Seguridade Social não contributiva, é prestada a quem dela necessitar, com o objetivo de atender necessidades básicas. Realizada por meio de um conjunto integrado de ações, a Política de Assistência Social (PAS) é organizada sob um sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Nesse sentido, algumas das principais atribuições dos Estados, estabelecidas pela LOAS, são a realização de assessoramento técnico e apoio financeiro aos municípios. Em termos de transferências de recursos, são prestados repasses continuados ou pontuais voltados ao aprimoramento da própria Gestão da Política e dos Serviços, programas e projetos ofertados por meio de níveis de proteção: Básica, Especial de Média Complexidade e Especial de Alta Complexidade.

Cabe destacar que o Estado manteve os cofinanciamentos continuados aos municípios, aportou mais recursos para auxiliá-los em relação ao enfrentamento da COVID-19 e adotou medidas para flexibilizar critérios de repasse e de uso de recursos, com o intuito de não prejudicar o atendimento as pessoas mais vulneráveis. Neste contexto, muitas atividades antes presenciais

continuaram sendo realizadas de maneira digital e/ou virtual.

Em relação à Gestão do SUAS, o Estado atua no aprimoramento da gestão da Política de Assistência Social nos municípios paranaenses por meio da assessoria e apoio técnico, buscando instrumentalizá-los para o fortalecimento e aprimoramento da gestão. As cinco principais linhas de atuação são o Apoio na Gestão Descentralizada da Política Estadual de Assistência Social, Vigilância Socioassistencial, Gestão do Trabalho e Educação Permanente, Apoio às Organizações da Sociedade Civil de Caráter Socioassistencial e Assessoramento aos Conselhos de Assistência Social (Estadual e Municipais).

O Atestado de Regularidade do Conselho, Plano e Fundo (ARCPF) da Política de Assistência Social é critério condicionante para os repasses estaduais. As gestões municipais foram orientadas quanto aos requisitos e as adequações necessárias e como resultado, após análises, foram emitidos 399 ARCPFs, representando 100% do total de municípios do Estado. Outros condicionantes para repasse de valores são: aferição de saldo bancário (menor que o equivalente a 12 parcelas do repasse, quando continuado), anexação de extratos da conta bancária no Sistema Fundo a Fundo (SIFF), e preenchimento do Plano de Ação do ano corrente.

A XIII Conferência Estadual de Assistência Social, realizada no período de 20 a 25 de outubro de 2021, foi transmitida pelo canal do *YouTube*, com mais de 5.700 visualizações, contando com participação da população pelo *chat*, garantindo uma ampla discussão sobre a Política Nacional de Assistência Social no território paranaense. Teve como tema "Assistência Social: Direito do povo e Dever do Estado, com financiamento público, para enfrentar as desigualdades e garantir proteção social", abordando cinco eixos temáticos no âmbito do SUAS: a) Proteção social não-contributiva; b) Financiamento e orçamento para garantia dos direitos socioassistenciais; c) Controle social e a importância da participação dos usuários no planejamento e discussões para a efetivação do SUAS; d) Acesso às seguranças socioassistenciais e a articulação entre serviços; e e) Atuação do SUAS em situações de calamidade pública e emergências.

Prestado apoio aos 399 municípios na elaboração, preenchimento e monitoramento dos instrumentos de acompanhamento (Plano de Ação, Demonstrativo Sintético Físico-Financeiro, Registro Mensal de Atendimento e Censo Suas).

Foram realizadas 867 análises de solicitações de Organizações da Sociedade Civil (OSC) para o Programa Nota Paraná, onde OSCs que atuam na Assistência Social podem acessar recursos para fortalecer as ações que desenvolvem. Analisadas 642 solicitações de OSCs para Declaração de Cadastro da SEJUF. Foram destinados, até outubro de 2021, R\$ 175,3 milhões beneficiando, desde a sua implantação, 1.026 OSCs no Estado. Em 2021, foram distribuídos R\$ 29,8 milhões às OSCs da Assistência Social.

Houve cofinanciamento, Piso Paranaense de Assistência Social I (PPAS I), a 172 municípios de Pequeno Porte I (até 20 mil habitantes), que tem como característica principal a autonomia do

município de planejar em que serviços da Assistência Social os recursos serão aplicados. Os municípios recebem R\$ 75.000,00 ao ano, que corresponde a R\$ 12,9 milhões/a.a.

Na Proteção Social Básica (PSB), o assessoramento e apoio técnico é para o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas. Além disso, o Estado trabalha com o apoio aos Programas, Projetos e Benefícios Socioassistenciais vinculados à PSB, além da Gestão do Cadastro Único para Programas Sociais e Programa Bolsa Família. Foram realizadas quatro *lives* abordando temáticas relacionadas ao Cadastro Único e o Programa Bolsa Família.

Em parceria com Ministério da Cidadania e Gigov/Caixa Econômica Federal, foram ofertadas capacitações relacionadas/direcionadas ao Programa Bolsa Família e Cadastro Único. Devido à substituição do Sistema de Gestão ao Cidadão (SIBEC) foram ofertadas capacitações do SIBEC V2, de forma *online*, onde foram disponibilizadas 480 vagas para os municípios paranaenses. Ofertadas, também, duas Capacitações *online* de Formulários do Cadastro Único para Entrevistadores, com 86 participantes. Foi realizado Curso Atualização - Multiplicadores do Curso de Formulários do Cadastro Único destinado aos municípios de Grande Porte. Também foram realizadas rodas de conversa com os novos gestores, em reuniões *online*. Foram sete reuniões com aproximadamente 250 gestores e técnicos municipais. A Coordenação Estadual Intersetorial do Programa Bolsa Família (CEIPBF) organizou reunião para os nove municípios que foram identificados como prioritários por dois anos ou mais consecutivos, em decorrência de apresentarem baixos índices no que diz respeito à gestão do PBF e Cadastro Único, a partir dos estudos da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania - SENARC/MC.

Foi realizado o acompanhamento técnico aos 25 municípios que possuem Centros da Juventude (27 unidades) e ao Programa Bolsa Agente de Cidadania, que tem como objetivo a participação social e cidadã e a inclusão sociocultural, e prevê o atendimento e pagamento de bolsa-auxílio no valor de R\$ 306,00, aos adolescentes e jovens de 14 a 24 anos, prioritariamente em situação de vulnerabilidade e risco social, participantes dos Centros da Juventude. Foram pagas de janeiro a setembro 1.187 bolsas com recurso do BID e 609 bolsas com recursos oriundos do Fundo para Infância e Adolescência (FIA) e do Contrato do Programa Paraná Seguro/BID.

Em decorrência da pandemia da COVID-19, foi aprovada a Deliberação CEAS n.o 056/2021 que estabelece o Incentivo COVID por meio de cofinanciamento estadual Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS no valor total de R\$ 8,6 milhões. São 227 municípios paranaenses elegíveis, destinado ao custeio de benefícios eventuais e Serviços da PSB.

Criado o Incentivo do Atendimento Emergencial para Crianças, Adolescentes ameaçados de morte e suas famílias no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com recursos do FIA, na qual teve como elegíveis 87 municípios, sendo que 44 municípios fizeram adesão, o que representa o valor de aproximadamente R\$ 4,2 milhões.

Em 2021 foi aprovado, por meio da Deliberação CEDCA n.o 038/2021, repasse de

aproximadamente R\$ 4,5 milhão em forma de incentivo, com recursos do Fundo para a Infância e Adolescência para execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, a 194 municípios.

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública municipal descentralizada da Política de Assistência Social, responsável pela organização e oferta de serviços da PSB do SUAS nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios. Dada sua capilaridade nos territórios, se caracteriza como a principal porta de entrada do SUS, ou seja, é uma unidade que possibilita o acesso de à rede de proteção social de assistência social. Em 2021, o Estado do Paraná contava com 571 unidades de CRAS, nos 399 municípios (CadSuas, 2020).

Durante o ano de 2021, foi realizado o acompanhamento e apoio técnico às construções de CRAS de 19 obras, sendo finalizadas e inauguradas cinco unidades (Amaporã, Engenheiro Beltrão, Ibaiti, Ortigueira e Ribeirão do Pinhal), uma unidade teve prazo de execução prorrogado para 2022 (Itaguajé) e as demais se encontram em diferentes estágios (em licitação, execução ou a iniciar), são eles: Campina do Simão, Itaperuçu, Prudentópolis, Tamboara, Mandirituba, Nova Cantu, Nova Fátima, Tijucas do Sul, Abatiá, Mato Rico, Salto do Itararé, Farol e Tomazina.

A Proteção Social Especial é referência na oferta de serviços, programas e projetos de caráter especializado, destinados a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, com violação de direitos. O objetivo das ofertas socioassistenciais é contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, o fortalecimento de potencialidades e aquisições, além da proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de risco pessoal e social, por violação de direitos. De acordo com os níveis de agravamento, a natureza e a especificidade do atendimento ofertado, a Proteção Social Especial se divide em dois níveis de complexidade: Média Complexidade e Proteção Alta Complexidade.

Em relação aos serviços de Média Complexidade, a atuação do Estado durante 2021 concentrou-se nos seguintes temas:

- ▶ Promoção de levantamento da População em Situação de Rua do Estado do Paraná – 2021, com retrospectiva comparativa nos anos de 2018, 2019 e 2020.
- ▶ Os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) são unidades públicas onde são atendidas famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados. Nos CREAS é ofertado o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI). Foram realizados acompanhamento e orientação às 192 unidades CREAS em 169 municípios (CadSUAS – agosto/2021). Na esfera do apoio financeiro foi mantido o cofinanciamento para execução do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI (PPAS III) a 23 municípios, no valor de R\$ 2.500,00 ao mês, totalizando R\$ 690 mil ao ano. Além disso, foram realizados acompanhamento e controle do cofinanciamento federal aos 23 municípios, no montante de aproximadamente R\$ 1,4 milhão ao ano. Ressalta-se que em

relação ao cofinanciamento federal, houve equacionamento do orçamento federal, com diminuição de valores repassados, ficando apenas R\$ 422 mil para este fim.

- ▶ O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) executa exclusivamente serviço especializado para pessoas em situação de rua. No Paraná, 15 municípios recebem o cofinanciamento estadual (PPAS II), em que a capacidade de atendimento é de até 2.300 pessoas em 20 unidades. O valor previsto anual repassado é de cerca de R\$ 2,0 milhões ao ano.
- ▶ Para o Serviço Especializado de Abordagem Social, foi recebido cofinanciamento estadual para 20 municípios, no montante de aproximadamente R\$ 118,0 mil ao mês, totalizando cerca de R\$ 1,4 milhão ao ano.
- ▶ No Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) as ações desenvolvidas foram o apoio técnico aos municípios, bem como o acompanhamento e monitoramento da execução dos recursos dos 131 municípios que foram contemplados com o Programa Estadual Liberdade Cidadã, executados com recursos do FIA, e a transferência e o controle dos recursos do cofinanciamento federal para 17 municípios que foram contemplados com a expansão do Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (MSE). A previsão era de cerca de R\$ 600,0 mil, no entanto, o recurso repassado pelo governo federal até 02/11/2021 não chegou a R\$ 90,0 mil.
- ▶ Acompanhamento dos recursos destinados ao Serviço de Proteção Social Especial pra Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias - Centro Dia para PcD de Curitiba.

Destaca-se a conclusão e divulgação do Relatório de monitoramento das ações de erradicação do trabalho infantil realizada com municípios do Paraná sob o título “Panorama de Execução das ações estratégicas de erradicação do trabalho infantil no estado do Paraná”. O estudo teve por objetivo mapear as ações de erradicação do trabalho infantil desenvolvidas pelos municípios paranaenses e, com base nisto, identificar dificuldades e demandas para a atuação da gestão estadual. Além disto, considerando a pandemia da COVID-19, buscou-se investigar se as equipes municipais perceberam impactos da crise sanitária nos casos de trabalho infantil e identificar as possíveis alterações que foram necessárias nos serviços e ações.

No que se refere à Proteção Social Especial de Alta Complexidade:

- ▶ Cofinanciamento e apoio técnico a 99 municípios que ofertam o Serviço de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens até 21 anos (PPAS IV), no montante R\$ 8,0 milhões/a.a. Acompanhamento e monitoramento da execução dos recursos dos municípios contemplados com o Programa Estadual Crescer em Família, das diversas deliberações, que receberam recursos pontuais do FIA. Efetivação do repasse do Incentivo Programa Crescer em Família Acolhimento Familiar ofertado para 16 municípios que possuem o serviço de acolhimento familiar e não tinham

sido contemplados em deliberações anteriores. Dos municípios elegíveis, 13 municípios realizaram o aceite e receberam o incentivo financeiro do FIA, que corresponde a R\$ 780,0 mil.

- ▶ Cofinanciamento para o Serviço de Acolhimento Institucional para Jovens e Adultos com Deficiência aos quatro municípios (cinco unidades) com Residências Inclusivas municipais implantadas, que representa um valor anual de R\$ 300,0 mil. Serviço de acolhimento institucional voltado a jovens e adultos com deficiência, em situação de dependência, prioritariamente àqueles atendidos pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC), que não disponham de condições de autossustentabilidade ou de retaguarda familiar, ou ainda em processo de desinstitucionalização de abrigos de longa permanência. Cofinanciamento estadual para duas unidades de Residências Inclusivas Regionalizadas (RI Regionalizada), com capacidade de 20 vagas e repasse até dezembro de R\$ 420,0 mil, bem como o monitoramento do cofinanciamento federal a duas unidades, no valor anual de R\$ 240,0 mil. Neste caso, o valor pactuado a ser repassado pelo Governo Federal as RI Regionalizadas também sofreu contingenciamento, menos de 50,0% foram depositados até novembro. Deliberado o repasse por meio de Incentivo, para a Residência Inclusiva Regionalizada em Irati, no valor de R\$ 120,0 mil, como estratégia de minimizar os impactos da redução do valor repassado pelo governo federal.
- ▶ Cofinanciamento para Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias (PPAS V) para quatro municípios, no valor de R\$ 25,0 mil/a.m., montante de R\$ 300,0 mil/a.a.
- ▶ Cofinanciamento para Acolhimento Institucional para Pessoa em Situação de Rua - manutenção do cofinanciamento estadual para 20 municípios, no valor de R\$ 229,3 mil/a.m., montante de R\$ 2,8 milhões/a.a.
- ▶ Cofinanciamento para Acolhimento Institucional para Mulheres em Situação de Violência para quatro municípios, cinco unidades, no valor de R\$ 3,3 mil/a.m. por unidade, montante de R\$ 195,0 mil/a.a.
- ▶ Cofinanciamento estadual para Casa de Passagem Regionalizada com os municípios de Foz do Iguaçu e Curitiba, montante de R\$ 685,0 mil/a.a.
- ▶ Assessoramento aos municípios quanto às solicitações de acolhimento a indivíduos em situação de vulnerabilidade ou risco por violações de direitos, com ou sem determinação judicial.
- ▶ O Estado mantém pessoas sendo atendidas em instituições. Para o Acolhimento de Pessoas Idosas tem parceria para atendimento a 28 pessoas e para o Acolhimento para Pessoas com Deficiência, são aproximadamente 180 atendimentos em parceria com seis organizações da sociedade civil, aproximadamente R\$ 6,7 milhões ao ano.

Destaca-se a realização de três *lives* formativas sendo uma sobre Trabalho Infantil e duas de Acolhimento Familiar.

15.1.4.1 Programa Nossa Gente Paraná

O Programa Nossa Gente Paraná, Lei n.º 20.548 de 27 de abril de 2021, propicia a articulação para o estabelecimento de uma rede integrada de proteção às famílias por meio da oferta de um conjunto de ações intersetoriais planejadas de acordo com as necessidades e especificidades do território onde residem, viabilizando o acesso aos seus direitos sociais.

A identificação das famílias em alta vulnerabilidade social é efetuada utilizando as informações do Cadastro Único para Programas Sociais, onde se calcula o Índice de Vulnerabilidade das Famílias (IVF-PR), que permite identificar as famílias com maior grau de vulnerabilidade. A partir da identificação destas famílias, o município pode, por meio de sistema próprio do Programa, selecionar, incluir e planejar ações para estas famílias com a finalidade de superação das vulnerabilidades. O sistema permite que sejam identificadas vulnerabilidades além daquelas que o CadÚnico traz, podendo assim focalizar as ações dos técnicos e elaborar estratégias no município.

Além do acompanhamento familiar intersetorial, o Programa possui parceria para execução de ações complementares, atendendo as famílias em diversas frentes de ação.

O Programa Nossa Gente prevê a construção e entrega de equipamentos de assistência social, CRAS e CREAS, oportunizando aos municípios um ambiente próprio para a acolhida, atendimento e acompanhamento às famílias. Até 2021 foram entregues 18 equipamentos, num montante de R\$ 15,5 milhões. Em 2021, foram entregues dois equipamentos em Ortigueira (um CRAS e um CREAS) e iniciada a construção do CRAS no município de Nova Cantu.

No eixo habitacional, prevê a construção de um total de 1450 moradias e infraestrutura de bairros em um Programa inovador de acompanhamento familiar, superação das condições de vulnerabilidade das famílias e proteção ambiental, sem precedentes. Desenvolvido em parceria com a Cohapar, os projetos preveem a construção de moradias nas modalidades de Redução do Déficit Habitacional e de Requalificação Urbana.

No que se refere à Redução do Déficit Habitacional, o município cede o terreno e a infraestrutura ao entorno do terreno e o Estado é responsável pela infraestrutura interna da poligonal, assim como a construção das unidades habitacionais que são concedidas gratuitamente às famílias. Até 2021 foram entregues 545 unidades habitacionais em 20 municípios, no montante de R\$ 31,0 milhões. Foram entregues mais 148 unidades habitacionais em quatro municípios. Estão em andamento obras em 10 municípios com construção de mais 224 unidades habitacionais. Na Requalificação Urbana - Regularização Fundiária, realizadas a requalificação urbana da área, construção de equipamentos e unidades habitacionais, e titularização dos terrenos sem custos para a família. O projeto prevê o pagamento de aluguel social para que as famílias garantam moradia digna durante o período da intervenção. Até 2021 foram entregues 53 unidades habitacionais em um município, no montante de R\$ 4.575.144,60. Estão em andamento obras em quatro municípios com construção 482 unidades habitacionais.

O Projeto Renda Agricultor Familiar é uma parceria com a SEAB e IDR-Paraná, promove a melhoria da qualidade de vida das famílias rurais em situação de vulnerabilidade social, por meio da prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural e transferência direta de renda na ordem de R\$ 3.000,00 por família. Em setembro de 2021, expansão para 300 famílias (R\$ 900,0 mil) com recursos oriundos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP) e em novembro de 2021, expansão para 655 famílias (R\$ 2,0 milhões) com recursos oriundos do Contrato com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Até 2021, o projeto atendeu 5.900 famílias, de 155 municípios, com montante de R\$ 16,9 milhões, sendo que neste ano o projeto atendeu 776 famílias, com o montante de R\$ 1,8 milhão.

O Projeto Inclusão Produtiva Solidária também é uma parceria com a SEAB e IDR-Paraná, que promove a geração de renda para coletivos de famílias rurais em situação de vulnerabilidade social, por meio da prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural e transferência direta de renda na ordem de R\$ 4.000,00 por família. O projeto foi implementado em 2021, atendendo 270 famílias, de 33 municípios, no montante de R\$ 1,08 milhão.

O Projeto Caixa D'Água Boa, parceria com a Sanepar, objetiva proporcionar às famílias em vulnerabilidade o armazenamento de água com a concessão e instalação de caixas de água. A Sanepar fornece as caixas de água e suporte para instalação e a SEJUF efetua o pagamento direto às famílias no valor de R\$ 1.000,00 para compra de materiais e pagamento da mão de obra para instalação. Até 2021 foram beneficiadas 4.000 famílias, de 143 municípios, no montante de R\$ 4,0 milhões. Em 2021 foram 1.800 famílias, no montante de R\$ 1,8 milhão.

O Programa Nossa Gente Paraná prevê o cofinanciamento aos municípios que executam o Programa para as ações da política da Assistência Social. Até 2021 foram atendidos 399 municípios, com um montante de recursos repassados que somam mais de R\$ 62,0 milhões. Em 2021, foi repassado um montante de R\$ 2,4 milhões.

Dentro da Transferência Direta ou Indireta de Renda às famílias, o Renda Nossa Gente Paraná é uma transferência direta de renda, complementar ao benefício federal "Programa Bolsa Família" (PBF), destinado às famílias em situação de extrema pobreza. De 2019 a 2021 foram mais de 125 mil famílias beneficiadas, somando mais de R\$ 36,0 milhões de recursos investidos. Em 2021 foram mais de 253 mil créditos efetuados, 40 mil famílias beneficiadas, somando o montante de R\$ 11,0 milhões. Ressalta-se que como o Renda Nossa Gente é complementar ao Programa Bolsa Família, durante a pandemia o Governo Federal repassou o Auxílio Emergencial que se tornou mais atrativo que o PBF, portanto, houve diminuição do público alvo.

O Luz Fraterna é um programa estadual de benefício tarifário de energia elétrica que isenta famílias vulneráveis do pagamento da fatura de energia elétrica. De 2019 a 2021 foram isentas mais de milhão de faturas de energia elétrica, beneficiadas 428 mil famílias, com investimento total de R\$ 122,5

milhões. Em 2021, foram isentas mais de 1,7 milhões de faturas, beneficiando 300 mil famílias, somando um montante de investimento total de R\$ 42,6 milhões.

No momento, 363 municípios fizeram adesão ao Programa Nossa Gente Paraná. No Sistema de Acompanhamento Intersetorial das Famílias há o registro de mais de 386 mil ações em diversas áreas sendo executadas para 32,6 mil famílias. Mais de 6 mil famílias aptas para o desligamento do Programa por superação da vulnerabilidade. O sistema e a metodologia do Programa se demonstram aliados importantes para o trabalho intersetorial no município.

A avaliação de impacto realizada pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), demonstrou que as famílias incluídas no Programa tiveram uma significativa melhora nos seu Índice de Vulnerabilidade, em relação às famílias com mesmo perfil não incluídas no Programa, assim como a identificação de superação de outras vulnerabilidades.

O Programa desenvolve várias metodologias e materiais de apoio para o trabalho social com as famílias. No ano de 2021, foi efetuada a distribuição da Coleção Temática “Contos da Tradição Oral” para todos os municípios de adesão do Programa para o trabalho social com as famílias por meio de contos. A coleção conta com seis livros especialmente desenvolvidos para o Programa.

Mesmo durante a pandemia foram realizadas diversas atividades formativas, onde se destacam: Ciclo de Palestras Programa Nossa Gente Paraná: Caminhos para a Superação da Vulnerabilidade Social, divididos em quatro módulos: Desigualdade e Vulnerabilidade no Paraná com 1,7 mil acessos; Acompanhamento Familiar e perspectiva atual com 1,2 mil acessos; Vulnerabilidade Social no Meio Rural, com 1,1 mil acessos; Panorama Sobre o Programa Nossa Gente PR, com 807 acessos; Ciclo Ampliado de Formação Técnica, dividido em três módulos, sendo que foi executado o Arranjo de Gestão Intersetorial com 1,7 mil visualizações.

15.1.5 Ação Solidária

É a promoção e estímulo à cultura da ação solidária, do engajamento ético e do voluntariado por meio de programas, projetos, ações e iniciativas de mobilização relacionados à prática do bem comum.

O projeto Páscoa Solidária (março/abril) trabalhou com capacitação e arrecadação de ovos de chocolate, com intuito de atender crianças e adolescentes das Unidades de Serviços de Acolhimento no Estado do Paraná, e das famílias que fazem parte do convênio de empresas com o Departamento Penitenciário (DEPEN). Foram arrecadados 7.129 ovos de chocolate e foram atendidos 125 municípios.

O Projeto Cesta Solidária Paraná (abril/maio) teve como objetivo principal mobilizar a população paranaense a participar voluntariamente de uma ação de doação de cestas básicas e alimentos não perecíveis. Atendeu as famílias que ainda se encontravam em condições precárias de alimentação básica devido à pandemia. Foi resultado, novamente, do Acordo de Cooperação entre Governo do Estado, Assembleia Legislativa, Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas e Ministério Público

do Estado do Paraná. Foram arrecadadas 23.520 cestas básicas e atendidos 386 municípios. Ainda houve saldo de 732 cestas básicas que foram entregues a 17 instituições conforme demanda. Restaram alimentos avulsos (percebíveis), que foram doados a entidades que atuam com a distribuição de refeições para pessoas em situação de rua.

Realizada Campanha Aquece Paraná (junho a agosto) de incentivo à doação de roupas em bom estado de uso, roupas de cama, banho, cobertores (novos e seminovos), calçados e alimentos em geral, por meio do Aplicativo Paraná Solidário, de forma a conectar o doador à entidade necessitada que repassará aos seus beneficiados e população em situação de vulnerabilidade social e econômica. Foram doadas cerca de 126.588 peças, utilizando o aplicativo no período da campanha, em 135 municípios.

A Campanha Paraná Piá (setembro/outubro), realizada em comemoração ao dia das crianças, contou com apoio dos servidores estaduais e da sociedade civil com doações de brinquedos destinados às Regionais da Saúde, para distribuição às crianças em situação vulnerável nos municípios por classificação de índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M). Foram arrecadados 22.274 itens e beneficiou 165 municípios.

O Floresce Paraná, realizado anualmente, é uma ação do Estado do Paraná com o objetivo de fomentar o voluntariado, por meio de conscientização e distribuição de mudas florestais nativas do Paraná. Além de reforçar a necessidade de ações voluntárias na sociedade, a intenção é colaborar com o meio ambiente. A ação é em comemoração ao Dia Nacional do Voluntariado, que registra a importância da solidariedade e do trabalho voluntário na sociedade. Foram realizados pedágios ecológicos nos 19 viveiros que o Instituto de Água e Terra (IAT) possui no Estado. Foram distribuídas 15.640 mudas/sementes em 21 municípios.

A campanha Natal Solidário (em andamento) tem como propósito arrecadar brinquedos novos e vestuários em geral para alegrar o momento natalino das famílias mais vulneráveis do Estado, dos municípios com menor IDH-M.

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - JANEIRO A NOVEMBRO DE 2021

ATIVIDADES	EMPENHADO (R\$)	PAGO (R\$)
Fundo Estadual da Assistência Social (FEAS)	R\$ 43.551.061,39	R\$ 29.772.315,66
Fundo Estadual da Saúde (FUNSAÚDE)	R\$ 16.014.114,38	R\$ 13.133.763,96
Fundo Estadual de Defesa do Consumidor (FECON)	R\$ 570.404,00	R\$ 370.165,21
Fundo Estadual dos Direitos do Idoso (FIPAR)	R\$ 5.903.813,48	R\$ 5.846.888,89
Fundo Estadual para a Infância e Adolescência (FIA)	R\$ 46.158.612,08	R\$ 21.556.981,11
Garantia de Direitos da Mulher	R\$ 857.198,40	R\$ 376.516,47
Garantia de Direitos da Pessoa com Deficiência	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Gestão Administrativa	R\$ 17.774.799,01	R\$ 12.367.886,56
Gestão do Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda	R\$ 6.609.093,66	R\$ 4.815.171,62
Gestão do Sistema Socioeducativo	R\$ 37.779.847,34	R\$ 22.904.342,70
Luz Fraterna	R\$ 44.718.700,69	R\$ 31.442.181,04
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 145.367.957,86	R\$ 121.298.297,39
Políticas Públicas de Cidadania e Direitos Humanos	R\$ 3.182.926,62	R\$ 2.442.837,06
Sistema Intersetorial de Proteção à Família	R\$ 11.930.293,00	R\$ 9.234.011,67
TOTAL	R\$ 380.418.821,91	R\$ 275.561.359,34

FONTE: Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD – NOVO SIAF - executado até 23/11/2021.

SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL E DA CULTURA

16 SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL E DA CULTURA (SECC)

Criada por meio da Lei Estadual n.º 19.848, de 03 de maio de 2019, a Secretaria de Estado da Comunicação Social e da Cultura (SECC) é responsável por gerir a comunicação institucional e legal do Governo estadual, estabelecer diretrizes de comunicação do Poder Executivo, incentivar e apoiar a cultura paranaense através de pesquisas e ações de preservação do patrimônio cultural, histórico e artístico do Estado, fomento e incentivo à economia criativa, ao artesanato, à qualificação profissional dos agentes culturais, à articulação para promoção do intercâmbio, cooperação cultural e articulação de políticas, programas e projetos culturais do Estado do Paraná.

A SECC conta com os seguintes equipamentos culturais: Museu de Arte Contemporânea do Paraná, Museu Casa Alfredo Andersen, Museu da Imagem e do Som do Paraná, Museu Oscar Niemeyer, Museu Paranaense, além do Centro Juvenil de Artes e das unidades vinculadas: Biblioteca Pública do Paraná, Centro Cultural Teatro Guaíra e Rádio e Televisão Educativa do Paraná (RTVE). Seguindo a Constituição do Estado do Paraná em seu Art. 252, a SECC destina recursos orçamentários a fim de atender as demandas do Museu do Expedicionário, instituição administrada pela Legião Paranaense do Expedicionário.

16.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

16.1.1 Apoio, Incentivo e Ação Cultural

O exercício de 2021 deu continuidade ao esforço realizado em 2020, marcado pelas paralizações e medidas de contenção à pandemia da COVID-19. Por este motivo, a SECC intensificou ações com objetivo de somar esforços na retomada econômica do setor cultural e do Estado do Paraná como um todo. Dentre as ações realizadas, destacam-se:

- ▶ Programa de Incentivo - Paraná Cultural – em sua terceira edição destinou recursos via incentivo fiscal de empresas públicas e/ou de economia mista estadual a projetos culturais aprovados pela Lei Federal de Incentivo à Cultura. O valor para este edital é de R\$ 300,0 mil.
- ▶ Edital Trilhando Pelo Paraná - Arte e Manifestação Popular - o certame visa selecionar e premiar espetáculos voltados ao público infantil de companhias de circo-teatro ou pavilhão. O valor para este edital é de R\$ 300,0 mil.
- ▶ Programa Bolsa Qualificação Cultural - em parceria com a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), com recursos de R\$ 36,0 milhões para qualificação de 12.000 trabalhadores e trabalhadoras da Cultura. (Art. 2º, inciso III, da Lei Federal n.º 14.017/2020 – Lei Aldir Blanc).

- ▶ Edital Prêmio Técnicos e Técnicas da Cultura - buscou reconhecer a contribuição de 406 técnicos e técnicas da cultura, nas áreas de Arte Cênicas, Audiovisual, Música e outros domínios culturais.
- ▶ Selo Circo Amigo do Paraná - prêmio que visa promover a identificação, valorização e visibilidade de circos tradicionais de variedades e circos-teatro paranaenses que atuam de forma itinerante, realizando espetáculos de artes circenses sob lona. Serão selecionadas e premiadas a trajetória de 30 (trinta) circos que atuam com o fazer artístico do circo de lona tradicional, seja de variedades ou circo-teatro. A premiação é mais uma ação com recursos da Lei Aldir Blanc no Paraná
- ▶ Transferência de recursos aos municípios para atendimento ao setor cultural - foram transferidos cerca de R\$ 6,9 milhões a 61 municípios, em atendimento ao art. 12 da Lei Aldir Blanc.
- ▶ Unidade de Apoio aos Municípios (UAM) - criada no segundo semestre, por meio da resolução (SECC) 120/2021 de 05 de outubro de 2021. Entre as suas atividades principais pode-se destacar o assessoramento aos municípios no que se refere ao Sistema Municipal de Cultura; Elaboração do Mapa Cultural Paranaense e Produção de dados, indicadores, consolidação de informações e relatórios de gestão visando a subsidiar as tomadas de decisões e definições de políticas públicas de cultura.
- ▶ Agência do Trabalhador – a SECC, por meio da Superintendência Geral de Cultura, em parceria com a Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF), implantou a Agência do Trabalhador da Cultura, com foco nos empregadores e trabalhadores da cultura e visando: a) Facilitar o encontro dos trabalhadores e prestadores de serviço do setor cultural com oportunidades de emprego, trabalho, qualificação e microcrédito; b) auxiliar na busca efetiva de empregadores e trabalhadores do setor cultural, Microempreendedores Individuais (MEI) e trabalhadores autônomos prestadores de serviço no âmbito da cadeia produtiva da economia criativa, visando a geração de emprego, renda e a qualificação da mão de obra do setor, com vistas ao desenvolvimento da cadeia produtiva da cultura; e c) levantar dados, indicadores e consolidar análise do perfil da força de trabalho e do mercado de trabalho do setor cultura que subsidiem as tomadas de decisões e definições de políticas públicas de cultura.
- ▶ Sala do Artista Popular - reabertura do espaço cultural, em novembro, que é utilizado para exposições de artistas populares paranaenses, visando à difusão artística popular.
- ▶ Paraná Cultura – iniciativa criada pela SECC, por meio da Superintendência Geral da Cultura, e desenvolvida em parceria com a Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR). Busca dar voz e visibilidade à produção cultural ao tempo em que proporciona o acesso gratuito aos cidadãos paranaenses a uma plataforma de *streaming* com uma coletânea inédita de produções culturais paranaenses, em um dos momentos mais desafiadores para o setor. A Paraná Cultura reúne mais de mil vídeos de música, artes cênicas e cinema, além de livros, oficinas e *podcasts*.

- ▶ Ciclos de Diálogos com os Municípios - foram realizados 15 encontros virtuais, que resultaram em 8.422 visualizações, com o objetivo de levar informação e apoio aos municípios do Estado.
- ▶ Conselho Estadual de Cultura (CONSEC) - foram realizadas 16 reuniões, buscando discutir os temas de extrema relevância para área cultural do Estado.

Visando desenvolver o segmento artístico e cultural, a SECC busca formas de alcançar o maior número de pessoas no território paranaense. Nesse sentido, realiza parcerias com as instituições de ensino do Estado do Paraná, para fomentar pesquisas, produções e difundir o segmento cultural do Estado.

Um dos exemplos das ações socioeducativas no segmento cultural do Estado é o Programa Bolsa Qualificação Cultural, em que foram selecionados 8.200 cursistas. Será aberto novo edital para a seleção de mais 3.800 bolsistas. São recursos de ordem Estadual e Federal, aplicados em políticas públicas para a formação e qualificação de trabalhadores do setor cultural paranaense.

16.1.2 Museus

Para os Museus, 2021 foi um ano de inovação. Assim como em 2020, quando as unidades museológicas tiveram que se adaptar às mudanças provocadas pela pandemia, as atividades com presença de público também foram prejudicadas em 2021. Contudo, os museus buscaram meios para que a cultura paranaense continuasse sendo divulgada e acessível ao público, e, para isso, utilizaram à rede mundial de computadores. No atenuar da pandemia, e seguindo todos os protocolos de saúde, abriram suas portas ao público (ainda com restrições e agendamentos para as visitas).

Dentre as atividades promovidas pelos Museus em 2021, destacam-se:

- ▶ Exposições: Agrocorpus; Curitiba: Símbolos em Questão; Isto não é um Nísio; Finalmente, Museu!; Paraná Turismo; Ilhas da Imaginação; Lembranças dos Anos 80/90; Fragmentos Teatro de Bonecos Dadá; Diálogos com o Tempo; Homenagem a Fotografia; As Histórias que o Museu Conta; Do it (home) parte 2; Verdeazul; Dulce Osinski no Acervo do MAC Paraná ; Enquanto Tudo Queima; Em Tempos de Opacidade; 67º Salão Paranaense de Arte Contemporânea; África - Expressões Artísticas De Um Continente; OS GEMEOS: Segredos; Japonésia; Travessia Do Desastre; *Mens Rea*; Fernando Velloso Por Ele Mesmo; Schwanke, Uma Poética Labiríntica; Formas e Anjos - Obras De Kika Costa (1984 - 2021); Radical; Vista da Janela; Dois Tempos um Mesmo Olhar; In Situ Em Trânsito; Silêncio; Canto da Casa; Zequinha.
- ▶ Eventos: Benzedeiras do Paraná: Mulheres de Fé; Mulheres e Identidade; Podcast Circuito Ampliado; Que memória é essa da capoeira no Paraná?; Ciclo de Debates O Presente e o Futuro da Educação Museal; Ciclo Curadoria Compartilhada em Foco: Museus Experientes; Semana da Primavera dos Museus; 19ª Semana Nacional de Museus: NFTs, Arte Digital e a institucionalização de práticas que escapam do acervo físico do museu; Costurando Palavras Geradoras; Ciclo Explorando o campo ampliado da arquitetura no acervo do MUPA; Animais em Movimento; 19ª

Semana Nacional de Museus; Restauro de Papel Semana Andersen; 3º Concurso Paranaense de Desenho; Jubileu de 50º edição do concurso Lidice; Oficina de Capacitação para Docentes.

A Coordenação do Sistema Estadual de Museus (COSEM), em atendimento ao contido na Lei n.o 9375, de 24 de setembro de 1990, promove a gestão, integração e articulação entre os museus do Estado do Paraná, com o objetivo de estabelecer um padrão museológico, promover a articulação entre os museus vinculados e desenvolver programas de assessoria e capacitação técnicas. Busca também atender às demandas específicas dos municípios, de forma a garantir qualidade e continuidade das ações museológicas e museográficas de cada instituição.

A COSEM atua diretamente no apoio técnico de instituições museológicas paranaenses, e entre as atividades desenvolvidas pelo sistema estão: a realização de visitas técnicas, a orientação para salvaguarda de acervos, a conservação preventiva, a curadoria, a expografia, a gestão de acervos museológicos e orientações técnicas sobre conceitos e padronizações utilizados no campo museológico. Tais ações buscam traçar novos caminhos, modificar realidades e mostrar que é possível realizar mudança e criar novas mentalidades com respeito à herança histórica e artística paranaense, representada pelos acervos dos museus.

16.1.3 Patrimônio Cultural

Em 2021, apesar da pandemia, foi concluído o processo de estudo, análise e autorização para a intervenção na Paisagem da Orla Marítima de Matinhos (Litoral do Estado), que contempla o alargamento da faixa de areia e a construção do molhe do balneário de Caiobá; em conjunto com o Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (CEPHA). Também, foi autorizada a intervenção da implantação da Linha de Transmissão – Projeto Galha Azul, e encontra-se em processo de conclusão as normativas da Escarpa Devoniana.

Na área do Patrimônio Edificado, as principais autorizações estão ligadas à revitalização da Praça Eufrásio Correia. Foi realizado encontro importante e fundamental para a conclusão das normativas do Setor Histórico da cidade de Castro; foi concluída a normativa da Fazenda Capão Alto, imóvel de extrema relevância para a cidade e um dos mais antigos tombados pelo estado; além de uma série de autorizações individuais, como Casa Lacerda, Casa Vermelha, Teatro São João (Lapa/PR); e Praça Central, Casa Elfrida Lobo e participação na Comissão de Restauro da Casa do Brasão e da Casa do Portão de Ferro (Paranaguá/PR).

Manteve-se a diretriz de apoiar aqueles que atuam diretamente na disseminação cultural, por meio de processos de seleção e premiação e parcerias técnicas. Essa medida vem contribuindo para a organização, disseminação e acesso aos bens tombados (cerca de 190) em todo o Estado.

As atividades realizadas pela Secretaria e suas unidades vão além do ato de conservar e preservar o patrimônio material e imaterial que expressa à cultura paranaense: são ações de inclusão e valorização do ser humano.

16.1.4 Centro Cultural Teatro Guaíra (CCTG)

Fechado para o público pela primeira vez em sua história em função da COVID-19, o Teatro Guaíra se reinventou no ambiente *online* e manteve a conexão com o público. Os corpos artísticos do CCTG criaram novas formas de atuação para dar continuidade às suas atividades.

O material artístico produzido foi disponibilizado *online* para toda a comunidade, através de seus canais nas redes de compartilhamento do *Facebook*, *Instagram* e *YouTube*, utilizando-se dos recursos de interação destas redes sociais, realizando a seguinte programação:

- ▶ Balé Teatro Guaíra criou - publicou em seus canais nas redes sociais, produções feitas exclusivamente para a *internet* como Valsa de Apartamento, Variações Sobre a Mesa, Lá do Avesso (05 episódios), Íris, Sarau de Inverno (03 episódios), *Birds*, *Backstage*, *Hibiscus Mutabilis* (02 partes), *Chromakids* (04 episódios) e Ocupando o Vazio. Participou, junto da Orquestra Sinfônica do Paraná, de 15 edições do projeto Café com Bach. Produziu quatro vídeos tendo como tema os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Realizou oficinas *online* de dança com profissionais da área especialmente convidados. Esse rol de atividades teve aproximadamente 130.000 visualizações até novembro.
- ▶ Orquestra Sinfônica Do Paraná - publicou nos canais próprios do *Facebook* e *Instagram*, 15 diferentes edições/invenções no projeto Café com Bach, com a participação dos bailarinos do Balé Teatro Guaíra, e promoveu o concerto OSP para Crianças. Em outubro, realizou concerto transmitido ao vivo pelo *YouTube*, sob a regência do maestro Claudio Cruz. Tais publicações obtiveram um número estimado de 191.000 visualizações até novembro
- ▶ Escola De Dança Teatro Guaíra - entidade educacional mantida pelo CCTG, voltada essencialmente ao ensino da dança clássica para alunos de 06 a 21 anos. Mantém cerca de 140 alunos em nove diferentes níveis de formação. Durante o período em que suas atividades presenciais foram interrompidas, a Escola deu continuidade às aulas de forma. Pelos canais de divulgação no *Facebook* e no *Instagram* e pelo *YouTube*, foram desenvolvidos projetos e oficinas de dança, em especial o Projeto Ciclos e Conexões. Os grupos formados na escola participaram ainda dos eventos Celebração do Dia das Mulheres, #tbt Sala de Aula, Comemoração do Dia da Dança, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e OSP para Crianças junto com a Orquestra Sinfônica do Paraná. Essas atividades, envolvendo alunos, professores e profissionais convidados, atingiram um número estimado de 120.000 visualizações.
- ▶ G2 Cia De Dança - desenvolveu o projeto G2 Cia de Dança em Casa, com a produção de oito vídeos referenciando o trabalho desenvolvido pela Companhia ao longo de sua trajetória de 21 anos de existência. O material foi disponibilizado nas plataformas digitais mantidas pelo CCTG. Essas publicações tiveram, até novembro, um número aproximado de 6.500 visualizações.

16.1.5 Biblioteca Pública do Paraná (BPP)

A Biblioteca Pública do Paraná suspendeu sua oferta de atividades culturais presenciais no dia 17 de março de 2020, seguindo a orientação do Governo do Estado para o enfrentamento da COVID-19. Para manter sua tangência com o público, a Divisão de Difusão Cultural da instituição desenvolveu uma série de ações *online* voltadas para o incentivo à leitura por meio de conteúdos publicados em seu *site* oficial e nas redes sociais:

- ▶ Jornal Cândido - em 2021, completou 10 anos de publicação ininterrupta.
- ▶ Prêmio Biblioteca Digital 2021 - criado para fomentar a produção e circulação de livros.
- ▶ Narrativas Gráficas Curitibanas - publicado pelo braço editorial da BPP.
- ▶ Coleção digitalizada dos livros do Selo Biblioteca Paraná - criada para comemorar seu aniversário de 164 anos.
- ▶ Oficina de leitura e escrita – em 2021 abriu duas turmas do curso gratuito De Próprio Punho - Oficina de Leitura e Escrita.
- ▶ Nosso Acervo - bibliotecários da equipe da BPP mostram curiosidades e raridades do acervo da instituição nas redes sociais.
- ▶ Dia Mundial do Livro - Biblioteca Solidária - realizado para marcar o Dia Mundo do Livro.
- ▶ Hora do Conto Virtual - versão *online* da sessão de contação de histórias para crianças promovida na Biblioteca Pública.
- ▶ 26º Concurso Infantil de Redação - em 2021, o concurso recebeu trabalhos de participantes de 7 a 10 anos, de todo o Brasil.
- ▶ Ateliê de Artes Visuais para Adolescentes: - voltado para participantes de 12 a 14 anos.
- ▶ Ciclo Mulheres de Mudam o Mundo - realizado em comemoração ao Mês da Mulher.
- ▶ Repasse de Livros e Doações Recebidas - visando contribuir com a manutenção do acervo das bibliotecas públicas municipais, em 2021 foram repassados a essas bibliotecas e para algumas instituições do Paraná, 5.688 livros novos, 1.700 livros usados, 244 fascículos de periódicos, 79 CDs e 27 DVDs. No total, foram beneficiadas 134 instituições de 123 municípios.

16.1.6 Comunicação

O Estado deve manter uma comunicação forte e atuante que possa, além de produzir conteúdo, noticiar os acontecimentos no âmbito decisório do Governo. Neste exercício, a Comunicação do Governo teve especial papel para orientar a população das ações necessárias ao combate da COVID-19, bem como ao racionamento de água, devido à estiagem que assolou o Estado do Paraná.

A estrutura da comunicação institucional no Paraná é feita através das transmissões realizadas nas plataformas de divulgação e da engrenagem harmônica que leva informação de qualidade aos paranaenses e a todos que tenham acesso ao conteúdo.

Seguindo esta atribuição, as Coordenações da Comunicação Social desenvolvem um trabalho em conjunto, primando pela integração, a fim de produzir conteúdo e divulgar as ações da Administração Direta e das Empresas de Economia Mista do Estado. O eixo estrutural de trabalho da Comunicação e o esforço conjunto têm como uma das principais diretrizes a divulgação das ações realizadas pelo Governo do Estado nas mais diferentes frentes de atuação, contemplando todas as Secretarias.

A SECC, por meio das Coordenações de Comunicação Social, é responsável pela produção e divulgação de campanhas de interesse da população e de utilidade pública que informam e trazem transparência dos serviços realizados por órgãos estatais e seus pares legalmente constituídos, tais como DETRAN, SANEPAR, COPEL, COMPAGÁS, Fomento Paraná e APPA – Portos do Paraná. Entre as campanhas realizadas merecem destaque: 1 Ano Pandemia; Aquece Paraná; Auxílio Emergencial Empresários; Banco do Agricultor; Cartão Futuro; Casa Fácil Paraná; Cesta Solidária; Coronavírus Vacinação; Dia Da Mulher 2021; Dia Do Trabalhador; Editais Lei Aldir Blanc; Investimentos Estratégicos; IPVA 2021; Jogos Olímpicos 2021; Litoral Moderno e Sustentável; Nota Paraná; Nova Ferroeste; Água É Vida; Dia Das Mães; Dia Mundial Água; Rodízio Agosto 2021; Castrapet; Floresce Paraná; ICMS Ecológico; Paraná Energia Sustentável; Paraná Mais Verde; Parcerias Público Privadas; Pesca Esportiva; Poliniza Paraná; Previna Incêndios; Turismo Religioso; Ação Educativa; DETRAN Inteligente; Detranzinho; Orientação De Trânsito; Semana De Trânsito 2021; Copel Garante A Energia; Fatura Digital; Nossa Energia; Paraná Trifásico; Rede Elétrica Inteligente; Redução Consumo; Usina Salto Grande; GNV 2021; Banco Da Mulher;) Microcrédito; Recupera Paraná; Retomada Da Atividade Econômica e Prêmio Portos.

16.1.7 Agência de Notícias do Paraná

O site da Agência de Notícias do Paraná (www.aen.pr.gov.br), é a principal plataforma para publicação de notícias dos órgãos do Estado. E plataforma foi de extrema importância para o Paraná, na divulgação das iniciativas do Governo no enfrentamento da pandemia, levando informações relevantes sobre a retomada econômica do Estado, bem como as ações que foram pensadas para auxiliar o povo do Paraná, no que tange à economia. Todos os veículos de comunicação podem utilizar as reportagens, informes, matérias jornalísticas, sempre primando por citar e atribuir os créditos à Agência de Notícias do Paraná.

16.1.8 Rádio e Televisão Educativa do Paraná (RTVE)

A Rádio e Televisão Educativa do Paraná (RTVE) consiste na autarquia da emissora da TV Paraná Turismo e da rádio emissora da Paraná Educativa FM e AM, ambas vinculadas à SECC.

A programação da TV Paraná Turismo é disponibilizada para Curitiba e Região Metropolitana em TV Aberta HD (*High Definition*) pelo sinal digital no canal 9.1. É transmitida pela TV a Cabo, pela NET Claro e por meio do satélite Brasilsat C2, expandindo o sinal a vários países da América do Sul,

com alcance potencial de mais de 28 milhões de parabólicas. Em conformidade com as normas da ANATEL, para algumas localidades no interior do Paraná, a programação é disponibilizada por TV aberta através de transmissores Analógicos.

A TV Paraná Turismo tem o objetivo de fomentar e divulgar o turismo e a cultura paranaense, com uma programação variada e abrangente. Produz conteúdo de alta qualidade para difundir, propagar e apresentar as belezas naturais, a cultura, a história, o meio ambiente, a vida no campo, a gastronomia, os esportes, o turismo regional, o bem-estar e a arte no estado do Paraná. Neste exercício, os estúdios foram reformados e adaptados para atender as novas demandas de programação. Foram implantados um telejornal, um programa de entrevistas e cinco novas atrações que valorizam o turismo e a cultura do Paraná. Foram ampliadas as parcerias, com o acréscimo de programas da TV Brasil – EBC na grade de programação da TV Paraná Turismo. Vale evidenciar o incremento no planejamento da grade, com a publicação do Edital de Chamamento Público para a Seleção de Produções Audiovisuais, que tem por objetivo estimular e dar visibilidade às produções locais.

Os programas próprios abrangem temas como telejornalismo; boletins diários de serviço, ações do governo, notícias, atualidades; agroturismo e agricultura/pecuária; cultura; educação; entrevistas; meio ambiente, natureza, aventura; música; gastronomia regional; esporte; e turismo regional. Compõe suas produções próprias os programas: a) Paraná em Pauta (telejornal); b) Paraná em Pauta Entrevistas; c) Sessão Paraná Cultura; d) Identidade Paraná; e) Descubra Paraná; f) Agrotur; g) Paraná Histórias e Sabores; h) *Quizz* Educativo; i) Visite Paraná; j) Conheça Paraná; k) Lugares e Histórias; l) Momento Esportivo; m) As Aventuras de Richard no Paraná; n) Sabiá no Paraná; o) Paraná Musical.

Em sua atuação por meio das Rádios AM e FM, a Paraná Educativa 630 kHz AM tem alcance em toda a Região Metropolitana e a FM 97-1 MHz cobre uma área de cerca de 100 km ao redor de suas transmissoras localizadas no Bairro Pinheirinho (Curitiba). Com média geral de 4 mil ouvintes hora, a FM 97.1 aos finais de semana, na faixa da manhã, chega a alcançar mais de 12 mil ouvintes hora. A programação musical prioriza o melhor da Música Brasileira e da produção de artistas locais. A cobertura cultural e artística paranaense, além do noticiário regional, demonstram o tom de uma grade que mantém a pluralidade de conteúdo. São 24 horas de programação local nas duas emissoras. Ao todo são produzidos mais de 50 programas, próprios ou de iniciativa de artistas, pesquisadores e produtores do cenário artístico e cultural de Curitiba. Foram veiculadas as seguintes produções: a) 143 entrevistas (entre os núcleos cultural e jornalístico), b) 3.080 quadros/programetes; c) 680 edições de Boletins/Noticiários; d) 213 edições de jornais; e e) 4260 Notas Culturais/Artísticas.

A Diretoria de Relações Institucionais da RTVE é responsável por elaborar, planejar e produzir conteúdos para as redes sociais e para os *sites* da Rádio e Televisão Educativa do Paraná. O planejamento dos conteúdos segue a linha editorial da RTVE alinhada com a SECC e com os demais

órgãos de imprensa do Governo do Estado do Paraná. É importante ressaltar que o processo de reformulação e criação dos sites <http://www.paranaeducativafm.pr.gov.br/> e <http://www.tvparanaturismo.pr.gov.br/> está sendo acompanhado junto à EPR conteúdos estratégicos e à CELEPAR, por este setor juntamente com as demais diretorias. Os conteúdos criados pelo Núcleo das Redes Sociais contemplam as diversas expressões artísticas acerca dos subtemas que envolvem o Turismo no Paraná. São temas das peças da SECC: Arte e Cultura, Aventura, Meio Ambiente, Agroturismo, Gastronomia, Esporte, Pesca Esportiva, Educação, Ciência e Tecnologia, oriundos das mais diversas regiões do Estado.

A seguir são informados os principais números da RTVE, em 2021: 58.786 seguidores no *Facebook* (TV Paraná Turismo); 54.632 curtidas na página do *Facebook* (TV Paraná Turismo); 2.484 seguidores no *Facebook* (Rádio Paraná Educativa FM); 2.388 curtidas na página do *Facebook* (Rádio Paraná Educativa FM); 12.682 seguidores no *Instagram* (TV Paraná Turismo); 1.107 contas com engajamento *Instagram* (TV Paraná Turismo); 11.400 contas alcançadas *Instagram* (TV Paraná Turismo); 1.132 seguidores no *Instagram* (Rádio Paraná Educativa FM); 283 contas engajamento *Instagram* (Rádio Paraná Educativa FM); e 50.860 inscritos no *YouTube* (TV Paraná Turismo).

A área administrativa deu prosseguimento à avaliação dos contratos firmados, a fim de ampliar a redução dos custos. A redução significativa nos contratos de terceirização de mão de obra e outros propiciou a liberação de recursos orçamentários para execução de adequações e benfeitorias no imóvel sede, propiciando melhores condições ambientais.

Todas as ações da SECC estão voltadas para o desenvolvimento não somente das áreas da Comunicação e Cultura, e sim, para somar esforços para o desenvolvimento do Estado como um todo.

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO

17 SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO (SEAB)

A SEAB tem por missão prover políticas públicas para o setor agropecuário visando o desenvolvimento rural sustentável (social, econômico, ecológico, cultural, geográfico), reduzindo as desigualdades regionais e garantindo segurança alimentar e nutricional à população, qualidade de vida aos agricultores e respeito ao meio ambiente, tendo como referência a inovação tecnológica, bem como a inclusão socioprodutiva do agricultor familiar individual ou em grupos, associações, cooperativas e outras formas de organização. Atua por meio de seus departamentos, núcleos regionais e suas unidades descentralizadas constituindo o Sistema Estadual de Agricultura (SEAGRI), que trabalham de forma sistêmica e em sincronia, na pesquisa, na prestação de orientação técnica especializada, no planejamento, na organização, no controle e na execução das atividades.

Compõem a SEAB os Departamentos a) de Desenvolvimento Rural Sustentável (DEAGRO); b) de Abastecimento, Segurança Alimentar e Nutricional (DESAN); c) de Economia Rural (DERAL).

Vincula-se à SEAB o Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná - IAPAR-EMATER (IDR - PR), as Centrais de Abastecimento do Paraná S.A (CEASA) e a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR).

O IDR-PR resulta da incorporação do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) do Centro Paranaense de Referência em Agroecologia (CPRA) e da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (CODAPAR), pelo Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR). Tem como responsabilidades: a) a promoção do desenvolvimento rural, tecnológico, socioeconômico, político e cultural da família rural e seu meio, em atuação conjunta com a população rural e suas organizações; b) a pesquisa e a inovação técnico-científicas no meio rural mediante o desenvolvimento e a transferência de tecnologias e a execução de políticas públicas que priorizem a inclusão social e produtiva capazes de promover a competitividade da agricultura e o bem-estar do produtor rural e suas famílias; c) a divulgação, o apoio e a promoção de ações de ensino, pesquisa e extensão voltados ao desenvolvimento de modelos agrícolas sustentáveis baseados nos preceitos da ciência agroecológica; d) a coordenação e o provimento de soluções de engenharia rural em empreendimentos voltados ao desenvolvimento agropecuário, na infraestrutura logística de estradas rurais e de armazenagem, do abastecimento e segurança alimentar, de classificação de produtos de origem vegetal e de energias renováveis; e) ações coordenadas visando a produção de alimentos saudáveis e de alta qualidade.

A CEASA é formada por cinco unidades atacadistas de comercialização de hortigranjeiros no Estado: Cascavel, Curitiba, Foz do Iguaçu, Londrina e Maringá. As unidades contam com 760 empresas

atacadistas, aproximadamente 5,4 mil produtores rurais cadastrados no mercado do produtor e 12 organizações rurais que além de comercializarem hortigranjeiros, negociam flores, plantas ornamentais e frutíferas, contribuindo para o desenvolvimento e modernização da cadeia produtiva do FFLV (Flores, Frutas, Legumes e Verduras). Seu compromisso é promover políticas públicas para o abastecimento e proporcionar à população o acesso a alimentos seguros em quantidade e de alta qualidade.

A ADAPAR tem como compromisso manter e promover a defesa agropecuária e a inspeção sanitária dos produtos de origem animal, a prevenção, o controle e a erradicação de doenças dos animais e de pragas dos vegetais de interesse econômico ou de importância à saúde da população e assegurar a segurança, a regularidade e a qualidade dos insumos de uso na agricultura e na pecuária.

17.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

As ações e iniciativas da SEAB, bem como sua missão, desafios e transformações desejadas, encontram-se em consonância com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), em seus princípios e estão pautadas nas seguintes diretrizes estratégicas:

17.1.1 Competitividade e Renda

Trata-se da expansão e consolidação do parque agroindustrial buscando o fortalecimento do cooperativismo, bem como a ampliação, classificação e adequação sanitária das agroindústrias familiares, sobretudo com inclusão de mulheres e jovens agricultores. Estabelecimento de instrumentos essenciais, principalmente mediante programas que contemplem a modernização, geração, inovação e difusão de processos tecnológicos, assistência técnica, extensão rural, soluções de engenharia e de logística em infraestrutura eficientes. Atuando sempre em parceria com os municípios, buscando integrá-los aos Planos Diretores Municipais, com aval dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, bem como a integração dos demais segmentos organizados da sociedade civil, além do Governo federal e com apoio da Assembleia Legislativa do Estado. Dentre as principais atividades realizadas destacaram-se:

- ▶ Programa Coopera Paraná - para o fortalecimento das pequenas associações e cooperativas da agricultura familiar, que oportunizou ações integradas entre o setor público e privado, por meio de apoio financeiro e também por meio de capacitações e assistência técnica junto às cooperativas. Em 2021 foi aberto Chamamento Público para apoiar as organizações com valor de R\$ 31,5 milhões. Foram aprovados 131 projetos com previsão de investimentos de 48 milhões para 2021 e 2022.
- ▶ Programa Estradas da Integração - integração das ações de melhoria da infraestrutura aos aspectos ambientais e de sustentabilidade, enquanto componente do sistema de conservação de solos e

água, abrangendo às áreas limítrofes à estrada. Investimento de R\$ 216,4 milhões em pavimentação com pedras irregulares, melhoria da trafegabilidade e adequação em aproximadamente 3.935 km, em 330 municípios, assim distribuídos:

Avança Paraná - 108 municípios - 430Km - R\$ 126,0 Milhões

Estradas da Integração/Taxas Detran - 58 municípios - 220Km - R\$ 76,0 Milhões

Estradas da Integração/Seab - 10 municípios - 35Km - R\$ 6,7 Milhões

Estradas da Integração/Óleo Diesel - 154 municípios - 3.250Km - R\$ 7,7 Milhões

- ▶ Programa Paraná Mais Cidades - consiste no apoio aos municípios na estruturação de cadeias produtivas, visando a elevação da produção e da renda dos agricultores familiares (por meio de convênios para estabelecimento de feiras livres, aquisição de equipamentos para agroindústrias, máquinas, implementos, tratores, veículos, etc.), contou com investimentos na ordem de R\$ 23,0 milhões distribuídos entre 91 municípios, beneficiando 39,2 mil agricultores.
- ▶ Patrulhas Rurais - contam com 14 Consórcios Intermunicipais em atuação, envolvendo 120 municípios, 104,6 mil propriedades, 418,5 mil agricultores e 32,8 mil quilômetros de estrada. Foram executados em 2021, 466 km de projetos de adequação, readequação, manutenção e/ou melhorias estradas rurais, atendendo aproximadamente 1,1 mil propriedades e 5,6 mil produtores. Em 2021, foi dada continuidade a execução dos 12 convênios firmados junto aos consórcios Intermunicipais, visando o repasse de recursos financeiros no valor total de R\$ 4,3 milhões, para aquisição de óleo diesel a ser utilizado nas patrulhas rurais quando da execução de projetos de adequação, readequação, manutenção e ou melhorias em estradas rurais. A previsão inicial era a aquisição de 1,4 milhões de litros de óleo diesel e execução de trabalhos em 630 km de estradas a serem trabalhadas envolvendo aproximadamente 1,7 mil propriedades e cerca de 8,8 mil agricultores.
- ▶ Programa REVITIS Paraná - visa a revitalização da viticultura paranaense com apoio à cadeia produtiva da uva em quatro eixos: Pesquisa e Produção; Comercialização; Agroindústrias; e Turismo. Foram iniciados cinco projetos-piloto, com a participação de 65 agricultores familiares, aquisição de 38,5 mil mudas de videira livres de doenças, além de insumos e materiais para instalação dos pomares, com aplicação de cerca de R\$ 302,0 mil reais em 11 hectares. Encontrase em fase de instalação um viveiro, administrado pelo IDR Paraná em Santa Tereza do Oeste, que terá capacidade de produzir 152 mil estacas por ano, livres de doenças e pragas quando em plena produção, a ação contou com investimento de R\$ 362,0 mil reais.
- ▶ O Programa de Apoio à Estruturação de Cadeias Produtivas do leite, arroz e cana-de-açúcar Fortalecimento e Dinamização Econômica Rural, por meio da aquisição e instalação de máquinas e equipamentos, investiu R\$ 16,0 milhões de reais, beneficiando 62 municípios e 9,1 mil agricultores.

- ▶ Levantamento e publicação do Valor Bruto da Produção (VBP), resultado do índice de frequência anual, calculado com base na produção agrícola municipal e nos preços recebidos pelos produtores paranaenses pelos produtos da agricultura, da pecuária, da silvicultura, do extrativismo vegetal, da olericultura, da fruticultura, de plantas aromáticas, medicinais e ornamentais, da pesca etc.
- ▶ Repasse do VBP à Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA) para cálculo do Fundo de Participação dos Municípios. O VBP tem uma participação de 8,0% no cálculo usado para a determinação do índice final a ser aplicado sobre a arrecadação do ICMS, que resulta na cota-parte devida a cada município.
- ▶ Estão em execução 139 projetos de pesquisa, conduzidos pela equipe interna de pesquisadores e analistas do IDR-PR, e por meio de parcerias e redes de pesquisa com outras instituições. Estes projetos têm forte aderência com as diretrizes estratégicas do Sistema Estadual de Agricultura, contribuindo para a geração de Competitividade e Renda, Inclusão Sócio Produtiva da Agricultura Familiar, Produção Sustentável e Segurança Alimentar e Nutricional e a Melhoria da Qualidade de Vida no Meio Rural.
- ▶ O curso de Mestrado IDR-PR, formou 14 profissionais em Agricultura Conservacionista.
- ▶ Por meio das Unidades Armazenadoras de Grãos e Unidades Frigoríficas, o IDR-PR armazenou mais de 87,3 mil toneladas entre produtos agrícolas, industrializados, frutas e resfriados.
- ▶ Realizada auditoria do processo de classificação de mais de 26,6 milhões de toneladas de produtos para exportação no Porto de Paranaguá.
- ▶ A Tarifa Rural Noturna (TRN) contribuiu para reduzir os custos de produção e de manutenção das propriedades, garantindo subvenção na tarifa de luz de até 60,0% no período noturno, beneficiando aproximadamente 9,1 mil produtores por mês, com investimento no montante de R\$ 50,0 milhões ao longo do ano.

17.1.2 Inclusão Socioprodutiva da Agricultura Familiar

Trata-se do apoio e estímulo ao cultivo de produtos de alto potencial de valor agregado e à estruturação de atividades agrícolas e não agrícolas, assistência técnica, extensão rural e previsões e avaliações da produção agropecuária. Além disto, promove a inclusão socioprodutiva de agricultores familiares que se encontram distantes do aparato do Estado, por meio de capacitação, pesquisa, ensino agroecológico em seus mecanismos ou instrumentos de apoio a esse público específico. Dentre as principais atividades realizadas destacaram-se:

- ▶ Implementação do Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte - SUASA/SUSAF/PR, com o lançamento do Selo do SUSAF-PR e criação da Câmara Técnica. O SUSAF-PR conta com a adesão de 12 municípios, 39 em processo de adesão, cujas empresas podem expandir seus negócios e comercializar seus produtos em todo território nacional, possibilitando que as empresas inspecionadas tenham o selo impresso nas embalagens e os produtos possam ser vendidos em outros municípios paranaenses, além daquele de origem.

Programa Compra Direta Paraná - consiste em adquirir gêneros alimentícios das cooperativas e associações da agricultura familiar e destiná-los ao atendimento da rede socioassistencial do Estado, como os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), restaurantes populares, bancos de alimentos, casas de longa permanência, hospitais filantrópicos, entre outros. Beneficiou cerca de mil entidades filantrópicas em 399 municípios que trabalham com a população mais vulnerabilizada do Estado, atendendo aproximadamente 228 mil pessoas com o recebimento de alimentos diversificados, inclusive orgânicos, interferindo diretamente na imunidade e saúde dos mesmos. Esta ação promoveu também a geração de renda para aproximadamente 19,3 mil agricultores familiares de 107 associações e cooperativas do Estado.

- ▶ Execução do Programa Aquisição de Alimentos (PAA) - compra de alimentos diversos oriundos da agricultura familiar com doação simultânea às entidades da rede socioassistencial, aos equipamentos públicos de alimentação e nutrição e, em condições à rede pública e filantrópica de ensino, atendendo demandas locais de suplementação alimentar de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, beneficiou 237 entidades e 1,2 mil agricultores, com recursos na ordem de R\$ 6,9 milhões de reais.
- ▶ Programa Trator Solidário, Implementos e Equipamentos Solidários (PTS/PR) - financiou 224 unidades de tratores agrícolas, com valor aproximado de R\$ 30,8 milhões, beneficiando diretamente 224 agricultores familiares e mais de 450 propriedades de forma indireta.
- ▶ Programa de Subvenção ao Prêmio Seguro Rural (PSR-PR) - aplicou R\$ 8,3 milhões, beneficiando 3.166 produtores, com um total de 3.680 apólices aprovadas, assegurando a produção de diversas culturas, como trigo, milho, cevada, uva e feijão.
- ▶ Banco do Agricultor Paranaense - programa de financiamento para empresários do campo com subsídio de juros (até 3 pontos percentuais do juro contratado junto às instituições financeiras que trabalham com crédito rural), com o intuito de alavancar investimentos em diversas atividades agropecuárias, além de promover inovação tecnológica, sustentabilidade, geração de emprego e melhoria da competitividade, equalizou juros no valor de R\$ 46,8 milhões de reais.
- ▶ Programa Cestas Solidárias - conecta consumidores a produtores rurais, atendeu mais de mil famílias de consumidores que receberam, semanalmente hortaliças orgânicas direto do produtor, beneficiando também cerca de 50 famílias de agricultores.
- ▶ Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SIP/POA) - registrou 360 novos produtos, 05 novos estabelecimentos produtores e atendeu dezenas de outros estabelecimentos com projetos aprovados ou em fase aprovação, bem como manteve a fiscalização nos mais de 320 estabelecimentos produtores sob sua chancela, gerando emprego e renda para o estado e garantindo à população paranaense a continuidade da oferta de alimentos seguros ao consumo.
- ▶ Ampliação do Escopo Diagnóstico da Área Animal - credenciamento do laboratório da Adapar junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), para o diagnóstico de Mormo,

Brucelose e Febre Aftosa, bem como a implementação do Diagnóstico da Raiva pela Técnica de PCR em tempo real, reduzindo assim o tempo de resposta para o diagnóstico de animais suspeitos e conseqüentemente melhorando a sanidade do rebanho paranaense.

- ▶ Ampliação do Escopo Diagnóstico da Área Vegetal - implementação de diagnóstico das principais viroses que infectam a cultura da batata no Brasil, provocando perdas significativas na produção, garantindo a manutenção e o adequado monitoramento da sanidade da produção de batata-semente.
- ▶ O IDR-Paraná - por meio das ações de ATER, realizou mais de 217 mil atendimentos, sendo 66,8 mil visitas a propriedades, 81,7 atendimentos nos escritórios e 65,7 em atendimentos remotos. Dentre eles estão: a) 34 mil pessoas por meio do projeto de Inclusão Social e Produtiva, b) 65,2 mil agricultores familiares d) 1,7 mil jovens rurais; e) 3,8 mil mulheres rurais; f) 2,6 mil agricultores patronais; g) 628 indígenas; h) 194 quilombolas.
- ▶ Programa Renda Agricultor Familiar - Família Paranaense - visa alavancar pequenas propriedades e ampliar a qualidade de vidas das famílias com ações como saneamento básico, produção para autoconsumo e apoio a processos produtivos. O programa atua em parceria entre a SEAB, o IDR-PR e a Secretaria da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF) na orientação e elaboração de projetos para inclusão socioproductiva. Beneficiou diretamente 711 famílias rurais em situação de vulnerabilidade social, sendo 371 novas famílias beneficiárias; com execução financeira de R\$ 990,0 mil.
- ▶ Capacitação de profissionais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), com emissão de certificado, com destaque para os cursos de agroindústria, pecuária de leite, cooperativismo e olericultura.
- ▶ Terra Brasil - Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) é uma política pública complementar à reforma agrária, possibilita ao trabalhador rural comprar a terra, preparar o solo, construir uma casa e comprar implementos, reduzindo assim a pobreza rural e melhorando a qualidade de vida no campo. Foram beneficiados 22 agricultores com recursos aproximadamente R\$ 3,0 milhões.
- ▶ O IDR-PR foi responsável pela formulação e divulgação de 49 artigos científicos, publicação de 2 capítulos de livro, bem como a realização de 38 eventos para difusão de nova tecnologias da agropecuária.
- ▶ A CEASA disponibilizou novos espaços para comercialização de produtos, ampliando o acesso de cooperativas ao mercado produtor em 12 organizações rurais (atingindo 760 sócios), e dos agricultores familiares em 180 novos cadastrados.
- ▶ Realização de um ciclo de palestras (*webinar online*) técnicas sobre políticas agrícolas - foram realizados 4 encontros com os temas: O crédito rural no Paraná; O crédito rural no Brasil; O seguro rural no Paraná e no Brasil; O futuro do PROAGRO no Brasil. Os eventos contaram com mais de 300 participantes em cada palestra.

17.1.3 Produção Sustentável

Trata-se do fomento e incremento de modelos de produção e comercialização com vistas a redução de desgastes dos recursos naturais. E, para tanto, incorporando as melhores formas para minimizar os custos ambientais como: a realização de pesquisas para estimular a produção agroecológica e orgânica, o aproveitamento de potenciais energéticos, o impulsionamento da adoção de boas práticas no manejo integrado e uso de solos e água, na prevenção e no controle racional de pragas e doenças, no uso correto de agroquímicos (agrotóxicos, fungicidas, herbicidas e inseticidas), e na coordenação da política de florestas plantadas, como forma de manter ao longo do ciclo de vida de bens e serviços garantindo a capacidade produtiva. Dentre as principais atividades realizadas destacaram-se:

- ▶ Execução de 111 projetos dos diversos programas de pesquisa, bem como lançamento de 08 cultivares desenvolvidas pelo IDR-PR: café (arábica, alvorada e pérola), aveia granífera andrômeda, mandioca paraguinha, cártamo, canola (*brassica napus*), milho (*zee mays*), beneficiando diretamente centenas de agricultores.
- ▶ Projeto Pecuária de Leite - beneficiou 14,6 mil agricultores rurais com foco na qualidade do produto e manejo de alimentação.
- ▶ O número de produtores orgânicos certificados no Paraná tiveram um incremento de 401 cadastros neste ano, totalizando 3,9 mil certificações.
- ▶ Projeto Alimento Seguro - foram realizadas 4,7 mil fiscalizações do uso e o comércio de Agrotóxicos, coletando 154 amostras para análise de resíduo de agrotóxicos em vegetais - no comparativo entre os anos de 2019 e 2020 houve uma redução de 16,7% para 9,64%, no número de amostras fora do padrão (com resíduos acima do limite máximo permitido pela Anvisa ou resíduos proibidos para a cultura).
- ▶ Projeto Olericultura - com foco em ações para qualidade dos produtos e para plantio direto em hortaliças beneficiou 10,2 mil famílias.
- ▶ Projeto Grão Sustentável - atua na racionalização no uso de insumos, plantio direto, manejo e conservação de solos, manejo integrado de pragas, doenças e invasoras, monitoramento de doenças e comercialização dos produtos; beneficiou cerca de 27 mil agricultores.
- ▶ Programa de Gestão de Solo e Água em Microbacias - práticas corretivas e preventivas de conservação de solo e águas. Em 2021, foi continuada a implantação dos projetos dos convênios pagos nos quatro anos anteriores. De 2014 a 2019 foram beneficiados 208 municípios, 256 microbacias foram trabalhadas, 21,7 mil agricultores beneficiados, 947,5 mil hectares trabalhados e R\$ 45,5 milhões de recursos aplicados.
- ▶ Plano Nacional de Controle da Ferrugem da Soja - foi estabelecido o calendário de semeadura da soja entre 11/09 a 31/01/2021, permitindo ao produtor rural, melhor planejamento de suas safras além de contribuir com o manejo da ferrugem asiática da soja.

- ▶ Visando contribuir com ações de prevenção, pesquisa e controle de praga em todo o Estado a ADAPAR realizou fiscalizações preventivas em propriedades rurais, com inspeção de pulverizadores de agrotóxicos, para diagnóstico dos problemas e notificação para correção.
- ▶ Erradicação do foco de *Moko* da bananeira e manutenção do *Status* de Fitossanitário de praga ausente no Paraná, nos municípios de Paranaguá e Guaratuba.
- ▶ Complexo do Enfezamento do Milho - o Paraná é responsável por cerca de 15,0% da produção nacional de milho. E, desde a safra de 2018/19 vem identificando um aumento na pressão do enfezamento nas lavouras, que é transmitido pela cigarrinha. Pensando nisso, e buscando auxiliar os produtores, a SEAB, liderou o processo de discussão e encaminhamentos de ações, envolvendo os setores público e privado, das esferas estadual e federal, afim de estabelecer campanhas sobre boas práticas. Na busca do aperfeiçoamento do manejo e do controle nas lavouras, também foram realizados eventos estaduais, regionais e municipais, com capacitação de técnicos e produtores, bem como o acompanhamento e pesquisa visando a identificação de híbridos mais resistentes.
- ▶ Programa Produção Orgânica Paraná (POP), tem como foco a retomada das ações na produção de produtos orgânicos e agroecológicos visando o aumento no número de produtores e da produção. Está estruturado em seis eixos estratégicos: a) assistência técnica e extensão rural; b) pesquisa e inovação; c) estímulo à produção; d) certificação; e) logística e comercialização; e f) comunicação. A estratégia de ação contempla a integração dos setores público e privado, bem como a participação da sociedade civil organizada e a canalização de políticas já existentes na área para o fortalecimento da pesquisa com orgânicos e agroecológicos. Em 2021, mesmo com a pandemia, foram realizadas ações para capacitação de 420 técnicos em todo o Estado, os cursos ministrados tiveram 35 mil visualizações de técnicos e produtores na *internet*. Em olericultura foram implantadas 169 unidades de referência, que servem para difusão das tecnologias recomendadas, além de ser suporte para aperfeiçoamento de técnicos. Na cultura da mandioca de mesa, foram feitas 11 Unidades de validação de cultivares com princípios orgânicos.
- ▶ Combate à deriva de agrotóxicos - o uso de produtos químicos pelos produtores especialmente em culturas de grãos, por vezes realizado sem o devido cuidado, tem ocasionado impacto por deriva em culturas vizinhas. Dentre as cadeias produtivas atingidas estão a Sericultura, a fruticultura, as lavouras orgânicas e a apicultura. O principal fator causador da deriva, está relacionado com erros e falhas na aplicação. Em 2021, com o objetivo de se aperfeiçoar a ação do Estado o Grupo Gestor (instituído pela ADAPAR e composto por entidades do setor privado como FAEP, OCEPAR, FETAEP, além da EMBRAPA e IDR-Paraná) estabeleceu um redirecionamento na estratégia, que passou a ser: a) localização georreferenciadas das propriedades com culturas sensíveis (Sericultura, Apicultura, Viticultura e propriedades orgânicas); b) cruzamento dos dados obtidos pelo georreferenciamento com as informações da ADAPAR sobre o uso de agrotóxicos, provenientes do receituário agrônomo (SIAGRO e ADAPAR); c) identificação de regiões e

municípios com maior impacto (SEAB, IDR-Paraná e ADAPAR); d) organização de ações de orientação, capacitação, assistência técnica e fiscalização envolvendo produtores de grãos, produtores das culturas atingidas pela deriva, assistência técnica e extensão rural públicas e privadas, cooperativas e sindicatos. Para juntos discutirem e encontrar a solução para a eliminação do problema. Cada cadeia passa a ter então um plano de trabalho envolvendo os principais atores nas regiões prioritárias com ações específicas de cada um. Estão concluídos os planos de Ação da Sericultura e o da Apicultura. Para as demais cadeias estão sendo feitas reuniões com todos os atores para a conclusão dos planos.

17.1.4 Segurança Alimentar e Nutricional e Melhoria da Qualidade de Vida no Meio Rural

São fatores fundamentais garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), a segurança, a regularidade e a qualidade dos insumos agropecuários para que se proporcione à população o acesso a alimentos seguros em quantidade e de alta qualidade, bem como ampliar o acesso à moradia, saúde, saneamento e educação, às famílias que se encontram em vulnerabilidade social. Dentre as principais atividades realizadas destacaram-se:

- ▶ O Estado do Paraná recebeu o Certificado Internacional de Área Livre de Febre Aftosa sem Vacinação em cerimônia virtual comandada pela organização em Paris, em 27 de maio de 2021. Este certificado configura um marco histórico para o Estado que agora passa a ostentar o mais elevado selo de sanidade, equiparando-se a países como Canadá, Austrália, Japão e da União Europeia (EU). O novo *status* abre caminho para que os produtos pecuários do Paraná possam acessar mercados mais exigentes, gerando mais investimentos, empregos e renda.
- ▶ O Programa Emergencial Comida Boa atendeu mais de 794 mil famílias, levando segurança alimentar e nutricional aos lares das famílias paranaenses economicamente vulneráveis. Em três parcelas, o programa distribuiu R\$ 113,0 milhões, dinamizando a economia regional do Estado e alentando as famílias em situação de risco.
- ▶ Programa Leite das Crianças - tem por objetivo o auxílio no combate à desnutrição infantil por meio da distribuição gratuita e diária de 01 litro de leite enriquecido às crianças de 02 a 36 meses. Foram distribuídos aproximadamente 37,5 milhões de litros de leite, com atendimento mensal de 103 mil crianças, envolvendo 4,5 mil produtores rurais como fornecedores, totalizando um investimento de R\$ 84,1 milhões.
- ▶ Programa Restaurantes Populares - visa a comercialização de refeições saudáveis a preços acessíveis às pessoas em situação de vulnerabilidade social. Os restaurantes populares de Paranavaí, Toledo e Umuarama estão em fase de conclusão da obra e instalação de equipamentos. O restaurante popular de Curitiba (unidade Capanema) está em funcionamento. O projeto do restaurante popular de Cascavel encontra-se em análise técnica pela Paraná Edificações (PRED),

além dos 2 restaurantes que estão em funcionamento. Estão em fase de análise os projetos dos restaurantes populares de Londrina, Quedas do Iguaçu e Sarandi. Em Maringá estão em fase de construção mais 3 restaurantes populares.

- ▶ Programa Hortas Comunitárias Urbanas - busca ampliar a oferta de alimentos saudáveis e incentivar a agricultura orgânica. Foram celebrados cinco novos convênios com os municípios de Dois Vizinhos, Irati e Paranaguá.
- ▶ Comercialização de hortifrutigranjeiros - feita pelo CEASA, resultou em R\$ 1,35 milhão de toneladas, gerando receita superior a R\$ 3,3 bilhões, sendo destes 63,0% comercializados pela unidade Curitiba. Gerando diretamente mais de 7 mil empregos.
- ▶ Ações para modernização e recuperação da capacidade operacional das Centrais Públicas de Abastecimento, Sacolões e Feiras Livres - Equipamentos de SAN, contou com a celebração de seis novos convênios firmados com os municípios de Tapejara, Figueira, Siqueira Campos, Manoel Ribas, Pitanga e Toledo.
- ▶ Programa Cozinhas/Panificadoras Comunitárias, que tem como objetivo a produção e distribuição e/ou comercialização de refeições saudáveis a preços populares, firmou três novos convênios com os municípios de Barra do Jacaré, Marilena e Ato Paraíso. Há também um projeto para Maringá que está em análise técnica realizada pela PRED.
- ▶ Conquista da chancela técnica da Organização Mundial da Saúde Animal (OIE), como zona livre de peste suína clássica independente. Esta classificação retira o Estado de um grupo formado por 14 outros estados, ficando assim isolado de problemas que possam acontecer na divisa com o Norte e parte do Nordeste que não são livres. Para o Estado é uma segurança, uma garantia aos produtores locais para atuarem no mercado internacional.
- ▶ Formalização de Termo de Cooperação SESP - SEAB/Adapar para troca de informações sobre produtores e veículos, bem como adesão ao Projeto Olho Vivo, ampliando as parcerias institucionais com órgãos de segurança e de fiscalização.
- ▶ Distribuição de 5,8 mil toneladas, de merenda escolar aos 399 municípios, parceria entre o IDR-PR e o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional (Fundepar).
- ▶ A CEASA visando o melhoramento de suas unidades, realizou investimentos em obras de infraestrutura construção e conservação, envolvendo pavimentação e melhoramento da eficiência energética e usina solar com placas fotovoltaicas, distribuídas nas cinco unidades na ordem de R\$ 9,1 milhões de reais.
- ▶ O Programa Banco de Alimentos, atua em parceria com produtores rurais e permissionários do mercado atacadista por meio de coleta, repasse e doação de hortigranjeiros sem padrão de comercialização, porém ainda em boas condições de consumo para repasse a entidades socioassistenciais, instituições para idosos, organizações religiosas ou filosóficas, serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, instituição de contra turno escolar, associações de

moradores que trabalham na defesa de garantia de direitos e comunidades terapêuticas e hospitais. Estão cadastradas junto ao Banco de Alimentos da CEASA Paraná 630 instituições, que recebem em média por mês cerca de 500 toneladas de hortigranjeiros. Ainda em Curitiba, o programa beneficia aproximadamente 250 famílias em situação de vulnerabilidade, que moram no entorno da CEASA, e que recebem semanalmente doações de produtos.

- ▶ O programa Renova Paraná está em fase de credenciamento das empresas e responsáveis técnicos que prestarão o serviço. O Governo do Paraná busca a constituição de políticas públicas que ajudem os produtores rurais de diferentes cadeias produtivas na viabilidade e competitividade de seus negócios, oferecendo as condições para agricultores e empresas promoverem a autoprodução de energia, própria e renovável, com a possibilidade de reduzir custos de produção e ampliar suas atividades. Ao mesmo tempo, podem tratar dejetos animais e resíduos agrícolas e agroindustriais, promovendo a correta destinação dos mesmos e a adequação ambiental das suas atividades, contribuindo com a orientação do agro paranaense em direção à sustentabilidade e aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).
- ▶ Programa Paraná Mais Orgânico – propõe-se a orientar e capacitar os produtores, auditar e certificar a produção de alimentos orgânicos. A iniciativa oferta ao produtor de alimentos orgânicos assistência técnica gratuita para que possa desenvolver e ampliar a sua produção com qualidade. O programa envolve a SETI, por meio das universidades estaduais; o Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR, antigo CPRA), vinculado à Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, e o Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR), que é o órgão certificador. Na pandemia, os agricultores familiares, aderiram a um aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas e chamadas de voz (*WhatsApp*), como alternativa de atendimento ao mercado de orgânicos. A ideia surgiu com a finalidade de facilitar a comercialização da produção de frutas, verduras e hortaliças no período de fechamento do comércio, em diferentes regiões do território paranaense.

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DE OBRAS PÚBLICAS

18 SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DE OBRAS PÚBLICAS (SEDU)

A SEDU é responsável pela política de desenvolvimento urbano no Paraná, além de possuir competência sobre um conjunto de obras públicas de interesse do Governo do Estado. Vinculadas à sua estrutura estão: a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC), a Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR), a Paraná Edificações (PRED) e o Conselho Estadual das Cidades (CONCIDADES). O Serviço Social Autônomo PARANACIDADE atua em cooperação com a SEDU, garantindo financiamentos aos municípios e operacionalizando a execução dos convênios firmados na SEDU.

Em 2021, a despeito das dificuldades enfrentadas em decorrência da pandemia da COVID-19, a SEDU manteve um acelerado ritmo de trabalho, garantindo investimentos no Desenvolvimento Urbano de todas as regiões do Paraná. O CONCIDADES realizou 10 reuniões de forma remota ou híbrida, e suas discussões envolveram o transporte metropolitano em Curitiba e conflitos fundiários, além de outros temas.

18.1 SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

Atuante no desenvolvimento urbano, regional e institucional dos municípios, o PARANACIDADE coopera com a SEDU em atividades consideradas não-exclusivas da administração pública. O trabalho dos técnicos e analistas da entidade é importante à realização de ações e projetos de intervenções urbanísticas nos 399 municípios do Paraná.

Seu atual contorno jurídico foi instituído pela Lei Estadual n.º 15.211 de 2006. Seu primeiro Contrato de Gestão foi firmado em 1996, e se encontra no 13º termo aditivo, subscrito em 2021. Estes instrumentos legais posicionam o PARANACIDADE como intermediador administrativo e financeiro, compatibilizando exigências dos entes financiadores com as capacidades de investimento dos municípios.

18.1.1 Estudos e Parcerias

O PARANACIDADE contratou a Fundação de Pesquisas Econômicas (FIPE) para estruturar a desestatização da Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A., incluindo o projeto da Nova Ferroeste, que ligará Maracaju (MS) a Foz do Iguaçu e ao Porto de Paranaguá.

18.1.2 Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios (SFM)

Como responsável pela operação do SFM, o PARANACIDADE garantiu a assinatura de 34 contratos em 2021, somando R\$ 94,0 milhões em investimentos no desenvolvimento urbano de 25 municípios.

As operações financeiras são realizadas em parceria com a Agência de Fomento Paraná S.A. Os recursos são aplicados no financiamento de obras de infraestrutura, como a pavimentação de ruas, na construção de equipamentos públicos como creches, escolas, quadras esportivas e barracões industriais, e também para renovação e expansão do parque de máquinas e equipamentos rodoviários dos municípios.

Entre os frutos destes investimentos, destacam-se: a) pavimentação, urbanização e calçadas em 14 municípios - valor liberado de R\$ 62,0 milhões; b) equipamentos rodoviários e veículos para oito municípios - valor liberado R\$ 16,3 milhões; c) complexo Cidade do Idoso em Irati - valor liberado R\$ 2,5 milhões; d) Cemitério Municipal de Assis Chateaubriand - valor liberado R\$ 2,4 milhões; e) Ginásio de Esportes de Três Barras do Paraná - valor liberado R\$ 1,5 milhão; f) Planos Diretores de Anahy, Nova Aurora e Serranópolis do Iguaçu - valor liberado R\$ 620,0 mil.

18.1.3 Plano de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios (PAM)

Sob responsabilidade da SEDU e executado com o apoio do PARANACIDADE, os investimentos deste programa são transferências de recursos a fundo perdido, na forma de convênios com as Prefeituras.

As ações realizadas são obrigatoriamente de cunho urbanístico, local ou regional, e de desenvolvimento institucional dos municípios, inclusive para aquisição de equipamentos, veículos, sistemas digitais, além de grande variedade de obras, reformas, requalificações, intervenções, etc.

Em 2021, foram firmados 123 convênios com 73 municípios paranaenses. A soma destes investimentos chega a R\$ 90,0 milhões. Outros R\$ 25,0 milhões serão a contrapartida dos municípios. Incluindo convênios assinados em anos anteriores, foram liberados pagamentos no total de R\$ 80,0 milhões em 2021.

Dentre os novos convênios com as prefeituras, destacam-se:

- ▶ Obras, reformas e intervenções urbanas - a) pavimentação de vias urbanas e estradas vicinais - R\$ 40,3 milhões; b) Centros de Reabilitação e Centros para Idosos - R\$ 3,4 milhões; c) Infraestruturas de lazer - R\$ 1,4 milhão; d) capelas mortuárias - R\$ 588,0 mil; e) Calçadas - R\$ 500,0 mil; e) Iluminação Pública - R\$ 200,0 mil.
- ▶ Aquisições - a) 63 equipamentos e veículos pesados, como: caminhões (caçamba, plataforma, guindaste), tratores, empilhadeira, escavadeira, retroescavadeira, pá carregadeira, motoniveladora, rolo compactador, britador, semirreboque, etc - R\$ 26,3 milhões; b) 26 veículos

comuns, como sedans e picapes - R\$ 2,4 milhões; c) seis veículos de transporte de passageiros, como ônibus e vans - R\$ 2,0 milhões.

18.1.4 Acompanhamento de Obras

Incluindo as duas modalidades de acesso a recursos (SFM e PAM), o PARANACIDADE oferece ao cidadão ferramentas para acompanhar a execução das obras de forma *online*, cumprindo com os preceitos da transparência. Dentre as 336 obras em andamento, destacam-se:

- ▶ Cidade Industrial de Londrina - cerca de 400.000 m² de área construída, dividida em 90 lotes. A previsão é de gerar, ao menos, 4.000 empregos diretos e 8.000 indiretos em áreas como eletro-metal-mecânica, agroindústrias e móveis de alto valor agregado. Com investimento de R\$ 24,0 milhões a obra encontra-se com 4,0% de execução e conclusão prevista para 2022.
- ▶ Centros de Eventos e de Desenvolvimento Econômico em Alvorada do Sul, Irati, Londrina, Palmeira e Terra Roxa - equipamentos e instalações para apoiar os produtores e os comerciantes destas localidades. Valor liberado: R\$ 15,0 milhões.
- ▶ Implantação do projeto Meu Campinho em 26 cidades. Valor liberado: 9,3 milhões.
- ▶ Urbanização e Calçadas em Atalaia, Bom Sucesso do Sul, Cruzeiro do Iguaçu, Kaloré, Laranjeiras do Sul, Marilândia do Sul, Pinhais, Roncador, Sertaneja e Umuarama. Valor liberado: R\$ 7,8 milhões.
- ▶ Teatros Municipais em Assis Chateaubriand e Palmeira. Valor liberado: R\$ 3,1 milhões.
- ▶ Escolas Municipais em Cafelândia, Borrazópolis, Ivaté, Peabiru e Rio Bom. Valor liberado: R\$ 3,1 milhões.
- ▶ Terminais Rodoviários Urbanos em Douradina, Janiópolis, Jussara e Toledo. Valor liberado: R\$ 2,8 milhões.
- ▶ Iluminação Pública em Clevelândia, Bom Sucesso do Sul, Jaboti e Tapejara. Valor liberado: R\$ 1,7 milhão.
- ▶ Bibliotecas Municipais em Araruna e Quatro Barras. Valor liberado: R\$ 295,0 mil.

18.1.5 Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI)

Em cumprimento ao Estatuto da Metrópole, e segundo as diretrizes estabelecidas pelo Plano Plurianual 2020-2023, o PARANACIDADE contratou a elaboração dos PDUIs de três regiões metropolitanas paranaenses.

Em 2021, foram concluídas as duas primeiras etapas dos planos de Maringá e de Londrina, incluindo a determinação dos novos recortes territoriais da Região Metropolitana e a adesão dos respectivos municípios. O PDUI de Cascavel encontra-se em vias de contratação, e todos possuem conclusão prevista para 2022.

A entrega dos PDUIs, acompanhada de minutas dos instrumentos legais para concessão de serviços públicos metropolitanos, é essencial à constituição efetiva de uma Governança Interfederativa, modernizando a gestão urbana nos maiores polos de desenvolvimento do Paraná.

18.2 COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA (COMEC)

Criada pela Lei Estadual n.o 6.517/1974, a COMEC é responsável por conduzir o planejamento urbano da Região Metropolitana de Curitiba, garantindo a sincronia no atendimento às funções públicas de interesse comum entre os 29 municípios. O transporte coletivo intermunicipal, o sistema viário metropolitano e o controle do uso e da ocupação do solo são algumas das funções coordenadas pela autarquia, vinculada à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas.

18.2.1 Planejamento Urbano e Organização Territorial

O Estatuto da MetrÓpole e o Estatuto das Cidades são os marcos legais que orientam a atuação da COMEC enquanto peça-chave da Governança Interfederativa. A lei exige a elaboração de PDUI para subsidiar os entes federativos com dados técnicos (geofísicos, demográficos, econômicos, etc) que permitam identificar as funções públicas de interesse comum compartilhadas entre os municípios.

Compreender esta realidade metropolitana, e as influências de cada cidade sobre suas vizinhas, é essencial para planejar e contratar serviços essenciais, construir equipamentos públicos, regulamentar o uso do solo e aprimorar a circulação de pessoas e mercadorias. A licitação do PDUI-RMC está em elaboração, com previsão de lançamento no início de 2022.

A COMEC auxilia os municípios na elaboração e revisão dos seus Planos Diretores, alinhando-os às diretrizes estaduais e federais. Em 2021, foram avaliadas as propostas apresentadas por Colombo, Dr. Ulysses e Quatro Barras; e encontram-se em análise os planos de Piên, Pinhais e Piraquara. Para 2022, a previsão é iniciar análises dos municípios de Bocaiúva do Sul, Campo Magro, Mandirituba e Tijucas do Sul.

Outras análises de processos seguiram ritmo acelerado, mesmo com grande parte dos trabalhadores em regime de teletrabalho, como os 337 pareceres emitidos pelo Departamento de Planejamento, um recorde, e os 418 processos de loteamentos, desmembramentos e condomínios analisados pelo Departamento de Controle e Ocupação Territorial. Estes departamentos, em parceria com o setor de Informações, iniciaram a implantação de atendimento ao público por videoconferência, garantindo agilidade e segurança à população da Região Metropolitana de Curitiba (RMC).

Por fim, a COMEC participou da elaboração de proposta do novo limite territorial entre os municípios de Curitiba e São José dos Pinhais, que aguarda chancela da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP).

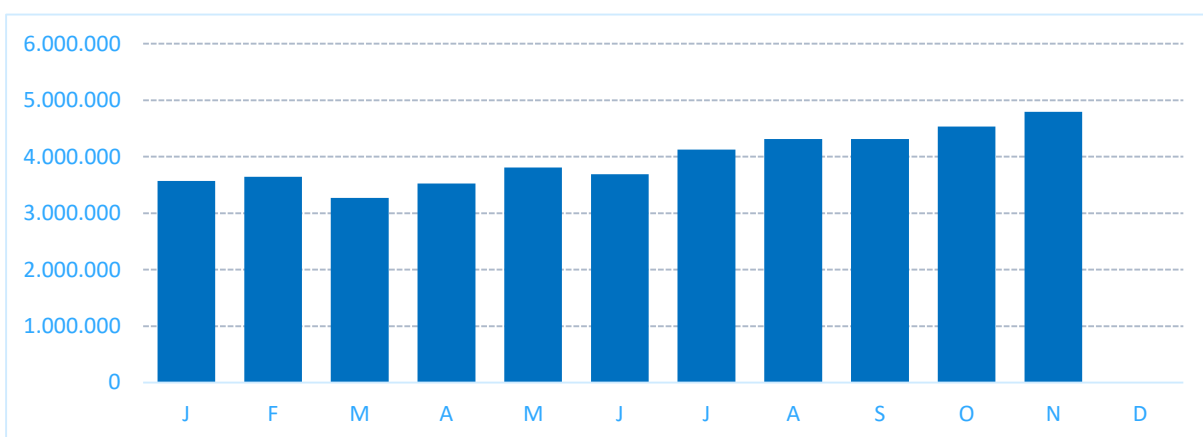
18.2.2 Transporte Coletivo

O sistema metropolitano de transporte coletivo, operado pela COMEC, conecta os municípios da RMC de forma segura, eficiente e integrada. O Conselho de Transporte Coletivo da Região Metropolitana de Curitiba (CTC) reuniu-se por três vezes em 2021 para acompanhar e debater a aplicação das políticas públicas de transporte metropolitano, servindo como instrumento de gestão Interfederativa.

A exemplo dos sistemas de transporte público em praticamente todas as regiões metropolitanas do mundo, em 2021 persistiram os impactos no volume de passageiros, em decorrência da pandemia da COVID-19. Apesar do arrefecimento das infecções, os operadores do transporte coletivo permanecem buscando respeitar as medidas sanitárias de prevenção da COVID-19.

Em novembro de 2021, o sistema chegou a ultrapassar 200.000 passageiros diários, e o total mensal aproxima-se dos 4,8 milhões, o que demonstra uma retomada gradual das atividades sociais. Este número diário não era observado desde março de 2020; entretanto, o total mensal ainda representa cerca de 1.000.000 passageiros a menos por mês, em comparação com fevereiro de 2020.

A seguinte média mensal de passageiros equivalentes foi calculada pela COMEC a partir dos dados registrados no sistema Transdata, para o exercício 2021:



18.2.2.1 Infraestrutura

Para oferecer maior conforto e segurança aos passageiros, a COMEC destaca os seguintes investimentos:

- ▶ Novo Terminal Afonso Pena, em São José dos Pinhais - em fase de licitação para contratação de projeto executivo. A COMEC firmou convênio com o município para organizar a administração dos terminais de ônibus metropolitanos, assumindo, entre outras responsabilidades, a função de planejamento estratégico da operação.
- ▶ Novo Terminal de Piraquara - projeto executivo contratado e em fase final de entrega. Valor previsto: R\$ 14,0 milhões. Início da construção: 2021.

18.2.2.2 Linhas

O sistema metropolitano de transporte coletivo contempla 197 linhas em operação regular. Em 2021, houve 349 alterações no trajeto ou no horário das linhas, todas documentadas e devidamente informadas aos usuários pelos canais de comunicação da COMEC.

18.2.2.3 Tarifa

Diante das incertezas provocadas pela pandemia da COVID-19, e dos desequilíbrios financeiros no sistema em 2020 e 2021, a COMEC atuou para garantir a eficiência do sistema e, simultaneamente,

a modicidade tarifária. Apesar do aumento da oferta de veículos nos horários de pico, o Governo do Estado garantiu a manutenção da tarifa social em R\$ 4,59, vigente desde 2019.

Outras ações que garantiram um preço de passagem justo incluem:

- ▶ Com o objetivo de evitar aumentos nos preços de passagens na capital, a COMEC firmou parceria com a Urbanização de Curitiba S.A. (URBS), prevendo repasse de R\$ 40,0 milhões em subsídios extraordinários.
- ▶ Por meio da Lei Estadual n.º 20.321/2020, foi estabelecido subsídio extraordinário para a aquisição de créditos de passagens, a serem distribuídos para a população em situação de desemprego, pobreza ou vulnerabilidade. O montante representa R\$ 24,8 milhões em créditos de passagens, que beneficiarão cerca de 123.000 passageiros após a pandemia.
- ▶ A COMEC contratou a Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas (FEPESE) para a elaboração de estudo de origem-destino, modelagem financeira do sistema e revisão tarifária. O prazo de entrega é fevereiro de 2022.
- ▶ Para que os cidadãos metropolitanos acessem a Rede Integrada de Transporte pagando apenas uma tarifa, a COMEC e as prefeituras assinam Termos de Cooperação Técnica. Em 2021, teve início a integração com o município de Campina Grande do Sul, e foram prorrogadas as parcerias com Araucária, Campo Magro, Quatro Barras e São José dos Pinhais.

18.2.3 Obras Estruturantes

Espalhadas pela RMC, as obras e investimentos sob responsabilidade da COMEC tem o objetivo de integrar os municípios e as pessoas com mais segurança, velocidade e sustentabilidade:

- ▶ Trincheiras no cruzamento da Avenida das Torres com a Rua Arapongas e a Rua Maringá, em São José dos Pinhais - valor total das obras: R\$ 4,5 milhões. Entregue em 2021.
- ▶ Viaduto no cruzamento da Avenida Rui Barbosa com a Avenida das Torres, em São José dos Pinhais - valor total da obra: R\$ 447,0 mil. Entregue em 2021.
- ▶ Ponte na Avenida Senador Salgado Filho sobre o Rio Iguaçu, conectando o bairro do Uberaba, em Curitiba, ao município de São José dos Pinhais - valor total da obra: R\$ 1,7 milhão. Entregue em 2021.
- ▶ Requalificação da Rua Comandante Aviador José Lipinski, de acesso ao Aeroporto Internacional Afonso Pena, em São José dos Pinhais - valor total da obra: R\$ 4,8 milhões. Em andamento, entrega em dezembro de 2021.
- ▶ Passagem inferior sob a Avenida das Torres, próxima ao Portal de São José dos Pinhais - valor total da obra: R\$ 482,9 mil. Em andamento, entrega em dezembro de 2021.
- ▶ Extensão da rodovia PR-423 entre Araucária e Curitiba, nas proximidades de Fazenda Rio Grande. Projeto entregue em 2021; edital de licitação para construção será lançado em 2022.

- ▶ Estrada de 27 km entre Mandirituba e São José dos Pinhais, com acesso à Colônia Marcelino. Projeto contratado, com prazo de entrega em janeiro de 2022.
- ▶ Iluminação do Contorno Sul de Curitiba (BR-376). Lançado edital de licitação na modalidade de Regime Diferenciado de Contratação (RDC).

18.3 COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ (COHAPAR)

Fundada em 1965, a Cohapar é uma empresa de economia mista responsável por planejar e executar as políticas públicas no setor de habitação em nível estadual. O principal objetivo é promover a melhoria da qualidade de vida da população paranaense a partir da oferta de condições dignas de moradia à população, em especial aquelas de menor renda, em parceria com outros órgãos estaduais, municípios, Governo Federal, iniciativa privada e outros parceiros.

Além de projetos executados pelo Governo Federal, com contrapartidas estaduais, as ações da Cohapar são organizadas no âmbito do programa Casa Fácil Paraná, que engloba: a) Construção de moradias (quatro modalidades); b) Regularização fundiária (quatro modalidades); c) Obras de infraestrutura; e d) Concessão de subsídios.

18.3.1 Construção de Moradias

Em 2021, foram concluídas 1.731 casas populares nas diferentes modalidades estaduais próprias, em parceria com o Governo Federal e com outros órgãos. Outras 15.194 unidades habitacionais estão em construção em todo o Estado, nas diversas modalidades próprias e em parcerias.

Os projetos de construção de moradias estão divididos nas seguintes modalidades: a) Financiamentos próprios; b) Viver Mais; c) Nossa Gente; d) Vida Nova; e e) Parcerias.

18.3.1.1 Financiamentos Próprios

Os empreendimentos da modalidade são financiados diretamente pela Cohapar à população em geral, com renda de um a seis salários mínimos, e oferecem condições facilitadas de pagamento. Os imóveis são isentos de pagamento de entrada, com juros de apenas 4,0% ao ano e parcelamento em até 360 meses com o intuito de facilitar a aquisição da casa própria pela população.

Nesta modalidade, foram entregues 111 casas em 2021 e outras 951 unidades estão em construção em todas as regiões do estado.

18.3.1.2 Viver Mais

Destinados ao atendimento de idosos, a modalidade envolve projetos em 21 municípios paranaenses. Tratam-se de condomínios residenciais fechados com 40 moradias cada, com ampla infraestrutura de saúde, lazer e acompanhamento social aos moradores, que devem ter 60 anos ou mais e renda de um a seis salários mínimos. Os beneficiários são escolhidos pela Cohapar, com

prioridade para os de mais baixa renda, e pagam um aluguel social de 15,0% de um salário mínimo ao mês, equivalente a R\$ 165,00.

Em 2021, houve a entrega do segundo empreendimento da modalidade, em Foz do Iguaçu, na região Oeste, e há a previsão de conclusão do condomínio de Prudentópolis, no Centro-Sul, além de obras avançadas em Cornélio Procópio, no Norte Pioneiro.

Outras cidades com contratos assinados são: Telêmaco Borba, Irati, Cascavel, Ponta Grossa e Francisco Beltrão.

18.3.1.3 Nossa Gente

Os projetos são executados de forma integrada entre a Cohapar, a Secretaria da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF) e os municípios, com recursos obtidos pelo Governo do Estado em um financiamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O atendimento é focado em pessoas em situação de vulnerabilidade social, com a realocação de casas em áreas de risco ou condições precárias para novas moradias sem custo aos beneficiários. Também estão incluídas obras de infraestrutura, urbanização e recuperação ambiental nas regiões atendidas.

Nesta modalidade, 509 casas foram concluídas em 2021 e outras 345 estão em construção em municípios de todas as regiões do Paraná, somando R\$ 79,0 milhões de investimentos.

18.3.1.4 Vida Nova

Lançado em 2020, o programa envolve um trabalho multidisciplinar a partir da habitação, com ações nas áreas de saúde, educação, meio ambiente, cidadania, lazer, segurança, geração de emprego e renda para as comunidades atendidas. Os projetos atendem famílias em situação de vulnerabilidade social residentes em assentamentos precários com recursos oriundos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP).

A modalidade possui três empreendimentos em construção: Jandaia do Sul, no Vale do Ivaí, que recebe o projeto piloto, além de Floraí, No Noroeste, e Rio Azul, no Centro-Sul, totalizando 125 casas e obras de infraestrutura e urbanização, com R\$ 10,0 milhões investidos nos municípios.

O objetivo é atingir 2.500 famílias em 137 áreas prioritárias espalhadas nos municípios paranaenses até o fim de 2022, com a participação de 14 órgãos estaduais.

18.3.1.5 Parcerias

O Governo do Estado também atua como fomentador de investimentos da União e da iniciativa privada em habitação. São projetos financiados com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) e outras fontes, como a Itaipu Binacional. A participação nos programas pode envolver o assessoramento técnico da Cohapar, com elaboração de projetos, análises de viabilidade, cadastramento, seleção e comercialização das unidades.

Estão inclusas no trabalho possíveis parcerias com a Copel e Sanepar para a realização de serviços de instalação das redes e padrões de energia elétrica, rede de abastecimento de água e rede coletora de esgoto de forma subsidiada. As medidas impactam diretamente na redução do custo dos projetos e, por consequência, no valor pago pelos beneficiários, ampliando o acesso à casa própria a famílias de menor poder aquisitivo.

18.3.2 Regularização Fundiária

Além da construção de novas moradias, o Governo do Estado tem concentrado esforços na regularização de propriedade a famílias que residem em imóveis sem documentação. A medida gera segurança jurídica aos moradores, que também têm uma valorização do seu patrimônio, e é um ponto de partida para que as prefeituras executem obras e levem mais serviços públicos às regiões regularizadas. Os projetos de Regularização Fundiária estão divididos nas seguintes modalidades: a) Morar Legal Paraná; b) Escritura na Mão; c) Escrituração Direta; e d) Regularização Fundiária Própria.

18.3.2.1 Morar Legal Paraná

A iniciativa consiste na contratação de empresas especializadas pela Cohapar via licitação para a prestação de serviços de regularização, emissão de títulos e registro de imóveis sem documentação. É um dos maiores programas de regularização fundiária em execução no País, com projetos em execução em 48 municípios e previsão de entrega de títulos para 16.200 famílias em todo o Estado até 2022, somando R\$ 13,6 milhões de investimento no período.

18.3.2.2 Escritura na Mão

A modalidade vai suceder o Morar Legal Paraná, mas com diferencial de uma participação mais efetiva dos municípios já nas primeiras fases do processo, especialmente na mobilização social e cadastramento das famílias. Em 2021, a Cohapar concluiu a formatação dos projetos e enviou ofício a todas as prefeituras paranaenses para que formalizem a adesão à parceria com a apresentação de áreas passíveis de regularização.

18.3.2.3 Escrituração Direta

O programa é focado em mutuários, compradores ou ocupantes de imóveis da companhia com financiamento imobiliário já quitado e que pretendem registrar a propriedade em seu nome. A atuação da Cohapar consiste na emissão de documentos com força de escritura pública em substituição à atividade dos tabelionatos com custos mais baixos e de maneira menos burocrática.

Desde 2019, foram emitidas 5.675 escrituras, sendo 1.333 títulos apenas em 2021. A perspectiva é de ampliação dos números com o aumento da divulgação e a implantação de um sistema que permite que todas as etapas do processo sejam feitas de forma eletrônica.

18.3.2.4 Regularizações Fundiárias Próprias

Envolve a regularização fundiária de ocupações consolidadas localizadas em áreas da Cohapar e de outros órgãos estaduais. São processos executados pela companhia, especialmente em casos em que a reintegração de posse se tornou inviável. Cerca de 600 famílias estão sendo beneficiadas nas ocupações do Rincão e Liberdade, em Colombo, e Trevisan, em Pinhais.

Com a regularização das áreas públicas, a Cohapar também realizou a cessão de lotes para intervenções que contribuem com o bem-estar da população, como o terreno cedido no bairro do Jerivá, em Pinhais, onde será instalada uma escola municipal, e uma área cedida para a construção de uma praça de 15.000 m² em Campo Magro.

Também foram retomados os estudos do projeto de regularizações dos imóveis destinados a servidores do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) com a regularização de imóveis em 18 municípios, conforme estabelecido pela Lei Estadual.

18.3.3 Infraestrutura

18.3.3.1 PAC

A Cohapar é responsável pela execução de obras de infraestrutura urbana no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal, na Região Metropolitana de Curitiba. Neste momento, dois projetos estão em execução em Piraquara, somando R\$ 44,4 milhões de investimento em obras de pavimentação, calçamento, galerias de águas pluviais, sinalização, recuperação ambiental e construção de equipamentos comunitários na cidade.

18.3.3.2 Emendas Parlamentares

Em Ibaiti, no Norte Pioneiro, estão sendo executadas obras de pavimentação do entorno do Residencial João Edmundo com recursos de emendas parlamentares. A medida beneficia diretamente as 50 famílias residentes no conjunto e indiretamente centenas de famílias que transitam na região.

18.3.4 Concessão de Subsídios

Em 2021, o Governo do Paraná firmou a maior parceria vigente com a União no setor de habitação. A modalidade Valor de Entrada prevê a concessão de subsídios de R\$ 15.000 por imóvel em unidades financiadas pela Caixa Econômica Federal via programa Casa Verde e Amarela. Os empreendimentos habilitados pelas construtoras via Chamamento Público da Cohapar e aprovados totalizam 11.068 imóveis com subsídio aprovado em 2021. Outras 1.053 unidades também foram aprovadas para a construção de empreendimentos em áreas públicas.

As unidades representam a liberação de R\$ 181,0 milhões em investimentos estaduais de um orçamento total de R\$ 450,0 milhões reservado até o fim de 2022. Ao todo, os empreendimentos aprovados pela companhia representam um aporte de cerca de R\$ 2,7 bilhões no Estado no ano e a geração de aproximadamente 10.000 empregos diretos e indiretos na indústria da construção civil.

18.4 PARANÁ EDIFICAÇÕES (PRED)

Autarquia vinculada à SEDU desde 2019, tem como atribuição planejar, coordenar e executar projetos, obras e serviços de engenharia de edificações. A PRED atende diversos órgãos da administração pública estadual, prezando pela eficiência do gasto público e pela promoção do desenvolvimento sustentável.

18.4.1 Projetos

- ▶ Em análise: 08 projetos se encontram em análise pela PRED, entre os quais o da Casa Andrade Muricy, em Curitiba.
- ▶ Aprovados: dentre os projetos cuja análise pela PRED foi concluída em 2021, destacam-se: a) Laboratório Central do Estado - Curitiba; b) Ambulatórios Médicos de Especialidades - 13 projetos; c) Conselho Tutelar - 09 cidades; d) Quartel do Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar (BOPE) - Curitiba; e) Delegacia Cidadã - Londrina; f) Base Náutica - Guaratuba; e g) Arena Eco Lutas - projeto padrão.

18.4.2 Convênios

Em 2021, 93 convênios de obras foram concluídos, e outros 31 estão prestes a iniciar. Dentre os 180 convênios da PRED que se encontram em execução, destacam-se: a) Hospital Municipal - Faxinal, Ibaiti; b) Hospital e Maternidade Doutor Paulo Fortes - São Matheus do Sul; c) Centro Cirúrgico da Santa Casa - Cambará; e d) Centro de Especialidades do Hospital São Vicente - Curitiba.

18.4.3 Obras

Os edifícios construídos pela PRED incluem equipamentos públicos de saúde, educação, segurança pública, assistência social, esporte, lazer e cidadania.

- ▶ Concluídas: foram entregues 60 obras, dentre as quais destacam-se: a) Instituto Paranaense de Ciência do Esporte - Curitiba; b) Escola Superior da Polícia Civil - Curitiba; c) Delegacia Cidadã - Almirante Tamandaré; d) Penitenciária Estadual - Foz do Iguaçu; e) Instituto Água e Terra (IAT) - Campo Mourão; f) Hospital Zona Sul - Londrina; g) Hemobanco - Ponta Grossa; e h) Unidade de Coleta e Transfusão (UCT) - Toledo.
- ▶ Em andamento: dentre as 67 obras em execução, destacam-se: a) Hospital Regional - Guarapuava (Centro-Oeste) e Paranaguá (Litoral); b) Cadeias Públicas - Arapongas, Guaíra, Foz do Iguaçu e Ponta Grossa; c) Sede do Corpo de Bombeiros - Ivaiporã; d) Centro de Socioeducação (CENSE) - Cascavel; e e) Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) - Nova Cantu.
- ▶ A iniciar: em vias de iniciar há 37 obras, como a Penitenciária Estadual (Piraquara) e o Batalhão de Polícia de Fronteira (Marechal Cândido Rondon).

18.4.4 Órgãos Atendidos

Municípios de todas as regiões foram atendidos com construções, reformas e ampliações de equipamentos públicos, fortalecendo as políticas públicas e aproximando o Governo do Estado da população paranaense. Dentre as obras mencionadas, os órgãos estaduais mais atendidos pelas atividades da PRED foram:

- ▶ Secretaria de Estado da Saúde (SESA): a) Unidades Básicas de Saúde (UBS) - 109 obras em andamento, 64 obras concluídas, 05 a iniciar; e b) Unidades de Saúde da Família (USF) - 14 obras em andamento, 04 concluídas, 08 a iniciar.
- ▶ Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP): a) penitenciárias - 04 obras em andamento, 04 concluídas, 01 a iniciar; b) Cadeias Públicas - 07 obras em andamento, 02 concluídas; c) Casas de Custódia - 01 obra em andamento, 02 concluídas; d) Colônia Penal - 01 obra em andamento; e) Delegacias - 04 obras em andamento, 04 concluídas; f) Institutos de Criminalística (IC) - 01 obra em andamento, 02 concluídas; e g) Instituto Médico-Legal (IML) - 01 obra em andamento, 01 a iniciar.
- ▶ Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF): a) Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) - 01 obra em andamento, 02 concluídas; b) Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) - 01 obra concluída; c) Centro de Socioeducação (CENSE) - 05 obras em andamento, 01 a iniciar; e d) Casa de Semiliberdade - 01 obra em andamento, 02 concluídas.
- ▶ Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional (FUNDEPAR), vinculado à Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (SEED): escolas - fiscalizações em 45 obras em andamento, 70 fiscalizações concluídas, 18 a iniciar.

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DO TURISMO

19 SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DO TURISMO (SEDEST)

A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo (SEDEST), criada nos termos da Lei Estadual n.º 19.848/2019, constitui órgão de primeiro nível hierárquico do Poder Executivo Estadual, e tem por finalidade: a) a formulação, coordenação, execução e desenvolvimento de políticas públicas de proteção, conservação e restauração do patrimônio natural; de gerenciamento dos recursos hídricos; de saneamento ambiental; de gestão territorial, agrária e fundiária; mineral e geológica; cartográfica e de geoprocessamento; b) a implantação da política de turismo, visando ao desenvolvimento sustentável do Estado do Paraná em sua esfera de competência; c) a implementação e execução das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico sustentável, formuladas pela área competente; d) a coordenação de atividades relacionadas à identificação, estruturação e análise de estudos de viabilidade técnica, econômico-financeira e jurídica de projetos passíveis de desestatização para deliberação do Governador, a partir de diretrizes estratégicas de caráter estruturante formuladas pela área competente; e e) o acompanhamento da execução de projetos e contratos de parcerias desenvolvidos no âmbito do Paraná.

Suas ações e de suas vinculadas, Instituto Água e Terra, Paraná Turismo, Sistema Meteorológico do Paraná (SIMEPAR) e Invest Paraná, estão detalhadas a seguir. É utilizado o modelo de gestão espelho, sendo assim, toda a política parte da Secretaria e a operação nas vinculadas.

19.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

É importante pontuar que, em 2021, as ações promovidas pela SEDEST e vinculadas foram reconhecidas por diferentes instituições. O Instituto Cidades Sustentáveis classificou 33 municípios paranaenses entre os 200 melhores classificados no Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - Brasil, que mede o progresso do cumprimento dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) reconheceu o Paraná como um exemplo mundial no desenvolvimento sustentável, devido às práticas voltadas para energia sustentável, proteção ambiental e redução de desigualdades.

O Estado assumiu a primeira colocação no quesito sustentabilidade ambiental do *Ranking* de Competitividade dos Estados, publicado pelo Centro de Liderança Pública.

As ações de recuperação da vegetação possibilitaram que o Instituto Água e Terra fosse o vencedor da 27ª edição do Prêmio Expressão de Ecologia na categoria Recuperação de Áreas

Degradadas, com o projeto Neutraliza Paraná, foi criado em 2006 como forma de minimizar os impactos das mudanças climáticas.

A expansão do protagonismo do Governo Paranaense sobre a temática da sustentabilidade é resultado dos trabalhos realizados, nesse contexto destaca-se que foi instituído o Plano Estadual de Resíduos Sólidos (PERS), Lei Estadual n.o 20.607 de 10 de junho de 2021, e realizado concurso público para composição do quadro de técnicos do Instituto Água e Terra, o primeiro num período de 30 anos.

Com relação ao ICMS Ecológico, mais 21 Áreas Protegidas foram cadastradas e reconhecidas no Programa, que somaram mais de cinco mil hectares. Ao todo são 225 municípios com áreas protegidas reconhecidas no programa, totalizando 871 Áreas Protegidas, que ocupam mais de 2,3 milhões de hectares. O valor total repassado aos municípios pelo ICMS Ecológico, de janeiro a outubro de 2021, foi de R\$ 191,0 milhões.

Ademais, houve a adesão do Estado à *Race to Zero* e à *Race to Resilience*, campanhas de mudanças climáticas da ONU, que possuem o objetivo de zerar as emissões de CO₂ e minimizar os efeitos negativos provocados pelas mudanças climáticas. Em paralelo à adesão a estas campanhas foi instituído o Fórum Paranaense de Mudanças Climáticas Globais, que visa sensibilizar e mobilizar a sociedade paranaense para a discussão e tomada de posição sobre o fenômeno.

Por fim, destaca-se o processo de revitalização da orla de Matinhos, cujo investimento previsto é superior a R\$ 500,0 milhões para recuperação de oito quilômetros, sendo o maior investimento da história do Litoral Paranaense. Os moradores da região destacaram os benefícios esperados, como a melhoria da qualidade de vida, aumento do número de vagas de empregos e a atração de turistas, todos baseados nos princípios da sustentabilidade.

19.2 SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE PARCERIAS (SGPAR)

A Superintendência Geral de Parcerias (SGPAR) foi criada por meio do Decreto Estadual n.o 4.290, de 18 de março de 2020, para a coordenação, monitoramento, avaliação e supervisão das ações do Programa de Parcerias do Paraná que visa a implementação de medidas de desestatização, desoneração do Estado e a instituição de parcerias com a iniciativa privada.

Com este programa, a iniciativa privada auxilia na manutenção e no provimento de melhorias respeitando o período de outorga de uso. O programa foi apresentado aos municípios e a outras instituições por meio de reuniões *online* e de material informativo, físico e virtual, concomitantemente com a promoção do turismo sustentável.

Em 2021, deu-se continuidade ao processo de concessão dos pátios veiculares do Departamento de Trânsito do Paraná (DETRAN/PR) e foi iniciada a concessão do Parque Estadual do Guartelá. No decorrer de ano foram realizadas consultas, *roadshows* e audiências públicas e ao final do ano, ambos se encontravam em vias de serem finalizados. A concessão do parque segue o processo de desestatização das unidades de conservação com potencial turístico, iniciado em 2020 com o

Parque Estadual de Vila Velha. Foram feitos os estudos e a estruturação de instrumentos licitatórios para a desestatização do Monumento Natural Estadual do Salto São João, em Prudentópolis, e do Jardim Botânico de Londrina.

19.3 SUPERINTENDÊNCIA GERAL DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS E PESCA (SDBH)

Dentre as iniciativas realizadas pela Superintendência Geral das Bacias Hidrográficas e Pesca (SDBH) destacou-se o Programa Rio Vivo, que visa a preservação da vida aquática nas 16 bacias hidrográficas do Estado, oferecendo melhores condições ao seu desenvolvimento e, assim, garantindo água para todos.

Até novembro foram soltos 730 mil peixes juvenis para o repovoamento dos rios do Paraná. A soltura obedeceu a Resolução Conjunta SEDEST/IAT n.o 10 de abril de 2021, que definiu normas para estocagem e repovoamento de peixes no Estado do Paraná, com o objetivo de proteger a fauna silvestre e o ambiente natural contra espécies invasoras.

Além disso, auxiliou a gerir a pesca no Estado, para proteger a fauna aquática durante o período de estiagem e da piracema. Como exemplo, tem-se a proibição da pesca na Bacia Hidrográfica do Rio das Cinzas, no Norte Pioneiro, devido aos baixos níveis de cursos hídricos.

Por fim, foi criada a Reserva de Pesca Esportiva do Baixo Iguaçu, no Sudoeste do Estado - a primeira com essa finalidade no Paraná. O objetivo da unidade é regulamentar a pesca amadora, conservando seu potencial para a prática do ecoturismo e, conseqüentemente, melhorar a renda e a qualidade de vida das populações lindeiras, atendendo às demandas locais e mantendo a preservação.

19.4 INSTITUTO ÁGUA E TERRA

19.4.1 Transformação Digital

Alinhado ao Plano de Governo, o Instituto Água e Terra está implementando mecanismos para a transformação digital, para isso, em 2019, foi criado o Programa i9 Ambiental, com o objetivo geral de inovar, qualificar e agilizar os processos ambientais e a tomada de decisão, com segurança técnica e jurídica, contribuindo para a transformação digital da gestão pública. Em 2021, destacaram-se as ações:

- ▶ *Dashboard* ICMS Ecológico - lançamento de ferramenta *online* georreferenciada, que traz maior transparência aos recursos fornecidos pelo programa. Seu lançamento foi realizado em outubro, durante evento de comemoração aos 30 anos de ICMS Ecológico do Paraná.
- ▶ Auto de Infração Eletrônico (AIA-e) - lançado em novembro, é um aplicativo *mobile*, que permite lavrar as multas por infrações ambientais com agilidade e informações georreferenciadas. Para isso, foram

adquiridos pelo órgão ambiental 95 celulares e 100 impressoras térmicas portáteis, o investimento foi de cerca de R\$ 120,0 mil.

- ▶ Autuações remotas – apoio para fiscalização com qualificação das informações de áreas desmatadas fornecidas pelo MapBiomas Alerta, com a elaboração de laudos técnicos detalhados.
- ▶ Monitoramento da vegetação nativa: ocorre de forma continuada, desde 2020, por meio de Sensoriamento Remoto.
- ▶ Sistema de Informações para Gestão Ambiental e de Recursos Hídricos (SIGARH) - lançado em 2019, permitiu melhorar os processos e agilizar a emissão das outorgas. Até 11 de novembro de 2021 foram emitidas 9.054 outorgas, valor 17,0% superior ao mesmo período do ano de 2020.
- ▶ Sistema de Gestão Ambiental (SGA) - implementação de melhorias no SGA com relação ao licenciamento ambiental, aliadas aos Programas Descomplica e Paraná Energia Sustentável. Com isso foi possível agilizar a emissão das licenças, mantendo a segurança técnica e jurídica.

Como resultado dessa transformação, foi possível a realização de análises de processos com celeridade, como a análise dinamizada do Cadastro Ambiental Rural (CAR), iniciada na região Noroeste do Estado por meio da análise automática e remota das informações declaradas pelos proprietários ou possuidores rurais no CAR.

19.4.2 Licenciamento Ambiental

Foi revisada e implementada a resolução CEMA n.o 107/2020, que atua como linha mestra do licenciamento ambiental no Estado, para agregar maior agilidade e segurança técnica e jurídica na emissão de licenças ambientais, principalmente com a implementação da Licença Ambiental por Adesão e Compromisso (LAC), que é emitida automaticamente, e da Declaração de Inexigibilidade de Licença Ambiental (DILA).

O Programa Descomplica Rural, lançado em 2020, trata do conjunto de ações adotadas pelo poder público para aprimorar e facilitar os mecanismos para o licenciamento ambiental requerido pelo produtor paranaense, para atividades ligadas à agropecuária. Até novembro de 2021 foram emitidas 5.684 licenças, valor 5,4% superior ao mesmo período de 2019.

O Programa Paraná Energia Sustentável foi lançado em julho de 2021 e tem como objetivo a criação de mecanismos de celeridade ao processo de licenciamento ambiental de empreendimentos de geração de energia a partir de fontes renováveis que emitem menores quantidade de gases do efeito estufa. Em 2020, o prazo médio era de 186 dias para obtenção desse tipo de licença, com a implementação do programa, passaram a ser necessários em média sete dias - o que representa uma redução de aproximadamente 96,0%. Até novembro de 2021, foram emitidas 21.764 licenças, representando um aumento de 9,0% em comparação ao período de janeiro a novembro dos dois últimos anos.

O processo de licenciamento ambiental ágil e seguro realizado pelo Instituto foi fundamental para que o Aeroporto de Foz do Iguaçu, no Oeste do Paraná, entrasse para o programa Federal de

privatização do setor de aviação. Pois, foi licenciado o aumento da extensão da pista do aeroporto, que passou de 2.194 metros para 2.858 metros, tornando-se a maior em aeroportos do Sul do Brasil. A ampliação vai permitir um maior fluxo de voos internacionais, que poderão decolar com mais segurança, podendo atrair mais turistas para região.

19.4.3 Fiscalização

Manteve-se o trabalho continuado por meio da constituição de forças tarefa de combate ao desmatamento, caça e pesca ilegais, por intermédio dos escritórios regionais e das parcerias firmadas com batalhões de Polícia, como o Batalhão de Polícia Ambiental-Força Verde (BPAmb-FV) e o Batalhão de Polícia Militar de Operações Aéreas (BPMOA), e das informações sobre áreas desmatadas provenientes da identificação realizada pelo MapBiomias Alerta.

Como exemplo, destaca-se a 5ª Operação Mata Atlântica em Pé, ação promovida em parceria com a Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESP) e o Ministério Público do Paraná, com o objetivo de localizar áreas degradadas e responsabilizar os infratores, com apoio dos agentes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), dos fiscais do Instituto Água e Terra e de policiais militares ambientais. Foram identificados 2.200 hectares com danos em 174 diferentes pontos, pelos quais foram aplicados R\$ 15,0 milhões em multas, além do embargo das áreas.

As ações pontuais demonstraram a unificação dos esforços dos Escritórios Regionais do Instituto Água e Terra na preservação da natureza, a exemplo da primeira força tarefa, realizada no início de 2021, em que foram aplicados R\$ 718,0 mil em multas por pesca e desmatamento ilegal praticados na região Oeste do Estado, além da apreensão de equipamentos e produtos.

Essas ações são possíveis devido aos esforços de estruturação do órgão, como a aquisição de 47 novos veículos e a renovação do termo de cooperação celebrado entre o Instituto e o BPAmb-FV, além da transformação digital implementada.

19.4.4 Proteção à Fauna

Para proteção da fauna foram realizadas ações de combate à pesca e caça ilegal, e ainda a apreensão de animais mantidos em cativeiro sem autorização ou em más condições. No período de junho de 2020 a julho de 2021 ações do BPAmb-FV apreenderam 6.161 animais silvestres, dos quais 5.623 aves, 287 mamíferos e 251 répteis e anfíbios.

Para possibilitar esse tipo de ação, foram estruturados espaços para atendimento da fauna silvestre vitimizada, os Centros de Apoio de Fauna Silvestre (CAFS). Foram criados CAFS em Cascavel, Londrina, Guarapuava e Maringá, renovada a parceria com o CAFS de Curitiba e inaugurado o Centro de Triagem de Animais Silvestres (CETAS) de Ponta Grossa, cujo o investimento foi de R\$ 1,0 milhão.

Outra parceria firmada para garantir a proteção da fauna e da saúde humana foi o edital do Programa de Pesquisa aplicada à Saúde Única do Governo do Paraná do ano de 2020. Essa foi uma

iniciativa inédita no País, desenvolvida em parceria com a Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), e viabilizada pela Fundação Araucária. O resultado do edital foi publicado em 2021, e houve a destinação de cerca de R\$ 1,0 milhão para sete projetos de pesquisa das áreas saúde animal, humana e ambiental.

Foi mantido o sistema de denúncias de maus-tratos a animais domésticos, em associação à SESP. Até setembro de 2021, foram feitas 8.206 denúncias. Em comparação com 2020, houve um aumento superior a 257,0%, o que demonstra a adesão ao sistema e a sua importância para a coerção de práticas nocivas à fauna paranaense, seja doméstica, silvestre e/ou selvagem.

O bom desempenho da parceria com a SESP propiciou a instituição do Comitê Gestor da Fauna Silvestre Vitimada, com o objetivo de estabelecer estratégias e políticas de gestão para ampliar a fiscalização contra o tráfico e comércio ilegal e implantar mecanismos de proteção aos animais silvestres.

19.4.4.1 CastraPet Paraná

O Programa Permanente de Esterilização de Cães e Gatos, o CastraPet Paraná, é uma iniciativa promovida em parceria com as prefeituras dentro do contexto da Saúde Única, que relaciona a saúde ambiental, animal e humana, para sensibilizar a população sobre a importância da castração na saúde dos animais, na prevenção de abandono, e para a saúde das pessoas com informações referentes à importância da vacinação, vermifugação e visitas periódicas ao veterinário, bem como dicas de guarda responsável.

O primeiro ciclo, encerrado em julho, atendeu 15 mil animais em 45 municípios com investimento de R\$ 2,4 milhões, com destaque para São Miguel do Iguazu onde foram esterilizados 719 animais. O segundo ciclo atendeu 80 municípios de diversas regiões, com investimento superior a R\$ 2,5 milhões.

19.4.5 Recursos Hídricos

Buscando a disponibilidade hídrica para combater a escassez, a fim de garantir água de boa qualidade em quantidade suficiente para atendimento aos usos múltiplos dos recursos hídricos foram perfurados 150 poços tubulares profundos em comunidades rurais por meio do programa Água no Campo, também foram entregues 56 caminhões-pipa.

Foram implementadas ações de melhoria da drenagem, levando à entrega de 35 mil metros de tubos a diversos municípios paranaenses, e obras de prevenção e controle da erosão urbana visando assegurar a integridade física de edificações e da infraestrutura das cidades.

Em 2021, o Paraná sediou o XXIII Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (ENCOB), cujo tema central foi Água: Fator de Vida, Saúde e Desenvolvimento. As atividades foram organizadas com o objetivo de apontar indicativos e perspectivas que denotam a importância da água no contexto da vida, da saúde e como insumo necessário ao desenvolvimento que traz emprego e renda.

Essas discussões e projetos denotam a importância da gestão compartilhada na conservação e na disponibilidade dos recursos hídricos, que se dá por meio dos Comitês de Bacias Hidrográficas,

que são formados por membros do setor público, privado, outros usuários de água e sociedade civil organizada. Ao longo deste ano, foram realizadas reuniões setoriais para renovação dos membros de oito colegiados, referente ao mandato 2021-2025.

Por fim, ressalta-se a formalização do Projeto Reserva Hídrica do Futuro, destaque no Dia Mundial da Água, que consiste na formação de sistema que poderá armazenar até 43 bilhões de litros da água em lagos e atenderá a Região Metropolitana de Curitiba. Para isso serão recuperadas 240 nascentes e será criado um corredor de biodiversidade de 150 km.

19.4.6 Conservação Ambiental

No que tange a conservação ambiental, destaca-se o Programa Paraná mais Verde, que busca o plantio de mudas de árvores nativas em todo o Estado, com foco na arborização urbana e rural, além da implantação de viveiros municipais e de hortas comunitárias. Entre setembro de 2019 e de 2021, foram distribuídas mais de 5 milhões de mudas nativas.

Em 2021, destacam-se: a) o Acordo de Cooperação Técnica com a indicação de plantio de 250 mil mudas realizado em parceria com Rotary Club; b) a ação em alusão ao dia da Árvore, em que foram plantadas mais de 400 mil mudas; e c) a doação ao município de Cascavel de um milhão de mudas para arborização urbana e recuperação de áreas degradadas.

O voluntariado é tido como uma importante ferramenta dentro do modelo de gestão participativa para proteção do meio ambiente, reconhecido e promovido pela campanha Floresce Paraná, ação da Superintendência Geral de Ação Solidária (SGAS) e que passou a integrar o programa Paraná Mais Verde. Em 2021, houve a entrega de 15,7 mil mudas de espécies nativas.

A entrega de mudas de espécies nativas foi uma ferramenta para atrair a população para participar de ações de cunho social no período de isolamento devido à pandemia da COVID-19. Foram realizadas ações de trocas de mudas nativas por doações às pessoas em situação de vulnerabilidade em Pitanga, Guarapuava, Paranaguá, Guaratuba, Tibagi e Umuarama.

Por fim, houve a aquisição de equipamento de proteção e combate ao fogo para as equipes que atuam em proteção à natureza, uma parceria firmada com a Defesa Civil e a SESP, no âmbito do Previna - Programa de Monitoramento, Prevenção e Combate de Incêndios na Natureza.

Foram realizadas ainda as seguintes ações:

- ▶ Parques Urbanos - Programa Paraná Mais Verde - têm como objetivo a recuperação e conservação ambiental no meio urbanizado, por meio da criação de espaços livres, integrados ao planejamento da paisagem, sobretudo em regiões de fundo de vale sujeitas à inundação, e/ou com ações erosivas. É um equipamento urbano capaz de ampliar a qualidade do ambiente dos municípios do Estado do Paraná, levando em consideração o atual uso do solo, os níveis de poluição, a disponibilidade de espaços livres, a verticalidade das edificações, a ocorrência de enchentes, a densidade populacional e a cobertura vegetal existente. Em 2021, foram entregues nove parques, 37 encontravam-se em obras e outras 192

solicitações foram encaminhadas à equipe técnica para análise. A iniciativa recebeu R\$ 46,8 milhões desde a sua criação.

- ▶ Ilha do Mel - destino de ecoturismo, cujas principais atrações são praias, morros e o patrimônio cultural: a) para favorecer a acessibilidade de pessoas com dificuldades de locomoção, foram compradas cadeiras anfíbias; b) em parceria com a ONG Eco Local Brasil foram promovidas ações ambientais para retirada de resíduos sólidos de áreas pouco habitadas na Ilha do Mel, transformando-os em lixeiras e evitando o descarte de materiais que iriam para aterros sanitários; c) realização de consulta pública para apresentação dos projetos de reforma da Praça de Alimentação e da Praça ao Ar Livre da Ilha, que foram aprovados pela comunidade.
- ▶ Visitação - ao longo de 2021 a população buscou por novos locais de lazer, aumentando a procura por informações sobre atrativos em Unidades de Conservação (UCs) do Estado. Para isso foi mantido um trabalho de acompanhamento e orientação para garantir a visitação aos parques respeitando as normas de segurança sanitária propostas pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

19.4.7 Resíduos Sólidos

As iniciativas para melhoria da gestão dos resíduos sólidos no Estado do Paraná possuem diferentes escalas. Ocorreram mutirões para recolhimento de resíduos no litoral e promoção de encontros com municípios para tratar da sanção da Lei do Plano Estadual de Resíduos Sólidos (PERS), que trouxe a possibilidade de novos investimentos coordenados com os interesses da sociedade e possibilitando a inserção de novas tecnologias no setor.

O Projeto Lixo 5.0, contemplado no PERS, tem por objetivo incentivar estudos e a adoção de novas tecnologias e/ou processos de tratamento de resíduos sólidos urbanos em municípios paranaenses, possibilitando, dessa forma, o seu reconhecimento e certificação. O primeiro projeto, implantado no município de Roncador, é uma unidade que utiliza uma tecnologia inédita no Brasil, a termomagnetização, que poderá reduzir 97,0% o volume dos resíduos sólidos.

Destaca-se também o Programa Reciclo e o Projeto Patrulha Ambiental, que entregaram juntos 179 caminhões aos municípios paranaenses, dentre os quais caminhões compactadores e poliguindastes.

No âmbito da educação ambiental, foram realizadas coletas de resíduos eletrônicos com orientação para a correta destinação, em Pitanga e Pato Branco. No mês do meio ambiente, destacou-se a campanha para ilustração do Paraná mais limpo.

Por fim, como estratégia do Plano Estadual de Resíduos Sólidos destaca-se o início da sistematização da logística reversa no Estado, por meio da parceria firmada entre o Instituto Água e Terra, Ministério Público e SEDEST para criação de Termos de Compromisso para cada setor empresarial. Para dar apoio às ações no âmbito da Logística Reversa, foi estabelecido por meio do PERS, o Sistema Estadual de Informações sobre Resíduos Sólidos do Estado do Paraná, a plataforma

digital Contabilizando Resíduos, que é uma ferramenta de gestão e planejamento sobre os resíduos sólidos do Estado.

19.4.8 Recursos Humanos

A partir da identificação da necessidade de recomposição do quadro de funcionários, foram criadas 600 vagas desde 2019. Em 2021, foram convocados 93 profissionais temporários, pelo Processo Seletivo Simplificado realizado em 2020, além da homologação dos resultados do concurso público (Edital SEAP n.o 29/2020) para contratação de 130 novos profissionais.

19.4.9 Gestão Territorial e Regularização Fundiária

O Programa de Regularização Fundiária realizou nos municípios de Ortigueira, Cerro Azul, Guarapuava, Goioxim, Altamira do Paraná, São Mateus do Sul, Mandirituba e Grandes Rios a atualização documental de 522 famílias de pequenos agricultores, para ajuizamento de ações de usucapião em parceria com o Tribunal de Justiça e Defensoria Pública. Foram realizadas 1.018 buscas e informações no cadastro gráfico para instruir pareceres da PGE em ações de usucapião que tramitam em diversas comarcas do Estado.

Foi realizado o georreferenciamento de 12 imóveis para fins de regularização fundiária em terras devolutas, 48 revisões de limites municipais com prefeituras e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e cinco propostas técnicas de ajuste de limites. Foram emitidos 131 Títulos de Domínio de Terras Devolutas do Estado para pequenos agricultores de 12 municípios. Foram concluídos os cadastros e georreferenciamento de 250 imóveis na Ilha do Mel para emissão de Títulos de Concessão de Uso.

19.4.10 Geologia

Anualmente são publicados relatórios de Informe Mineral, que tratam sobre diversos aspectos da produção mineral paranaense, o informe publicado em 2021 apresentou que o valor de venda dos minérios extraídos em solo paranaense passou de R\$ 484,6 milhões para R\$ 1,1 bilhão.

Além disso, foram disponibilizados os resultados do Projeto de Mapeamento Geológico-Geotécnico, composto pelos Mapas de Unidades de Terreno da Região Metropolitana de Curitiba, realizado em parceria com a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, que tem como objetivo compreender as características do solo, suas restrições e aptidões e, conseqüentemente, orientar órgãos públicos e sociedade quanto à sua ocupação e uso.

Portanto, as melhorias propiciadas ao setor mineral poderão auxiliar a manter as atividades de forma eficiente, centrando-se no desenvolvimento sustentável e no interesse de segurança da população. Conseqüentemente, o setor se manterá ativo e poderá se expandir, impactando outros setores da economia, como a construção civil.

19.5 PARANÁ TURISMO

A Paraná Turismo, autarquia vinculada à SEDEST, firmou um convênio de R\$ 500,0 mil junto ao Ministério do Turismo (MTur), para executar atividades pertinentes à retomada das atividades do setor em 2021, iniciada com o projeto Paraná para o paranaense, que visa promover viagens de curta distância, feitas de carro e dentro do grupo familiar, com foco na exploração do turismo ao ar livre e das belezas naturais, com respeito às normas sanitárias impostas. Por meio deste convênio foram impressos *folders* e mapas do Litoral do Paraná, foram veiculados cliques promocionais e anúncios em rádios, cadernetas impressas e revistas especializadas.

Como parte dos resultados alcançados com os materiais elaborados em 2021, destacaram-se os protocolos sanitários de prevenção à COVID-19, que visam fornecer segurança e consistência para que os consumidores possam auxiliar no processo de retomada do setor. Com isso, o Paraná foi reconhecido com o Selo *Safe Travels* fornecido pela WTTC (Conselho Mundial de Viagens e Turismo relacionado à Organização Mundial de Turismo), e a Paraná Turismo tornou-se embaixadora do selo.

Em seguida, foi iniciado o projeto Paraná, Seu Próximo Destino, que busca promover o turismo nacional e internacional. Para isso, houve a participação em feiras internacionais, como Expo Dubai, e nacionais, como o *Boat show*, maior evento de turismo náutico do Brasil.

A Paraná Turismo atua como corresponsável pela gestão do Plano Estadual de Turismo, o Paraná Turístico 2026, por meio da coordenação de um grupo gestor vinculado ao Conselho Paranaense de Turismo (CEPATUR). No âmbito do plano citado, em 2021, destacaram-se as atividades: a) criação do Selo Paraná Turístico 2026; b) participação na transformação de Curitiba como um Destino Turístico Inteligente; c) realização de oficinas participativas presenciais e híbridas para a atualização das ações do Plano Estadual e cursos *online* para gestão turística, d) contratação de novos residentes técnicos no âmbito da Gestão em Turismo; e) criação da Região Turística Sul do Paraná, que busca fortalecer as vocações apresentadas por 10 municípios; f) apoio na implementação da Escola do Mar, na Ilha das Cobras, com investimento total de R\$ 2,6 milhões; g) realização do 4º Fórum Paranaense de Turismo Religioso.

Ressalta-se que no período de alta temporada (verão) a região do Litoral atrai cerca de 2,5 milhões de visitantes. Nesse período, a Paraná Turismo, em parceria com a Secretaria da Educação e do Esporte (SEED), desenvolveu ações especiais diretamente para as áreas de segurança, saneamento, atividades esportivas e educação ambiental. Em 2021, sete pontos de apoio auxiliaram o visitante com informações de segurança e prevenção à COVID-19, nas praias do Litoral do Paraná e na Ilha do Mel.

Como reconhecimento do trabalho executado, Curitiba e Foz do Iguaçu foram listadas pelo MTur como tendências para o ano. Em novembro, Foz do Iguaçu obteve o maior número de visitantes do ano, com 83,0% de lotação dos hotéis, e o Parque Nacional do Iguaçu recebeu mais de 22 mil visitantes em quatro dias, com pessoas de todo o País e de outras 32 nacionalidades.

19.6 SISTEMA METEOROLÓGICO DO PARANÁ (SIMEPAR)

A missão do SIMEPAR é prover à sociedade dados, previsões, produtos e serviços de natureza meteorológica, hidrológica e ambiental, além de promover pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico nas áreas das ciências atmosféricas e ambientais.

Entre os projetos ambientais em desenvolvimento, está o Programa Paranaense de Mudanças Climáticas (Paraná Clima), o Programa Monitor de Secas do Brasil, a Pesquisa e Desenvolvimento de modelos para previsão de desligamentos, o Sistema de Suporte à Decisão do Sistema Cantareira/Bacias PCJ (rios Piracicaba, Capivari e Jundiá) e a Modelagem Hidrometeorológica dos Mananciais Paranaenses.

Em 2021, a instituição apresentou previsões horárias, diárias, mensais e para as estações do ano, além de emitir alertas de eventos climatológicos extremos, como a massa de ar polar que atingiu o estado e proporcionou o registro de recordes de temperaturas negativas para o ano, informações que favorecem o planejamento e a tomada de decisões. Isso se tornou mais preciso com a melhoria das tecnologias. Em 2021, foram instaladas 50 estações automáticas inteligentes para monitorar a qualidade das águas, garantindo um embasamento técnico e realístico na gestão dos recursos hídricos do Estado do Paraná.

Além disso, existe a parceria entre a SEDEST e SIMEPAR para execução do Programa Sinais da Natureza, que busca, por meio de projetos e ações, a prevenção e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas. São 18 subprogramas divididos em cinco grupos. Destacou-se a formalização de consórcios intermunicipais no interior do Estado e o mapeamento das relações entre políticas ambientais existentes no mundo, no Brasil e no Paraná, acerca das mudanças climáticas.

Nesse mesmo contexto, houve a atualização dos inventários de gases de efeito estufa que avaliam, ano a ano, as emissões paranaenses por município no período de 2005 a 2019. Os resultados foram apresentados no 1º Seminário Interdisciplinar do Programa Sinais da Natureza, realizado em abril de 2021.

Outra ação importante realizada pelo SIMEPAR foi a apresentação da infraestrutura do órgão no evento *online* do *CityHub*: composta por mais de 100 estações automáticas, três radares meteorológicos e uma série de equipamentos que dão suporte ao monitoramento, tais como barcos autônomos, *drone* e o recém-chegado avião VTOL.

Por fim, realizou uma pesquisa de *marketing* para conhecer e avaliar o perfil, os interesses, as necessidades, expectativas e opiniões dos seus seguidores nas redes sociais.

19.7 INVEST PARANÁ

Ao longo dos últimos anos o Paraná tem se demonstrado como um ambiente seguro para os investidores, graças ao trabalho do Governo do Estado e da Invest Paraná, que prospecta investidores

em todo o mundo. Isso resultou na atração de mais de R\$ 50,0 bilhões desde 2019 por meio do programa Paraná Competitivo.

Esse trabalho é bem-sucedido devido à organização dos agentes internos, que atuam no governo e diretamente com os municípios. Para este fortalecimento, definiu-se a regionalização da agência como uma estratégia para atração de novos empreendimentos, o que foi realizado nos municípios de Foz do Iguaçu e Cascavel.

Deu continuidade ao Programa Invest Cidades, que oferece um roteiro para estruturação de um plano de atração de investimentos focados nas oportunidades locais, onde os municípios mostram suas qualidades e vantagens priorizando vocações regionais ou setores que desejam desenvolver. Em 2021 esse programa foi apresentado aos municípios da Região Metropolitana de Curitiba, o que resultou na atração de uma empresa para Agudos do Sul após três meses de acompanhamento. Além disso, foram realizadas ações de formação de servidores municipais de São José dos Pinhais, Ponta Grossa e Foz do Iguaçu para orientá-los na implementação da metodologia de atração de investimentos.

As iniciativas da Invest Paraná não ficam restritas a instituições públicas. O programa Invest *Pass* objetiva impulsionar soluções que visam acelerar o desenvolvimento sustentável do Estado com base nos critérios dispostos nos ODS, conforme a Agenda 2030 da ONU. A instituição realizou a avaliação de 11 propostas, com auxílio da SEDEST, da Agência de Inovação do Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR) e do Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social (CEDES).

O programa Vocações Regionais Sustentáveis objetiva a promoção do crescimento socioeconômico por meio da ampliação de acesso aos mercados de produtos do Estado em parceria de agentes locais e instituições públicas, como a Universidade Estadual do Centro-Oeste. Inicialmente o programa havia mapeado as vocações da região leste e parte da região sul, e agora tem traçado a expansão por todo Paraná, com as estações multiuso nas rodovias e o mapeamento das vocações de outras regiões.

A difusão das potencialidades econômicas do Estado do Paraná também se dá internacionalmente, seja pelo estabelecimento de parcerias, como a estabelecida com a ProColombia, pela apresentação das oportunidades para outros países, como Itália e Reino Unido, ou a realização do Paraná *Day*, evento internacional para divulgar os atrativos do Estado, realizado no México e no Emirados Árabes Unidos, na Expo Dubai 2020. Além disso, a agência busca por grandes parcerias e recursos para viabilizar seus projetos. Em 2021, foi assinado um acordo com banco de desenvolvimento FONPLATA e houve o acesso a editais de cooperação da União Europeia para cooperação técnica internacional.

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

20 SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA (SEIL)

A Secretaria de Infraestrutura e Logística (SEIL) tem por missão a promoção de ações para a implantação e gestão da política de infraestrutura e logística, centrada no desenvolvimento sustentável e na priorização de investimentos.

Em atendimento a sua finalidade de promover ações eficazes, para possibilitar a circulação de pessoas e mercadorias com segurança; reduzir custos operacionais; e ofertar infraestrutura rodoviária, ferroviária, aeroviária, aquaviária, condizentes com a demanda da sociedade paranaense, a SEIL é composta por suas unidades programáticas: a) Departamento de Gestão e Planejamento de Infraestrutura e Logística (DGPIIL); b) Departamento de Fomento Municipal para Ações de Infraestrutura e Logística (DFIL); e c) Departamento de Gestão para Inovação para Planos, Projetos e Obras (DGI). Na estrutura descentralizada, atua por meio de suas unidades vinculadas: a) Departamento de estradas de Rodagem (DER); b) Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA); e c) Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A. (FERROESTE).

20.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

20.1.1 Gestão e Planejamento de Infraestrutura e Logística

O DGPIIL, com atribuições de planejar, regulamentar, monitorar e implantar ações para a gestão de programas e projetos intermodais de infraestrutura e logística, desenvolveu as seguintes atividades:

- ▶ Modal Rodoviário - regulamentação do Sistema Rodoviário Estadual (SRE), coordenação de ações de municipalização, estadualização e federalização de rodovias. Foram efetuadas 11 municipalizações e 23 se encontram em andamento; foram concluídas 4 estadualizações, e a federalização das Rodovias PR-082 e PR-682 que coincidem com o traçado da BR-487 chamada Estrada Boiadeira, está tramitando na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e seguirá para aprovação pelo Governador.
- ▶ Modal Aeroviário - apoio técnico institucional aos administradores aeroportuários com o objetivo de melhorar a gestão e operação aeroportuária no Estado; apoio institucional e logístico à retomada do programa Voe Paraná – que colocou voos comerciais em 11 aeroportos regionais do Estado. Estabeleceu tratativas com a Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC/Minfra) para dar continuidade na contratação dos estudos e projetos para implantação do Aeroporto Regional do Sudoeste por meio de Termo de Compromisso a ser firmado com o Governo Federal.

- ▶ Modal Aquaviário - desenvolvimento de ações de regulamentação e estruturação do transporte aquaviário, por meio da coordenação do Grupo de Trabalho Interinstitucional (GT) Estruturação do Transporte Aquaviário; gestão dos Convênios de delegação n.o 067/2016 e n.o 068/2016 junto às prefeituras de Pontal do Paraná e Paranaguá, respectivamente, para a exploração dos terminais aquaviários de Pontal do Sul e Ilha do Mel e elaboração do Convênio de Delegação 001/21 (em substituição aos Convênios n.o 067/2016 e n.o 068/2016).
- ▶ Modal ferroviário - acompanhamento da elaboração do EIA/RIMA - Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental), contratado pelo PARANACIDADE, para instrução do processo licenciamento ambiental prévio de Empreendimento Nova Ferrovia - Implantação e readequação de trechos ferroviários compreendidos entre a cidade de Maracaju no estado de Mato Grosso do Sul, e no estado do Paraná passando pelas cidades de Guaíra, Cascavel, Guarapuava e chegando no Porto de Paranaguá, e do ramal ferroviário Cascavel-Foz do Iguaçu.
- ▶ Programa BID - Multimodal - apoio técnico na coordenação do programa de Empréstimo Internacional - Programa de Infraestrutura e Logística com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$ 435,0 milhões. Encaminhamentos para a contratação das ações previstas no Programa, com a contratação de estudos e projetos multimodais para a Elaboração do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) para implantação de acessos às comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira. Para a execução desta ação está sendo elaborado o Termo de Referência para concluir o processo de contratação por meio dos procedimentos licitatório do BID.
- ▶ Gerenciamento e Fiscalização dos seguintes estudos contratados por meio do Programa de Infraestrutura e Logística com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID):
 - a) Contrato 083/2020-DER/DR – elaboração dos Planos Diretores Aeroportuários de Umuarama e Pato Branco, concluídos em dezembro de 2021;
 - b) Contrato 064/2020-DER/DT - elaboração do EVTEA das linhas de transportes aquaviário de passageiros do Litoral Norte do Estado do Paraná, cuja conclusão está prevista para agosto de 2022
 - c) Contrato 075/2020-DER/DT – elaboração do EVTEA-J - nova ferrovia Paranaguá (PR) a Maracaju (MS) e do ramal ferroviário Cascavel-Foz do Iguaçu (PR), cuja conclusão está prevista para o primeiro trimestre de 2022..
- ▶ Programa BID 2 - Multimodal - coordenação da estruturação de novos Projetos e empréstimo visando a continuação do Programa de Infraestrutura e Logística com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$ 266,0 milhões. Encaminhamentos para a Comissão de Coordenação e Controle das Operações de Crédito e Concessão de Garantias (COPEC).
- ▶ Encontram-se em planejamento no setor, com perspectivas para 2022: a) contratação do EVTEA para implantação de acessos às comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); b) A contratação do Novo Programa junto ao

BID – 2º Programa Estratégico de Infraestrutura e Logística, com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento, no valor de US\$ 266,0 milhões.

20.1.2 Fomento Municipal para Ações de Infraestrutura e Logística

As ações desenvolvidas no DFIL envolvem a gestão dos convênios em andamento, seu acompanhamento e a celebração de novos termos de cooperação. Além disso, são realizadas atividades rotineiras como a informação de sistemas (e-Protocolo, CGEe TCE), tramitação de processos, e o planejamento das ações programáticas futuras.

- ▶ Modal Rodoviário - foram celebrados 22 novos Convênios, no valor aproximado de R\$ 33,8 milhões para execução de obras de infraestrutura em vias sob jurisdição municipal, de pavimentação asfáltica e recape asfáltico, e encontram-se em andamento 68 convênios celebrados em anos anteriores. Em 20212, foram celebrados 13 novos Termos de Cooperação visando a cessão de peças pré-moldadas para construção e reforma de pontes em vias sob jurisdição municipal, no valor de R\$ 708, 2 mil.

A colaboração entre o Governo Estadual, Governo Federal e a Itaipu Binacional, resultou no andamento da construção da nova Ponte de Integração entre o Brasil e o Paraguai, com quase 70,0% de conclusão, e outros projetos de obras e infraestrutura, conforme relação a seguir: a) 2ª Ponte Internacional entre Brasil e Paraguai - a construção da ponte segue dentro do cronograma, com conclusão prevista para 2022; b) acesso à 2ª Ponte Internacional - com o aditivo aprovado pela Itaipu Binacional, iniciou-se o processo de desapropriação das áreas do entorno do acesso para dar celeridade à obra; c) duplicação da BR-469 - aguarda aprovação do aditivo de valor pela Itaipu Binacional, para iniciar o processo de licitação da obra; d) recuperação da Ponte Ayrton Senna - processo de licitação da obra iniciado; e) iluminação da BR-277 - aguarda liberação do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, para retomar o processo licitatório; f) Estrada Boiadeira (BR-487) - a obra está em andamento, com conclusão prevista para 2022; g) duplicação da BR-277 - obra em andamento, dentro do cronograma previsto; h) contorno Oeste de Cascavel - obra em andamento, dentro do cronograma previsto; i) contorno Guaíra - aguarda aprovação do aditivo de valor pela Itaipu Binacional, para iniciar o processo de licitação da obra; j) ligação intermunicipal Ramilândia x Santa Helena - processo de licitação da obra iniciado.

- ▶ Modal Aeroviário - foram assinados dois convênios com os municípios de Cornélio Procópio e de Siqueira Campos para o recapeamento asfáltico de pista, no valor de R\$ 4,5 milhões e R\$ 2,0 milhões, respectivamente.
- ▶ Modal Aquaviário – foram assinados dois convênios com o município de Cândido de Abreu, para travessia de duas balsas, nos valores de R\$ 870,0 mil cada.

20.1.3 Gestão da Inovação para Planos, Projetos e Obras

O DGI desenvolveu ações para melhoria da gestão de Projetos e Obras Públicas, no âmbito da SEIL, destacando-se:

- ▶ Inovação Tecnológica - coordenação da execução das ações previstas na Estratégia *Building Information Modeling (BIM)* PR: Paraná Rumo à Inovação Digital nas Obras Públicas para o Fomento e Implantação do *BIM*. A estratégia *BIM* foi instituída pelo Decreto n.o 3080/2019 com a finalidade promover a inovação tecnológica para melhoria da qualidade de projetos e obras públicas, com destaque para: a) elaboração conjunta, SEIL e CELEPAR, de termos de referência e justificativa técnica para aquisição de equipamentos, *hardware* e *softwares* para adequação da infraestrutura tecnológica das instituições participantes da Estratégia (PRED, SESA, FUNDEPAR, COHAPAR, PARANACIDADE, e DER); b) elaboração conjunta, SEIL e Universidade Corporativa da CELEPAR, de termo de referência para contratação de capacitação em *BIM* para os servidores e gestores públicos estaduais; c) elaboração conjunta, SEIL e CELEPAR, de requisitos técnicos para contratação de fornecedor de Ambiente Comum de Dados (ACD) único para o Estado, visando a centralização das informações geradas a partir dos modelos *BIM* durante todo o ciclo de vida dos empreendimentos; d) prospecção junto ao mercado de fornecedores de soluções de TIC para Ambiente Comum de Dados para gestão de modelos virtuais de empreendimentos públicos (projetos e obras) do Governo do Estado do Paraná.
- ▶ Ações de Fomento ao *BIM* e aceleração digital nas obras públicas estaduais: a) coordenação das ações promovidas pelo Grupo Técnico *BIM* (GTEC-*BIM*) visando a renovação do parque tecnológico dos órgãos estaduais e a capacitação técnica *BIM* de servidores dos órgãos integrantes da Estratégia *BIM* PR; b) apoio técnico junto à Prefeitura Municipal de Ponta Grossa para análise do Plano de Execução *BIM* para modernização do Aeroporto Comandante Antônio Amilton Beraldo; c) apoio técnico para análises de compatibilidade, a partir da modelagem *BIM*, dos projetos do Almoxarifado e Trapiches do Porto de Paranaguá; d) realização de projeto piloto Rotas Acessíveis, em conjunto com Paraná Cidade de Prefeitura de Rio Branco do Sul, para desenvolvimento e adequação de metodologia para elaboração de projetos municipais de intervenção de infraestrutura urbana em *BIM*; e) apoio técnico na implantação do *BIM* no Ministério Público do Paraná; f) realização de reuniões técnicas com equipe de auditores de contratos de projetos e obras do Tribunal de Contas do Estado, g) atualização do Portal *BIM* Paraná, principal canal de comunicação das ações de implantação do *BIM* promovidas pelo Governo do Estado do Paraná; h) realização da Chamada Pública 01/2021 para credenciamento de empresas, fabricantes de ferramentas *BIM*, para apoiar a implantação do *BIM* no âmbito da Estratégia *BIM* PR; i) apresentação de minuta de Decreto à Procuradoria Geral do Estado, no âmbito da regulamentação da nova Lei de Licitações, para a exigência do *BIM* nos processos licitatórios de obras e serviços de arquitetura e engenharia e definição do planejamento faseado para implantação do *BIM* no Governo do Estado até 2026; j)

elaboração, em conjunto com o DER-PR, do Caderno de Especificações Técnicas em *BIM* para infraestrutura rodoviária; k) coordenação, juntamente com o Estado de Santa Catarina, da Câmara Temática *BIM* do Consórcio Sul e Sudeste para implantação do *BIM* no âmbito dos Estados membros; l) execução do Termo de Cooperação Técnica entre SEIL, DER e DNIT, com o objetivo de promover troca de informações entre as instituições, para implementação da metodologia *BIM* e padronização das exigências dos entregáveis nos processos licitatórios; m) coordenação das atividades práticas profissionais dos residentes técnicos da Residência Técnica em Projetos e Obras Pública (RESTEC POP) 2020-2022; n) representação do Governo do Estado do Paraná em eventos técnicos *BIM*, em nível nacional, para divulgação da Estratégia *BIM* PR.

20.1.4 Departamento de Estradas de Rodagem (DER)

Tem por sua missão garantir a movimentação adequada de pessoas e bens nas rodovias integrantes do Sistema Rodoviário Estadual. A malha rodoviária federal e estadual, sob sua responsabilidade é de 11.510,55 km de extensão e 710,78 km são de rodovias concedidas.

QUADRO 1 - RODOVIAS ESTADUAIS SOB RESPONSABILIDADE DO DER E CONCESSIONADAS, NO ESTADO DO PARANÁ, 2020

RESPONSABILIDADE	NÃO PAVIMENTADA (NPV)	PAVIMENTADA			EM OBRAS			TOTAL (km)
		PISTA SIMPLES (PAV)	PISTA DUPLA (DUP)	TOTAL PAVIMENTADA (km)	PISTA SIMPLES (EOP)	PISTA DUPLA (EOD)	TOTAL EM OBRAS (km)	
DER	1.518,06	9.654,26	115,95	9.770,21	179,90	42,38	222,28	11.510,55
Concessão Estadual	-	446,72	264,06	710,78	-	-	-	710,78
TOTAL (Rodovias Estaduais) (km)	1.518,06	10.100,98	380,01	10.480,99	179,90	42,38	222,28	12.221,33

Suas principais realizações foram:

- ▶ Obras Rodoviárias - os programas existentes têm por objetivo melhorar as condições de trafegabilidade nas rodovias estaduais, por meio de construção de rodovias, duplicações com ampliação de capacidade, pavimentação e serviços de conservação da malha rodoviária. O estado investiu R\$ 679,0 milhões, até setembro de 2021, nos contratos de obras rodoviárias (Tabela 1).

TABELA 1 - OBRAS RODOVIÁRIAS EM ANDAMENTO, SEGUNDO O VALOR DO INVESTIMENTO (EM REAIS) E TIPO DE AÇÃO – PARANÁ

Obras	Investimento em 2021 (R\$)
Duplicação/ Contorno/ Implantação do Pavimento	189.031.706,00
Obras de Recuperação do Pavimento	15.695.463,20
Conservação de Rodovias (PERC II)	474.662.924,97
TOTAL	679.330.094,17

- ▶ Conservação da Malha Rodoviária - o Programa Estadual de Recuperação e Conservação de Estradas Pavimentadas (PERC II), iniciou com novos contratos em 2018 e 2021, para a continuidade dos serviços de conservação e manutenção da malha rodoviária estadual, com serviços de reperfilamento, tapa buracos, remendo profundo, remendo superficial, micro reperfilagem, roçada, sinalização, limpeza de bueiros e outros, abrangendo toda a malha rodoviária sob sua

responsabilidade. O PERC II é subdividido em três subprogramas: a) Conservação e Recuperação Descontínua com melhoria do Estado do Pavimento (CREMEP II) - que atende 4.179,30 km; b) Conservação Rotineira de Pavimentos (COP II) - abrangendo 6.057,86 km; c) Conservação da Faixa de Domínio - que compreende 11.581,65 km.

- ▶ Rodovias Concessionadas com Obras Concluídas: a) melhorias nas vias marginais da PR-444 região de Arapongas - 6,4 km; b) interseção I-04 (Posto Guarany) região de Curitiba; c) interseção I-06 (Cercadinho) região de Campo Largo; d) interseção I-19 PR-340 (Acesso à Castrolândia/Socavão) região de Castro; e) interseção I-09 (Trevo de Brotas) região de Pirai do Sul; f) melhorias na BR-373 (Avenida Souza Naves) - KM 173 - região de Ponta Grossa; g) melhorias na BR-373 (Avenida Souza Naves) - KM 180 - região de Ponta Grossa; h) interseção I-27 (Acesso Secundário - Próximo empresa DAF) região de Ponta Grossa; i) interseção I-60 (Acesso ao Contorno Leste) região de Ponta Grossa; j) duplicação BR-376 (Trecho IX B) região do Imbaú; k) interseção em desnível PR-317 e PR-323 região de Maringá; l) terceiras faixas BR-373 km 238,0 ao km 240,360; m) trevo da BR-277 entre PR-438 O Fernandes Pinheiro; n) melhorias PR-445 Vias Marginais - Arapongas; o) duplicação BR-376 trecho Apucarana - Ponta Grossa (Trecho V), 10,0 km; p) duplicação BR-376 trecho Apucarana - Ponta Grossa (Trecho VIII B), 8,3 km; q) duplicação BR-376 trecho Apucarana - Ponta Grossa (Trecho XXVII B), 6,5 km.
- ▶ Rodovias Concessionadas com Obras Planejadas: a) duplicação BR-277 Guarapuava - Relógio; b) duplicação BR-476 Araucária-Lapa; c) interseção BR-476 - ent-PR-427 Lapa; d) interseção BR-476 Lapa; e) terceiras faixas - PR-427; f) interseção BR-153 - Jacarezinho - km 17,800; g) via marginal entre o trevo Charruá e o viaduto Costa e Silva (Foz do Iguaçu) - km 726 ao 727; h) iluminação BR-277 - Paranaguá; i) alargamento PR-427 - Ponte Rio Iguaçu - Porto Amazonas; j) acostamento - PR-427 - Lapa; k) passarelas BR-476; l) passarelas BR-277.
- ▶ Rodovias Concessionadas com Obras em Andamento: a) duplicação BR-369 trecho Cornélio Procópio - Trevo Iraí - 15,16 km; b) duplicação BR-369 trecho Trevo Uraí - Jataizinho - 19,2 km; c) terceiras faixas - PR-445 - Km 89,36 ao km 90,170 - Londrina; d) interseção em Desnível PR-323 entre PR-160 - próximo à Sertaneja km 9,400; e) interseção em Desnível PR-323 entre PR-437 - próximo à Sertanópolis km 32,300; f) duplicação BR-158 - Peabirú/Campo Mourão; g) contorno PR-444 Arapongas; h) contorno BR-376 - Jandaia do Sul; i) terceiras faixas - PR-277 - km 213,5 ao km 215,4; j) terceiras faixas - PR-277 - km 214,9 ao km 218,6; k) terceiras faixas - PR-373 - km 238,0 ao km 240,360; l) duplicação BR-376 - trecho 17A - Ortigueira; m) duplicação BR-376 - trecho 18B - Ortigueira; n) duplicação BR-376 - trecho 19 - Mauá da Serra; o) passarela - PR-151 - km 209,700 - Carambeí; p) duplicação PR-412 - Matinhos; q) passarela BR-277 - Paranaguá; r) passarela BR-277 - São José dos Pinhais; s) construção de alça de retorno Entr-PR 508 - Morretes/Paranaguá; t) trevo Cataratas km 584 da BR-277 região de Cascavel; u) duplicação BR-376 (Trecho VI) região de Alto Amparo/Tibagi; v) duplicação BR-376 (Trecho VII) região de Caetano Mendes/Tibagi; w) duplicação

BR-376 (Trecho VII C) região de Caetano Mendes/Tibagi; x) duplicação BR-376 (Trecho VII A) região de Nazareno/Tibagi; y) trevo BR-277 Entr-PR-438 - Fernandes Pinheiro.

20.1.5 Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A. (FERROESTE)

A Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A., FERROESTE, foi criada em 15 de março de 1988 tendo por objeto a construção, operação, administração e exploração comercial de vias ferroviárias nacionais, de terminais ferroviários, de silos e demais sistemas de armazenagem. Controlada pelo Estado do Paraná, que é seu maior acionista com 99,68% das suas ações, detém concessão federal para construção, uso e gozo de estrada de ferro e ramais necessários à viabilidade da ferrovia. A FERROESTE opera em um trecho com 248,6 km entre Cascavel e Guarapuava, e conta com estruturas em:

- ▶ Cascavel: a) terminal ferroviário de cargas - com 1,6 milhão de m², 17 empresas instaladas e capacidade estática para 520 mil toneladas; b) terminal de armazenamento e transbordo - conta com 30 colaboradores e capacidade de 6.000 toneladas associado ao do parceiro Cargill com mais 40.000 toneladas de operação; c) sede administrativa - com 15 colaboradores nas áreas de gestão das operações da empresa; d) concessionários - Yara Fertilizantes, com capacidade de 60.000 toneladas; Coopavel, com capacidade de 50.000 toneladas; Moinho Iguaçu, com capacidade de 120.000 toneladas; AB Insumos, com capacidade de 86.000 toneladas; Bunge, com capacidade de 70.000 toneladas; Votoran, com capacidade de 2.000 toneladas.
- ▶ Guarapuava: a) estação ferroviária - que abrange operação, oficina mecânica e via permanente contando com 60 colaboradores; b) posto de locomotivas e vagões - contam com 14 locomotivas, 450 vagões e 30 colaboradores operadores mecânicos; c) sede administrativa - para os colaboradores que trabalham nas operações da sede; d) clientes - Cooperativa Agrária, com o maior silo de capacidade estática da América Latina, ou seja, operação para 300.000 toneladas; Lustosa Agrológica, terminal intermodal privado com operação de carregamento de grãos e cimento.

O faturamento em 2020 foi de R\$ 25,0 milhões, frente aos R\$ 30,0 milhões do anterior, tendo sido impactado pela pandemia do COVID-19. Com um volume transportado em 2020 de 1,213 milhões de toneladas úteis.

2.1.5.1 Planejamento Estratégico

A FERROESTE foi incluída no PPI - Programa de Parceria de Investimentos (do Governo Federal, e se encontra com os resultados preliminares do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica, Ambiental e Jurídica (EVTEA-J), e com o Estudo de Impacto Ambiental (EIA-RIMA), com previsão de leilão na Bolsa de Valores de São Paulo para 2022. Para tal tarefa, o Governo do Estado do Paraná, por meio do Decreto n.o 5.076/2020 criou o Grupo de Trabalho com o objetivo de elaboração do Plano Estadual

Ferrovário, a fim de propor as diretrizes para a Desestatização e Desenvolvimento Sustentável dos serviços de transporte ferroviário no Estado.

Encontra-se no conteúdo do referido projeto, o desenvolvimento do modal ferroviário no Paraná baseado no tripé da sustentabilidade (aspecto ambiental, econômico e social) inova na resolução do gargalo existente no transporte de cargas por linhas férreas.

Assim, o Corredor Oeste de Exportação ou a Nova FERROESTE tem como premissa ligar o Porto de Paranaguá até Maracaju no Mato Grosso do Sul, com o objetivo de oferecer um modal adequado e eficiente para o escoamento de produtos e mercadorias provenientes do Oeste do Paraná, Mato Grosso do Sul e Paraguai.

A inclusão do empreendimento na carteira de investimentos do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) do Governo Federal possibilita torná-lo atrativo para a iniciativa privada e, dessa forma, ser leiloado na Bolsa de Valores (B3) em 2022 (<http://www.novaferroeste.pr.gov.br/Pagina/O-Projeto>).

No âmbito do estabelecimento de metas tanto de curto, médio e longo prazo, imperioso destacar que, dentro do contexto do desenvolvimento das tarefas sob a responsabilidade do Grupo de Trabalho, foi fixada a referência dentro do conteúdo do Sumário Executivo - Licenciamento Ambiental, e do Estudo de Viabilidade Técnico-Operacional, Econômico-Financeira, Ambiental e Jurídico (EVTEA-J) da Nova FERROESTE.

As soluções apresentadas no Estudo de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) mostram que o projeto da nova ferrovia cria alternativas para um mínimo de impacto ambiental. Os estudos também constataram que o traçado não interfere diretamente em nenhuma unidade de conservação de proteção integral ou comunidade quilombola ou indígena.

Destaca-se ainda que o novo projeto vai de encontro com as demandas de muitos municípios do Estado para elaboração de um novo traçado ferroviário, retirando a circulação dos trens de dentro das cidades e transferindo para o entorno das mesmas, melhorando a mobilidade urbana, reduzindo acidentes e eliminando a poluição sonora devido ao pesado trânsito das composições.

20.2 ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)

O Paraná, primeiro Estado brasileiro a receber autonomia para gestão dos contratos de exploração de áreas dos portos organizados, por meio da Empresa Pública Portos do Paraná, vem ao longo dos últimos três anos, aprimorando o desenvolvimento das atividades advindas através do Convênio de Delegação de Competências 001/2019, as quais, previstas na Portaria 574 de dezembro de 2018 do Ministério dos Transportes.

Com a medida, a gestão dos arrendamentos de instalações portuárias, que antes eram definidos pela Secretaria Nacional de Portos, passaram a ser controlados por esta empresa pública. A

independência comprova o alto nível técnico dos portos paranaenses, bem como, sua orientação calcada na melhoria contínua e aplicação de eficiência em suas atividades.

Neste sentido, esta Autoridade Portuária, vem empreendendo esforços para a regularização dos contratos de arrendamento: encontram-se celebrados com êxito uma área dedicada a movimentação de celulose e outra dedicada a movimentação de veículos, além de haver avançadas tratativas para leilão, com previsão para início em 2022, de uma área para movimentação de açúcar, e uma grande área para movimentação de granéis líquidos. Em 2021, estão previstas audiências públicas para estudos de três áreas dedicadas a movimentação de granéis sólidos.

A APPA foi premiada pelo segundo ano consecutivo, como a Autoridade Portuária com o melhor Índice de Gestão Portuária (IGAP), avaliado pelo Ministério da Infraestrutura, através de critérios ponderados na perspectiva do setor portuário nacional. Outra premiação foi advinda da mais adequada execução orçamentária dos investimentos previstos, sendo também laureada por dois anos seguidos. Em 2020, o percentual foi de mais de 70,0% das obras executadas perante o orçado.

Estas frentes abordadas pela administração, contemplam e demonstram a destinação e aplicação dos recursos oriundos das tarifas recolhidas por meio de suas atividades, proporcionando a infraestrutura adequada, e a continuidade das relações econômicas internacionais. Para tanto, a Portos do Paraná tem como planejamento um vasto conjunto de obras de recuperação, repotenciamento e reformas.

Mesmo em meio ao cenário pandêmico mundial, em 2020 e 2021 foram totalizados aproximadamente R\$ 220,0 milhões investidos pela Empresa Pública na infraestrutura dos Portos Paranaenses.

Os trabalhos desenvolvidos contemplam os três vetores envolvidos para a adequada operação no setor logístico portuário: infraestrutura de acesso marítimo, acesso terrestre, infraestrutura para armazenagem e movimentação conforme o descritivo que segue.

Considerando a infraestrutura terrestre de armazenagem e movimentação, em 2021, foi entregue a expansão da rede de drenagem da faixa portuária e silos do Porto de Paranaguá.

- ▶ Infraestrutura Terrestre de Movimentação - encontra-se em processo final de instrução para aprovação junto ao conselho de administração o projeto que centraliza a descarga ferroviária de grãos, dos terminais que ocupam o cais Leste do Porto de Paranaguá. A obra denominada Moegão, pretende reduzir o tempo gasto no processo de descarregamento do modal ferroviário e aumentar a capacidade de recebimento de vagões de 550 para 900 por dia.
- ▶ Extensão marítima - novas campanhas de dragagem estão programadas para os próximos anos. Além disto, encontra-se em execução e com previsão de finalização até dezembro/2021 o processo de derrocagem, com o desmonte e retirada de rochas do fundo do canal de acesso marítimo, o que permitirá o aumento da profundidade do canal de navegação na entrada do Porto de

Paranaguá, possibilitando a entrada de navios maiores, e com maiores capacidades de carga com adequada segurança.

- ▶ Relação Porto-cidade - visando promover o bem-estar coletivo e atendendo um aspecto de conduta social da Portos do Paraná, foram entregues dois novos trapiches na Ilha do Mel - Paranaguá; foram iniciadas as obras de reforma e construção de mais trapiches nas áreas de influência da empresa, abrangendo as cidades de Antonina e Paranaguá; e foi concluído o projeto executivo para a realização de mais trapiches em ilhas nas áreas de influência dos Portos do Paraná.

20.2.1 Projetos Estruturantes

O Porto de Paranaguá tem se mostrado eficaz na execução de suas ações visando o cumprimento de um papel estratégico no cenário nacional, em que disponibiliza um aparato de infraestrutura, garantindo aos produtos que passam pelos Portos do Paraná competitividade e qualidade.

No que se refere à Infraestrutura Marítima, obras relacionadas à recuperação e manutenção nos canais de acesso, na bacia de evolução e de manobras e nos berços de atracação, dragagem e derrocagem, foram executadas em 2021.

- ▶ Dragagem de manutenção do canal de acesso de Paranaguá e Antonina - em andamento; remoção do assoreamento dos canais de acesso, bacias de evolução e dos berços de atracação para manter as profundidades pré-estabelecidas, com investimento máximo previsto de R\$ 411,0 milhões, para o período de 5 anos.
- ▶ Derrocagem - em execução; remover formações rochosas que são obstáculos para a navegação na entrada do Porto de Paranaguá, com investimento máximo previsto de R\$ 26,2 milhões, previsão de entrega Dezembro/2021.
- ▶ Dragagem de aprofundamento - em execução; dragagem de aprofundamento junto aos novos *Dolphins* de atracação e amarração situados no extremo leste do cais comercial do Porto de Paranaguá, com investimento máximo previsto de R\$ 28,2 milhões.

As obras de Infraestrutura Terrestre diretamente relacionadas às operações portuárias, realizadas em áreas operacionais e de acesso, essenciais para ganhos de produtividade na movimentação de carga são:

- ▶ Projeto para modernização do Corredor de Exportação - finalizado; projeto executivo para as obras de repotenciamento da estrutura do Corredor de Exportação de grãos.
- ▶ Projeto executivo para restauração da Av. Ayrton Senna - em andamento; projeto executivo de engenharia para restauração e ampliação da Av. Ayrton Senna da Silva, uma das principais vias de acesso ao Porto Paranaguá, com investimento previsto de R\$ 1,6 milhão.
- ▶ Sistema de drenagem na faixa portuária - finalizado; execução do sistema para drenagem de água da chuva na extensão do cais de atracação, com investimento máximo previsto de R\$ 14,7 milhões.

- ▶ Projeto Cais Leste - Implantação de Moega Ferroviária centralizada - em audiência pública; construção de moega exclusiva para o modal ferroviário, para atender em um único ponto, por correias transportadoras, todos os terminais que operam à Leste no Corredor de Exportação, com investimento previsto de R\$ 520,0 milhões para os próximos anos

PR.GOV.BR



PR.GOV.BR

